

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**“SEM MEDO DE SER FELIZ NA AGRICULTURA
FAMILIAR”: O CASO DO MOVIMENTO DE
AGRICULTORES EM CONSTANTINA-RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Everton Lazzaretti Picolotto

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**“SEM MEDO DE SER FELIZ NA AGRICULTURA FAMILIAR”:
O CASO DO MOVIMENTO DE AGRICULTORES EM
CONSTANTINA-RS**

por

Everton Lazzaretti Picolotto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientadora: Prof^a. Vivien Diesel

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**“SEM MEDO DE SER FELIZ NA AGRICULTURA FAMILIAR”: O
CASO DO MOVIMENTO DE AGRICULTORES EM CONSTANTINA-RS**

elaborada por
Everton Lazzaretti Picolotto

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vivien Diesel, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Dr^a. (UNICAMP)

José Marcos Fröhlich, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 29 de março de 2006.

AGRADECIMENTOS

À professora Vivien Diesel, pela amizade, dedicação e orientação;

Aos professores Pedro Selvino Neumann, José Marcos Fröhlich e Paulo Roberto Cardoso da Silveira, pelas discussões e amizade;

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM;

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, em especial à Inajara, Carlos, Nadia, Mauricio, Joseline e Ana Luisa, pelas discussões, cooperação e amizade;

Às Lideranças das organizações da agricultura familiar de Constantina, pela disposição em cooperar na realização do trabalho.

Aos meus familiares, Salete, Antônio Jurandir, Cleverson e Vanessa.

À Neila, pelo apoio, cooperação, carinho e compreensão;

Aos companheiros Eduardo Luft, Adriano Scariot, Evandro Scariot, Marcos Piccin, Marcos Jakoby, Quelen da Silva, Marcelo Jakoby, Alex Mengel, Igor De Bearsi, Davi Kny, Vilmar Both, pela amizade, discussões e por lutarmos lado a lado.

Aos demais companheiros e companheiras da luta pela Universidade Pública, pela transformação social e pela construção de uma sociedade sem classes.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

“SEM MEDO DE SER FELIZ NA AGRICULTURA FAMILIAR”: O CASO DO MOVIMENTO DE AGRICULTORES EM CONSTANTINA-RS

Autor: Everton Lazzaretti Picolotto

Orientadora: Vivien Diesel

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 29 de março de 2006.

As contradições sociais no campo se fazem “terreno fértil” para mobilização de agentes questionadores da ordem e propagadores da transformação social. O objetivo desta dissertação foi caracterizar um movimento de agricultores familiares com atuação no município de Constantina-RS, observando-se, particularmente, o seu potencial de transformação social. Partindo das contribuições teóricas de autores como Touraine e Castells e da reconstituição da trajetória e das especificidades dos movimentos sociais no Sul do Brasil realizou-se um estudo de caso, com “aproximação sucessiva” do objeto de estudo, privilegiando-se a descrição da trajetória política, os processos de formação das identidades, os adversários sociais e os projetos de porvir. Este movimento surgiu em meados da década de 1980, como fruto da conjuntura de crise que passava a agricultura local e motivado pelo trabalho de base da Igreja Católica. Inicialmente, o movimento assumiu uma postura de oposição às forças políticas hegemônicas e, pela conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, juntou-se às forças populares que buscavam extensão dos direitos de cidadania, políticas públicas e democratização. Tomou iniciativas de fomento da diversificação produtiva, de experiências de agricultura alternativa e de formação de associações de cooperação agrícola, deflagrando um processo de resistência à agricultura especializada. Na primeira metade da década de 90, frente às políticas neoliberais, manteve a tática de resistência, assumiu a identidade (de resistência) de “pequeno agricultor” e tomou a iniciativa de construir uma cooperativa de produção, visando suprir a ausência de políticas do Estado e aumentar as possibilidades de reprodução sócio-econômica dos agricultores. Recentemente (a partir da segunda metade da década de 90), as mudanças institucionais e políticas têm favorecido uma relação de diálogo e cooperação do movimento com alguns setores do Estado. Esta nova relação com setores estatais possibilitou o aumento significativo das políticas públicas e uma mudança na estratégia do movimento, que passou a adotar uma identidade de projeto (“agricultor familiar”). Esta nova condição é interpretada, por este trabalho, como uma “ressignificação” positivada da “pequena agricultura” na “agricultura familiar”. O potencial de transformação do movimento é identificado, principalmente, na renovação cultural, que valoriza socialmente o modo de vida e de produção da agricultura familiar, o que tem possibilitado a afirmação deste setor social como um dos principais agentes da produção agrícola do Brasil. No entanto, também se constata que a nova estratégia promove a secundarização do projeto de transformação da estrutura social (superação do capitalismo) e esta nova situação tem provocado atritos com outros atores sociais populares que eram antigos aliados. Estes atritos provocaram a diferenciação das estratégias dos principais movimentos sociais do campo, no Sul do Brasil, a saber: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) e Via Campesina. A diferenciação de estratégias traduz-se em disputas entre os movimentos e as disputas fazem-se presentes no condicionamento da atuação do movimento dos agricultores de Constantina.

Palavras-chaves: movimentos sociais, transformação social, agricultura familiar, Constantina.

ABSTRACT

Dissertation of Master's Degree
Course of Masters Degree in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

"WITHOUT FEAR OF BEING HAPPY IN THE FAMILY AGRICULTURE": THE CASE OF THE MOVEMENT OF FARMERS IN CONSTANTINA-RS

Author: Everton Lazzaretti Picolotto

Advisor Professor: Vivien Diesel

Place and Date of the Defense: Santa Maria, March 29th of 2006.

The social contradictions in the field are made as "fertile land" for mobilization of agent's arguers of the order and conveyers of the social transformation. The objective of this dissertation was to characterize a movement of family farmers with performance in the municipal district of Constantina-RS, being attempted, particularly, to its potential of social transformation. Based firstly on the authors' theoretical contributions like Touraine's and Castells' and of the rebuilding of the path and of the specificities of the social movements in the South of Brazil took place a case study, with "successive approach" of the study object, being privileged the description of the political path, the processes of formation of the identities, the social opponents and the future projects. This movement appeared in the middle of the 80's, as result of the crisis conjuncture that passed the local agriculture and motivated by the of basis work of the Catholic Church. Initially, the movement assumed an opposition posture to the hegemonic political forces and, for the conquest of the Union of the Rural Workers, it had engaged on the popular forces which looked for extension of the citizenship rights, public politics and democratization. The movement took initiatives of fomentation of the productive diversification, of experiences of alternative agriculture and of formation of associations of agricultural cooperation, deflagrating a resistance process to the specialized agriculture. In the first half of the 90's, front to the neoliberal politics, it maintained the resistance tactics, and the movement assumed the identity (of resistance) of "small farmer" and it took the initiative of building a production cooperative, seeking to supply the absence of politics of the State and to increase the possibilities of the farmers' socioeconomic reproduction. Recently (starting from the second half of the 90's), the institutional and political changes have been favoring a dialogue relationship and cooperation of the movement with some sections of the State. This new relationship with state sections made possible the significant increase of the public policy and a change in the strategy of the movement which passed to adopt a project identity (that of "family farmer"). That new condition is interpreted, for this work, as a positivist "meaning shift" from the "small agriculture" to the "family agriculture". The potential of transformation of the movement is mainly identified in the cultural renewal which socially values the way of life and the production of the family agriculture. It has been making possible the statement of this social section as one of the main agents of the agricultural production of Brazil. However, it is also verified that the new strategy promotes the secondary goal of the project of transformation of the social structure (overcoming the capitalism) and this new situation has been provoking divergences with other popular social actors which were old allies. Such divergences provoked the differentiation of the strategies of the main social movements of the field, in the South of Brazil, such as: Federation of the Workers of the Family Agriculture of the South Area (FETRAF-south) and Rural Road. The differentiation of strategies translates itself in disputes between the movements and the disputes are done presents in the conditioning of the performance of the farmers of Constantina movement.

Keywords: social movements, social transformation, family agriculture, Constantina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com destaque ao município de Constantina	122
Figura 2 - Colonos reunidos para trabalho coletivo (anos 50) no município de Constantina	128
Figura 3 - Colheita coletiva de milho para semente em uma associação de cooperação agrícola de Constantina	148
Figura 4 - Foto do “1º Seminário Municipal sobre a Pequena Produção e Questão Agrária no Brasil”, realizado em 1991	157
Figura 5 - Evolução do número de contratos do PRONAF feitos pelos agricultores de Constantina (2000-2004)	173
Figura 6 - Evolução do montante de recursos do PRONAF acessado pelos agricultores de Constantina (2000-2004)	173
Figura 7 - Cartaz do Congresso de fundação da FETRAF-Sul, Chapecó, 28 a 30 de março de 2001	199
Figura 8 - Capa da Revista Semear, n. 1, nov 2005. Editada pela FETRAF-Sul	200

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas públicas que beneficiam os agricultores familiares em Constantina (1996-2005)	169
Quadro 2 - Políticas Públicas que fortalecem a identidade e o projeto da agricultura familiar em Constantina (1996-2005)	188
Quadro 3 - Evolução das políticas públicas destinadas a agricultura ou ao meio rural em Constantina (1980-2005)	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área utilizada e participação percentual de algumas culturas selecionadas, em Constantina, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985	137
Tabela 2 - Evolução da divisão da terra em número de estabelecimentos, em Constantina, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985	137
Tabela 3 - Área dos estabelecimentos por grupos de área total, em Constantina, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985	138
Tabela 4 - População residente no município de Constantina, segundo local de residência (1970-1980)	139
Tabela 5 - Área utilizada e participação percentual de algumas culturas selecionadas, em Constantina, nos anos de 1985 e 1996	153
Tabela 6 - Evolução da divisão da terra em número de estabelecimentos, no município de Constantina, nos anos de 1985 e 1996	153
Tabela 7 - Área dos estabelecimentos por grupos de área total, no município de Constantina, nos anos de 1985 e 1996	154
Tabela 8 - População residente no município de Constantina, segundo local de residência, nos anos de 1980, 1991 e 2000	154
Tabela 9 - Número de contratos e montante de recursos do PRONAF destinados ao município de Constantina (2000-2004)	172
Tabela 10 - Representatividade dos produtos da agricultura familiar a serem adquiridos pelo Programa Fome Zero, em Constantina, no ano de 2006	178
Tabela 11 - Evolução dos recursos destinados, agricultores produtores de alimentos e beneficiários do Programa Fome Zero no município de Constantina (2004-2006)	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL: América Latina
 ANMTR: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
 CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
 CEB's: Comunidades Eclesiais de Base
 CEPAL: Comissão Econômica Para a América Latina
 CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas Populares
 CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
 CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
 CONSEA: Conselho de Segurança Alimentar
 CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 COOPAC: Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda
 COOPERAC: Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda
 COPERHAF: Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
 COREDES: Conselhos Regionais de Desenvolvimento
 CORLAC: Cooperativa Riograndense de Lácteos e Correlatos
 COSAU: Comissão Sindical do Alto Uruguai
 COTRISAL: Cooperativa Triticula Sarandi Ltda
 CPT: Comissão Pastoral da Terra
 CRESOL: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
 CUT: Central Única dos Trabalhadores
 DETR: Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais
 DNTR: Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
 EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
 ESAU: Escola Sindical do Alto Uruguai
 FAG: Frente Agrária Gaúcha
 FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
 FARSUL: Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul
 FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
 FETAG: Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura
 FETRAF-Brasil: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil
 FETRAF-Sul: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
 FHC: Fernando Henrique Cardoso
 IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
 INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens
 MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
 MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra
 MCC: Movimento das Mulheres Camponesas
 MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
 MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
 MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMS: Novos Movimentos Sociais
OP: Orçamento Participativo
PADRS: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PCB: Partido Comunista do Brasil
PJ: Pastoral da Juventude
PJR: Pastoral da Juventude Rural
PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR: União Democrática Ruralista
ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS	18
2.1. AS CONCEPÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS	19
2.2. DO MODELO CLÁSSICO MARXISTA DE MOVIMENTO SOCIAL ÀS NOVAS INTERPRETAÇÕES	20
2.2.1. O Modelo Clássico	21
2.2.2. As Novas Interpretações dos Movimentos Sociais	25
2.2.2.1. A Concepção de Alain Touraine	27
2.2.2.2. A Concepção Recente de Manuel Castells	33
2.2.2.3. A Concepção de Alberto Melucci	42
2.3. INTERFACES E DIVERGÊNCIAS ENTRE CONCEPÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS	45
3. TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL	52
3.1. MOVIMENTOS “CAMPONESES” NOS ANOS 50 E 60	56
3.1.1. A emergência de movimentos de base	56
3.1.2. Articulação, construção da unidade, disputas entre movimentos e suas implicações	60
3.1.3. Identidade e projeto dos movimentos	65
3.2. EMERGÊNCIA DE NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES NOS ANOS 70 E 80	66
3.2.1. Emergência de “novos” movimentos de base	66
3.2.2. Articulação política dos atores populares	76
3.2.3. Identidade e projeto dos movimentos.....	79
3.3. MOVIMENTOS DE “RESISTÊNCIA” ENTRE OS ANOS 90-95	84
3.3.1. Crise, reordenamento sindical e emergência de novos atores	84
3.3.2. Identidade, projeto e estratégia	92
3.4. “APROXIMAÇÃO” ENTRE MOVIMENTOS-ESTADO, DISPUTA ENTRE ATORES E DIFERENCIAÇÃO DE IDENTIDADES (1996-2005)	95
3.4.1. Mudanças na conjuntura política e os desafios colocados para os movimentos	95
3.4.2. Novos atores e novas disputas pela representação política	102
3.4.3. Identidade, projeto e estratégia	103
3.5. ESPECIFICIDADES DA TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL	111
4. TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES EM CONSTANTINA	118
4.1. “ANTIGA” LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI NOS ANOS 50 E 60	121
4.2.1. A ocupação do território da região do Alto Uruguai	122

4.2.2. O Sistema Agrícola Colonial, o fim das “terras virgens” e o legado dos “antigos” movimentos sociais no Alto Uruguai	126
4.3. AÇÃO DA IGREJA E FORMAÇÃO DE NOVOS MOVIMENTOS NOS ANOS 70 E 80	131
4.3.1. Os condicionantes da emergência dos novos movimentos	131
4.3.2. A trajetória dos novos movimentos na região do Alto Uruguai	134
4.3.3. Emergência e trajetória do movimento em Constantina	136
4.3.3.1. A formação das organizações de base e a conquista do Sindicato em Constantina	140
4.3.3.2. As lutas através do Sindicato e a articulação com movimentos sociais populares	143
4.3.4. Identidade, projeto e estratégia	149
4.4. A “DIFERENCIAÇÃO” DA LUTA: PELA VIABILIZAÇÃO LOCAL DE UM MODELO “ALTERNATIVO” DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS ANOS 90-95	152
4.4.1. “Desintensificação” da agricultura e criação de novas estruturas	152
4.4.2. Identidade, projeto e estratégia	161
4.5. A LUTA E A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (1996-2005)	162
4.5.1. A retomada da “reivindicação” e a consecução das ações de viabilização da agricultura familiar local	163
4.5.2. Articulação com o Estado, acesso e operacionalização das políticas públicas	166
4.5.3. A disputa pela identidade e pelo projeto e sua influência na trajetória do movimento	184
4.5.4. Identidade, projeto e estratégia	187
4.5. ESPECIFICIDADES DA TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES DE CONSTANTINA	191
5. A (RES)SIGNIFICAÇÃO POSITIVADA DA AGRICULTURA FAMILIAR E A ADAPTAÇÃO DE SEU PROJETO	194
5.1. A CONSTRUÇÃO (RES)SIGNIFICADA DA IDENTIDADE E DO PROJETO NA AGRICULTURA FAMILIAR	194
5.2. O CONTEXTO POLÍTICO E SEU CONDICIONAMENTO SOBRE O POTENCIAL TRANSFORMADOR DO PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR	206
5.3. A ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO E SEU CONDICIONAMENTO SOBRE O POTENCIAL TRANSFORMADOR DO PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR	210
5.4. O POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DO MOVIMENTO	217
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

1. INTRODUÇÃO

No Brasil vivenciou-se na última metade de século XX a maior inversão populacional registrada em sua história. De um país essencialmente agrário, este, entrou no terceiro milênio com menos de 20% da população empregada na atividade agropecuária. Essa é uma alteração bastante significativa no que se refere à ocupação da força de trabalho e ao local de residência, notadamente, quando se constata que um grande contingente dos migrantes do campo dedica-se ao setor informal e/ou acomoda-se nas favelas das grandes metrópoles.

O fenômeno de “liberação” da força de trabalho do setor agropecuário, em certa medida, foi induzido pelas políticas “modernizadoras” do Estado, principalmente, nos anos 60 e 70, objetivando a sua transferência para o setor urbano-industrial. Nos anos 80 e 90, mantém-se certa transferência populacional do meio rural para o urbano, motivada pela continuidade da modernização agrícola, sendo que, neste último período, a intensidade desta transferência varia conforme as especificidades regionais (MUELLER; MARTINE, 1997). As regiões que continuaram perdendo população foram principalmente aquelas de agricultura modernizada.

No estado do Rio Grande do Sul (RS), o êxodo rural contribuiu decisivamente para a promoção de alterações na estrutura agrária e na quantidade de pessoas residentes no meio rural. Na estrutura agrária observa-se o aumento da concentração da terra¹, ao passo que diminui gradativamente a população residente em áreas rurais².

Os setores sociais empobrecidos do campo não foram passivos frente a este “destino” pré-estabelecido. Ainda no final dos anos 70, já se desenhavam as primeiras ações coletivas que objetivavam a permanência “na terra”. Em vários locais do Brasil os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por

¹ Tomando-se por base o Índice de Gini (índice que mede a grau de concentração da terra) calculado pelo INCRA, evidencia-se o aumento da concentração da terra no Rio Grande do Sul no período entre 1978 e 1998 (INCRA, 2001).

² Segundo FEE (2006), a população rural do estado do Rio Grande do Sul vem diminuindo gradativamente desde 1970. Em 1970 a população rural somava 3.111.885 (47% da população total), em 1980 somava 2.522.897 (32%), em 1990 somava 2.175.958 (24%), em 2000 somava 1.869.814 (18%) e em 2005 somava 1.676.797 (16%).

barragens”, os indígenas, os seringueiros, as mulheres trabalhadoras rurais, entre outras categorias, organizaram-se para lutar contra a expropriação de seus meios de produção e encontrar alternativas para poderem continuar se reproduzindo socialmente como agricultores. Porém, as alternativas encontradas por estes atores sociais, muitas vezes, não foram suficientes para impedir a forte intensidade do êxodo e a sua exclusão social.

Entende-se que, se as iniciativas destes atores fossem adequadamente articuladas com políticas públicas, poder-se-ia ter melhores resultados. Neste sentido, são desejáveis políticas públicas que propiciem o fortalecimento social destes setores sem causar-lhes relações de dependência aos organismos públicos. Para tanto, acredita-se na necessidade de maiores investigações científicas sobre as iniciativas inovadoras dos movimentos sociais do campo e as políticas públicas dirigidas a estes setores.

Sabe-se que a academia brasileira já produziu bastante sobre a problemática da diferenciação social no campo, o fenômeno do êxodo provocado pela “modernização conservadora” da agricultura e o desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pelo progresso tecnológico na agricultura. No entanto, a problemática das formas de resistência dos setores empobrecidos do campo à expropriação/proletarização e a construção de alternativas a este “inevitável” destino clássico, ainda não foi estudada com a intensidade merecida.

Esta dissertação busca analisar a trajetória de um movimento social de agricultores familiares³ que parece ter relativo sucesso, no que tange a propiciar condições de reprodução social para suas bases. Este movimento manifesta-se no município de Constantina, região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul e é apontado como experiência de sucesso por autores como Abramovay (2001) e Brose (2000).

A definição do objeto de estudo desta dissertação percorreu uma trajetória singular⁴. Começou-se com a investigação sobre a “cooperação como estratégia de

³ Destaca-se que a utilização, neste trabalho, dos termos “agricultura camponesa”, “agricultura colonial”, “pequena agricultura” e “agricultura familiar” segue a uma cronologia que respeita a predominância do uso destes termos junto às organizações sociais de representação do setor social. Ou seja, em cada período tratado procura-se utilizar a terminologia que os atores sociais em questão auto-atribuem-se.

⁴ No que se refere às motivações que contribuíram para a realização deste trabalho, cita-se algumas que foram decisivas na escolha do local e da temática de estudo. Sobre as motivações de ordem pessoal, salienta-se que o autor é filho de pequenos agricultores residentes no município de Constantina e que alguns de seus parentes próximos tiveram envolvimento direto na formação do movimento dos agricultores familiares e dos “sem-terra” na região do Alto Uruguai. Por elementos

resistência coletiva à proletarização” dos agricultores familiares em Constantina, tomando-se o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (COOPAC) como central (PICOLOTTO; DIESEL, 2004). Ou seja, inicialmente, tinha-se por objeto as formas de construção de resistência coletiva dos agricultores familiares e, nesse caso, acreditava-se que a COOPAC era a principal promotora local de alternativas para os agricultores. Mas, com o desenvolvimento do trabalho supracitado e as reflexões que ele propiciou, observou-se que outros fatores, além da COOPAC, contribuíam significativamente para aumentar as possibilidades de reprodução social dos agricultores e, por isso, sentiu-se a necessidade de ampliar tanto o horizonte teórico (que até este momento estava centrado nos referenciais da questão agrária e das formas de reprodução da pequena agricultura), quanto a amplitude do objeto (que estava restrito à construção de resistência através da cooperação através da COOPAC). Para suprir estas deficiências, optou-se por orientar os estudos para o campo dos movimentos sociais, passando-se a trabalhar, fundamentalmente, com a reconstituição da trajetória política do movimento dos agricultores familiares do município e as relações deste com o Estado. Este foco rendeu um artigo que chamou atenção para as fases de “conflito” e de “convivência” do movimento com o Estado (PICOLOTTO; DIESEL, 2005a). Realizado este trabalho, que privilegiava a relação do movimento com o Estado, constatou-se a forte aproximação destes nos últimos tempos, bem como a aproximação a outros atores sociais. Identificou-se também que esta situação de proximidade tem causado atritos, divisões e disputas entre os atores sociais da pequena agricultura da região de estudo⁵. Essa constatação não poderia ser desconsiderada na dissertação, pois tão central quanto a formação de um ator social é a construção de alianças e

motivadores de ordem profissional, salienta-se o interesse pelo estudo dos movimentos sociais rurais surgidos ainda durante realização do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no qual desenvolveu uma monografia relacionada ao debate da questão agrária e a agricultura familiar. Também, na referida Universidade, foi possível fazer parte de projetos de extensão universitária com agricultores familiares e assentados de reforma agrária, além da participação ativa no “Núcleo de Apoio à Reforma Agrária”. Mais recentemente, com a realização do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural na UFSM, foi possível aprofundar a temática tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático, pois foi-nos oportunizado, além das discussões em sala de aula, a participação em um projeto piloto de formação de profissionais “diferenciados” para o trabalho de assistência técnica aos agricultores familiares e aos assentados de reforma agrária.

⁵ Esboçaram-se estas questões em outro artigo que frisou a grande alteração da posição do movimento de Constantina com relação ao Estado e constatou-se que esta mudança não se dava com a mesma intensidade para outros atores da pequena agricultura da região (PICOLOTTO; DIESEL, 2005b).

diferenças com outros atores sociais e ainda mais se estes estão disputando a legitimidade da representação da pequena agricultura na região.

Do conjunto de observações, fica evidente que a melhoria das condições de reprodução dos agricultores é resultado de um processo complexo que, de certo modo, pode ter contribuições que vão além do plano local. Entendeu-se, então, necessário tratar a ação coletiva dos agricultores de Constantina como integrante de um movimento social que, enquanto tal, constrói uma identidade, um projeto e enfrenta um adversário social. Assim, considerando-se estas prerrogativas, esta dissertação busca responder: *qual o potencial de transformação dos movimentos sociais como o de agricultores familiares de Constantina?*

Com a definição do objeto de estudo, fez-se necessário uma revisão das teorias dos movimentos sociais e um conhecimento prévio da realidade político-social da agricultura familiar e suas formas organizacionais mais recentes. As teorias contemporâneas dos movimentos sociais apontaram para a necessidade de se considerar o processo de formação da identidade, a definição do adversário social e a constituição de um projeto de transformação. Tais categorias buscam explicitar os elementos de identificação dos indivíduos mobilizados (diferencia os de “dentro” dos de “fora”), a demarcação de contra quem se está lutando e a proposição social que o movimento está constituindo.

Quatro Capítulos, além da Introdução, compõem a estrutura desta dissertação. No Capítulo 2, são apresentadas diferentes abordagens dos movimentos sociais, contendo a crítica ao *modelo clássico marxista*, o aparecimento do *neomarxismo* e do paradigma dos *novos movimentos socais* e o desenvolvimento de concepções contemporâneas sobre estes fenômenos sociais. Busca-se, com esta revisão, apresentar algumas das principais teorias interpretativas dos movimentos sociais e encontrar um referencial teórico metodológico que ilumine à investigação do caso em questão.

No Capítulo 3, busca-se identificar algumas especificidades dos movimentos sociais rurais. Situa-se a origem dos movimentos “camponeses”, que unificaram as lutas no campo brasileiro, dos anos 50 e 60, e que superaram os limites do *localismo*⁶. Salienta-se a desmobilização promovida após o Golpe de 1964 e a retomada das lutas populares a partir dos anos 70, que possibilitaram o aparecimento de novos atores sociais e a formação, no período recente, de

⁶ Martins (1983) e Medeiros (1989).

organizações gerais de camponeses e agricultores familiares, que têm propiciado o estabelecimento de divergências significativas quanto as suas formas de luta e seus projetos de porvir. Este Capítulo tem o objetivo de construir, mesmo que de maneira sintética, o cenário de desenvolvimento dos principais movimento sociais rurais brasileiros e antecipar algumas questões sobre os processos de constituição de identidades, adversários e projetos destes movimentos. Atribui-se maior atenção aos movimentos do Sul do País, tendo em vista que os objetivos e os limites do trabalho assim o requerem.

No Capítulo 4, apresenta-se o movimento dos agricultores em Constantina no contexto dos movimentos sociais rurais brasileiros e, mais especificamente, do Sul do Brasil. Inicialmente, lança-se um olhar sobre o processo de ocupação da região do Alto Uruguai, o estabelecimento do sistema agrícola colonial, a crise de superpopulação, o fim das “terras virgens” e para o estabelecimento de movimentos de luta por terra na região. Posteriormente, o estudo direciona-se para o processo de modernização da agricultura, a “crise da modernização da agricultura” e a produção de novos movimentos sociais (“sem-terras”, “atingidos por barragens”, mulheres trabalhadoras rurais e pequenos agricultores fragilizados). Procura-se, ainda, situar a formação e estruturação do movimento de agricultores no âmbito local, analisando os fatores objetivos que contribuíram para a mobilização e formação do movimento e também a inter-relação com outros atores populares com atuação na região do Alto Uruguai. Torna-se central, neste Capítulo, a análise dos processos de constituição das identidades sociais, os adversários e os projetos dos agricultores mobilizados. Dessa forma, este é o Capítulo que se apresentará a formação do movimento, a estruturação de organizações a nível local e regional para a viabilização da “pequena agricultura”, a articulação do movimento com os demais atores sociais e com o Estado.

No Capítulo 5, trabalha-se o potencial de transformação do movimento frente à análise da sua trajetória política e às relações com os atores sociais e o Estado. Também se dá importância central ao processo de (re)significação cultural positivada da agricultura familiar e a adaptação de seu projeto frente à conjuntura recente.

2. ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Scherer-Warren (1984), o termo “movimentos sociais” surgiu na Sociologia Acadêmica na obra de Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quando este autor defendeu a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo do movimento proletário francês, do comunismo e do socialismo então emergentes. Ainda, segundo esta mesma autora, no século XIX e início do XX a Sociologia Marxista⁷ também estudou os movimentos sociais.

Para Ricci (2000, p. 47), a temática dos movimentos sociais “surge no bojo de um processo de **estranhamento** das instituições públicas e de alguns segmentos urbanos frente ao acelerado processo de industrialização da Europa”⁸. Este mesmo autor identifica relatos históricos⁹ que testemunham o desconforto e estranhamento que a emergência de grandes massas de trabalhadores urbanos e a pauperização – provocada pela Revolução Industrial – causava tanto nas instituições públicas, quanto na intelectualidade européia. Dessa forma, para alguns, o “conceito de movimento social [...] é fruto do incômodo e da necessidade de controle social” (RICCI, 2000, p. 48). No entanto, Ricci (2000, p.48) acrescenta que é possível distinguir-se a emergência de duas tradições diferenciadas no estudo sobre movimentos sociais:

[...] uma primeira, onde os movimentos sociais são compreendidos como excrescências sociais, germe da desagregação e violência (Le Bon) e, uma segunda, que percebe nos movimentos sociais o desaguadouro de demandas sociais dos segmentos da população não institucionalizados ou, até mesmo, excluídos dos processos decisórios e integração societária (Durkheim, Marx).

Gohn (2000) identifica, na sociologia norte-americana, trabalhos que deram origem a uma concepção específica acerca dos movimentos sociais. Os estudos iniciais, realizados a partir de 1920¹⁰, procuravam, basicamente, analisar os movimentos a partir de seus ciclos evolutivos, argumentando que o seu “surgimento,

⁷ Chamada de não acadêmica por Scherer-Warren (1984).

⁸ Grifo no original.

⁹ Os relatos citados são: Friedrich Engels na obra *“A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”*, produzido por volta de 1840; Janin, em *“Un hiver a Paris”*, em 1845; e de Émile Chevalier que escreveu um artigo intitulado *“Pauperismo”*, em 1892.

¹⁰ Segundo Gohn (2000), na tradição norte-americana de estudos dos movimentos sociais destacaram-se, a partir da década de 1920, os trabalhos da Escola de Chicago e de alguns interacionistas simbólicos como Herbert Blumer.

crescimento e propagação ocorria por intermédio de um processo de comunicação que abria contatos, rumores, reações circulares, difusão das idéias etc.” (GOHN, 2000, p. 24). Para estes trabalhos, o que motivava os movimentos eram as insatisfações com as mudanças sociais que a sociedade industrial gerava. Dessa maneira, “a adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados” (GOHN, 2000, p.24) por estes processos de mudança.

Apesar do desenvolvimento destes trabalhos pioneiros na Europa e EUA, segundo Scherer-Warren (1984), é somente a partir de 1940 que a Sociologia Acadêmica assume o estudo dos movimentos sociais como um objeto central. Desde então se avançou na conceituação dos movimentos sociais, que passaram a ser concebidos como: “[...] um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança” (SCHERER-WARREN, 1984, p. 12).

Uma revisão mais detalhada sobre as principais contribuições teóricas acerca dos movimentos sociais torna-se necessária para iluminar o estudo de caso. Esta será apresentada nas partes seguintes deste Capítulo.

2.1. AS CONCEPÇÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O objetivo desta revisão teórica acerca dos movimentos sociais é identificar abordagens e autores-chave com suas diferentes concepções na teorização sobre os movimentos sociais.

Inicialmente, cabe reconhecer que existe uma pluralidade de abordagens nas ciências sociais, que se reflete em concepções diferenciadas sobre seus objetos de estudo. No campo de estudo dos movimentos sociais, observam-se abordagens diferenciadas o bastante para dar origem a diferentes concepções teóricas.

Ao mesmo tempo, conforme destaca Bruyne et al. (1977), a pesquisa em ciências sociais se insere em um *ambiente societal de pesquisa*, o qual está sujeito a interferências político-sociais múltiplas que podem se refletir na produção acadêmica. Ou seja, “A organização social da pesquisa não escapa aos conflitos políticos e sociais [...] os cientistas não estão acima da disputa social e política; ao

mesmo tempo sua ciência não se reduz à ideologia dos atores que se confrontam [...]” (TOURAINÉ *apud* BRUYNE et al., 1977, p. 31).

Mesmo a classificação das diferentes abordagens de estudo dos movimentos sociais não é consensual. De um lado, Alexander (1998) faz alusão a uma polarização de concepções entre o que chama de *modelo clássico* (europeu) que privilegia as *interpretações históricas das revoluções* (remetendo às determinações estruturais dos movimentos sociais) e uma interpretação norte-americana, que valoriza a *organização e mobilização de recursos* por atores sociais¹¹. De outro lado, Gohn (2000) diferencia quatro grandes *paradigmas* de movimentos sociais, a saber: o *marxista*, o *norte-americano*, o dos *novos movimentos sociais* e o *latino-americano*¹².

Segundo Alexander (1998), o *modelo clássico* partiu das interpretações históricas das revoluções. Em decorrência, os movimentos sociais foram interpretados segundo o modelo dos movimentos revolucionários, de modo que foram entendidos como mobilização de massas que visava apossar-se do poder de um Estado antagônico¹³.

Reconhecendo a centralidade da abordagem marxista no desenvolvimento do *modelo teórico clássico* e sua influência nas concepções atuais, como assinalam Scherer-Warren (1984), Alexander (1998) e Gohn (2000), partir-se-á desta para, posteriormente, resgatar as abordagens teóricas mais recentes.

2.2. DO MODELO CLÁSSICO MARXISTA DE MOVIMENTO SOCIAL ÀS NOVAS INTERPRETAÇÕES

Nesta seção são apresentadas as abordagens sobre os movimentos sociais tratadas neste trabalho. Inicialmente, considera-se o modelo clássico, seus principais elementos teóricos e algumas das críticas dirigidas a este modelo.

¹¹ Segundo Alexander (1998) a concepção norte-americana buscou a *inversão do modelo clássico* e apesar de possuir diferentes interpretações, mantém o centro do seu entendimento dos movimentos sociais centrado no utilitarismo das ações sociais. Assim, “as dimensões criativas e subjetivas dos movimentos sociais são vistas como meios para um fim, não como fins almejados por serem significativos em si mesmos...” (p. 12). Diante destes limites apontados (principalmente a centralidade no utilitarismo), se optou por não utilizar esta abordagem no desenvolvimento deste trabalho.

¹² Cabe reconhecer, ainda, que estas divisões podem ser questionadas e fracionadas em mais algumas divisões e subdivisões por outros autores que se dedicam a estudar a história da sociologia.

¹³ “De acordo com esta concepção, o objetivo dos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outra voltada para um fim distinto, mas que se utiliza de meios semelhantes” (ALEXANDER, 1998, p. 05).

Posteriormente, trata-se das novas interpretações sobre os movimentos sociais, notadamente, a abordagem “neomarxista” e o “paradigma dos novos movimentos sociais”. Apresentam-se as contribuições teóricas de alguns dos principais autores que trabalham com a temática dos movimentos sociais na contemporaneidade e, por fim, ainda busca-se confrontar as abordagens caracterizadas.

2.2.1. O Modelo Clássico

Karl Marx ficou conhecido na história mundial por ser o primeiro e o mais importante ideólogo dos movimentos revolucionários no século XIX, tendo firmado sua autoridade e prestígio intelectual na afirmação do *modelo clássico* de movimento social¹⁴. Vários autores (SCHERER-WARREN, 1984, ALEXANDER 1998, GOHN, 2000) destacam a grande contribuição do pensamento marxiano¹⁵ na construção de teorias explicativas dos movimentos sociais e também sua influência na orientação da prática dos movimentos.

Uma das grandes contribuições de Marx foi estabelecer a relação entre a teorização e ação política dos movimentos sociais através do conceito de *práxis social*. Esta foi entendida como a transformação do social “que se realiza em conexão com a realidade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política.” (GOHN, 2000, p. 176). E ainda, como resume Scherer-Warren

[...] pode-se afirmar que Marx, desde o ponto de vista da Sociologia, foi um dos mais importantes criadores de um *projeto de transformação radical* da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para a realização deste projeto, além do amadurecimento das condições estruturais propícias, exige-se também uma *práxis revolucionária* das classes exploradas. (1984, p. 35) (grifos do autor).

Estas citações revelam a preocupação destes comentadores em demonstrar que Marx, ao trabalhar com o conceito de *práxis*, articulava a atividade prática (ação do movimento) e a teórica (concepção do movimento) num conjunto unitário, voltando-se para o objetivo da transformação social. Assim sendo, o marxismo aplicado ao estudo dos movimentos sociais foi entendido não apenas como uma

¹⁴ Este modelo se apresenta fortemente impregnado de um materialismo ontológico e realismo epistemológico, com uma especial inflexão ao empirismo filosófico (ALEXANDER, 1998).

¹⁵ Neste trabalho se utilizará o termo “marxiano” quando se estiver referindo aos escritos de Marx e Engels. E o termo “marxista” quando se referir aos adeptos das idéias destes.

teoria explicativa, mas como uma teoria que fundamenta a própria ação destes movimentos¹⁶.

Diversos autores têm comentado sobre a abordagem marxista dos movimentos sociais possibilitando uma caracterização genérica desta. Considera-se que o estudo dos movimentos sociais sob a abordagem marxista centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção. As mudanças são sempre concebidas como fruto das contradições geradas pela oposição entre capital e trabalho, que contrapõem respectivamente a burguesia e o proletariado em uma luta ininterrupta: a *luta de classes*. Esta luta é concebida como o “motor da história”, cujo resultado ancora-se na suposição de que as contradições geradas por ela colaboram para a organização política do proletariado, permitindo criar as condições necessárias para a superação da ordem capitalista. O dirigente “inevitável” do proletariado rumo à sua emancipação política e social é encarnado, no esquema marxista, pelo *partido operário*. Tal estratégia não concede aos movimentos sociais alheios aos partidos, outro papel que não seja o de meras testemunhas do mal-estar social, incapazes por si só de iniciarem um processo de transformação das estruturas sociais. No modelo clássico enfatiza-se o papel da violência e da coerção como táticas de luta, sendo as referências empíricas mais comuns a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917). O uso da força é percebido, também, como forma de garantir o controle das instituições aos revolucionários recém-chegados ao poder, defendendo-os de possíveis ofensivas contra-revolucionárias¹⁷. Em síntese, os movimentos sociais são concebidos de

¹⁶ Por isso precisa ser concebido, também, como uma *teoria da ação*, pois além de se ocupar do entendimento dos problemas sociais, procura refletir sobre as práticas sociais tornando-se *práxis histórica*. Marx e Engels escreveram no prefácio à edição alemã de 1872 do Manifesto do Partido Comunista referindo-se à experiência da Comuna de Paris: “não basta que a classe operária se apodere da máquina do Estado existente para fazê-la servir a seus próprios fins” (MARX; ENGELS, 2004, p. 26) é necessário que os operários conquistem o poder, que dêem a direção do desenvolvimento da sociedade. Ou seja, segundo o pensamento marxiano, a tarefa histórica do proletariado é construir um “novo mundo” (novas relações de produção e de poder e novo modelo cultural), para isso a classe operária tem de desenvolver uma forte consciência de classe e acumular forças na arena política. Pois, como advertem Marx e Engels (2004, p. 65), “O que demonstra a história das idéias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as idéias da classe dominante”. Assim, o movimento proletário deveria tornar-se classe dominante (tomando o poder da burguesia) para poder estabelecer uma nova forma de organização social que acabasse com a “dominação do homem pelo homem”. E esse modelo de organização socioeconômica, segundo o pensamento marxiano, seria o *comunismo*.

¹⁷ A freqüente associação dos movimentos sociais à idéia de revolução influenciou os mesmos a orientarem-se para o poder, à violência e ao controle. Isto levava a enfatizar as imagens simbólicas que representaram momentos de ruptura violenta (a ocupação da Bastilha, do Palácio de Inverno,

maneira puramente instrumental, ou seja, “como meios mais eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens” (ALEXANDER, 1998, p. 05).

Para Gohn (2000, p.174), os movimentos sociais, segundo a abordagem marxista, não existem *a priori*, colocam-se em movimento e tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história: “Organização e consciência serão fatores decisivos para explicar o seu desenrolar”. Para Scherer-Warren (1984, p. 12-13), a abordagem marxista busca identificar nos movimentos: “a necessidade de organização e da comunidade de interesse de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma; uma proposta e um programa de transformação social”. Assim, estes são os eixos principais a serem considerados para construção do movimento social.

Segundo o entendimento de Gohn (2000), examinando-se mais especificamente o trabalho de Marx¹⁸ constata-se que este inspirou duas grandes correntes de pensamento. A primeira corrente marxista, denominada *ortodoxa*, seria inspirada no “Marx maduro” (trabalhos elaborados após 1850) e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, tendo privilegiado, em função disso, os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. Como expoentes que deram seguimento à teorização de Marx (maduro), destacam-se Lenin e Trotsky. As principais contribuições de Lênin, no campo da ação política do movimento operário, dão-se ao preconizar a necessidade de desenvolvimento de uma *vanguarda política* para atuar junto às massas com o objetivo de levá-las a desenvolver a *consciência revolucionária* e a necessidade da formação do *partido de quadros* como ponto de convergência dos movimentos sociais (o partido orientaria e conduziria os movimentos para a emancipação da classe operária). Trotsky, por sua vez, contribui

greves gerais, ocupações de fábrica, etc.).

¹⁸ Alexander (1998) advoga pela divisão da obra de Marx em dois momentos. No primeiro momento, obras iniciais de Marx, a ênfase estava voltada para a reflexão dos temas filosóficos que salientavam a necessidade dos atores sociais passarem por transformações emocionais, morais e estéticas, antes que mudanças estruturais e objetivas pudessem ocorrer. O autor justifica tal argumento com a seguinte passagem: “A superação da propriedade privada significa, portanto, a completa emancipação de todos os atributos e sentidos humanos [...] tanto de um ponto de vista subjetivo quanto objetivo” (MARX, *apud* ALEXANDER, 1998, p.06). Num segundo momento, com as reflexões que Marx realizou no campo da economia política, esta visão dos preceitos necessários a revolução se modificam. A partir daí, passa a salientar e valorizar os aspectos objetivos da realidade secundarizando os subjetivos, tal como se observa na passagem seguinte: “o comunismo [...] não é um estado de coisas a ser estabelecido, um ideal ao qual a realidade terá que se adaptar. É uma questão que o proletariado é compelido historicamente a fazer. Sua meta e sua história são fixadas de antemão, de modo evidente e irrevogável, por sua própria condição de vida” (MARX, *apud* ALEXANDER, 1998, p. 07).

para a teoria dos movimentos sociais com a elaboração das noções de *revolução permanente* (confronto contínuo entre as classes) e com o conceito de sistema de *correlação de forças* de uma sociedade (que teria a finalidade de avaliar o poder relativo do movimento operário com relação ao da burguesia).

A corrente marxista ortodoxa foi predominante na primeira metade do último século (até década de 60), principalmente em função da influência política que os revolucionários russos tiveram¹⁹. Os pressupostos gerais desta corrente baseavam-se principalmente nas determinações econômicas e macro-estruturais e, em razão disso, “geraram leituras mecanicistas e deterministas da realidade social, como as predominantes na Segunda Internacional, nas primeiras décadas deste século [XX], ou as realizadas durante o período stalinista na Rússia” (GOHN, 2000, p. 173).

A segunda corrente está ligada ao “jovem Marx” e seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia, etc. Destes estudos originou-se uma tradição *histórica-humanista* (também conhecida como heterodoxa) que está representada principalmente nos trabalhos de Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e Escola de Frankfurt. Rosa Luxemburgo foi uma das primeiras a valorizar mais os elementos histórico-humanistas de Marx. Dentre as principais contribuições de Rosa Luxemburgo à teoria dos movimentos sociais destaca-se: sua teorização sobre o papel primordial da *espontaneidade das massas* e suas iniciativas criadoras na construção de uma nova realidade social, através dos movimentos sociais auto-organizados; a conceituação da revolução como um processo de construção da *consciência dos homens* e de suas *experiências histórica* e a tese da possibilidade de vencer etapas do capitalismo através do *desenvolvimento gradual* de suas contradições. Lukács, por sua vez, trabalha a questão da *consciência de classe*, especialmente a *falsa consciência* da classe operária. No entender deste último, somente com a elevação da consciência da classe operária seria possível a passagem desta do “reino da necessidade” (capitalismo) para o “reino da liberdade” (comunismo). Gramsci, contribui na teoria dos movimentos sociais no que diz respeito a problemática da construção da *hegemonia popular* ou *contra-hegemonia* à classe dominante, que deveria dar-se, inicialmente, no âmbito da sociedade civil para a posterior tomada do poder do Estado. Gramsci, ainda, introduziu o tema da *cultura* como um espaço em disputa entre as classes; também atribuiu papel central

¹⁹ Como consequência disso ocorreu a reprodução do *partido leninista*, como modelo e unidade básica de ação política do movimento operário em escala internacional.

aos *intelectuais orgânicos* (de classe) na manutenção da hegemonia e na construção da contra-hegemonia. Quanto à Escola de Frankfurt, sua contribuição à área dos movimentos sociais, segundo Gohn (2000), refere-se à fundamentação da teoria da alienação o que, por sua vez, possibilitou uma releitura do marxismo ortodoxo a partir da década de 60.

Embora alguns destes autores tenham produzido ainda nas primeiras décadas do século XX, seus trabalhos foram mais valorizados academicamente a partir da década de 60, quando se difundiram severas críticas às concepções inspiradas no marxismo ortodoxo. A revisão crítica dos trabalhos das correntes ortodoxa e humanista deu origem tanto às abordagens que viriam a ser denominadas “neomarxistas”, quanto motivou, no estudo dos movimentos sociais, a emergência do paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”.

2.2.2. As Novas Interpretações dos Movimentos Sociais

Com a crise da abordagem marxista (principalmente da corrente ortodoxa), surgiram concepções heterodoxas do marxismo, com variados graus de abandono dos pressupostos originários e interpretações que propõe novos referenciais para entender os novos fenômenos políticos e sociais. Muitos autores continuaram referenciando-se em elementos teóricos-chaves do marxismo, passando a ser chamados de *neomarxistas*. Seus estudos e teorizações sobre os movimentos sociais vão, paulatinamente, abrandando o peso das determinações estruturais e assumindo pressupostos teóricos que dão maior autonomia de ação aos atores sociais. Essa transição recebeu influências do emergente paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”. Dentre os autores que mais se destacaram, a partir da década de 60, na perspectiva neomarxista de estudo dos movimentos sociais, citam-se, neste trabalho, Manuel Castells e Jean Lojkine²⁰. Estes autores, nesta época, dedicaram-se particularmente ao estudo dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU)²¹.

²⁰ Além destes autores, segundo Gohn (2000), os principais autores neomarxistas que trabalharam na área dos movimentos sociais são: Claus Offe, Laclau, Jordi Borj, Eric Hobsbawm, E.P. Thompson e G. Rude.

²¹ O quadro metodológico de análise dos MSU de Castells, nessa época, consistia em entendê-los a partir das determinações estruturais dos problemas que os encerram ou que reivindicam: “Isso implica captar nos movimentos suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e o Estado” (GOHN, 2000, p. 190). Disso resulta que o método de abordagem de Castells para o estudo dos MSU seria a sua observação concreta, para registro das formas como se desenvolvem e as ações e organizações que se integram. Isso feito

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista (no que é contemporâneo com as formulações neomarxistas iniciais) e aos “esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores” (GOHN, 2000, p. 121). Sua preocupação consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960.

Uma das principais críticas dirigidas a abordagem marxista ortodoxa refere-se ao seu arcabouço teórico, que privilegia a análise das estruturas sociais (especialmente a econômica), consideradas como determinantes da ação humana²². O paradigma dos NMS considera que isto limita a expressão da subjetividade dos indivíduos ao considerá-los como reflexo das determinações materiais. Do mesmo modo, subestimam-se as contribuições culturais e a ação criativa dos indivíduos na formação dos movimentos sociais. Assim, entende-se que a ênfase analítica nas determinações das estruturas sociais pode servir muito bem para explicar *por que* os movimentos surgem, mas revela-se incapaz de explicar *como* eles surgem e se mantêm no longo prazo (GOHN, 2000).

Gohn (2000) aponta algumas outras características básicas que compõem o quadro analítico da teoria dos novos movimentos sociais e que o distingue do marxista ortodoxo, a saber:

- a eliminação da centralidade de um sujeito pré-determinado e específico criado pelas contradições do capitalismo. Enquanto na abordagem marxista ortodoxa a problemática das classes sociais é a categoria central, utilizada tanto para refletir sobre as origens dos participantes dos movimentos sociais e seus interesses, quanto para identificar o programa

dever-se-ia partir para uma nova fase, que Gohn (2000, p. 190) destaca como: “relacionar o observado anteriormente com: a) as contradições estruturais do capitalismo; b) a expressão estrutural do movimento no urbano; e c) o processo político mais geral do país nos últimos anos”. Lojkin (1997), por sua vez, afirma, referindo-se aos movimentos sociais urbanos, que não há análise do movimento independentemente da análise da articulação com “movimentos sociais ligados à produção” e que evoque diretamente a questão do poder político. Assim, define movimento social urbano como um “questionamento da nova divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos, por meio do fenômeno da segregação habitat/trabalho” (LEJKINE, 1997, p. 335).

²² Este deslocamento do centro de análise dos movimentos sociais é apontado por Garretón (2002), que identifica que o paradigma estruturalista (que orientava a pesquisa em geral) é constituído: em primeiro lugar, pela existência de uma *unidade ou correspondência entre estrutura e ator*; em segundo lugar, pelo *predomínio da estrutura sobre o ator*; e, em terceiro lugar, pela *existência de um eixo central* previsto pelas estruturas e os processos decorrentes delas, que atuava como *princípio constitutivo de toda ação coletiva* e da *conformação dos atores sociais*. Dessa forma, segundo este autor, esta concepção restringia as ações dos atores sociais às oportunidades das crises estruturais e os “amarrava” as leis da história e da razão.

ideológico que fundamenta as ações, no paradigma dos NMS é abrandado o peso das classes sociais. O novo sujeito é apresentado como um coletivo difuso, não hierarquizado, que luta pelos progressos da modernidade e, ao mesmo tempo, é crítico à ela, fundamentando as suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários;

- a política ganha centralidade nas análises, ao mesmo tempo em que amplia o seu leque de abrangência, passando a ser considerada como uma dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais. Há uma ênfase nas relações micro-sociais e culturais;
- a construção de um modelo teórico baseado na cultura, que apesar de fazer uso das bases marxistas que vêem a cultura como ideologia, afasta-se da noção de ideologia como falsa representação da realidade; e
- os atores são analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Os atores sociais ganham relevância na análise dos NMS, enquanto o peso determinante das estruturas diminui consideravelmente. Assim, abre-se espaço para análise das ações dos atores e, dessa forma, a política ganha centralidade no desvendamento dos movimentos sociais.

2.2.2.1. A Concepção de Alain Touraine

Um dos autores que estabeleceu novas bases para a interpretação dos movimentos sociais é Alain Touraine. Touraine, ainda na década de 70, define movimento social como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (1977, p. 336), entendendo por sistema de ação histórica um campo social e cultural que dá a direção para o desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, os movimentos sociais se definem pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (1977, p. 344).

Touraine (1977) propõe que o conceito de movimentos sociais implica a combinação de três princípios, a saber: um *princípio de identidade* (que é a definição do ator por ele mesmo); um *princípio de oposição* (o ator identifica um adversário); e um *princípio de totalidade* (que é a participação no sistema de ação histórica). Dessa

forma, o que caracteriza a existência de um movimento social são os três elementos derivados destes princípios: o *ator*, seu *adversário* e o *que está em jogo no conflito*. Esses elementos são explicitados nas palavras de Touraine em uma obra posterior:

Um movimento social [...] define-se através da luta de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos da sociedade ou pela direção do processo de desenvolvimento. Um movimento social combina, pois, o que chamei de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e um princípio de totalidade, quer dizer, a definição de um campo de interesses. (1989, p. 233).

Para Touraine, estes três princípios devem existir simultaneamente para que as ações coletivas possam caracterizar-se como movimentos sociais. Tal postura deste autor estabelece uma discussão em torno da questão do “alcance” das *condutas coletivas*²³ como um dos requisitos para sua denominação como movimento social. Inicialmente (1977), o autor menciona três formas de condutas coletivas que não alcançam o *status* de movimentos sociais:

a) *As condutas de crise organizacional*: referem-se a ações coletivas que buscam questionar *a injustiça, a incompetência e a irracionalidade* no interior das organizações²⁴;

b) *As tensões institucionais*: referem-se aos movimentos de pressão que aceitam participar de negociações institucionais. A ação institucional é bastante limitada “ela só considera a zona de influência das instituições. Ora, todo sistema institucional é limitado, toda reivindicação não é negociada, todos os interesses sociais não são representados” (1977, p. 339), de modo que o limite desta forma de conduta coletiva está no limite das instituições; e

c) *Os protestos modernizadores*: são as ações que visam atualizar (trazer ao presente) questões morais desprovidas de recorte de classe e de historicidades. Conforme Touraine (1977, p.334): “A constante fraqueza e a freqüente grandeza destes movimentos provém de serem eles bastante indeterminados socialmente.” Porém, adverte o autor: “[...] eles têm também uma repercussão excepcional, pois, se não são movimentos sociais que animam um conflito, sensibilizam ao menos

²³ Nas obras mais “antigas” Touraine (citada neste trabalho a de 1977), utiliza o termo *condutas coletivas* como genérico de ações sociais de mobilização e protesto, ao passo que nas obras mais recentes é utilizado o termo *ação coletiva* para designar estes fenômenos. Assim, se utilizará neste trabalho estas duas expressões dependendo de como aparecem nas obras citadas.

²⁴ O que distingue esta conduta coletiva “é capacidade que só tem o movimento social de mobilizar um grupo ou uma coletividade por uma luta contra um adversário e pelo controle da mudança, enquanto que a reação a uma crise organizacional só pode ser dirigida para o interior de uma coletividade” (1977, p. 338).

aqueles que rejeitam o transmitido e querem dar sentido ao que perderam ou que ainda não tiveram” (1977, p.334).

Para Touraine, um movimento social só se configura enquanto tal quando

[...] o ator não se define mais em relação a normas de funcionamento ou a procedimentos de discussão e de decisão, mas em relação a um conflito social geral. Este conflito não opõe diretamente grupos sociais concretos; ele questiona o controle do desenvolvimento social, tal qual ele é definido por um modelo cultural e pelos outros elementos do sistema de ação histórica. (1977, p. 345).

Segundo esta concepção, os conflitos que geram movimentos sociais são os que definem adversários, que não se limitam a disputas setoriais ou às possibilidades legais, mas que disputam entre si a direção do campo de experiências históricas de uma sociedade: “O conflito tem um jogo e se coloca em um campo. *Os adversários falam sempre a mesma linguagem*, sem o que não poderiam debater-se nem se combater.”²⁵ (TOURAINÉ, 1977, p. 345).

Nos anos mais recentes, Touraine (1998, 2003 e 2004) deu seguimento aos estudos sobre os movimentos sociais teorizando sobre o papel do sujeito e a questão da democracia na relação entre o sujeito, os movimentos e o Estado.

Segundo a interpretação que Silva (1997) faz da obra de Touraine, a modernidade passa a ser um conceito central na análise e, para este último, a modernidade constituiu-se, no mundo ocidental, alicerçada em dois elementos fundamentais: a racionalização e a subjetivação. Para Silva, na história da realização social destas orientações culturais, Touraine observa que “paulatinamente a racionalização vai sendo identificada com as classes dirigentes que vão se tornando dominantes, enquanto a subjetivação é secundarizada e se torna instrumento de defesa e resistência das classes populares” (1997, p.109-10). Dessa maneira, enquanto os dominantes cada vez mais enfatizam sua “‘função’ de atores racionais que apenas realizam a lógica ‘natural’ do progresso científico e tecnológico modernizador” (1997, p. 10), os dominados, por sua vez, “resistem com o apelo a sua identidade e memória contra uma modernização que resulta na sua submissão e exploração” (1997, p. 10).

Frente a esta realidade, Touraine teria se lançado na busca do elemento que poderia recuperar a modernidade dilacerada através da rearticulação de seus elementos cindidos: o sujeito. A idéia do sujeito introduz “uma noção de resistência à

²⁵ Grifos do autor.

lógica do sistema e a afirmação da vontade e do direito do indivíduo ser reconhecido como ator: não só consumidor mas parte integrante e atuante na sua produção” (SILVA, 1997, p. 112). É no sujeito, então, que a racionalização e subjetivação se articulam e se contrabalançam.

Para Touraine, o processo de formação do sujeito não pode ser realizado individualmente, mas somente na interlocução com outros indivíduos da mesma classe social. É justamente por meio deste caráter não individualista do processo de subjetivação que Touraine estabelece a ligação entre a noção de sujeito e o tema dos movimentos sociais. Em suas palavras:

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito. (TOURAINÉ, 1998, p. 302).

Touraine no decorrer de sua obra mantém uma relativa “centralidade” do Estado enquanto legítimo “organizador” da sociedade. Neste contexto, os movimentos sociais devem necessariamente buscar que seus projetos sejam assumidos pelo Estado. Na ótica de Touraine (2003), os movimentos sociais devem servir de mediadores entre o sujeito e o Estado. Os movimentos sociais têm o papel de desenvolverem sujeitos livres e autônomos, por um lado, e construírem as mediações necessárias entre o Estado e os indivíduos, por outro. Ou seja, é fundamentalmente de responsabilidade destes a construção da democracia e a garantia do direito à diferença.

No entendimento de Touraine (2003, p. 360), “deve-se partir do sujeito pessoal, deve-se chegar à democracia, e a comunicação intercultural é o caminho que permite passar de uma a outra”. Dessa forma, o *sujeito*, a *comunicação* e a *solidariedade* são elementos inseparáveis e a sua interdependência conforma o campo das mediações sociais e políticas necessárias, que podem restabelecer a ligação entre o universo instrumental e o universo simbólico (TOURAINÉ, 2003). Com essa ligação, estaria buscando-se livrar a sociedade civil da redução a um mercado ou a uma comunidade fechada em si mesma.

Em seus trabalhos mais recentes, Touraine retoma a questão do alcance dos movimentos sociais. O autor, coloca-se, inicialmente, um questionamento acerca da existência ou não de um conflito central na sociedade atual e responde

positivamente: “Sim, existe um conflito central em nossa sociedade pós-industrial, programada, informatizada, ou seja lá como a chamemos; mais precisamente existe um ator central que luta por uma aposta de importância central” (2003, p. 112). Touraine completa sua resposta afirmando que assume posição central na atualidade o *conflito cultural*. Em suas palavras:

Segundo minha análise, é o conflito central de nossa sociedade que leva um sujeito em luta, de um lado, contra o **triunfo do mercado** e das técnicas e, de outro, contra os **poderes comunitários autoritários**. Acho que este **conflito cultural** é tão central hoje como foi o conflito econômico da sociedade industrial e o conflito político que dominou os primeiros séculos de nossa modernidade (2003, p. 112). (grifos nossos).

Seguindo estes apontamentos acerca da *centralidade do conflito cultural* e da necessidade de *articulação entre racionalização e subjetivação*, Touraine (2003) busca contrapor-se à utilização corriqueira da denominação ‘movimento social’, argumentando que se não for bem delimitada a expressão perderá seu poder explicativo e não será mais possível “fazer sua teoria”. Visando afastar-se da banalização do termo, ele apresenta sua definição atual nos seguintes termos:

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (2003, p. 113).

Com vistas a precisar o alcance dos movimentos sociais, Touraine (2003 e 2004) busca diferenciar os movimentos sociais atuais em três tipos: os movimentos culturais, históricos e societais²⁶.

Os *movimentos culturais* “estão mais centrados na afirmação de direitos culturais do que no conflito com um adversário” (2003, p. 127), visto que estes “ênfatizam as orientações culturais de uma sociedade, mostrando os sentidos opostos que os membros de um mesmo campo cultural lhe dão em função de sua relação com o poder” (2004, p. 158).

Os *movimentos históricos* são expressões de ação coletiva que questionam os rumos dos modelos de desenvolvimento. Eles põem em questão mais uma elite do que uma classe dirigente e apelam ao povo contra o Estado, o que lhes dá um grande potencial de mobilização (2003, p. 133).

²⁶ Com essa distinção, o autor argumenta que pretende evitar a denominação de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse ou de instrumentos de pressão política.

Os *movimentos sociais* são aqueles que “combinam um conflito propriamente social com um projeto cultural, que é sempre definido por referência a um sujeito” (2003, p. 119) e que defendem um modo oposto de uso dos valores morais aos de seu adversário social. Ou seja, os movimentos sociais possuem uma vertente utópica e uma ideológica e dessa forma, “em sua vertente utópica, o ator identifica-se com os direitos do sujeito; em sua vertente ideológica, ele se concentra na sua luta contra um adversário social” (2003, p. 120)²⁷.

Diante desta diferenciação de movimentos sociais, fica claro que Touraine (2003) pretende estabelecer uma hierarquia dos movimentos desejáveis para a sociedade atual²⁸. Para o autor os movimentos sociais são os possuem as melhores condições para resolver os problemas da fragmentação do sujeito e da crise da modernidade. Essa preferência se dá pelo fato de que os movimentos culturais centram-se basicamente no questionamento dos modelos culturais e os movimentos históricos no questionamento dos modelos de desenvolvimento, dessa forma, ambos seriam limitados²⁹. Já os movimentos sociais seriam portadores destas duas questões e ultrapassariam qualitativamente os outros tipos de movimentos por englobarem em suas práticas uma ligação entre o “mundo dos meios e o dos fins”. Ou seja, adotariam a concepção weberiana de ética da responsabilidade. Esse diferencial daria-lhes grande poder de transformação, porém ao mesmo tempo, faria com que fossem raras as experiências históricas destes movimentos.

Diante destas características desejáveis, para Touraine são, primordialmente, os movimentos sociais que atuam sobre o *conflito central* da sociedade atual. Assim, segundo as palavras do autor, estes desafiam ao mesmo tempo “o pensamento liberal e o apelo à revolução, pois nem um nem outro

²⁷ Estas vertentes devem ser consideradas como aspectos indispensáveis na construção de um movimento, pois um excesso de utopia não permite definir um adversário com precisão e um excesso de ideologia acentua mais o conflito social, em detrimento das apostas e possibilidades futuras.

²⁸ Desde seus primeiros escritos Touraine mostra-se aberto a “historicidade” de modo que entende que podem haver especificidades de estrutura e conflitos sociais conforme o momento histórico.

²⁹ Touraine alerta para os perigos encerrados nos movimentos históricos e culturais, a ponto de prever a possível transformação em *antimovimentos sociais*. “Este é o caso quando um ator social identifica-se inteiramente com uma aposta cultural, por exemplo no progresso, e então rejeita seu adversário como inimigo, traidor ou simples obstáculo a eliminar. O que define um movimento social - isto é o conflito dos atores pela gestão social de uma aposta cultural, conflito que nunca se reduz completamente aos interesses de um e de outro - quebra-se então, e a ação que questiona as grandes orientações da sociedade degrada-se em seita ou mobilização autoritária” (TOURAINÉ, 2003, p. 140).

acreditam na capacidade dos atores sociais produzirem sua história através de suas orientações culturais e seus conflitos sociais” (2003, p. 149).

2.2.2.2. A Concepção Recente de Manuel Castells

Castells provém de uma tradição marxista³⁰, mantendo “seu gosto pelo materialismo”³¹ e, em função disso, parte do diagnóstico da formação de uma nova base material para compreender os efeitos que a revolução das tecnologias da informação traz, atualmente, sobre os vários domínios da atividade humana.

Castells (1999; 2002; 2003) observa a emergência de três processos independentes que começam a se gestar no final dos anos sessenta e princípio dos setenta e que convergem hoje para a “gênese de um novo mundo”. São eles: a) a revolução das tecnologias da informação; b) a crise econômica tanto do capitalismo quanto do estatismo e a subsequente reestruturação destes; e c) o florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais, etc.

O *primeiro processo*, a revolução das tecnologias da informação, atuou remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência do *informacionalismo* como a base material de uma nova sociedade. Nesse sentido, ela teria uma importância igual ou maior à da Revolução Industrial. As tecnologias da informação tornam-se as ferramentas indispensáveis à produção de bens e mercadorias, ao exercício do poder e à criação de códigos culturais³². Conforme Castells, as tecnologias da informação adquirem particular importância ao

³⁰ Pode-se afirmar, baseando-se em Gohn (2000), que Castells foi um dos autores neomarxistas que contribuíram para a renovação das abordagens marxistas dos movimentos sociais e da “questão urbana”, desde os anos 70. No entanto, este autor reviu algumas das teorias desta época em anos mais recentes. Em função desta revisão do próprio autor acredita-se não ser necessário apresentar suas concepções já revistas.

³¹ Ruth Correa Leite Cardoso (2002, p. i, *In*: CASTELLS 2002) faz esta referência, no prefácio ao segundo volume da coletânea “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura”, edição brasileira.

³² Para Castells (1999; 2003), a principal característica da *sociedade em rede* não é o papel crucial do conhecimento e da informação, pois conhecimento e informação foram centrais a todas as sociedades. O que seria de fato novo, atualmente, proveria do conjunto de tecnologias da informação com as quais interagimos, centrando-se basicamente nas tecnologias da informação/comunicação fundamentadas na microeletrônica e na engenharia genética – tecnologias para agir sobre informações e não apenas informações para agir sobre as tecnologias, como era no passado. Estas novas tecnologias informacionais estariam transformando o próprio tecido social, ao permitir a formação de novas formas de organização e interação social através das redes de informação eletrônicas.

potencializar as redes³³ que se tornam o modo prevalecente de organização das atividades humanas, transformando, a partir de sua lógica, todos os domínios da vida social, política e econômica contemporâneas.

O *segundo processo*, refere-se à crise dos modelos de desenvolvimento tanto do capitalismo quanto do estatismo (socialismo real ou de Estado), o que levou ambos a se reestruturarem a partir de meados dos anos 70. Segundo Castells (2003), de um lado, o estatismo acabou mostrando sua inabilidade para manejar a transição para a Era da Informação, de outro lado, nas economias capitalistas, as empresas capitalistas e os governos adotaram medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, pela flexibilidade organizacional e por um maior poder no gerenciamento das relações com o trabalho. A globalização, por sua vez, impõe padrões comuns a todos os locais, na medida que difunde uma mesma matriz produtiva baseada nas novas tecnologias, permitindo apagar as distâncias físicas. A nova forma de capitalismo que se configura, o *capitalismo informacional*³⁴, é o prevalecente. A consequência fundamental desse processo é que, pela primeira vez na história, a grande maioria do mundo está organizada tendo como base um conjunto de regras econômicas em grande parte comuns. Trata-se, na essência, de “uma forma de capitalismo com objetivos mais firmes, porém com meios incomparavelmente mais flexíveis que qualquer um dos seus predecessores.” (CASTELLS, 2003, p. 461).

Castells é enfático ao afirmar que “a tecnologia não determina a sociedade” (1999, p. 25), pois muitos e múltiplos fatores intervêm segundo um complexo padrão interativo na configuração que a tecnologia assume em cada momento da história. Daí a importância que tiveram, na conformação da sociedade atual, os poderosos movimentos sociais e culturais que apareceram a partir de 1968. Estes movimentos formam, segundo a perspectiva do autor, o *terceiro grande processo* de remodelação da sociedade atual. Sua importância reside principalmente nos códigos culturais de liberdades individuais que estes produziram e que se expandiram

³³ Embora as redes tenham existido sempre como forma de organização social, com as vantagens de ter maior flexibilidade e adaptabilidade que outras formas, elas tinham um problema inerente: a incapacidade de administrar a complexidade para além de um certo tamanho crítico. Essa limitação substancial foi superada com o desenvolvimento das tecnologias da informação nas últimas décadas (CASTELLS, 1999).

³⁴ Capitalismo “Informacional” porque mais do que nunca está fixado nos meios de difusão de informações e na cultura e, acima de tudo, por ser impulsionado pela tecnologia da informação.

amplamente, transformando alguns domínios da experiência humana. Os movimentos sociais reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, por terem se revoltado contra a injustiça social e por procurarem a liberdade necessária à experimentação pessoal. Em essência, trataram-se mais de movimentos culturais e menos de movimentos políticos, sendo que o que queriam primordialmente era *mudar a vida e não tomar o poder*. Em função disso, ao contrário das interpretações correntes, para Castells eles não foram derrotados, simplesmente retiraram-se de campo e deixaram para trás *uma elevada produtividade histórica*. Em sua luta, questionaram as bases fundamentais da sociedade; rejeitaram os valores estabelecidos; levantaram-se contra o patriarcalismo, abrindo uma crise na família tradicional e nos valores que organizavam a sociedade durante séculos; e, combateram o tradicionalismo religioso e o nacionalismo. Embora esses movimentos sociais fossem em princípio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu “espírito libertário” influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados das tecnologias. Sua proposta de cultura aberta estimulou a experimentação em múltiplas dimensões e a manipulação de símbolos culturais variados, aliada ao incitamento do internacionalismo e do cosmopolitismo, estabeleceu as bases intelectuais para um mundo mais integrado e interdependente. (CASTELLS, 2002; 2003).

A interação desses três processos, paralelos, mas interdependentes, durante o último quarto do século XX, produziu uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social) que resultaram na formação de “uma nova sociedade”. Castells (2003) caracteriza esta nova sociedade remetendo-se à sua nova estrutura social dominante: a *sociedade em rede*; à sua nova economia: a *economia informacional global*; e, à sua nova cultura: a *cultura da virtualidade real*³⁵. A citação a seguir caracteriza os traços centrais da nova sociedade:

³⁵ Castells (1999, p. 395) se coloca a seguinte questão para responder o que é a *cultura de virtualidade real*: “Então, o que é um sistema de comunicação que, ao contrário da experiência histórica anterior, gera *virtualidade real*? É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente *captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transforma na experiência*. Todas as mensagens de todos os tipos são incluídas no meio porque este fica tão abrangente, tão diversificado, tão maleável, que absorve no mesmo texto de multimídia toda a experiência humana, passado, presente e futuro, [...]” (grifos do autor).

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Esta sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressão das atividades e elites dominantes. (CASTELLS, 2002, p. 17).

Para Castells (1999; 2002; 2003), a sociedade contemporânea estaria sendo moldada pelas tendências conflitantes do processo de *globalização* e das *identidades* locais.

Num cenário de prevalência da razão instrumental, as pessoas “excluídas” das redes centrais estão se agrupando em torno de identidades primárias – ou atribuídas, enraizadas na história e na geografia, ou recém construídas em uma busca ansiosa por significados ou na religiosidade – e o fazem buscando segurança pessoal e sentidos para (re)organizar seus objetivos de vida. Assim, aparece a contraposição bipolar entre a Rede e o Ser e, à nível macro, a oposição da organização da *sociedade em rede* com o *poder das identidades* específicas (CASTELLS, 2003). O grande poder que passa a ter a identidade se expressa tanto no surgimento de alternativas ao sistema dominante, por via de movimentos sociais articulados a partir de identidades específicas, quanto na formação de grupos que ficam encerrados em si mesmos com a auto-afirmação de valores e sentidos definidos como forma de proteção diante do sistema que os exclui³⁶.

Diante destas transformações na origem e na forma da produção do social na sociedade em rede, a principal forma de resistência às “batalhas de produção de significados” (e por consequência das determinações materiais) seria a construção de identidades coletivas específicas ou locais.

Então, nestes tempos de sociedade em rede, tornaria-se central a análise da construção social das identidades, entendidas por Castells (1999, p. 39) como: “o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma

³⁶ Por isso, afirmava Castells em meados dos anos noventa, que o surgimento de fundamentalismos religiosos não é casual nesse contexto. Parece responder a uma lógica de excluir os agentes da exclusão. Em suas palavras: “Quando a Rede desliga ao Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social” (CASTELLS, 1999, p. 41).

referência mais ampla a outras estruturas sociais”. Castells completa sua definição afirmando, em outro livro, que as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e constituídas por meio de um processo de individuação” (2002, p.23). Assim, identidades são criadas com base em significações resgatadas ou produzidas e embasadas em materiais culturais, visando ações ou reações na sociedade em rede (envolvente).

Em função da centralidade das identidades na produção do social contemporâneo, Castells (2002) investiga sua formação e sugere que a construção de identidades coletivas – por ocorrer sempre em contextos marcados por relações de poder – pode desenvolver-se de três formas distintas, a saber:

a) *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação, se aplica a diversas teorias de nacionalismo;

b) *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade;

c) *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Para Castells, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*”³⁷ (2002. p. 24), ou seja, um conjunto de organizações e instituições reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “*identidade destinada à resistência*, leva à formação de *comunas, ou comunidades*, [...] dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável”³⁸ (2002. p. 25); a *identidade de projeto* produz *sujeitos*, os quais, conforme definidos por Touraine, não são meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (2002, p. 26). A construção desta última identidade inclui a construção de um projeto de uma vida diferente,

³⁷ Grifos do autor.

³⁸ Grifos do autor.

expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como um prolongamento desse projeto de identidade.

Castells considera que somente com a construção de *identidades de projeto* pode-se produzir movimentos sociais transformadores da estrutura social. No entanto, este autor ainda adverte que enquanto na “modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, [...] origina-se a partir da resistência comunal.” (2002, p. 28).

Castells, atento a estas especificidades da ação coletiva na sociedade em rede, define movimentos sociais nos seguintes termos: “são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade.” (2002, p.20). E acrescenta que, *do ponto de vista analítico*, não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógrados, eles são “reflexos do que somos, caminhos da transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, infernos ou de infernos paradisíacos.” (2002, p. 20).

Em suma, para Castells, nas circunstâncias da *sociedade em rede*, os atores sociais que resistem à lógica dos fluxos globais de capital (à homogeneização da globalização) são as *comunidades de resistência*. Estas “defendem seu espaço e seus lugares diante da lógica estrutural desprovida de lugar no espaço de fluxos que caracteriza a dominação social na Era da Informação.” (2002, p. 422). Assim, estas comunidades constroem, a partir de atributos culturais, resistência ao processo de globalização e esta resistência, por sua vez, pode produzir *projetos* de uma nova estrutura social. Em suas palavras:

[...] a lógica dominante da sociedade em rede lança seus próprios desafios, na forma de identidades de resistência comunais e de identidades de projeto que podem eventualmente surgir desses espaços, *sob determinadas circunstâncias, e por meio de processos específicos a cada contexto institucional e cultural*. A dinâmica de contradição daí recorrente está no cerne do processo histórico pelo qual uma nova estrutura social e a “carne e ossos” de nossa sociedade estão sendo constituídas. (CASTELLS, 2002, p. 423) (grifos do autor).

Dessa forma, a identidade de projeto, para emergir, precisa romper os limites da resistência comunal e constituir-se como um contraponto à homogeneização da sociedade em rede.

Segundo a interpretação que Ruiz (2002) faz da obra de Castells, a mudança social na *sociedade em rede* é uma tarefa bastante complexa devido a grande capacidade que as redes possuem de absorver qualquer novo “insumo” para acrescentar à própria rede e/ou para neutralizá-lo. Em função disso, existem poucas possibilidades de mudança social dentro de uma rede constituída. As possibilidades de transformação real vêm normalmente de fora, seja através da negação de sua lógica pela afirmação de valores que não podem ser processados por rede nenhuma; seja pela criação de redes alternativas com vistas a desenvolver projetos alternativos que possam dar comunicabilidade a códigos para além de sua autodefinição específica. Dessa forma, estariam-se produzindo novos códigos culturais, que poderiam motivar projetos de transformação social.

Neste contexto, para Castells (2002), os partidos políticos esgotaram seu potencial como agentes autônomos de promoção da mudança social³⁹. Os sujeitos potenciais da Era da Informação passam a ser os *movimentos sociais*. Mas, no entanto, só o serão na prática se conseguirem ser produtores e distribuidores de códigos culturais alternativos às redes de organização social já existentes. Para isso, eles têm que se colocar como mobilizadores de símbolos e atuar sobre a *cultura da virtualidade real*, a qual emoldura a informação e a comunicação na *sociedade em rede*. Entretanto, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais desenvolvem suas potencialidades e se tornam “embriões de uma nova sociedade”, uma distância social abismal vai se estabelecendo entre, por um lado,

[...] as metaredes do sistema financeiro internacional e os fluxos globais de riqueza, poder e imagens e, por outro, a maioria das pessoas, as atividades e os locais do mundo. A globalização está se tornando um grande movimento de conexão de tudo o que vale para a razão instrumental do mercado e, ao mesmo tempo, de desconexão de tudo o que não vale para essa razão. (RUIZ, 2002, s.n.).

Com relação à questão do Estado e das formas de poder, Castells é categórico em rejeitar a definição marxista de Estado construída por Poulantzas, pois para ele as mudanças ocorridas, nas últimas décadas (descritas acima) foram

³⁹ No entanto, Castells (2002, p. 424) afirma que os partidos ainda são “instrumentos essenciais para o processamento das reivindicações da sociedade, encabeçados pelos movimentos sociais, nas esferas políticas nacionais, internacionais e supranacionais. De fato, enquanto cabe aos movimentos sociais fornecer os novos códigos nos quais as sociedades podem ser repensadas e restabelecidas, alguns partidos políticos (talvez sob novas roupagens informacionais), ainda atuam como agentes cruciais da institucionalização da transformação social. São bem mais agentes de grande influência do que propriamente inovadores políticos.”

de tal ordem e intensidade que atualmente não existe mais o Estado que Poulantzas, em 1978, assim descreveu:

Uma característica específica do Estado capitalista [...] é que ele absorve o tempo e o espaço sociais, estabelece as matrizes de tempo e espaço e monopoliza a organização do tempo e do espaço que se transforma, por meio da ação do Estado, em redes de dominação e poder. Desse modo, a nação moderna é um produto do Estado. (POULANTZAS citado por CASTELLS, 2002, p. 287).

Para Castells o poder não se concentra mais nas instituições (Estado), nas organizações (empresas capitalistas), ou mecanismos simbólicos de controle (mídia corporativa, igrejas), ao contrário, está difundido em redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. Assim, “o crescente desafio à soberania dos Estados em todo o mundo parece advir da incapacidade de o Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares.” (CASTELLS, 2002, p. 287).

Dessa forma, com as limitações que a globalização impõe ao Estado contemporâneo e as demandas locais que solicitam recursos e proteção nacional às leis “selvagens” do mercado, o Estado-Nação moderno perde a primazia das iniciativas inovadoras. Então, nestes “novos tempos” o poder estaria menos nas instituições clássicas (Estado, empresas, igrejas e partidos) e mais na produção de “códigos de informação” e de “imagens de representação”, que construiriam as demandas para as primeiras (instituições clássicas). Usando as palavras de Castells (2002, p. 423):

A nova forma de poder reside nos códigos de informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento. Este poder encontra-se na mente das pessoas [...] o poder é uma função de uma batalha ininterrupta pelos códigos culturais da sociedade. (grifos do autor).

Com estas novas possibilidades de informação e comunicação e de produção de “batalhas ininterruptas” pela determinação das demandas sociais, as pautas dos governos estatais acabam reféns destas investidas múltiplas. Nesse sentido, o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo submetido aos fluxos globais de capitais, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação.

As possibilidades de ação criadora autônoma do Estado são limitadas consideravelmente.

Observando-se a perda da capacidade de ação criadora do Estado, deve-se chamar atenção para a centralidade dos *movimentos sociais* no questionamento da nova ordem global (globalização) e, visto dessa forma, a grande aposta que Castells faz está no surgimento de movimentos fortes o suficiente para preservar as identidades específicas e os sujeitos diante do potencial envolvente e destruidor/recriador da *sociedade em rede*. O autor advoga pelos processos de construção de *identidades de projeto* como elemento de transformação da estrutura social e como contraposição à homogeneização produzida pela globalização. Assim, para Castells (2002, p. 420), “a principal questão passa a ser o surgimento de *identidades de projeto* [...], potencialmente capazes de reconstruir uma nova sociedade civil e, enfim, um novo Estado”. Dessa forma, nos processos de construção de comunidades de resistência está o alvorecer de sujeitos que se configuram como os principais contrapontos ao fenômeno da globalização, ou em suas palavras, são “os sujeitos potenciais” da atualidade⁴⁰.

Os *agentes potenciais* que dão voz a projetos de identidades, que visam a transformação dos códigos culturais e que são mobilizadores de símbolos novos, segundo os argumentos de Castells, ainda não teriam se desenvolvido completamente⁴¹. No entanto, o autor especula a existência, na realidade atual, de dois tipos de *agentes potenciais*, os quais denomina de: os *Profetas* e as *redes de mudança social*. Os *Profetas*, teriam o papel de emprestar uma face a uma “insurreição simbólica”, de modo que possam falar em nome de rebeldes indicando um caminho, sustentando os valores e atuando como emissores de símbolos⁴². O segundo e “principal agente” diz respeito às *redes de mudança social*, que consistem em *uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais*, que reflete a lógica de dominação da formação de redes da sociedade informacional e a ela reage. Estas

⁴⁰ Para Castells (2002, p. 424-5), “os movimentos sociais que surgem a partir da resistência comunal à globalização, reestruturação do capitalismo, formação de redes organizacionais, informacionalismo desenfreado e patriarcalismo – a saber, por enquanto, ecologistas, feministas, fundamentalistas religiosos, nacionalistas e localistas – representam os sujeitos potenciais da Era da Informação”.

⁴¹ Estes devem “atuar sobre a cultura da virtualidade real que delimita a comunicação na sociedade em rede, subvertendo-a em função de valores alternativos e introduzindo códigos que surgem de projetos de identidade autônomos” (CASTELLS, 2002, p. 425).

⁴² Castells (2002, p. 425) cita o exemplo do Subcomandante Marcos (líder do Exercito Zapatista de Libertação Nacional) como um *Profeta* (entre outros).

redes fazem mais do que organizar atividades e compartilhar informações, *elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais*⁴³. Esta produção de novos códigos culturais, baseados em projetos de identidades, seria o principal contraponto atual à rede de dominação global.

2.2.2.3. A Concepção de Alberto Melucci

Melucci permite avançar na compreensão da “formação do movimento”, ao descortinar os motivos que levam os indivíduos a participarem de um movimento e as influências das condições político-ideológicas de um determinado contexto. O autor busca, também, identificar as relações entre atores e movimentos, enfatizando a formação de *redes de movimentos sociais*, consideradas como fenômenos contemporâneos de manifestação articulada de atores sociais.

Alberto Melucci é um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Seu enfoque situa-se mais ao nível microsocietal, ao contrário de Touraine, por exemplo, que privilegia sistemas macros⁴⁴. Dada a sua formação e atuação profissional – nas ciências sociais e na psicologia clínica – combina a análise das subjetividades dos indivíduos com a análise das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Neste sentido, há um claro afastamento das concepções clássicas de movimentos sociais, como demonstra esta passagem:

Eu diria que me interesso pela dimensão pessoal da vida social porque estou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam as suas vidas. [...] eu sempre tive um interesse profundo pelas estruturas emocionais porque não me considero apenas um indivíduo racional. (MELUCCI, 1994, p. 153).

Tomados estes elementos essenciais, para Melucci, o fenômeno da *ação coletiva* deve ser entendido como:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contigüidade de tempo e espaço, implicando um

⁴³ Castells (2002, p. 426) cita como exemplos destas *redes descentralizadas de mudança social* o movimento ambientalista, o movimento feminista, o movimento dos rebeldes contrários à nova ordem global e os movimentos religiosos fundamentalistas.

⁴⁴ Segundo Gohn (2000, p. 153), em 1980 Melucci publicou um artigo (*The New Social Movements: A Theoretical Approach*) onde “criou um conceito (Novos Movimentos Sociais), um campo de análise (o cultural) e demarcou as principais diferenças entre estes e as análises anteriores sobre os movimentos sociais (centradas no estudo da classe operária)”.

campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo. (MELUCCI *apud* GOHN, 2000, p. 154).

Melucci crítica o modelo clássico por considerar que a ação coletiva era tratada como efeito das condições estruturais ou como expressão de crenças e orientações partilhadas, o que impediu de se conceber a ação como um sistema de relações. Melucci (1989) concorda, em certa medida, com o conceito de *sistema de ação histórica* empregado por Touraine, pois considera que a ação dos movimentos não deve ser analisada somente dentro das contradições estruturais em que ela se insere, mas requer também ser considerada como “uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma ação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e de coerções.” (1989, p. 52). Ou seja, para Melucci, os movimentos sociais são “*sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites.” (1989, p. 52).

A partir destes elementos e para separar os movimentos sociais de outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa), Melucci define “analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (1989, p. 57). Nesta definição, o conflito é visto como uma relação entre atores opostos que lutam pelos mesmos recursos; a solidariedade como a capacidade dos atores compartilharem uma *identidade coletiva*; e os limites do sistema como o espectro de variações tolerados no âmbito de uma estrutura existente. Um *rompimento* destes limites coloca a ação para além do espectro aceitável de variações.

Melucci ainda ressalta que os movimentos sociais, a partir do final da década de 80, passaram a se organizar de maneira inter-relacionada, ou seja, formaram-se as *redes de movimentos*⁴⁵. Estas, por sua vez, deram uma nova tônica

⁴⁵ Enquanto para Melucci as redes são os canais de intercomunicação entre os atores sociais transformadores, para Castells as redes são os instrumentos de dominação da sociedade atual. Esta noção de articulação de movimentos sociais em rede difere da concepção de *rede* de Castells (apresentada anteriormente) em dois pontos principais: primeiramente, enquanto para Castells as redes são organizações dominantes de fluxos de informações, capital e poder, para Melucci as redes são as articulações de atores sociais questionadores da ordem, dos valores e da dominação; e em segundo lugar, para Castells, as redes alternativas são vistas como canais de comunicação, de produção e de transformação de códigos culturais não só entre os movimentos mas no sentido de expandir estas produções a toda a sociedade. Dessa forma, estas redes alternativas contraporiam as redes dominantes (seriam “contra-redes” se afirmando). Melucci já advoga fundamentalmente pela importância articuladora e invisível das redes que interligariam os vários atores sociais (seriam como canais despercebidos de comunicação), visando a produção de ações coletivas coordenadas entre atores e movimentos.

para a ação dos movimentos, que passaram a assumir um modelo bipolar de ação: a fase da *latência* e a fase da *visibilidade*. Nas palavras de Melucci:

A latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados – que, com muita frequência, é oposta às pressões sociais dominantes [...]. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem. Quando pequenos grupos surgem para enfrentar uma autoridade política numa decisão específica, a visibilidade demonstra a oposição que leva a tomada de decisão com relação à política pública. (1989, p. 61).

Para Melucci, os dois pólos (latência e visibilidade) são reciprocamente correlacionados, pois

a latência permite a visibilidade por alimentar o primeiro com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para mobilização. A visibilidade reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa. (1989, p. 61-62).

Melucci, ao considerar a dinâmica social recente, chega a afirmar que “prefere” substituir a expressão movimento social por *redes de movimento* ou *áreas de movimento*. Ou seja, para o autor, trata-se de uma rede de grupos partilhando de uma cultura de movimento e uma identidade coletiva, que inclui “organizações formais” e também uma rede de relações informais que conectam “núcleos de indivíduos” e grupos para uma participação mais ampla. Estas mudanças organizacionais apontam para uma crescente autonomia face aos sistemas políticos tradicionais e uma crescente valorização de ações autônomas que seguem a lógica bipolar da latência e visibilidade.

Dentro desta ótica, que procura apresentar este novo padrão organizacional, fica difícil mensurar os “resultados” de uma ação coletiva. Por mais paradoxal que pareça, o surgimento dos movimentos, segundo Melucci, já os caracteriza como *vencedores*, porque a sua simples existência já é o bastante para afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes. Assim, os movimentos influenciam a política na medida em que ampliam os seus limites, promovem modificações nas regras e procedimentos e incentivam novas formas de participação no interior das instituições. Sua influência pode ser percebida também na produção de novos modelos organizacionais, contribuindo como formadores de novas elites políticas para as instituições e organizações. Finalmente, os movimentos promovem

mudanças na cultura e na moral, através da assimilação de novas linguagens e valores:

Hoje nós falamos uma linguagem que incorpora preocupações ecológicas, preocupações com a igualdade de gênero e estes são resultados institucionalizados da ação dos movimentos sociais. Hoje nós adotamos diferentes atitudes na relação homem/mulher assim como na relação frente a natureza e, uma vez institucionalizados, elas se tornam parte do discurso dos grupos dominantes. (MELUCCI, 1994, p. 156).

Em suma, para Melucci, a simples existência de movimentos sociais atuando já provoca transformações em vários domínios das atividades humanas. Estes atores são desejáveis, pois renovam tanto os valores, quanto as organização da sociedade.

2.3. INTERFACES E DIVERGÊNCIAS ENTRE CONCEPÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste Capítulo, buscou-se identificar as principais abordagens teóricas e concepções sobre os movimentos sociais. Segundo o *modelo clássico*, os movimentos sociais foram vistos como mobilização de massas humanas ávidas por mudança social e pelo estabelecimento da Revolução. Estas massas mobilizavam-se nos momentos em que as condições objetivas (materiais) fossem propícias, ou seja, em períodos de crises do capitalismo ou de grandes setores da economia. No entanto, considerava-se que estas mobilizações por si sós não poderiam alcançar um nível organizacional e de consciência de classe que as pudesse libertar, pois seria necessário trabalhar as condições subjetivas para que fosse possível construir a Revolução. Neste aspecto, entrava o papel das vanguardas esclarecidas da classe proletária, que atuavam profissionalmente no partido da classe (comunista, social-democrata, trabalhista ou socialista). As vanguardas e os partidos criariam as condições subjetivas da mobilização. Ou seja, estes “eram a consciência do movimento” e lhes estava incumbida a tarefa de conduzir as massas à realização da Revolução e de, posteriormente, trabalhar os aspectos relativos ao desenvolvimento humano (cultura, educação, consciência, etc.).

Esta forma de conceber os movimentos sociais, conhecida como *modelo clássico*, perdeu, nos tempos atuais, em grande medida, sua aplicabilidade teórica e prática. A partir dos anos 70, começaram a se fazer fortes questionamentos a este

modelo e novas interpretações aos fenômenos sociais surgiram. Segundo Gohn (2000) principalmente na Europa, passaram a ser produzidas novas abordagens que remetiam, fundamentalmente, a novas dimensões da mobilização dos atores sociais e a novas formas de luta que surgiam no período. Assim, passavam a ser observados os elementos culturais, a solidariedade, as lutas sociais cotidianas, os processos de identidades gerados, etc. Diversos autores identificam que este processo resulta na emergência de um “novo paradigma”, que passa a ser denominado como: “Novos Movimentos Sociais”.

Dentre os principais autores, que têm sido considerados fundadores das abordagens contemporâneas dos movimentos sociais, são destacados, neste trabalho, Touraine, Castells e Melucci. Embora estes se refiram aos movimentos sociais a partir de critérios semelhantes, há divergências substantivas entre Touraine e Castells e destes com relação a Melucci.

Quanto à formação do movimento, segundo o entendimento de Touraine, o que motiva o surgimento de um movimento social “são os interesses opostos” entre diferentes atores sociais que lutam pelo controle das orientações gerais da sociedade (rumos do desenvolvimento e a organização da cultura). Para Melucci, são “atores opostos que lutam pelos mesmos recursos” e que com o estabelecimento desta disputa, rompem os limites do sistema existente. Já segundo a concepção de Castells, a formação de movimentos sociais se dá no rompimento de sujeitos locais ou específicos com as redes gerais de dominação e poder, sendo que esse rompimento se dá através da afirmação de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais, etc.), que resultam na construção de comunidades de resistência.

Os diferentes autores entendem que para a constituição de um movimento devem se estabelecer relações fortes entre os atores. Touraine e Castells remetem à noção de formação de *identidade coletiva*, enquanto Melucci, adotando uma posição mais branda, refere-se à necessidade de relações de *solidariedade*. O fenômeno de construção de identidades coletivas para Melucci, processa-se através do fortalecimento das relações de solidariedade entre os membros do grupo. Castells apresenta uma noção mais ampla do processo de formação de identidades nas sociedades contemporâneas. Para este último, as identidades sociais têm funcionalidades específicas e são criadas com base em materiais culturais, produzindo novos significados ou resgatando antigos, visando ações ou reações na

sociedade em rede. Já Touraine, em seus trabalhos iniciais, tendia a enfatizar questões de semelhanças nas condições objetivas dos atores que iriam se incorporar em movimentos (identidade de classe), enquanto, em seus trabalhos recentes, procura tratar com mais cautela a questão. Tem enfocado, principalmente, a questão da identificação para a formação dos sujeitos (coletivos), mas também manifesta certo desacordo com a negação dos “diferentes” para afirmação dos “iguais”. Assim, nos trabalhos mais recentes, Touraine adverte que a mobilização de identidades coletivas pode recair em uma grande cilada, tendo em vista as possibilidades de formação do comunitarismo (comunidades fechadas em si mesmas). Neste ponto, fica evidente uma diferença significativa entre a concepção de Touraine e a de Castells. Enquanto Castells visualiza na construção de *comunidades de resistência* a formação de sujeitos potenciais para produção de novos códigos culturais e novas estruturas sociais, Touraine identifica uma grande “armadilha” na constituição destas comunidades, pois estas dificultariam as possibilidades de manifestação dos sujeitos livres e democráticos.

Com relação ao *projeto*⁴⁶ do movimento social, observam-se algumas diferenças de concepções entre os autores trabalhados. Touraine, em seus trabalhos iniciais, atribuía à disputa com um adversário social pela direção do desenvolvimento da sociedade a grande tarefa do movimento social, mas em seus trabalhos mais recentes vem estabelecendo que, além da disputa pelo desenvolvimento, este deve propiciar as condições necessárias para a manifestação dos sujeitos. Melucci atenta para a capacidade que os movimentos sociais têm de afetar os códigos culturais e os sistemas simbólicos dominantes, além de produzirem influências no sistema político, nas instituições e nos modelos organizacionais. Ou seja, para Melucci, essencialmente os movimentos contribuem para a “renovação” da sociedade. Para Castells, a construção do projeto societal está intimamente relacionada ao processo de formação da identidade do movimento. Se o movimento só constrói identidade de resistência – para garantir a existência de um grupo específico – poderá ficar preso somente às garantias de sobrevivência dos indivíduos, mas se este conseguir construir um projeto para um novo sujeito atuar,

⁴⁶ Touraine (1977) construiu uma tipologia de análise dos movimentos sociais (apresentada na parte relativa a este autor) e esta tipologia foi adaptada por Castells (2002). Segundo a adaptação de Castells, para análise dos movimentos sociais contemporâneos deve-se atentar a três elementos fundamentais, a saber: a *identidade*, o *adversário* e a *meta-societal* ou o *projeto*. Para este trabalho se utilizará o termo *projeto* para designar a proposição social dos movimentos.

este projeto poderá ser expandido para toda a sociedade. Assim, o projeto refere-se à visão do movimento sobre ordem ou organização social que almeja construir no horizonte histórico da ação coletiva que promove. É o objetivo que almeja alcançar.

No que se refere às possibilidades de *transformação social* nos tempos atuais, os autores tratados também se diferenciam em alguns pontos. Para Touraine, os agentes “desejáveis” para a transformação social nos tempos atuais seriam os *movimentos sociais*. Estes teriam a capacidade de conjugarem a luta pela afirmação de projeto cultural com a mudança dos rumos do desenvolvimento. No entanto, o próprio Touraine advertiu que estes movimentos são de difícil conformação, tendo em vista que estes devem estabelecer a ligação entre “o mundo dos meios e dos fins”⁴⁷. Para Melucci, a existência de movimentos sociais constituídos por si só já produz alterações nos sistemas, pois estes para existirem necessitam romper os limites do espectro de variações toleradas pelos sistemas, produzindo, assim mudanças culturais, políticas e estruturais. Já para Castells, a mudança social na *sociedade em rede* requer, em primeiro lugar, a negação das redes de poder dominantes e o estabelecimento de organizações (redes) alternativas baseadas em identidades de resistência; em segundo lugar, estas organizações alternativas, utilizando-se de material cultural ao seu alcance, constroem um projeto societal capaz de instrumentalizar sujeitos e de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social⁴⁸.

As diferentes concepções teóricas trazem, também, importantes implicações metodológicas. Inicialmente, cabe considerar, com Touraine (1977), que “o objeto da análise sociológica nunca pode ser o próprio movimento social; deve ser o campo de ação histórica, do qual o movimento social é um dos atores”⁴⁹ (1977, p. 353). Assim, a análise dos movimentos sociais supõe o encontro entre duas ordens separadas de observações: “De um lado, as que tratam das *condutas sociais*, portanto das orientações dos atores, suas ações e suas reivindicações; de outro lado, as que tratam dos *sistemas das relações sociais e econômicas*, da natureza da

⁴⁷ Construir a ações respeitando as possibilidades de manifestação dos sujeitos e ao mesmo tempo questionar as orientações gerais da sociedade. Ou seja, construir desde sua prática social o projeto que almeja.

⁴⁸ Castells identifica como *sujeitos potenciais* da atualidade: os *Profetas* e as *redes de mudança social*.

⁴⁹ Grifo do autor.

acumulação e da dominação econômica.” (p. 354). Ou seja, torna-se importante “situar” o movimento na conjuntura sócio-econômica em que se realiza.

Quanto à dinâmica de constituição do movimento, para este autor, deve-se vislumbrar que os movimentos sociais surgem com a ocorrência de conflitos que levam a posições opostas sobre a direção do sistema de ação histórica (desenvolvimento). Deste conflito inicial, o movimento social necessariamente deve gerar: uma *identidade*, um *opositor* e intervir no sistema de ação histórica, ou seja, desenvolver uma *ação totalizante* que vise a um projeto de abrangência e intervenção nos rumos do desenvolvimento da sociedade. Além disso, deve-se verificar se o movimento possui características de um *movimento societal* (conjuga a intervenção no modelo cultural com a intervenção nos rumos do desenvolvimento).

Estes pressupostos propiciam implicações teóricas e práticas na construção do estudo em questão. De um lado, requerem a montagem completa do *campo de ação histórica* (o conjunto das disputas culturais, políticas e econômicas do período em análise) em que o movimento está intervindo; assim, entende como fundamental desvendar qual é a identidade que mobiliza os membros do movimento, opositor ao qual se contrapõe na disputa dos rumos do desenvolvimento e o projeto (a proposição social, a ação totalizante) que o movimento é portador. De outro lado, coloca que é necessário desvendar se o movimento possui características potenciais de um *verdadeiro movimento social* (movimento societal), ou seja, se este é dotado simultaneamente de um questionamento do modelo cultural e do modelo de desenvolvimento e consegue conjugar a prática social ao projeto de transformação (mundo dos meios e dos fins).

Diante destas implicações, avalia-se que a adoção do referencial teórico-metodológico de Touraine requer uma “engenharia” demasiado complexificada e, em certo sentido, até idealizadora da investigação social (que se perde na busca de movimentos sociais *puros*, com práticas dignificantes, ação social modernizante, buscando tanto o desenvolvimento pleno do Sujeito quanto da coletividade). Considera-se que esta busca do ator social ideal está um pouco distante das complexas teias de interesses e contradições inerentes às organizações sociais contemporâneas. Múltiplas faces podem aparecer na construção das identidades sociais que visem à ação política tanto nas reivindicações de apoio estatal à realização de projetos modernizantes, quanto na construção de resistências em um sistema de ação desfavorável. Em suma, a busca por *verdadeiros movimentos*

sociais parece reduzir as ações coletivas à busca de realização de projetos macroestruturais (totalizantes), empobrecendo a originalidade das experiências de organização e ação coletivas ao nível local. Entende-se que as ações locais podem possuir grande capacidade de transformação dos elementos materiais e das orientações culturais, o que é pouco valorizado por Touraine.

Castells dialoga com estas categorias apresentadas anteriormente e parece apontar alguns avanços nestas limitações destacadas. Castells (2002) apresenta seus pressupostos metodológicos à análise de movimentos sociais em três pontos fundamentais, conforme expostos a seguir:

a) o movimento social deverá ser entendido em seus próprios termos, ou seja, *ele será o que diz ser*;

b) o movimento social pode ser conservador, revolucionário, ambas as coisas, ou nenhuma delas. Pois, “não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e [...] o único sentido da história é a história que nos faz sentido” (2002, p.95);

c) Castells articula uma definição de movimento social fundamentada nos três *princípios clássicos* de Touraine: a *identidade*, que se refere à autodefinição do movimento, sobre o que ele é e em nome de quem se pronuncia. O *adversário* que se refere ao principal inimigo do movimento, conforme é declarado pelo próprio. E, a *meta societal* (também chamada de *projeto* ou *objetivo* do movimento) que se refere à visão do movimento sobre a ordem ou organização social que almeja construir coletivamente.

Observa-se, de imediato, que a interpretação dos *três princípios* de Touraine sofre algumas adaptações. Uma primeira adaptação ocorre no que diz respeito à adoção da autodefinição do movimento. Enquanto, para Touraine, o movimento deve ser interpretado (desvendado) acerca dos atores, potenciais e limites que carrega, para Castells, ele se autodefine por conta própria e esta autodefinição tem significados próprios (é produção de significados culturais do movimento), que o pesquisador deve considerar para entender suas ações criadoras. O mesmo procedimento deve ocorrer com o adversário, é o movimento que declara quem é seu inimigo, contra quem ou o que luta. Uma terceira diferença, colocada nesta adaptação dos *princípios* de Touraine, se refere à “dimensão” da *meta societal* do movimento, enquanto para Touraine o movimento deve disputar os rumos do desenvolvimento, Castells limita-se a exigir deste um *objetivo*, um *projeto* ou uma

visão sobre ordem ou organização social que almeja construir. Ou seja, enquanto Touraine exige envolvimento na disputa das orientações gerais da sociedade, a Castells basta simplesmente o envolvimento em disputas locais ou parciais. No entanto, estas disputas, para este último, podem vir a ter significados totalizantes na produção de novos códigos culturais (as ações macros são resultados que podem ou não decorrer da ação local) como resultado da realização de projetos de identidade que são expandidos para toda a sociedade.

Outra diferença significativa entre a abordagem de Touraine e a proposta por Castells, refere-se às ações coletivas que podem ser consideradas “movimentos sociais”. Enquanto na visão do primeiro, para ser originado um movimento social o ator social deve inserir-se em um conflito pela direção das grandes orientações sociais e culturais visando à modernização (desenvolvimento), para o segundo, a forma da ação coletiva pode ser variada, desde que esta transforme os valores e instituições da sociedade, sem uma obrigatoriedade de direção histórica predeterminada. Ou seja, para Castells, diferentemente de Touraine, não existe uma obrigatoriedade do ator social envolver-se em ações de cunho modernizante. Este pode envolver-se em ações até mesmo contrárias à modernização e ainda assim ser considerado movimento social, pois o que é exigido é que ele transforme os *valores e as instituições sociais*.

Diante destes limites impostos pelo arcabouço teórico-metodológico de Touraine e as adaptações que Castells fez desta teoria, entende-se que este último pode trazer maiores contribuições para a interpretação do movimento de agricultores em Constantina. Assim, segundo as palavras de Castells (2002, p. 28): “A análise dos processos, condições e resultados da transformação da resistência comunal em sujeitos transformacionais é o terreno ideal para o desenvolvimento de uma teoria da transformação social na era da informação.”

3. TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL

Alguns autores (CALDERÓN; JELIN, 1987; TOURAINE, 1989; SCHERER-WARREN, 1996; GOHN, 2000; GARRETÓN, 2002) apontam que na América Latina (AL) existem elementos histórico-sociais específicos que caracterizam a constituição de ações coletivas singulares.

Inicialmente, cabe observar que o processo de formação da sociedade latino-americana possui características particulares: a presença significativa dos povos nativos, a colonização, a estrutura agrária concentrada, o grande poder das oligarquias, o coronelismo, a dependência externa, os regimes autoritários, etc. Gohn (2000) ressalta a existência de algumas particularidades históricas que devem ser consideradas para a melhor compreensão da ação coletiva na região. A autora coloca:

O passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma “naturalização” das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser a norma geral, vista como natural pela própria população [...] A presença dos militares, entrando e saindo do cenário político e do jogo de poder, foi uma constante. (GOHN, 2000, p. 225-6).

Touraine (1989), em obra sobre a América Latina, também observou que, diferentemente da Europa, a relação da Sociedade Civil com o Estado se processa de uma forma mais “branda”, onde, o que é público e o que é privado se confundem e, dessa forma, vão sendo reproduzidos velhos vícios como o *clientelismo*, o *paternalismo* e o *coronelismo*⁵⁰. Esta “cultura” política permeada de vícios dificultaria a criação de espaços livres e democráticos, essenciais para o desenvolvimento de movimentos sociais autônomos (TOURAINE, 1989), e, ao mesmo tempo, poderia influenciar as práticas dos atores sociais transformadores da situação de opressão, tornando-os novos opressores, na medida em que estes atores sociais (por não se libertarem dos vícios) passam a reproduzir práticas clientelísticas⁵¹. Gohn (2000) e Scherer-Warren (1996) destacam que, nas últimas décadas, os atores sociais na AL

⁵⁰ Assim, segundo a perspectiva de Touraine (1989), os elementos sociais, por via de regra, subordinam-se às formas políticas formais ou informais.

⁵¹ Um significativo número de estudos sobre os movimentos sociais na AL buscam descortinar estas relações “viciadas” que os atores emergentes podem estar imbuídos.

têm se livrado (em certo sentido) destas práticas, ao formarem organizações desvinculadas das “velhas” estruturas (Estado, partidos tradicionais, setor conservador da Igreja).

Calderón e Jelin (1987) apontam para outras particularidades na formação de ações coletivas na AL. Neste sentido, chamam a atenção que, diferentemente dos países desenvolvidos onde os movimentos sociais pautam suas reivindicações nas questões do acesso a bens coletivos (educação, saúde, transporte, informação, etc.) e questões culturais, na América Latina ainda existem questões estruturais básicas não superadas (acesso à terra, à moradia, ao trabalho, etc.) as quais produzem movimentos sociais mistos⁵². Estes movimentos valorizam ao mesmo tempo as questões culturais (construção de identidade, a questão de gênero, respeito as etnias, etc.) e a luta pelas mudanças estruturais (acesso à terra, à moradia, ao trabalho etc.), pois estas são fundamentais para os indivíduos assegurarem sua sobrevivência.

Garretón (2002) observa que, nas últimas décadas, ocorreram alterações significativas no âmbito da ação transformadora dos agentes⁵³. Ou seja, as mudanças na sociedade teriam mudado o paradigma da ação coletiva na AL em dois sentidos: a ação coletiva, identificada com uma classe que visava à tomada do poder, perdeu espaço para as ações identificadas com temas específicos e, ao mesmo tempo, ocorreu uma pulverização de eixos de ação, que não necessariamente se articulam a um mesmo projeto. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar, a organização da ação coletiva e a conformação de atores sociais se faz menos nos termos da posição estrutural dos indivíduos e grupos e mais nos termos dos eixos e dos sentidos dessa ação. Em segundo lugar, os quatro eixos, [a democratização política; a democratização social; a reconstrução da economia nacional e sua reinserção; e, a reformulação da modernidade] não estão sobrepostos em um projeto de sociedade único que os ordena entre si e fixa suas relações, prioridades e determinações em termos estruturais, mas sim cada um deles é igualmente prioritário, têm sua própria dinâmica e define atores que não necessariamente são os mesmos que nos outros eixos, como ocorria com a fusão das diversas orientações do movimento nacional popular ou no movimento democrático que o seguiu⁵⁴ (GARRETÓN, 2002, p. 14).

⁵² Segundo estes autores o que caracteriza os movimentos sociais na AL “é que não existem movimentos sociais puros, ou claramente definidos, dada a multidimensionalidade não só das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva” (CALDERÓN; JELIN, 1987, p. 76).

⁵³ Estas alterações estão, também, relacionadas a um forte questionamento do paradigma estruturalista que era predominante na região (e a nível global) e acendem as possibilidades de ação dos sujeitos múltiplos que passam a agir em variados campos e com diferentes relações com o poder.

⁵⁴ Traduzido do espanhol pelo autor.

Assim, identifica-se que os movimentos latino-americanos estão relativizando as questões referentes a posição estrutural dos indivíduos na sociedade (classes) e assumindo formas de ação coletiva que são mais pragmáticas, mas que respondem mais objetivamente às necessidades das conjunturas em que vivem as pessoas.

Do exposto observa-se que não seria conveniente utilizar acriticamente modelos teóricos produzidos na Europa ou nos Estados Unidos para a compreensão dos movimentos sociais da América Latina. Gohn (2000) mantém concordância com o diagnóstico de constituição de ações coletivas singulares na AL e vai além, caracterizando-as como um paradigma específico de movimentos sociais. Porém, a autora acrescenta que “é mais uma colocação estratégica do que real” (GOHN, 2000, p. 211) falar sobre um paradigma teórico latino-americano, argumentando que “O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito” (GOHN, 2000, p. 211)⁵⁵.

Embora os movimentos sociais da América Latina possuam especificidades, a inexistência de um paradigma “consensual” para se referenciar o estudo de movimentos sociais neste contexto leva a que a análise destes tome como ponto de partida as concepções teóricas mais gerais, expostas no Capítulo anterior, considerando a especificidade dos movimentos sociais rurais, especialmente na região sul do Brasil.

À primeira vista, poderia se advogar pela aplicabilidade de teorias explicativas e metodologias de investigação aos movimentos rurais, mas quando se aprofunda a análise pode-se chegar à constatação de que as formas de integração à economia, as relações de poder e as interações sociais e culturais podem diferir substancialmente os movimentos sociais rurais dos urbanos. Alguns estudos sobre os movimentos rurais (MARTINS, 1983; CALDERÓN; JELIN, 1987; MEDEIROS, 1989; TOURAINE, 1989) vêm apontando algumas destas diferenças há algum tempo.

Levando-se em consideração as possíveis especificidades apontadas, procura-se, neste Capítulo, conhecer os movimentos sociais rurais. Para tanto,

⁵⁵ Para explicar tal fato deve-se atentar para a influência (ou como alguns chamaram de dependência) de modelos teóricos estrangeiros nas ciências sociais latino-americanas.

apresenta-se uma caracterização (mesmo que genérica) dos principais movimentos sociais que atuaram no cenário agrário brasileiro, especialmente os *movimentos populares*⁵⁶ mais recentes da região sul do Brasil – e da região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul⁵⁷. A reconstituição dá ênfase à identificação dos movimentos, reconstituição dos processos que dão origem a suas identidades e projetos bem como a caracterização da identidade e projeto assumidos.

Segundo Medeiros (1989), a história do Brasil foi permeada de conflitos, revoltas e lutas dos indígenas, dos negros, homens livres, imigrantes além de movimentos messiânicos. Ações que foram desde a luta pela sobrevivência, até lutas mais amplas pela conquista da terra, por melhores condições de trabalho ou pela constituição de formas autônomas de organização sócio-econômica. Porém, todas essas lutas foram relativamente isoladas. É somente a partir de 1945 que este quadro começa a se alterar significativamente. Para Medeiros (1989) e Martins (1983), o trabalho de organização dos camponeses feito pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o intuito de propiciar o desenvolvimento de organizações camponesas e elevar o nível de consciência deste setor social, é que possibilitou o rompimento do *localismo* (da ação camponesa) e o aparecimento de movimentos camponeses de caráter regional e nacional. Do exposto percebe-se que os movimentos de maior alcance tendem, assim, a responder a um contexto de emergência e moldar-se segundo as influências dos esforços de articulação e construção de unidade dos movimentos, verificando-se forte participação de agentes externos ao movimento e, por decorrência, influência de interpretações teóricas diversas.

Partindo do surgimento dos movimentos camponeses das décadas de 50 e 60, o trabalho, a partir da revisão bibliográfica⁵⁸, busca identificar fases considerando: os movimentos de base mais salientes em cada período (dentro do espaço enfatizado), os agentes que os motivavam ou apoiavam, as relações entre eles e a questão da constituição da identidade e do projeto dos movimentos.

⁵⁶ Para este trabalho será adotado o termo *movimentos populares* para designar os movimentos sociais formados por setores populares da sociedade brasileira a partir dos anos 70. Estes movimentos tiveram em comum (em sua maioria) a motivação de agentes da Igreja (Católica ou Luterana) identificados com a Teologia da Libertação.

⁵⁷ Destacam-se, particularmente, os movimentos da região Sul e Alto Uruguai em virtude da grande diversidade de movimentos existentes no Brasil e, também, em função da delimitação dos objetivos deste trabalho.

⁵⁸ Recorreu-se, complementarmente, a entrevistas a informantes qualificados para caracterizar fatos e relações mais recentes, não encontrados na literatura. Quando as informações basearem-se em dados oriundos das entrevistas, este fato será assinalado.

3.1. MOVIMENTOS “CAMPONESES” NAS DÉCADAS DE 50 E 60

3.1.1. A emergência de movimentos de base

As décadas de 50 e 60 configuram um período de acentuadas mudanças na vida econômica, social e política brasileira. Neste contexto, emergem problemas sociais na agricultura, motivando a organização política dos afetados e também a ação de agentes externos, como a Igreja Católica, o PCB (Partido Comunista do Brasil) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A Igreja teve forte influência na organização dos pequenos proprietários rurais e dos trabalhadores agrícolas em algumas regiões do país. Na região Nordeste foram criadas organizações católicas estaduais visando à orientação e à organização de sindicatos de trabalhadores rurais, sendo a primeira delas o Serviço de Assistência Rural do Estado do Rio Grande do Norte, fundado em 1960. Segundo Medeiros (1989), além da sua atuação forte no Nordeste, a Igreja formou Círculos Operários para estimular a sindicalização em São Paulo e no Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul a organização da Igreja que assumiu esta tarefa foi a Frente Agrária Gaúcha (FAG).

O PCB teve importante atuação na promoção da organização e articulação das organizações dos camponeses. Medeiros (1989) cita a realização, em 1953, do primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas⁵⁹ e no ano seguinte a realização de outro encontro: a II Conferência Nacional dos Lavradores⁶⁰, como os principais eventos impulsionadores da formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) como organização de âmbito nacional visando à aglutinação das diversas organizações dispersas de camponeses e trabalhadores agrícolas então existentes. A ULTAB foi formada tendo como pretensão tornar-se uma entidade nacional de articulação de organizações camponesas e, de fato, em poucos anos possuía atuação na maioria dos estados do país. Suas ações e organização foram facilitadas pelo aparelho do PCB.

⁵⁹ Organizado pelo PCB para eleger representantes brasileiros para a Conferência Internacional dos Trabalhadores Agrícolas que se realizou em Viena, no mesmo ano.

⁶⁰ Nesta Conferência foi elaborado um documento chamado de “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” que estabeleciam a pauta da reforma agrária como central e foi fundada oficialmente a ULTAB.

O PTB também destacou-se no apoio e na organização de movimentos de camponeses, principalmente durante os primeiros anos da década de 60. Teve importante atuação no apoio e na sustentação do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) no Rio Grande do Sul e, durante o Governo João Goulart (PTB), apoiou projetos das organizações camponesas então existentes.

Dentre os movimentos de base que tiveram maior projeção no período, incluem-se as “Ligas Camponesas” e o MASTER.

A origem das primeiras Ligas Camponesas, segundo Medeiros (1989), está associada às transformações nas “relações de trabalho tradicionais”, caracterizadas pela moradia e pelo aforamento de terras⁶¹, que ocorreram no Nordeste a partir de 1950. O primeiro conflito ocasionado por estas transformações, que teve grande notoriedade pública⁶², surgiu no engenho Galiléia, em Vitória do Santo Antão (Pernambuco). Segundo Medeiros (1989), no referido engenho, em 1955, foi fundada uma organização de caráter civil (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco ou também chamada de Liga Camponesa), com fins assistenciais e que também visava à defesa de alguns foreiros ameaçados de despejo. Desentendimentos com o proprietário deram início a um processo de represálias policiais, aumento do foro e expulsão em massa dos foreiros:

Tal atitude desencadeou um processo de resistência. Um dos momentos dela foi a ida dos foreiros a Recife para buscar apoio à sua luta. A causa foi assumida pelo advogado Francisco Julião, recém eleito deputado estadual, e logo se constituiu um comitê supra partidário de apoio às 140 famílias de “galileus” (MEDEIROS, 1989, p. 47).

O desenvolvimento da luta no engenho Galiléia coincidiu com o surgimento de uma nova percepção da intelectualidade e de alguns políticos locais acerca dos problemas da região, o que desencadeou a realização do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955. No ano seguinte (1956), realiza-se o I Congresso Camponês de Pernambuco, onde foi estabelecida uma organização em âmbito estadual das Ligas Camponesas e reforçada a pauta de desapropriação do engenho Galiléia, o qual foi desapropriado em 1959, pelo governo estadual. O respaldo alcançado na

⁶¹ Os trabalhadores dos engenhos das zonas canavieiras recebiam, além de uma casa para morar, um pequeno lote onde podiam plantar alimentos e em troca deveriam garantir dois dias de trabalho por semana gratuitos, sendo que só o que excedesse a isso era remunerado (MEDEIROS, 1989).

⁶² Segundo Medeiros (1989), já haviam se constituído sociedades agrícolas ou Ligas Camponesas motivadas por quadros do PCB desde meados dos anos 40 na região Nordeste. Inclusive, segundo esta autora, a sociedade agrícola do engenho Galiléia foi idealizada por um antigo militante comunista chamado José dos Prazeres.

intelectualidade e em alguns setores do Estado (governo estadual de Pernambuco) deu sustentação política aos camponeses e proporcionou resultados concretos (a desapropriação do engenho). Estes fatos projetaram as Ligas Camponesas nacionalmente.

No início da década de 60, no Rio Grande do Sul, surge o MASTER. Este movimento teve origem no conflito por posse de terras no município de Encruzilhada do Sul, onde 300 famílias de posseiros que ocupavam uma área de 1600 hectares há mais de 50 anos foram intimadas a abandonar o local por um “pretenso dono”. “A partir dessa ameaça de despejo surgiu o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que contou com o apoio também do deputado do PTB, Ruy Ramos” (MEDEIROS, 1989, p. 67).

Este movimento passou a ter um rápido respaldo popular, pois neste período já se faziam sentir vários conflitos por terra e principalmente começavam a surgir ações coletivas de colonos “sem-terra” reivindicando acesso a este recurso⁶³. Segundo Dalla Nora (2003, p. 51):

O MASTER foi uma organização [...] que se pode considerar como um dos grandes movimentos sociais camponeses brasileiros desta época. Mobilizou mais de 100 mil agricultores sem terra entre 1960 e 1964, utilizando-se da tática de fixar acampamentos nas áreas desejadas à desapropriação, sendo que sua bandeira de luta era, basicamente, o acesso a terra.

A região do Alto Uruguai foi uma das regiões de maior atuação deste movimento. As condições de escassez de novas terras na região, frente aos numerosos descendentes das famílias de colonos, e o trabalho organizativo, desenvolvido principalmente pelo MASTER, fez eclodir diversos conflitos por terra na região. No início do ano de 1962, os agricultores sem-terra montaram acampamento no corredor da fazenda Sarandi, considerada um latifúndio improdutivo, de propriedade de uma empresa uruguaia, adquirida há mais de 40 anos. Feito o acampamento, pediram a desapropriação do imóvel, embasando-se na Constituição Estadual vigente, que estipulava a desapropriação dos imóveis improdutivos. Orientados pelo prefeito de Nonoai (Jair Calixto), os “sem-terra”, inicialmente organizados em, aproximadamente, 300 pessoas, concentraram-se no corredor da fazenda ao longo da estrada, que era considerada patrimônio público (MEDEIROS,

⁶³ Conflitos por terra existiram muitos na história do Rio Grande do Sul, mas ações organizadas através de um Movimento que reivindica terra aos sem-terras e questiona a estrutura agrária era um fato novo.

1989)⁶⁴. Com o passar dos dias, o número de “sem-terras” mobilizados aumentou consideravelmente, somando em torno de 1.300 pessoas. E as pressões ao Governo do Estado e ao Parlamento aumentaram na mesma medida.

Em função de embasamentos legais sustentarem a atuação do movimento e da grande massa de camponeses que este havia mobilizado, o então governador do estado do RS, Leonel Brizola, assume a causa dos sem-terra e desapropria a fazenda Sarandi. Segundo Della Nora (2003), no dia 15 de janeiro de 1962, perante 5.000 agricultores, o governador Brizola, acompanhado de uma comitiva composta por parlamentares, prefeitos e jornalistas, comunicou a desapropriação das terras da fazenda Sarandi no próprio local, pronunciando o seguinte discurso, publicado no jornal “O Nacional” de Passo Fundo:

Quero cumprimentar a todos e felicitar pela forma ordeira e pacífica com que se conduziram, porque a causa da Reforma Agrária é justa e, por isso, devemos empregar os meios justos. A criação das Associações dos Sem Terra tem o meu apoio. Eu vos felicito pela ordem e pela moral do acampamento. A partir de hoje está desapropriada a fazenda Sarandi e daqui não sairá mais um pau de lenha (O NACIONAL *apud* DELLA NORA, 2003, p. 56).

Após os acontecimentos incentivadores de Sarandi, emergiram várias tentativas de formação de movimentos semelhantes em outros municípios, culminando na organização de vários acampamentos no Estado, como em Camaquã, Santa Maria, Caçapava, Itapoã, Sapucaia, Alegrete e São Francisco (DALLA NORA, 2003). No entanto, com o fim do governo Brizola e a eleição de Ildo Meneghetti para governador (em 1963), as relações do governo do estado com MASTER mudaram radicalmente. Cessaram as desapropriações, os “sem-terra” passaram a ser ameaçados, perseguidos e espancados e o processo de reforma agrária, até então desenvolvido pelo governo do estado, foi interrompido.

3.1.2. Articulação, construção da unidade, disputas entre movimentos e suas implicações

⁶⁴ A estratégia de não invadir diretamente a propriedade em questão, mas acampar na estrada, em terras do patrimônio público, foi utilizada muitas vezes e era uma forma legal de pressão. Os acampamentos ao longo da estrada, próximo às terras em questão, não caracterizavam invasão à propriedade privada, e desta forma, os sem-terra não seriam retirados do local (MEDEIROS, 1989).

Diversos agentes buscavam orientar a organização política dos camponeses e imprimir sentido à sua luta. Destacam-se, entre estes, a Igreja Católica, o PTB e o PCB⁶⁵.

No emaranhado de organismos regionais católicos (anteriormente referidos) havia uma orientação comum, patrocinada pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Segundo Delgado (2004), o pensamento católico sobre a questão agrária é menos estruturado no debate teórico do período do que o dos comunistas, pelo fato de não se exprimir pela voz dos seus intelectuais orgânicos, e sim por meio das declarações dos seus Bispos, das Cartas Pastorais e das declarações de caráter social doutrinário das Encíclicas sociais. A Igreja almejava criar um sindicalismo cristão afastado da luta de classes, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária baseada na propriedade familiar⁶⁶. Além destes objetivos, a Igreja buscava, primordialmente, combater o comunismo que vinha se fortalecendo na organização de entidades camponesas (MEDEIROS, 1989). No Rio Grande do Sul, a partir dos anos 60, a organização católica FAG (Frente Agrária Gaúcha) passou a atuar fortemente na mobilização de agricultores para formação de associações e sindicatos rurais. Entre os anos de 1963 e 1977, segundo dados apresentados por Dalla Nora (2003), somente os integrantes da FAG organizaram 224 sindicatos rurais no estado.

O PTB também teve grande influência sobre organizações camponesas no RS. Neste estado, o partido, especialmente no governo Brizola (1959-1962), teve participação na organização e consolidação do MASTER, pois buscava evitar o fortalecimento dos comunistas (PCB) e arregimentar votos ao “partido de clara tendência populista”⁶⁷. Posteriormente, o presidente João Goulart (PTB) também se mostrou interessado na solução de problemas relativos à questão agrária⁶⁸.

⁶⁵ Também houve atuação significativa de lideranças do Partido Socialista do Brasil (PSB), como o deputado Francisco Julião e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Suas atuações não serão tratadas neste trabalho.

⁶⁶ Para Delgado, a ação da Igreja foi de “grande influência política e social no período e mesmo na atualidade, tendo tido grande peso na mudança de mentalidade dos católicos, relativamente à Reforma Agrária. O foco da questão agrária nas Cartas Pastorais e manifestações do episcopado nos anos 50/60 é a tentativa de aplicação da Doutrina Social da Igreja em contraste a uma realidade agrária de grave injustiça e exclusão social, então denunciados pelo episcopado” (DELGADO, 2004, p. 07).

⁶⁷ Os comunistas, através da organização de Ligas Camponesas e associações de camponeses, nas décadas de 50 e 60, estavam fortalecendo sua influência nas camadas camponesas. Para evitar isso no RS quem assume esta tarefa é o PTB (DELLA NORA, 2003).

⁶⁸ A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) exerceu influências significativas na elaboração do Plano Trienal (1963-1965) que orientou o programa do governo Goulart na questão das reformas de base. Para Delgado (2004, p. 06), a “tese central da CEPAL neste período,

Dentre os agentes externos, o PCB foi aquele que teve maior atuação no sentido de buscar a articulação e orientação dos movimentos camponeses ao nível nacional. Observa-se, no pensamento do PCB, forte influência da discussão marxista clássica sobre a questão agrária, bem como das leituras das décadas de 50 e 60 sobre a questão agrária no Brasil.

Inicialmente, destaca-se que nas obras dos marxistas clássicos⁶⁹ o campesinato foi considerado como um setor social fadado ao desaparecimento. Era entendido como uma herança do passado, do modo de produção feudal, e, por esse motivo, com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas este setor social deveria desaparecer, ou melhor, diferenciar-se (transformar-se) ou em proletários ou em burgueses (estas últimas categorias genéricas foram vistas como as duas classes antagônicas do modo capitalista de produção). Diante do diagnóstico de que o campesinato era uma forma social destinada ao desaparecimento, os movimentos sociais e políticos autoproclamados como socialistas ou comunistas (predominantes no cenário internacional desde o final do século XIX até meados do século XX) relegaram os camponeses, na maioria das vezes, a posições secundárias na luta política. Para esta corrente de pensamento e ação política, a classe que formava a vanguarda da revolução socialista era o proletariado (operariado) e o lugar do campesinato no movimento socialista era ser *dirigido* (conduzido) pela vanguarda operária ao “reino de liberdade” (comunismo). O camponês não era visto senão como um futuro proletário ou um futuro burguês.

Destaca-se que os teóricos comunistas brasileiros produziram duas compreensões teóricas principais sobre a questão agrária no Brasil, apresentando propostas diferenciadas quanto ao papel do campesinato na transformação social.

De um lado, estavam os intelectuais alinhados à orientação ortodoxa⁷⁰ do PCB (MARIGHELLA, 1980; GUIMARÃES, 1990), diagnosticando que as relações de produção e a estrutura agrária brasileira eram fortemente marcadas por “restos

protagonizada aqui no Brasil pela contribuição de Celso Furtado, diagnosticada no Plano Trienal 1963-1965, destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial, como um problema estrutural do setor agrícola brasileiro que justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo”.

⁶⁹ As obras dos marxistas clássicos exerceram forte influência na interpretação do desenvolvimento do capitalismo no campo. No Brasil, as obras de Marx (1975; 1987), Engels (1981), Lenin (1980; 1985) e Kautsky (1980) foram utilizadas pelos teóricos do Partido Comunista do Brasil, principalmente durante os anos 50 e 60, para interpretar o estágio de desenvolvimento das relações capitalistas no campo e o papel do campesinato na construção da Revolução Brasileira.

⁷⁰ Ortodoxa no sentido de que seguia as orientações do marxismo-leninismo (stalinismo) sustentado pelo regime soviético.

feudais”⁷¹. Diante disso, defendiam a tese de que estes “restos feudais” eram empecilhos ao desenvolvimento das forças produtivas do país e, portanto, deveriam ser superados através de uma “revolução democrática”, a ser feita em aliança com a burguesia nacional (frente única). Assim, a reforma agrária deveria contribuir para o desenvolvimento “natural” do capitalismo através da democratização do acesso à propriedade, eliminando os latifundiários e o poder dos coronéis (identificados como senhores feudais).

De outro lado, em uma perspectiva mais heterodoxa, destacava-se Prado Jr. (1979), que combatia o diagnóstico dos restos feudais, afirmando que a formação agrária brasileira possuía “caráter intrinsecamente capitalista”. Para este, existia a necessidade de uma reforma da estrutura agrária para atacar simultaneamente as “variadas relações de trabalho injustas” e as “iniqüidades da estrutura agrária”, ou seja, tratava-se de estender a legislação social já existente para o campo e melhor dimensionar a estrutura agrária. Para Prado Jr., em função do predomínio de relações de produção capitalistas, o que se deveria fazer era uma reforma agrária anticapitalista, ou seja, deveria visar ao socialismo⁷².

O PCB adotando a perspectiva ortodoxa vinha mantendo certa influência sobre os movimentos ao apoiar a ULTAB. Porém, aos poucos, estabelecem-se posições divergentes entre as Ligas e a ULTAB/PCB em relação à estratégia de luta da classe camponesa.

As Ligas Camponesas que em seus primeiros anos limitavam suas ações à região Nordeste e contavam com apoio do PCB, no início dos anos 60 já atuavam em grande parte dos estados brasileiros e passavam a contrapor às posições do PCB acerca do papel do campesinato⁷³. O divisor de águas foi o I Congresso Camponês Nacional (conhecido como Congresso de Belo Horizonte) de 1961,

⁷¹ Dentre os “restos feudais” estavam as relações de produção não-capitalista exercidas pelos camponeses (agregados ou dependentes dos grandes proprietários), o modo de vida do camponês e a estrutura agrária concentrada.

⁷² As características que os camponeses assumiam nas situações sociais, bem como na sua explicação teórica variavam, segundo Schneider (1999a, p. 27), “desde a idéia de que eram ‘resquícios feudais’ até a posição de serem formas de ‘assalariamento disfarçado’”. Dessa forma, tanto em um caso como no outro, restava apenas saber qual seria o papel do camponês na sociedade brasileira de capitalismo desenvolvido. Enquanto Guimarães via no campo brasileiro “restos” de feudalismo e a existência dos camponeses e dos latifundiários era a expressão deste “atraso”, Prado Jr. identificava na exploração dos proletários agrários uma severa relação de exploração capitalista.

⁷³ Na medida em que cresciam estas duas organizações aumentavam as rivalidades em torno da direção do movimento camponês. Uma boa leitura sobre as Ligas e a ULTAB encontra-se em Stedile (2002).

convocado pela ULTAB e que contou com a presença das Ligas Camponesas e do MASTER. Neste Congresso, ficaram evidentes as divergências sobre a condução das lutas dos movimentos camponeses. As Ligas provocaram um racha dentro dos quadros do PCB: parte deles passaram a apoiá-las. Em função do clima de radicalização que foi gerado no Congresso, as teses das Ligas saíram vencedoras. Diante disso, a ULTAB e o PCB declararam “guerra” às Ligas Camponesas (MORAIS, 2002).

Segundo Medeiros (1989), as principais divergências residiam na questão da forma da “revolução brasileira” e do caráter da reforma agrária⁷⁴. Para o PCB (com orientação predominantemente ortodoxa), “a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e antiimperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única” (p. 55). Isso implicava a construção de amplas alianças com a burguesia e com o operariado. As Ligas Camponesas, por sua vez, acreditavam que “o ‘campesinato’ era, naquele momento, a principal força da ‘revolução brasileira’, cujo conteúdo era imediatamente socialista” (p. 55). Para as Ligas, não era necessário fazer alianças com a burguesia e com os latifundiários. Ou seja, a divergência entre as Ligas e a ULTAB se dava em torno da concepção do campesinato: enquanto as Ligas apostavam no potencial revolucionário dos camponeses, a ULTAB propunha desenvolver as forças produtivas para superar os “restos feudais”, dentre eles os camponeses⁷⁵.

A partir das experiências de organização camponesa e a legalização da sindicalização rural em 1962, “instituiu-se uma verdadeira corrida entre as diferentes forças políticas que atuavam no campo em busca do reconhecimento dos ‘seus’ sindicatos” (MEDEIROS, 1989, p. 78), uma vez que a legislação instituída só permitia a existência de um sindicato por município. Esta “corrida” justificava-se devido às possibilidades que se abriam – com a oficialização do sindicalismo rural – de criação de federações estaduais e de uma confederação nacional representativa da categoria. Estas federações seriam controladas pela força política que dirigisse o

⁷⁴ A ULTAB buscava discutir uma proposta de reforma agrária a ser apresentada ao governo Goulart (visto como um governo de Frente Ampla), ou seja, buscava construir a reforma agrária conjuntamente com a burguesia nacional. Esta tese foi duramente combatida pelas Ligas que, de outro lado, lançavam a palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”.

⁷⁵ A citação a seguir é ilustrativa desta divergência: “Cada uma (Ligas e ULTAB) tinha uma explicação para a situação da exploração de que eram vítimas os camponeses, bem assim de como seria a nova sociedade, onde viveria o ‘camponês desperto’” (AUED, 2002, p. 77).

maior número de sindicatos e a confederação seria controlada, da mesma forma, pela maior força em número de federações. Em função desta oportunidade que se abria, as forças políticas que já vinham formando organizações camponesas desde a década de 40 e 50 entraram em acirrada disputa para receber o reconhecimento legal de seus sindicatos e formar as organizações gerais.

É nesse clima que é reconhecida, em janeiro de 1964, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Esta Confederação foi dirigida inicialmente pelos comunistas (ULTAB) e um grupo católico ligado à organização Ação Popular (uma dissidência católica de esquerda). Os objetivos iniciais da CONTAG foram: “a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte.” (MEDEIROS, 1989, p. 79).

No caso do Rio Grande do Sul, como o MASTER e a FAG foram os grandes agentes formadores de organizações camponesas (principalmente associações, sindicatos e cooperativas) estes acabaram entrando em disputa, tanto pela forma de organização dos camponeses, quanto pela definição do projeto a ser encampado. Essas duas organizações refletiam, à sua maneira, as grandes disputas na organização dos trabalhadores rurais, repetindo-se um quadro semelhante ao do restante do país: “o MASTER, de posição radical, baseando-se em associações, como as Ligas Camponesas no Nordeste; a FAG, por sua vez, investiu na fundação de sindicatos, buscando maior apoio legal, seguindo [...] à Igreja conservadora” (DALLA NORA, 2003, p. 49).

3.1.3. Identidade e projeto dos movimentos

Tomando-se estes elementos apresentados sobre as Ligas, a ULTAB, o MASTER, as organizações católicas e a CONTAG, pode-se considerar que estas foram as primeiras formas de expressões de movimentos camponeses que ultrapassaram os limites do *localismo* que, até meados do século passado, caracterizaram as ações dos setores marginalizados do campo brasileiro. Estas experiências de organização camponesa (principalmente a ULTAB e as Ligas Camponesas) são reconhecidas por autores, como Martins (1983) e Medeiros (1989), como os primeiros movimentos camponeses de caráter classista da história

do Brasil. Estes movimentos originaram três processos importantes, a saber: unidade entre pequenos proprietários de diferentes regiões que lutavam por diferentes demandas; unidade entre as diferentes categorias sociais marginalizadas do campo; identidade “afirmativa” (revertendo a associação pejorativa).

O termo *camponês* foi introduzido no Brasil somente na década de 1950, pela esquerda que procurava dar um sentido político à classe e expressar a unidade da luta camponesa⁷⁶. Ou seja, buscava construir uma identidade coletiva para unificar as diversas lutas dispersas dos camponeses. Estes movimentos incluíam na categoria *camponês* os diferentes tipos de minifundiários (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, entre outros), em oposição aos latifundiários. Para Martins (1983), estes movimentos camponeses produziram algo inédito no Brasil: construíram certa unidade de classe entre os trabalhadores agrícolas e camponeses. Segundo este autor, até meados do século XX, os camponeses brasileiros eram denominados das mais diversas qualificações (caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, entre outros), todas elas com sentido pejorativo, visando à descaracterização de sua classe e a determinação do seu *lugar social*.

Além da constituição da identidade de *camponês*, a experiência do MASTER criou a identidade coletiva de *sem-terra* que, naquele período, conseguiu aglutinar um contingente de excluídos da propriedade da terra. Esta identidade coletiva foi útil na demarcação do público do movimento e para visualização do seu objetivo e adversário. Ou seja, o objetivo era o acesso à terra e o adversário, os latifundiários.

Estas identidades coletivas foram úteis na demarcação do pertencimento ao movimento (os de “dentro” e os de “fora”) e para visualização do seu adversário: os *latifundiários*. Em linhas gerais, neste período o *adversário* dos movimentos camponeses era o latifundiário, que concentrava a propriedade da terra e por consequência os excluía dos meios necessários à subsistência.

O *projeto* dos movimentos camponeses centrava-se na reforma da estrutura agrária, visando democratizar o acesso à propriedade e incluir os camponeses no desenvolvimento do país (“livre e próspero desenvolvimento agrário do país”, como se referia Francisco Julião).

⁷⁶ Cabe assinalar que mesmo estes movimentos inicialmente utilizaram outras denominações genéricas para este setor social como: “lavrador” ou “trabalhador agrícola”.

Dentro da institucionalidade, começava a se constituir uma outra identidade, que remetia à categoria política de *trabalhador rural*, que a CONTAG passava a aglutinar. A categoria trabalhador rural se fortalecerá após a desmobilização dos movimentos camponeses, citados anteriormente, pelo regime de exceção e também em virtude da intervenção política que a CONTAG sofreu após 64.

3.2. EMERGÊNCIA DE NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES NOS ANOS 70 E 80

3.2.1. Emergência de “novos” movimentos de base

As diversas ações empreendidas pelo regime militar fundamentaram-se em uma proposta de desenvolvimento do país inspirada no lema: “segurança e desenvolvimento”⁷⁷. Os movimentos sociais, que haviam se formado no período anterior, foram reprimidos e desmobilizados pelo regime militar a partir de 1964.

Em virtude da ação repressora dos governos militares, a participação política dos atores rurais ficou restrita àquela permitida pela institucionalidade vigente: os sindicatos rurais, organizados em federações e confederações (FETAG's e CONTAG).

Segundo Mendonça (2004, p. 37), além de ter alijado e reprimido os movimentos, o golpe de 1964 significou a “destruição imediata das mais expressivas conquistas realizadas pelos trabalhadores em suas lutas precedentes. Representou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade do emprego mediante a criação do Fundo de garantia por tempo de serviço”. Do mesmo modo, os militares que assumiram o controle do país passaram a apregoar suas próprias concepções acerca do problema agrário incorporando, num primeiro momento, alguns pontos “aceitáveis” das propostas de reforma agrária para atrair apoio camponês. A proposta de reforma agrária, adotada pelo governo Castelo Branco (primeiro governo militar), aparecia desnuda de seu conteúdo ideológico, tendo como objetivos centrais: *umentar a produção e a produtividade* agropecuária, através da consolidação da propriedade privada no campo (DA ROS, 2002).

⁷⁷ Segundo Brum (2002), na prática os militares substituíram o lema positivista da bandeira nacional “ordem e progresso” por “segurança e desenvolvimento”. Entendendo segurança por estabilidade do Estado e a contenção da ameaça comunista internacional e seus aliados internos e desenvolvimento seria primordialmente crescimento econômico.

Baseado nesta concepção de modernização da estrutura agrária⁷⁸ foi aprovado, em 1964, o Estatuto da Terra, como instrumento de intervenção do Estado em dois níveis: na reforma agrária e no desenvolvimento agrícola (MARTINS, 1983). No entanto, o Estatuto da Terra, segundo a análise de Martins (1983), não passou de um mecanismo de intervenção esporádica, que foi usado somente nas regiões de maiores conflitos e, a rigor, funcionou como um instrumento que favoreceu a concentração da propriedade e do capital no campo. Algumas iniciativas de solução de problemas sociais no campo se deram com a realização dos chamados “grandes projetos agropecuários”, que visavam ocupar e desenvolver a atividade agropecuária na região amazônica (através de assentamentos estatais ou particulares com agricultores “sobrantes” do centro-sul do país). Estes assentamentos, ao mesmo tempo em que recolocavam no processo produtivo agricultores sulinos, expulsavam os posseiros e ocupantes já existentes no local, gerando novos conflitos sociais (MEDEIROS, 1989).

A ênfase principal do projeto de desenvolvimento agrário dos governos militares, segundo Brum (1988), voltava-se para a modernização dos processos produtivos inspirando-se no modelo norte-americano, que envolvia a especialização produtiva e a modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes melhoradas geneticamente. Para impulsionar a modernização da agricultura, o principal vetor utilizado foi a política de “assistência creditícia”. Ou seja, criou-se um Sistema Nacional de Crédito Rural⁷⁹ que, ao conceder crédito, subordinava o agricultor à fiscalização e à assistência técnica⁸⁰.

⁷⁸ Esse diagnóstico, de que a agricultura brasileira necessitava ser modernizada, para elevar os índices de crescimento da produção agropecuária, assumido já no primeiro governo militar provém, segundo Delgado (2004, p.10), das “teses de 1963-64 do grupo da USP liderado por Delfim Neto, corresponde na verdade a uma proposta de modernização sem reforma, ou com reforma apenas onde se comprovasse ineficiência da estrutura agrária.” Portanto, o programa agrário do grupo propõe a pergunta: “Mas afinal de que depende a expansão do setor agrícola?” E responde a sua própria questão: a) “Em primeiro lugar do nível técnico da mão-de-obra”; b) Em segundo lugar, do nível de mecanização; c) Em terceiro lugar do nível de utilização de adubos; d) E finalmente de uma estrutura agrária eficiente (DELGADO, 2004).

⁷⁹ Este sistema de crédito foi criado em 1965 e, segundo Da Ros (2002), atuou de forma mais intensa na década de 70, diminuindo seu financiamento drasticamente na metade da década de 80. E ainda, segundo este autor, a concessão de crédito funcionou de forma seletiva, concentrando-se os maiores financiamentos nos grandes e médios produtores, na região centro-sul do país e nos produtos para exportação. Entre outros instrumentos de apoio à modernização tecnológica, incluem-se as políticas orientadas a assegurar preços mínimos e seguros agrícolas. Segundo Delgado (2004, p. 13), perseguiu-se, com essa política agrícola, “a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços)”.

⁸⁰ Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos da moderna agricultura, e “incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de

O projeto de modernização promovido pelos militares teve seu auge durante os anos 70, época que ficou conhecida como o “milagre brasileiro”. Após um ciclo de crescimento (onde o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa de 8,1% em média – no período de 1965/80), a economia brasileira enfrentou “uma dura crise recessiva a partir de 1981, cuja manifestação mais direta é a reversão dos fluxos de financiamento externo após a Moratória mexicana de 1981” (DELGADO, 2004, p. 16-17). O custo do endividamento exterior somado à conjuntura desfavorável da economia mundial levou a que, no início da década de 80, se vivenciasse, em nível de Brasil, uma conjuntura de crise generalizada em amplos setores. O setor agropecuário foi um dos mais atingidos.

No aspecto político, a conjuntura de crise na agricultura, do final da década de 70 e início da década de 80, coincide com o fortalecimento do movimento político em prol da democratização do Brasil, e, articulado a este, a mobilização de agentes motivadores de formação de organizações populares de base dentro dos quadros da Igreja Católica e da Igreja Luterana (principalmente)⁸¹.

Pelo lado da Igreja Católica, o braço institucional que atuava na formação de organizações de sem-terras e pequenos agricultores, desde meados da década 70, era a Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada em 1975)⁸². Em algumas regiões

crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras” (DELGADO, 2004, p. 13). Introduzia-se, assim, os agricultores beneficiados “de forma maciça no ‘pacote tecnológico’ da modernização. Ao lado de certas vantagens e benefícios – às vezes mais aparentes do que reais – na verdade, tornou o agricultor dependente do mercado econômico e o introduziu num processo do qual é difícil retroceder” (BRUM, 1988, p. 88).

⁸¹ Para Scherer-Warren (1989), enquanto nas décadas de 60 e 70 os movimentos sociais agrários enfrentaram um período de refluxo devido à forte repressão do regime militar, a partir da segunda metade da década de 70 são retomadas as mobilizações e são estruturadas novas formas de organização rurais. Scherer-Warren (1989, 1996), Touraine (1989), Medeiros (1989) e Gohn (2000) ressaltam o grande trabalho de construção e apoio de organizações populares desenvolvido pelos clérigos adeptos da Teologia da Libertação em grande parte da América Latina.

⁸² A interpretação que a CPT faz de sua origem e os papéis que desempenhara, é expresso, a seguir: “A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, ‘os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista’.” (CPT, 2005, sn). E continua: “Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesial não havia sido molestada. [...] No período da ditadura, o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e se manter. Mas já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de

também foi importante o trabalho de formação e organização dos jovens através da Pastoral da Juventude (PJ) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). Este movimento religioso inspirou-se na Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação passou a questionar o conservadorismo da prática da Igreja e a omissão desta frente à aguda situação de desigualdade social na AL⁸³. Segundo Boff (1986) “A teologia da libertação não é outra coisa que a reflexão de uma Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária para com os pobres e oprimidos” (p. 20). E continua “[...] é feita a partir deste lugar social: junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando de suas lutas” (p. 21).

Esta opção por colocar-se ao lado do “povo” em suas lutas, fez com que a Igreja estivesse presente nas grandes mobilizações sociais que se desenvolveram a partir do final dos anos 70 em diversas regiões do País, como na região sul. Entre os conflitos que alcançam maior projeção na “revitalização dos movimentos sociais rurais” no sul do Brasil, destaca-se o “conflito pela terra” que vai ocorrer na região do Alto Uruguai, RS.

No final da década de 70, no Alto Uruguai ocorrem as primeiras ações dos “novos” sem-terra. Na leitura de Medeiros (1989), um fato relevante na reconstituição dos movimentos de luta pela terra refere-se à expulsão de mais de mil famílias de colonos que ocupavam irregularmente uma área indígena. Como relata a autora: “Em 1979, posseiros expulsos da reserva indígena de Nonoai pelos índios e que não aceitaram a proposta de serem removidos para projetos de colonização oficiais [Mato Grosso ou Amazônia] ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, na região de Sarandi” (p. 148)⁸⁴. Estas ações dariam resultados favoráveis aos ocupantes, pois a maior parte das famílias conseguiu assegurar o acesso à terra (NAVARRO, 1996). Outro fato importante ocorreu no ano de 1981, quando cerca de 300 famílias sem-terra formaram um acampamento em um entroncamento de

agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB.” (CPT, 2005, sn).

⁸³ A nova postura da Igreja coincide com a crise do paradigma marxista ortodoxo (visualizado no partido leninista e no alinhamento político ao comunismo soviético) e do surgimento de movimentos teóricos de renovação da teoria da mudança social. Segundo Scherer-Warren (1996) houve um acontecimento que marcou simbolicamente o advento destas novas perspectivas teóricas nas ciências sociais latino-americanas: a realização do Seminário de Mérida, no México, sobre “*As Classes Sociais na América Latina*” (em 1971). Alguns intelectuais que participaram deste Seminário – Touraine, Castells e Laclau – passaram a exercer forte influência nas teorias sociais latino-americanas.

⁸⁴ Estas ocupações são consideradas pela literatura sobre o MST as ações que deram origem ao Movimento (DA ROS, 2002).

estradas denominado de Encruzilhada Natalino, localizado no município de Ronda Alta e próximo às áreas das fazendas Macali e Brilhante. Para Medeiros (1989, p. 149): “Esse era um lugar histórico e símbolo da luta pela terra no estado. Já tinha sido ali realizado um acampamento nos anos 60 durante o governo Brizola”. A terra já havia sido desapropriada por este governador, mas naquele momento estava arrendada pelo Estado a grandes empresários. O movimento da Encruzilhada Natalino alcançou ampla repercussão: “O número de famílias no novo acampamento dobrou em cerca de dois meses. Foi grande a repercussão na imprensa, conseguindo mobilizar a opinião pública em seu favor” (MEDEIROS, 1989, p. 149)⁸⁵.

Estes episódios, segundo Navarro (1996), indicaram a existência de um expressivo número de “sem-terra” na região e a sua disposição de enfrentar alguns riscos para viabilizar o acesso à terra: “Indicou, da mesma forma, que estes trabalhadores rurais poderiam utilizar, talvez com sucesso novamente – repetindo experiências dos anos anteriores a 1964 – a arma do ‘acampamento’ [...] como forma eficiente de pressão” (p. 92).

As ações dos sem-terra logo se difundiram por toda a região Sul do país e para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A partir do conjunto destas ações, formaram-se as bases que originaram o maior movimento social rural da história recente do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST foi fundado oficialmente em 1984 na cidade de Cascavel no estado do Paraná, com representantes de 11 unidades federativas brasileiras (MEDEIROS, 1989).

Pouco tempo após a fundação do Movimento, houve mais uma expressiva ação de grande notoriedade política na região do Alto Uruguai do RS. Em 1985, aproximadamente 6.500 pessoas, provenientes de dezenas de municípios, ocuparam a fazenda Annoni que, na época, possuía uma área de aproximadamente 10 mil hectares e encontrava-se oficialmente desapropriada desde 1974. Contudo, a área estava em litígio e ainda não havia sido desocupada pelo fazendeiro. A liberação somente ocorreria em 1986, após um ano de constantes pressões dos

⁸⁵ Ressalta-se que este acampamento sofreu fortes pressões para desmobilização por parte do governo federal, que militarizou a questão ao promover um cerco militar ao acampamento “enviando inclusive para lá o famoso major ‘Curió’, os acampados resistiram, contando com o apoio decisivo da CPT” (MEDEIROS, 1989, p. 149).

sem-terra e seus aliados (igrejas e partidos de esquerda) (SCARIOT; FERREIRA, 2002)⁸⁶.

Ao final dos anos 70 e início dos anos 80, na região do Alto Uruguai, também houve importantes ações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁸⁷, principalmente nas localidades próximas ao Rio Uruguai. Segundo Moraes (1996), o fato que impulsionou a mobilização inicial e a formação de uma Comissão sobre as Barragens foi o seguinte: após uma informação extra-oficial de que a empresa estatal Eletrosul pretendia construir 22 barragens na bacia do Rio Uruguai e se negava a dar maiores esclarecimentos sobre o destino dos atingidos pelas obras, alguns membros da CPT, professores universitários principalmente de Erechim (RS) e sindicalistas do chamado sindicalismo “autêntico” (embrião do sindicalismo depois vinculado à Central Única dos Trabalhadores - CUT), saíram em “missão de alerta” organizando um movimento de resistência e questionamento destes planos estatais.

Este movimento teve atuação, primeiramente, de resistência aos projetos de implantação de barragens na bacia do rio Uruguai (e em outros pontos do país) e na medida em que foram sendo criadas barragens passou também a reivindicar reassentamento, infra-estrutura, crédito e outras políticas públicas de apoio aos atingidos⁸⁸. No entanto, sua bandeira principal até os dias atuais é o “não às barragens”, traduzido na frase que virou seu lema: *“Águas para a vida não para a morte”*⁸⁹.

⁸⁶ Após estas ações citadas ocorreram várias outras ações de afirmação do movimento dos “sem-terra”, de reivindicação de assentamentos, de luta pela mudança do modelo de organização da agricultura, etc. Estas ações são apresentadas por Fernandes (1999), Morissawa (2001), Da Ros (2002), entre outros. Além disso, o MST se destaca também na criação de novas formas de organização da produção e novas formas de sociabilidade. Estudos sobre estas ações criadoras do MST encontram-se em Carvalho (1998) e Scariot (2003).

⁸⁷ Inicialmente este movimento foi chamado de Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Deve-se chamar atenção que ações de atingidos por barragens já vinham ocorrendo em outros pontos do país desde o início da década de 70, principalmente na região Nordeste com a construção das barragens de Moxotó e Sobradinho e no estado do Paraná com as obras de Itaipu (MEDEIROS, 1989).

⁸⁸ Segundo a própria interpretação do movimento de sua história “a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional.” (MAB, 2005, sn).

⁸⁹ Atualmente, o MAB é um movimento organizado a nível nacional e vem se estruturando e aumentando sua base social. Na medida em que são elaborados novos projetos de barragens, o Movimento entra em campo buscando organizar os agricultores atingidos ou para construir resistência às barragens ou visando o reassentamento das famílias atingidas, em condições adequadas. Assim, tem organizado suas ações e se credenciado junto aos “atingidos” como o principal ator político de representação de seus interesses.

Também ao final da década de 70 e início de 80, ocorreu “um verdadeiro fervilhar das oposições sindicais no campo” (BONATO, 2003, p. 22-23). O desencadeamento de oposições ao sindicalismo oficial da CONTAG proveio, segundo Bonato (2003), de três fatores: o início da abertura política do regime militar; a necessidade de enfrentamento dos problemas provocados pelo modelo de modernização da agricultura; e as ações desenvolvidas pela Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e das Pastorais, especialmente a CPT.

A adesão às oposições sindicais parece ter se constituído com base na percepção de que a estrutura sindical vigente não estava em condições de promover o devido encaminhamento aos problemas vivenciados com a modernização da agricultura e aumentados com a crise econômica do período (anos 80). Os principais problemas vivenciados pelos pequenos agricultores na época são descritos por Navarro (1996, p. 82):

As mudanças intensas acarretadas pela mercantilização da vida social e do processo de produção definiram, em graus variados (mas para a maioria dos produtores familiares), uma necessária subordinação do processo de trabalho e de produção aos circuitos comerciais e, também, que a relativa modernização das pequenas propriedades requeria, como consequência, a necessidade anual de recursos financeiros, quase sempre na forma de financiamentos do sistema bancário e, assim, uma crescente dependência da política pública de crédito, largamente subsidiada quando da sua implantação, no final da década de 60. Dessa forma, com a gradual redução, já no final da década seguinte do acesso a política de crédito rural [...] associado a preços reais crescentes de insumos para a produção [...] e, ainda a queda real dos preços das “commodities” como a soja, o resultado, de certa forma inevitável, foi a multiplicação do processo de endividamento e a eclosão de variadas ações de protesto e reivindicações.

Neste quadro de relativa especialização dos agricultores nas atividades comercialmente “viáveis”, de dependência do crédito para realização do processo produtivo e de crise que passava esta forma de agricultura, descobria-se que as organizações de representações tradicionais dos agricultores mostravam-se inadequadas para atender às novas necessidades. Assim, o sindicalismo tradicional passa a ser combatido, seja por deficiências de compreensão da especificidade do sujeito pelo qual deveria lutar, seja por seu caráter “pelego” (atrelamento aos governos que “amaciava a luta de classes”)⁹⁰. Neste contexto, as oposições sindicais

⁹⁰ A CONTAG e seus sindicatos, segundo Medeiros (2001), “se limitava a denuncia de situações concretas aos poderes públicos, mas era pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressão” (p. 105) e muitos sindicatos eram exclusivamente assistencialistas. Em função disso, eram chamados de “pelegos”, ou seja, amortecedores da luta de classes. Dessa forma, eram considerados como ineficazes no encaminhamento de lutas.

e o “novo sindicalismo” surgem das necessidades que se apresentavam principalmente aos “pequenos agricultores”, os quais se encontravam em situação social mais frágil.

Este novo sindicalismo, então, foi criado visando tanto para resolver os problemas que afetavam a “pequena agricultura”, quanto para construir a ação política autônoma do segmento da pequena agricultura. A nova concepção sobre o sindicalismo rural se autodenominará de “verdadeiro sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”. Além disso, deve-se destacar que o trabalho de formação de um “novo sindicalismo” no campo estava vinculado a um movimento maior de renovação das estruturas e do papel dos sindicatos em todo país, que foi liderado nacionalmente pela CUT e regionalmente pela Articulação Sindical Sul⁹¹.

A construção de oposições sindicais à FETAG no Rio Grande do Sul e, mais precisamente na região do Alto Uruguai, onde começam as primeiras ações do chamado sindicalismo “autêntico”, desenvolve-se através da motivação promovida por quadros do setor “progressista” da Igreja. Segundo Navarro (1996, p. 84), a estratégia de renovação dos sindicatos implicou em: “realizar cursos rápidos com jovens que já participavam de atividades usuais da Igreja nas pequenas comunidades rurais ou, ainda, selecionar outros que estavam matriculados em seminários mantidos pela instituição”. Segundo a perspectiva deste autor, não foi difícil motivar os filhos dos agricultores a construir um “novo sindicalismo”, combativo, de “luta” e com recorte classista, pois estes estavam vivendo o drama da crescente crise econômica da atividade agrícola familiar e observando os vícios dos sindicatos contagianos.

No Rio Grande do Sul, a literatura faz referência à conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Erechim⁹², em 1984, como um símbolo da renovação dos sindicatos rurais. Com esta primeira conquista, vários sindicatos passaram a ser conquistados pelo movimento de oposição sindical (sindicalismo “autêntico”). Schmitt (1996) descreve a sucessão de conquistas, muitas delas na região do Alto Uruguai:

Ocorrem ainda eleições em Tenente Portela, Rodeio Bonito, e Erval Seco, com a vitória de chapas compostas por lideranças ligadas ao “sindicalismo autêntico”. No ano de 1985 chapas identificadas com o “sindicalismo

⁹¹ Além disso, cabe lembrar que a constituição desta nova concepção sindical e do movimento sindical estava intimamente relacionado com o processo de constituição do PT.

⁹² Schmidt (1996) e Bonato (2003).

combativo” assumem em municípios como Ronda Alta, Sarandi, Seberi, Humaitá, Aratiba, Erval Grande e Tapejara. Em 1986 registram-se novas vitórias: Palmeira das Missões, Constantina, Venâncio Aires e Marcelino Ramos.” (p. 196).

A partir destas primeiras conquistas e buscando objetivos maiores, os sindicatos da região do Alto Uruguai organizam a Comissão Sindical do Alto Uruguai (COSAU), que tinha por objetivos centrais: “encaminhar as lutas, organizar oposições sindicais e conquistar mais sindicatos”⁹³. Em 1984, a COSAU passa a editar um jornal chamado *Informativo Sindical* e, em 1986, é formada a Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU). Estes instrumentos do sindicalismo foram utilizados para divulgação, formação e fortalecimento do novo modelo sindical (SCHMITT, 1996).

Com o desenvolvimento de ações coletivas destes atores sociais anteriormente citados (principalmente do MST e dos sindicatos “autênticos”), também foi gerado o “embrião” de um movimento inédito na história brasileira: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Segundo Navarro (1996), na década de 80 as mulheres rurais ou “colonas” do RS aumentaram gradativamente sua visibilidade coletiva principalmente através da ação política que desenvolveram em dois canais: de um lado, utilizando-se do sindicalismo oficial (através da FETAG-RS) para reivindicar o reconhecimento da “profissão de agricultora” e acesso a serviços de saúde; e, de outro lado, através das ações de afirmação do MST e da formação do sindicalismo cutista de oposição à FETAG. Este mesmo autor, adverte que “o embrião do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) é, assim, originário deste período de socialização política aberto pelo desenvolvimento do MST e dos sindicatos pró-CUT” (NAVARRO, 1996, p. 100). Em outras palavras, as bases de formação deste movimento originaram-se das mulheres sem-terra e das sindicalistas cutistas, apesar de terem feito uso de alguns canais legais oferecidos pela FETAG.

Buscando identificar as motivações que originaram o movimento de mulheres “colonas”, percebe-se que muito embora a mobilização das mulheres agricultoras tenha sido bastante expressiva no período de formação do MST e de conquista de vários sindicatos, estas não haviam deixado de ocupar papéis secundários nas tomadas de decisão e na ocupação de cargos de direção nos movimentos e sindicatos e, dessa forma, possuíam pouco espaço para expressarem

⁹³ Relatório reunião do COSAU citado por Schmitt (1996).

suas necessidades específicas. Diante disso, segundo Navarro (1996, p. 100), um debate que logo se instalou nestas organizações foi “sobre a especificidade das lutas das mulheres, sua prioridade em relação às outras lutas e a necessidade (ou não) de um movimento autônomo”. Dessa maneira, principalmente as mulheres participantes destas organizações, depois de vários debates, encontros e campanhas de auto-afirmação e em defesa dos direitos das mulheres, decidem formar um movimento próprio:

Em 1988 foi formada uma comissão provisória para propor a forma de organização e seu ideário original e, em agosto de 1989, o MMTR foi fundado formalmente, durante o I Encontro Estadual do MMTR, quando 500 delegadas, representando 86 municípios do Rio Grande do Sul, aprovaram a criação do movimento (NAVARRO, 1996, p. 101).

As mulheres trabalhadoras rurais também formaram uma organização de caráter nacional, em meados dos anos 90, chamada de “Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais” (ANMTR)⁹⁴.

Estas ações dos “sem-terra”, dos “atingidos por barragens”, dos pequenos agricultores, das mulheres trabalhadoras rurais, entre outras categorias, promoveram uma retomada, em certo sentido, das bandeiras de luta dos antigos movimentos camponeses das décadas de 50 e 60, como a luta por terra ou a da reforma agrária, por direitos previdenciários, entre outras. Mas, o fato mais marcante do surgimento destes novos atores é a constituição de novas identidades coletivas, a estruturação de formas organizativas sob novos alicerces e formas diferenciadas de encaminhamento das suas lutas.

3.2.2. Articulação política dos atores populares

A partir de 1979, começa a se observar um processo de gradativa perda da vitalidade política do regime militar. A perda desta vitalidade reflete-se na aprovação de algumas leis que representaram símbolos da retomada da luta em prol da

⁹⁴ Segundo informações disponíveis no sítio do movimento de mulheres na Internet, a organização nacional foi criada diante da “necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.” (MMC, 2005, sn).

redemocratização do país. Uma delas foi a Lei de Anistia, que “possibilitou a volta dos exilados políticos e ampliou as liberdades públicas” (FAUSTO, 1995 *apud* BRUM, 2002). Outra lei importante no processo de liberalização política foi a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que, na prática, extinguiu o bipartidarismo (Arena e MDB) e estabeleceu o pluripartidarismo no país. Com estes fatos, associados às grandes mobilizações políticas em prol de eleições diretas para Presidência da República em 83-84 (chamadas de “*Diretas Já*”) e a emergência de movimentos sociais populares que passam a intervir na cena política nacional, é dado início a uma nova fase de organização política no Brasil. Mas, de toda forma, o processo de redemocratização só se completaria legalmente em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição ao País e a realização de eleições diretas para Presidente da República em 1989⁹⁵.

O trabalho da Igreja contribuiu decisivamente na articulação dos principais movimentos sociais populares, na organização de oposições sindicais e na estruturação de uma nova esquerda.

A ação articuladora da Igreja se dirigia tanto a nível local/regional com trabalhos conjuntos viabilização de estratégias de reprodução social, quanto a nível nacional para a organização das forças populares. Neste contexto, destaca-se, na região do Alto Uruguai, a articulação política para estruturação do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), para assessoria “na questão da agricultura”. O CETAP foi criado, em 1986, por organizações não governamentais (ONG's), universidades regionais e pela Igreja⁹⁶, assemelhando-se a uma organização de acompanhamento aos agricultores que a Igreja Evangélica já mantinha: o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (CAPA)⁹⁷. Desde o

⁹⁵ Ressalta-se que a democratização brasileira não foi um fato isolado, pois neste período ocorria um movimento “global de democratização” que levou ao fim de várias ditaduras tanto na América Latina, na África, na Ásia, Europa e nos estados socialistas. Formavam-se em grande parte do globo terrestre sistemas políticos mais democráticos.

⁹⁶ Segundo Perin (1988), o CETAP foi formado durante a realização do I Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas, realizado em Passo Fundo, no ano de 1986, que foi organizado pela FASE, CAMP, EAPES e UNIJUÍ. Foi fruto, também, de uma articulação entre os movimentos populares da região do Alto Uruguai.

⁹⁷ A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) criou um Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor com atuação na região Noroeste do RS e Oeste de Santa Catarina. Segundo documento do CAPA sobre a sua história, disponível em seu sítio na Internet, sua criação se deu para cumprir objetivos traçados pela IECLB: “Na Conferência dos Pastores Regionais realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978 é criado o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor - CAPA, iniciando as suas atividades no dia 15 de junho de 1979 na cidade de Santa Rosa/RS e atuando em uma área que na época abrangia 112 municípios do Noroeste do RS e Oeste de SC (74 municípios no RS e 38 em Santa Catarina). **O CAPA foi criado pela IECLB com o objetivo de orientar, conscientizar, apoiar e acompanhar os agricultores familiares através de reuniões, seminários**

início do CETAP o grande objetivo foi produzir “tecnologias alternativas” adaptadas à “pequena agricultura” visando construir um modelo de agricultura com menores impactos ambientais e não dependente de insumos externos.

Dentre as ações ao nível nacional destaca-se a mobilização de oposições sindicais. A “nova” forma de sindicalismo – mais centrado na luta política do que em questões corporativas – resultou na formação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁹⁸. A CUT passou a promover a renovação do sindicalismo e a congregar nacionalmente os sindicatos com esta nova forma de atuação.

O setor “progressista” da Igreja também participou ativamente na estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT)⁹⁹, fundado em 1980 como acúmulo das grandes mobilizações populares em prol da democratização política e da participação dos trabalhadores nas instâncias de poder. Mais do que isso, o Partido foi fundado diante da constatação de que não bastavam somente mobilizações sociais para transformar a sociedade, pois estas, findadas em si próprias, eram limitadas e dispersas. Assim, o Partido foi idealizado como um instrumento institucional de articulação dos vários setores da classe trabalhadora, visto que se tornava “cada vez mais claro aos movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980). A relação entre os movimentos sociais motivados pela Igreja “progressista” e o PT processaram-se intimamente, no que diz respeito ao encaminhamento das lutas.

A articulação dos movimentos populares com os instrumentos institucionais (PT e CUT) permitiu a construção de disputas na nova institucionalidade e

de lideranças, seminários com jovens, palestras, cursos práticos, [...] oferecendo novas alternativas e procurar fixar o homem no meio rural [...] O CAPA nasce com propostas alternativas de produção e consumo no mesmo momento em que explodem, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais (Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais) [...] Em fevereiro de 1988 o CAPA de Santa Rosa foi transferido para Erechim; [...] Ainda em 1988, decidiu-se homogeneizar o nome dos projetos com programas e atividades afins, ligados a outras Regiões Eclesiásticas da IECLB, financiadas pela mesma entidade do exterior, assim o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor passa a ser denominado de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.” (CAPA, 2005, sn) (grifos nossos).

⁹⁸ Para Medeiros (2001) a Teologia da Libertação forneceu uma “legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros, através das ações das pastorais e viabilizava espaços e infra-estrutura para encontros e gestão de organizações” (p. 106). Os sindicatos organizados na CUT são oriundos destes trabalhos.

⁹⁹ Tem-se que o PT foi formado por três ordens de expressão política: o sindicalismo do ABC paulista que também impulsionou a CUT, comunistas egressos do período da ditadura militar que preferiram não voltar ao PCdoB ou ao PCB e os movimentos sociais populares estruturados pelo setor “progressista” da Igreja.

mobilizações reivindicatórias de amplo alcance no período da redemocratização do País. Enquanto disputas institucionais, destacam-se a participação no processo Constituinte, através de uma articulação ampla dos setores populares em prol da garantia dos direitos dos “trabalhadores” e a construção de uma forte candidatura para disputar a Presidência da República no ano de 1989.

Quanto às mobilizações reivindicatórias, destacam-se as lutas pela ampliação dos espaços de cidadania, pela inclusão social e pela participação popular nas decisões políticas. No que se refere aos movimentos “rurais”, estes eram praticamente unânimes em reivindicar reforma agrária, política de crédito para os pequenos agricultores, melhorias previdenciárias, auxílios na saúde, entre outras políticas para compensar os efeitos da crise da modernização da agricultura¹⁰⁰.

Com o conjunto destas lutas “populares”, a categoria dos “pequenos agricultores” foi uma das que alcançou certa projeção política na sociedade e principalmente no sindicalismo rural¹⁰¹. Com isso, o encaminhamento de suas demandas “conquistou espaço político”, especialmente na segunda metade da década de oitenta, o que se refletiu num quadro de incipiência de políticas públicas orientadas à categoria.

3.2.3. Identidade e projeto dos movimentos

Após um período de relativa homogeneização da identidade política de *trabalhador rural*, consentida pelo Estado (durante o regime militar) e manifesta através do sistema sindical oficial (capitaneado pela CONTAG)¹⁰², esta identidade é fragmentada pelos novos atores sociais do campo que passam a criar várias

¹⁰⁰ Segundo Schmitt (1996), as lutas do final da década de 80 também tinham caráter reivindicatório de melhorias imediatas aos pequenos agricultores, tais como: reajuste dos preços mínimos, redução dos juros, devolução da correção monetária paga durante o Plano Cruzado, prorrogação das dívidas, extinção do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) e a criação de um novo seguro agrícola, entre outros itens.

¹⁰¹ Segundo Medeiros (2001): “Já na década de 80, evidenciou-se um reordenamento do lugar político dos ‘pequenos agricultores’ no sindicalismo rural e na sociedade, indicado não só pelo seu aparecimento na cena pública através de uma série de mobilizações, como pelo crescente peso que passaram a ganhar lideranças desse segmento no interior do sindicalismo” (MEDEIROS, 2001, p. 116).

¹⁰² Segundo Medeiros (2001), desde a formação da CONTAG e, principalmente, depois da intervenção do regime militar na estrutura sindical, as práticas desta Confederação serviram para construir a identidade de “trabalhador rural” como categoria genérica que unificava a diversidade de segmentos agrários. Esta estrutura sindical unificou a representação oficial de variados segmentos sociais, como: assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, posseiros, etc.

identidades específicas. Ocorre uma valorização da “especificidade” de cada ator social emergente, pois estes nasciam de necessidades singulares e se propunham resolver problemas peculiares. Segundo Medeiros (2001), com a estruturação de diversos atores sociais no campo surgiram várias identidades específicas, que se tornavam úteis à ação política, a saber: a identidade de “sem-terra”, a de “atingido por barragem”, a de “mulher trabalhadora rural” e dentro da lógica sindical foram criadas categorias específicas como: “empregados rurais”, “pequenos agricultores”¹⁰³, “fumicultores”, “suinocultores”, entre outras.

Segundo o entendimento deste trabalho, a fragmentação das identidades sociais, segundo as particularidades dos agentes formadores da nova organização, não excluiu a formação de identidades gerais de luta, como a de “trabalhador” ou de “povo pobre” que unificavam os vários atores populares nas lutas pela conquista de direitos à “classe trabalhadora” ou ao “povo”. Estas identidades gerais eram mobilizadas ou por agentes motivadores comuns às novas organizações, como a Igreja, o PT e a CUT, ou pela articulação conveniente entre os próprios atores. Assim, ao mesmo tempo em que as novas organizações rurais produziram um processo de fragmentação de identidades, elas também passaram a utilizar identidades “gerais” quando as lutas empreendidas se tornavam comuns a todas as organizações. Dessa maneira, os novos atores sociais passaram a utilizar identidades de “condição”, pois quando era conveniente tratarem da solução de problemas exclusivos, utilizaram identidades específicas e quando era conveniente juntarem todas as particularidades em uma luta maior utilizaram uma só identidade geral.

Os adversários dos movimentos também se engendravam segundo a especificidade de cada movimento. Os “sem-terra”, logicamente, identificavam nos latifundiários o principal adversário social (a União Democrática Ruralista – UDR – era uma organização símbolo), mas também este posto era ocupado pelo Estado na medida em que não realizava a reforma agrária, contribuía para a exclusão social no campo e algumas vezes reprimia as mobilizações políticas. Para os “atingidos por barragens”, o principal adversário parece ser o Estado, na medida em que era

¹⁰³ Segundo Medeiros (2001), até meados da década de 1990 foi predominante o uso do termo “pequeno agricultor”, para designar a categoria dos agricultores que possuíam pequenas áreas de terra e por consequência baixa escala de produção. Na segunda metade da década de 90, este termo foi substituído por “agricultor familiar”, em função de ter sido considerado uma categoria mais apropriada para caracterizar os agricultores que possuem os meios de produção, utilizam o trabalho da família e não separam a gestão da produção.

visualizado neste (a maioria das vezes) a tomada de iniciativa em construir novas barragens, resultando na expulsão dos habitantes das áreas atingidas pelas águas. Quanto às “oposições sindicais” cutistas, estas tinham por adversário, inicialmente, uma forma de sindicalismo “viciado” (atrelado aos governos) e “pelego”, que não atendia aos interesses dos pequenos agricultores ou trabalhadores rurais. Na medida que estes últimos tomavam as direções dos sindicatos e estruturavam organizações sindicais em âmbito regional e nacional, os adversários passavam a ser: dentro do sindicalismo, as direções “pelegas” das FETAG’s e da CONTAG; no setor da agricultura passavam a combater os agentes da especialização (cooperativas tradicionais, federações patronais como a FARSUL, etc.); e o Estado, pois este era visto como responsável pela modernização da agricultura e pela crise que atingia fortemente os pequenos agricultores, além do autoritarismo exercido por este. O movimento das “mulheres rurais”, por mobilizar (em sua maioria) as mulheres que já participavam dos outros movimentos do campo, tinham por adversários sociais as políticas autoritárias e excludentes do Estado, os agentes da especialização da agricultura e o sindicalismo “pelego”. Além destes existiam ainda os adversários específicos das mulheres agricultoras que configuravam-se nos agentes discriminadores da condição feminina: os homens e as políticas estatais que mantinham ou fortaleciam o preconceito à mulher agricultora.

Quanto aos projetos dos movimentos, neste período, parece que estes almejavam buscar no horizonte das suas ações objetivos comuns, mas também específicos.

Entende-se que os elementos comuns do projeto provêm da relativa aproximação dos diferentes atores à Igreja. Martins (1988) permite avançar no estudo das concepções da Igreja sobre as causas da formação de um grande contingente de “pobres” no meio rural e mais precisamente de excluídos da propriedade da terra. Martins parte do exame dos pressupostos da nova concepção da Igreja (“progressista”) acerca da questão agrária¹⁰⁴, concepção que começa a se formar desde a década de 60 e que ganhará destacado aporte a partir de meados da década de 70. Em suas palavras:

¹⁰⁴ Segundo o próprio Martins (1988), a posição da Igreja sobre a propriedade privada da terra – que era até meados do século XX de defesa incondicional da propriedade como bem sagrado, como defesa da *ordem* – vinha recebendo fundamentação teórica (teológica) para condenação da propriedade, tendo como argumentos os fatos de que a propriedade fundamentava as mais graves violências contra os trabalhadores e era uma fonte inesgotável de poder aos proprietários e de miséria aos despossuídos.

[...] o deciframento correto das posições da Igreja sobre a questão fundiária não parte do problema da propriedade para terminar na propriedade, mas começa em questões éticas, sociais, políticas, e pastorais, passando pelo problema da propriedade, para terminar na dimensão do ético, social, político e pastoral. Isto é, no problema da *humanidade do homem*. É na questão da concepção do *humano* que está a chave para decifrar a concepção de *propriedade* que orienta a pastoral.” (MARTINS, 1988, p. 27) (grifos do autor).

A partir destas palavras, percebe-se que a concepção católica de contrariedade à propriedade capitalista não se fundamenta em elementos clássicos da economia ou da política¹⁰⁵, mas, ao contrário, fundamenta-se nas restrições que ela coloca ao *desenvolvimento do homem*: “Isto é, brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano. É nessa brutalização que transparece a negação de sua humanidade [...] nessa ótica, a questão agrária não é apenas uma *questão econômica* e sim uma *questão moral*” (MARTINS, 1988, p. 29). A construção do entendimento de que a concentração da propriedade contribui para a desumanização do homem, segundo a perspectiva de Martins (1988), deu condições para a entrada da Igreja no questionamento da situação dos excluídos da propriedade, da discriminação dos “pobres”, da violência gerada, etc. Mas, acima de tudo, deslocou a prática da Igreja (pelo menos parte dela), tendo passado de práticas coniventes com a reprodução das relações paternalistas e clientelistas, para o incentivo de novos atores sociais (muitos deles críticos da ordem social) e o estabelecimento de novas relações horizontais, primordialmente, baseadas na democracia direta (visando à formação de cidadãos).

A Igreja tomou uma “opção preferencial pelos pobres”, uma opção que não era ingênua, mas sim uma clara opção política. Com esta “opção preferencial” da parte progressista, a Igreja entra em campo, principalmente em meados dos anos 70, na defesa dos marginalizados do meio rural. Essa concepção de defesa e promoção social dos “pobres” altera sobremaneira o papel da Igreja, que até então se colocava como defensora da *ordem*, do pacto político que evitava a desordem, da harmonia entre as classes. Nesse sentido, então, segundo Martins (1988, p. 57), a posição da Igreja “não é mais a *opção preferencial pela ordem*”. Mas, é uma “*opção preferencial pela des-ordem* que desata, desordenando, os vínculos de coerção e

¹⁰⁵ Nisso, Martins (1988) chama atenção para que a formação da concepção da Igreja sobre a questão agrária trilha caminhos próprios, desvinculados, por exemplo, da crítica marxista à propriedade capitalista, a saber: como um entrave ao livre desenvolvimento do capitalismo (do ponto de vista econômico) e como uma apropriação privada de recursos públicos (do ponto de vista político).

esmagamento que tornam a sociedade mais rica e a humanidade mais pobre. E ao desatar, liberta.” (p. 57)¹⁰⁶.

Todos os atores sociais aqui citados buscavam alcançar condições objetivas para a reprodução social na agricultura, ampliar os espaços de cidadania e os direitos sociais, democratizar o Estado e, acredita-se também, almejavam mudar a historicidade¹⁰⁷.

Ainda, pode-se afirmar que existiam projetos específicos a cada movimento: o MST buscava a construção da reforma da estrutura agrária para melhor distribuição dos recursos naturais da nação e o estabelecimento de uma agricultura assentada em pequenas unidades de produção ou em cooperativas de produção agropecuárias (assentamentos cooperativados); o MAB tinha como projeto específico alcançar novas áreas aos atingidos pelas obras das barragens e principalmente a mudança do perfil energético do País (busca de novas formas de geração de energia); o “sindicalismo combativo” buscava construir uma forma de organização sindical condizente com as demandas dos agricultores e o fortalecimento de pequenas propriedades através da diversificação produtiva; já o MMTR buscava a afirmação e o reconhecimento social do sujeito “mulher agricultora”.

Salientam-se os avanços em termos de “construção” de um “projeto” alternativo para a “pequena agricultura”, elaborado em conjunto entre os movimentos e as organizações de apoio (principalmente aquelas ligadas a Igreja) em alguns locais onde a organização era maior. No caso das contribuições do CETAP, por exemplo, segundo Perin (1988, p. 166), ao contrário dos centros públicos ligados à geração/difusão de tecnologias, este surgiu para responder a “demanda de tecnologias adaptadas à pequena produção rural geradas a partir dos anseios dos Movimentos Sociais no Campo”. E continua:

É nesse sentido que concebe a Tecnologia Alternativa como um caráter essencialmente classista, entendida como aquela que, atende os interesses do pequeno agricultor, reforça sua capacidade de resistência na terra, de melhorar sua organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas, de melhorar seu padrão de vida e segurança econômica. (PERIN, 1988, p. 166-167).

¹⁰⁶ Grifos do autor.

¹⁰⁷ Quanto ao conteúdo de suas lutas Scherer-Warren (1989, p. 43) destaca: “O que há de inovador é a luta pela ampliação de espaços de cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações em nível de relações sociais cotidianas. Pelo menos alguns destes grupos pretendem modificar a historicidade e o sistema de relações de poder e, nesse sentido, são verdadeiros Movimentos Sociais (no sentido dado por Touraine, 1987).”

Ou seja, os movimentos populares buscavam estruturar através da utilização de tecnologias alternativas uma forma de agricultura autônoma, auto-suficiente e não dependente de insumos externos.

Scherer-Warren (1989) destaca que estes “novos” movimentos assumem *formas de organização* e de *encaminhamento de suas lutas* com nova formação, que são características dos NMS. As diferenças quanto a forma de organização residem no fato de que os “antigos movimentos sociais” adotavam “sobretudo formas clientelísticas e paternalistas de fazer política; em certas ocasiões utilizavam o instrumento de democracia representativa e não excluía, em outras, o recurso à violência física” (SCHERER-WARREN, 1989, p. 43); enquanto as novas formas de organização no campo “valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível e opõe-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física” (SCHERER-WARREN, 1989, p. 43). Quanto a forma de encaminhamento das lutas, segundo a autora, os “novos” movimentos inovam, principalmente, na busca pela democratização dos espaços públicos e pela ampliação dos espaços de cidadania.

3.3. MOVIMENTOS DE “RESISTÊNCIA” ENTRE OS ANOS 90-95

3.3.1. Crise, reordenamento sindical e emergência de novos atores¹⁰⁸

No início da década de 1990, com Fernando Collor na Presidência da República, observa-se o começo de uma era que ficou conhecida como neoliberal ou das privatizações. Trata-se de um período de dominância de um discurso de “liberalização” das forças do mercado, correspondendo à intervenção mínima do Estado. Neste discurso, o Estado entende que não tem compromisso com o estabelecimento de um plano global de desenvolvimento nacional, nem com a sustentação de setores específicos. A sobrevivência, ou não, de um setor ou segmento social passa a ficar dependente de sua competitividade econômica.

¹⁰⁸ Nesta parte, em virtude da emergência de novos atores estar intimamente relacionada à articulação política e às disputas entre os atores populares do campo estes dois elementos serão tratados conjuntamente.

Cabe ressaltar a grande frustração que assolou os atores sociais populares após a derrota eleitoral, para a Presidência da República, do candidato do PT e dos movimentos sociais¹⁰⁹, em 1989. O compromisso político com a reforma do Estado do candidato vencedor – de inspiração neoliberal – contrapôs-se à luta pela ampliação e universalização dos direitos do cidadão, que os movimentos populares vinham sustentando durante toda a década de 80 e que foram assegurados pela Constituição de 1988. Com a eleição de Collor, foram abandonados os projetos de inclusão social, de democratização institucional e de participação dos trabalhadores. Do mesmo modo, rompe-se a trajetória ascendente de reconhecimento político que vinha tendo a categoria dos pequenos agricultores.

Segundo a perspectiva de Carvalho (2002, p.09), o advento das políticas de reformulação estatal neoliberais ocasionou a retirada dos “apoios governamentais necessários para garantir a realização econômica da pequena agricultura familiar”. A retirada dos *apoios governamentais* seria fruto dos ajustes estruturais da sociedade brasileira exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que a economia do país se adequasse ao Consenso de Washington. De acordo com o mesmo autor (2002, p. 09-10), algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro foram “diretamente responsáveis pela inviabilização econômica dos pequenos agricultores familiares”¹¹⁰, destacando-se: a não garantia de preços internos pelo Governo Federal para os produtos e subprodutos dos “pequenos agricultores familiares”; a inexistência de medidas protecionistas na importação de produtos agrícolas; a redução gradativa e sistemática dos financiamentos rurais subsidiados (diminuição do volume ofertado e precariedade da sua viabilização político-administrativa); a desestabilização e desmantelamento dos serviços de assistência técnica rural; o abandono das políticas públicas de fortalecimento da infra-estrutura para produção e para a comercialização, como irrigação, drenagem, armazéns, silos e transportes; a não realização de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata; e a

¹⁰⁹ Esta eleição fora polarizada entre um candidato de clara orientação neoliberal e um que se apresentava como representante dos trabalhadores (setores populares). De um total de 22 candidatos à Presidência da República em 1989, foram ao segundo turno: Fernando Collor, do Partido da Renovação Nacional (PRN) e Luis Inácio Lula da Silva, do PT. O que isto representava para a época? De um lado, representava que os partidos tradicionais (grandes) haviam perdido a confiança da população, pois estes dois partidos eram recentes e sem tradição no sistema político brasileiro. E de outro, era a primeira vez na história do Brasil que um “trabalhador” tivera chances reais de chegar ao cargo máximo da República. Mesmo considerando a relativa desvinculação destes dois partidos com o sistema político tradicional, na época ocorreu uma grande mobilização nacional de todas as forças políticas polarizando a eleição entre os espectros políticos: de centro-conservador apoiando Fernando Collor e de centro-esquerda apoiando Lula (BRUM, 2002).

¹¹⁰ Uso do termo em conformidade com a fonte citada.

permissividade governamental no processo de concentração da terra no País¹¹¹. O conjunto destas medidas agrava o processo de exclusão social no campo.

Neste contexto, um conjunto de fatores contribuem para que, a partir do início da década de 1990, os movimentos populares brasileiros passassem a secundarizar a tática da conquista do Estado¹¹² e a desacreditar na possibilidade de mudanças a partir do Governo Federal.

Inicialmente, cabe colocar o desestímulo dos movimentos sociais ao verem-se desamparados e impotentes devido a hegemonia da orientação neoliberal nas estruturas de governo.

Outro fator, relaciona-se à disseminação de concepções teóricas junto aos agentes articuladores dos movimentos que preconizam ações de construção de “mudanças através da educação das bases”, do “agir local”, das “formas micro-revolucionárias de fazer política na vida cotidiana”¹¹³.

Aliado a isso, nesta época, ocorreram crises no sistema político-institucional que desestimularam a participação dos atores populares no “jogo político nacional”. Em 1993, ocorre o processo de *impeachment* de Collor (acusado de corrupção) e, em 1994, uma nova frustração da expectativa de eleição de Lula e da afirmação de um projeto popular.

Finalmente, no que se refere à questão da configuração do Estado, é necessário destacar certas dinâmicas políticas de natureza estrutural que reforçam a tendência à ação local. Neste sentido, cabe observar que, ao mesmo tempo em que o governo federal procurava livrar-se das obrigações sociais, repassava-as aos governos estaduais e municipais, ou mesmo a organizações sociais autônomas, estava contribuindo para a descentralização do Estado (dando poderes à esfera local) e favorecendo a ação política a nível local. Medeiros (2001, p.117) também destaca que a “descentralização das atribuições governamentais” desenhada na Constituição de 1988, “fez crescer o debate em torno do município como espaço de produção e gestão de políticas públicas, provocando uma valorização da ação sindical relacionada ao tema no espaço local”.

¹¹¹ Essa retirada do Estado no início dos anos 90 é ressaltada também por Ricci (2000) e Medeiros (2001), enfatizando-se que foi um fenômeno generalizado no país inteiro.

¹¹² Ressalta-se, que neste período, ocorre a queda do Muro de Berlim (1991), que marca, simbolicamente, uma crise de referenciais para a esquerda mundial, que até então tinha o socialismo como objetivo estratégico.

¹¹³ Um bom exemplo de análise sobre estas tendências de voltar-se para dentro de si e de seu local dos movimentos sociais se encontra em “*Uma Revolução no Cotidiano?*” organizado por Scherer-Warren e Krischke (1987).

Este conjunto de fatores leva, num primeiro momento, ao enfraquecimento político das organizações gerais de representação e faz com que os movimentos populares passem a valorizar mais o voltar-se para “dentro de si”, para estruturar as mudanças desejadas a partir do seu lugar, das suas possibilidades de ação e com os seus recursos e materiais culturais.

Autores apontam a ocorrência de uma certa “crise” de representação no segmento dos pequenos agricultores, especialmente no âmbito do sindicalismo rural cutista, no princípio da década de 90. Esta crise foi resultante de um conjunto de fatores. Por um lado, a ineficácia das lutas pela “não resposta” do Governo Federal colocou em questão o seu papel, que era centrado na “reivindicação”. Observa-se, também, o crescimento e fortalecimento do MST a nível nacional, que neste período ganha vida própria e passa a promover certas disputas políticas e de base social com os sindicatos combativos. Ainda, teria existido uma “dualidade” de referência de organização sindical, pois ao mesmo tempo os sindicatos se organizavam na Articulação Sindical Sul¹¹⁴ e na CUT, o que gerou ambigüidade junto às bases. A crise do sindicalismo rural cutista também foi sentida no Rio Grande do Sul, já em 1989, como fruto da fragmentação da categoria trabalhador rural e da disputa entre organizações no campo, como é reveladora a passagem a seguir, extraída de um balanço da expressividade da CUT no campo:

De um total de quase 300 sindicatos de trabalhadores rurais, a CUT influencia direta ou indiretamente cerca de 87 sindicatos e oposições. Em média atingem 10% da categoria [...] O sindicalismo está em crise. Esta crise caracteriza-se por uma série de constatações, destacando-se: o peso da estrutura sindical oficial, a falência econômica dos trabalhadores e dos sindicatos, a falta de conquistas econômicas, o surgimento de vários outros atores que, de certa forma, são mais ágeis e mobilizam muito mais, como movimentos (sem-terra, mulheres, barragens), cooperativas, associações de produtores, etc. Também tem peso direto a influência da classe dominante junto aos trabalhadores, como a ação da UDR junto aos pequenos proprietários em alguns Estados ou das cooperativas como é o nosso caso. (V CONGRESSO ESTADUAL DA CUT, 1989 citado por SCHMITT, 1996, p. 218).

A “crise” do sindicalismo rural, segundo Schmitt (1996), colocou em destaque a diversidade de categorias de trabalhadores existentes e a incapacidade da estrutura oficial responder a tal diversidade de demandas. Dessa forma, surgiram

¹¹⁴ A Articulação Sindical Sul era uma organização geral dos sindicatos combativos da região Sul, formada ainda no início da década de 80. Segundo Bonato (2003), a Articulação Sindical Sul teve “uma importante participação” na formação da CUT em 1983, mas continuou existindo como a organização regional dos sindicatos combativos até final dos anos oitenta e início dos anos noventa, quando viveu uma forte crise organizativa e foi desarticulada, passando os seus sindicatos a ter referência somente na CUT.

questionamentos que passaram a serem orientadores do redirecionamento da ação do sindicalismo cutista, a saber:

por onde passa a construção da unidade na diversidade do campo? Por um projeto estratégico, capaz de romper com a fragmentação das lutas? Pela articulação das diferentes categorias de trabalhadores dentro de uma mesma estrutura organizativa? Construindo instâncias a nível estadual e nacional alternativas ao complexo CONTAG ou disputando as Federações e a Confederação instituídas pela estrutura oficial? (SCHMITT, 1996, p. 219).

Uma frente de ação, a partir de 1993, do sindicalismo cutista no campo passa a ter como eixo central a elaboração e a construção de um “projeto para o campo”. Tal definição, deu-se em uma conjuntura em que o sindicalismo cutista passa a entender que: “não é possível insistir em uma ação sindical somente de caráter reivindicatório e contestatório. Trata-se de elaborar uma proposta alternativa de desenvolvimento rural, que sirva como base para a definição de pautas concretas de ação e negociação”¹¹⁵.

Fatores da conjuntura política (*impeachment* de Collor) e econômica levaram os sindicatos a “retomar” sua articulação ao nível nacional e regional. Um outro eixo de ação para superação da crise, refere-se à revisão da estrutura organizativa. Tomando-se como exemplo o caso da região sul, segundo Bonato (2003), o movimento sindical rural vinculado à Articulação Sindical Sul passou por uma profunda crise, provocando a desarticulação da organização regional (Articulação Sindical Sul), no final dos anos 80 e início dos de 90. Com esta alteração de referência, estes sindicatos potencializaram a formação, no ano de 1990, do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) e dos Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais (DETR's) na CUT. Esta reorganização permitiu estabelecer novas relações que terão influência nas “lutas dos movimentos” que, articulados, revigoram seu potencial reivindicatório ganhando nova visibilidade a nível nacional.

O sindicalismo rural cutista, que vinha firmando uma organização em âmbito nacional (DNTR) desde o início dos anos noventa, a partir de 93 passa a compor a CONTAG (mesmo que em posição minoritária), o que possibilitou a constituição de uma pauta de reivindicações nacional unificada entre estas organizações, culminando com a mobilização do “1º Grito da Terra Brasil”, em maio de 1994

¹¹⁵ II Congresso do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais do RS, realizado em 1993, citado por Schmitt, (1996, p. 221).

(BONATO, 2003). Os resultados objetivos deste primeiro Grito foram as conquistas do PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção) “com o objetivo de *incentivar a fixação dos pequenos agricultores na área rural*” (BONATO, 2003, p. 25)¹¹⁶; e, um ensaio de um Plano Safra específico para os pequenos agricultores.

O sindicalismo cutista tornou-se hegemônico na CONTAG no ano de 1995, e essa última filiou-se à CUT no mesmo ano (BONATO, 2003). Essa composição na CONTAG (onde os sindicatos cutistas chegaram a ser hegemônicos durante um curto período de 1995-1997), segundo Bonato, desencadeou importantes conseqüências tanto positivas quanto negativas ao movimento sindical da região sul do Brasil:

O primeiro aspecto é que a realidade, mais tarde, demonstrou que esta hegemonia da CUT foi relativa, especialmente se entendida sob a ótica da concepção do DTNR e do sindicalismo rural cutista da região Sul. Um segundo aspecto é que a dinâmica impulsionada pela ação nacional (articulada a partir da CONTAG e ainda numa lógica contagiada), praticamente desestruturou a articulação do setor cutista da região Sul (o Fórum Sul dos DETRs ficou sem função). Em terceiro lugar, como a mesma lógica de “disputa por dentro” foi desencadeada nos estados, com dinâmicas e resultados completamente diferenciados em cada estado, houve um evidente processo de estadualização do sindicalismo. Mas, há que se considerar, como altamente positivo, a maior capacidade de influência nacional das elaborações acumuladas pela região Sul, o aumento da capacidade de pressão e intervenção nas políticas públicas e as vitórias conquistadas nesse período. (BONATO, 2003, p. 25).

Este processo de composição do sindicalismo cutista com a CONTAG trouxe conseqüências significativas para os agricultores e a organização sindical, como fica evidente na citação acima. De um lado, a conjugação de forças destas expressões de sindicalismo possibilitou a conquista de expressivas políticas públicas ao setor – detalhadas no próximo período – demonstrando as possibilidades que ações coordenadas (entre CUT e CONTAG) tinham e, por outro lado, imprimiu uma dinâmica diferenciada ao sindicalismo, uma vez que os cutistas passaram a disputar as estruturas oficiais, a comporem estas estruturas e a aliar-se a elas para conquista de políticas favoráveis ao setor social dos “pequenos agricultores”.

Cabe salientar que as novas dinâmicas trouxeram notáveis implicações nas estruturas próprias do sindicalismo cutista e promoveram diferentes resultados em cada unidade da Federação, promovendo disputas internas. No RS, houve uma composição com participação “quase insignificante” dos cutistas na FETAG, mas sem desmonte da estrutura do DETR, que continuou seu trabalho paralelo à ação da

¹¹⁶ Grifos do autor.

FETAG, principalmente na organização da produção alternativa, na criação de cooperativas de produção e ações junto à CORLAC¹¹⁷ (BONATO, 2003). Ou seja, no RS os sindicatos cutistas ao mesmo tempo em que participavam da estrutura oficial (em posição minoritária), também mantinham uma organização paralela à estrutura oficial. Esta situação de participação na estrutura oficial e de formação de organização paralela causou uma condição de dubiedade e de descredibilidade na ação dos sindicatos e das organizações de representação gerais, tendo levado a aspirações de formação de uma nova organização de pequenos agricultores, em âmbito geral e “por fora” das estruturas do sindicalismo existente.

Ao final de 1995 e início de 1996, formou-se o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A estruturação deste movimento surgiu das dificuldades que pequenos agricultores e alguns sindicatos de trabalhadores rurais sentiram ao constituírem uma campanha por auxílio do poder público frente a uma situação de emergência, provocada por uma seca. Neste processo, os agricultores constataram a “inoperância” das organizações “ditas representativas” dos pequenos agricultores. Segundo MPA (2003, p. 05):

Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de centrais sindicais e de Federações de Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores.

Dessa forma, o “nascimento e organização do MPA aconteceu por pressão da própria base, os agricultores, que já não se sentiam representados pelas organizações existentes” (MPA, 2003, p. 05). Os agricultores decidem mudar a “estratégia” da luta. Foi, assim, montado um grande acampamento às margens de uma rodovia federal, no município de Sarandi. Segundo Görgen (1998), esta mobilização ampliou-se na semana seguinte para mais de 16.000 pessoas e desencadeou a formação de vários acampamentos em outras regiões do RS¹¹⁸. Estas mobilizações chegaram a mobilizar 30.000 agricultores e obtiveram grande

¹¹⁷ A Cooperativa Riograndense de Lácteos e Correlatos (CORLAC) foi privatizada em outubro de 1993. Após a privatização, algumas organizações de “pequenos agricultores” assumiram o controle da Cooperativa e mantiveram um trabalho de centralização da industrialização da produção leiteira de algumas cooperativas de pequenos agricultores.

¹¹⁸ “Na semana seguinte, a população no acampamento de Sarandi aumentou para 16.000 pessoas e outros acampamentos iniciaram em Erechim (5.000 pessoas), Lagoa Vermelha (4.000 pessoas), Santo Ângelo (500 pessoas), Julio de Castilhos (1.500 pessoas), Pelotas (500 pessoas), Encruzilhada do Sul (500 pessoas) e Porto Alegre (500 pessoas). A população total mobilizada beirou a 30.000 pessoas”. (GÖRGEN, 1998, p. 23).

repercussão na mídia e nos governos. As pautas da mobilização eram a anistia das dívidas, crédito subsidiado e um “cheque seca” de R\$ 1.500,00 por família, como política emergencial. Depois destes atos simbólicos significativos, as organizações tentaram recuperar sua legitimidade junto aos agricultores “mobilizados”, mas cada vez ficavam mais claras as divergências de projeto e estratégia de luta entre ambos.

Nesta ocasião, ficaram evidentes algumas diferenças quanto ao encaminhamento da luta e principalmente quanto à forma do estabelecimento das negociações entre as duas perspectivas organizativas mobilizadas. Enquanto o MST e o Frei Sérgio Görden (respeitada liderança tanto entre “sem-terras” quanto entre os pequenos agricultores) teriam adotado uma tática mais “agressiva” de negociação, tendenciado para a pauta dos “sem-terra” (buscando fortalecer a proposta de reforma agrária) e para a ruptura com o “modelo de desenvolvimento da agricultura”, a CUT e a CONTAG/FETAG (que também tinham entrado nas negociações) teriam buscado conquistas imediatas (como crédito), principalmente aos agricultores “com terra”¹¹⁹. Dessa forma, a partir deste processo de mobilização e negociação com os governos, teria se mostrado que existiam diferenças quanto à proposta organizativa dos “pequenos agricultores”, na relação com aliados e na forma de construção de lutas.

Segundo a Liderança V. Z.¹²⁰, a formação do MPA ocorreu principalmente pela constatação, durante as “mobilizações da seca”, de que o sindicalismo se acabava nas negociações de algumas medidas paliativas emergenciais (principalmente o crédito), “quando na verdade o grande problema que ficava claro naquele momento era a mudança do modelo da agricultura”. Dessa forma, segundo relato da Liderança V. Z:

Algumas pessoas começaram a entender que o problema da pequena agricultura não era só pela seca daquele ano, era em função de todo um modelo de produção que foi implementado na década de setenta pela Revolução Verde e que vinha cada vez mais empobrecendo a pequena propriedade e conseqüentemente expulsando ela do seu meio. Então, a partir daí **algumas pessoas achavam que dava pra continuar reproduzindo aquele modelo e que apenas com crédito o governo resolveria o problema da agricultura e um outro grupo entendeu que o problema era mais profundo, era de modelo e aí entenderam que era preciso manter um processo de mobilização permanente.** E assim começou o processo e se cria um Movimento. Não é uma instituição como

¹¹⁹ Segundo relato do Frei Sérgio Görden, durante o acampamento “Conviveram conjuntamente, numa unidade frágil, duas compreensões diferentes de tática de enfrentamento do governo [...] Uma que privilegiava criar o conflito para então negociar e outra que ameaçava criar o conflito caso as negociações não avancem.” (GÖRGEN, 1998, p. 31).

¹²⁰ Entrevista realizada pelo autor a uma Liderança do MPA, em 27 de dezembro de 2005.

é uma federação ou um sindicato. É um movimento para ir se adaptando a cada momento da conjuntura e também ir fazendo todo o processo de enfrentamento ao modelo que tá aí, desde o ponto de vista político, quanto do ponto de vista da produção e da mudança de modelo de fato.

Tendo em vista os elementos expostos acima, pode-se abstrair que o MPA buscou firmar-se como ator coletivo dos pequenos agricultores, colocando-se comopositor da FETAG (no RS) e, em certo sentido, também à CUT. Esta oposição não se deu só em relação com concepção ideológica destas, mas também estendeu-se à forma de organização institucional e centralizada dos seus sindicatos¹²¹. Diante disso, seguindo o exemplo de outros movimentos populares¹²² (MST, MAB, MMTR) que não buscavam institucionalizar-se ou disputar as instituições existentes, o MPA passa a construir uma “nova estratégia de luta”, baseada nas possibilidades de ação coletiva direta dos pequenos agricultores, passando a caracterizar-se pela “luta prolongada, de massa, organizada pelos próprios agricultores” (MPA, 2005). Com essa perspectiva organizativa e de ação, o MPA diferenciava-se, também, da estrutura e da forma de ação que o sindicalismo cutista assumia (os sindicatos, os DETR's e o DNTR).

3.3.2. Identidade, projeto e estratégia

Atentando-se aos elementos expostos acima, tem-se para este trabalho que, de um lado, o setor social da chamada “pequena agricultura”, na primeira metade dos anos 90 sofreu vários reveses (como se apontou acima), motivados principalmente pela implementação das políticas neoliberais. Essa situação fez com que este setor se fragilizasse tanto economicamente, quanto politicamente. A reação dos movimentos sociais rurais a este processo deu-se, num primeiro momento,

¹²¹ As motivações iniciais do MPA foram: criar uma organização mais flexível e que pudesse se adequar mais facilmente às diferentes conjunturas. Esta caracterização da nova organização visava, fundamentalmente, diferenciar-se das estruturas burocráticas, centralizadas e legalistas do sindicalismo, que tanto a CONTAG/FETAG e a CUT seguiam (um sindicato por município, uma Federação por estado e uma Confederação a nível federal). O MPA, passa a não respeitar a necessidade de uma unidade por município como no sindicalismo, mas este vai procurar estruturas núcleos de base nas comunidades, organizar coordenações regionais e uma coordenação geral. Esta estrutura mais flexível lhe dará maior agilidade na ação e não lhe causa custos com a “manutenção da máquina”. Segundo a Liderança V. Z. “As estruturas sindicais não fazem luta por que não têm dinheiro, têm que utilizar todo recurso que arrecadam para manter a máquina. O MPA não, todo recurso que se consegue vai pra luta.”

¹²² Segundo Martins (2004, p. 148), o surgimento do MPA inspirou-se “[...] nas formas de luta e de organização do MST, passou a se construir como um movimento de massas dos pequenos agricultores.”

através da negação do Estado, na ênfase na ação local, na produção de alternativas pelos próprios movimentos e também possibilitou que o setor social da pequena agricultura construísse “trincheiras de resistência” apoiadas em materiais culturais próprios e, principalmente, fortalecesse uma identidade política de resistência: a de “pequeno agricultor”. As “trincheiras de resistência” deram-se na reestruturação produtiva orientada para a auto-suficiência, no fortalecimento dos laços comunitários e na formação de novas organizações (cooperativas, associações, etc.) para contribuir na viabilização da pequena agricultura. A identidade que foi fortalecida, neste período (“pequeno agricultor”), objetivou reforçar a oposição entre os “pequenos” e os “grandes” no setor agropecuário. Estando clara esta diferenciação, os “pequenos” poderiam melhor identificar-se para a luta política. Esta identidade de pequeno agricultor foi assumida, notadamente, pelos sindicatos que se organizaram através do MPA.

No que se refere às proposições para a organização de uma “nova” agricultura, os movimentos populares, neste período de domínio do ideário neoliberal, passaram a sistematizar experiências de agricultura alternativa que já estavam em desenvolvimento e também elaborar propostas de reorganização do setor agropecuário. Em um documento elaborado em conjunto pelos vários atores populares do campo (DNTR/CUT, MST, CPT, CETAP, Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, entre outros), é apresentado uma proposta para o setor agropecuário, “que venha em favor da natureza e das pessoas”. Segundo é expresso em documento, esta proposta deve incluir:

- a) Reforma Agrária que reparta a terra, respeite a cultura dos camponeses e aumente a produção de alimentos;
 - b) A pequena produção familiar com incentivo para as diversas formas de cooperação agrícola;
 - c) A produção diversificada de alimentos e matérias-primas;
 - d) As agroindústrias cooperativas que garantam a oferta necessária e permanente de alimentos;
 - e) A produção e comercialização de produtos, especialmente para o próprio país, onde os produtores possam influir nos preços;
 - f) O incentivo ao uso de tecnologias simples e baratas para a produção;
 - g) A valorização do saber popular sobre agricultura ligado com as pesquisas da ciência; e
 - h) Uma educação para os trabalhadores que ajude na formação do cidadão e que respeite as diferenças culturais e as experiências de cada povo.
- (CONFERÊNCIA DE VITÓRIA: TERRA, ECOLOGIA E DIREITOS HUMANOS, 1993).

O sindicalismo cutista da região Sul também começou a dar mais atenção à sistematização e à discussão das experiências de agricultura alternativa e das propostas de organização da produção desenvolvidas pelas suas bases. Estas sistematizações e discussões visaram à elaboração de um projeto alternativo para a agricultura¹²³. Assim, no ano de 1993 elaboraram-se as bases do que viria a ser “um projeto alternativo de desenvolvimento” para garantir a viabilização da pequena agricultura. Este projeto implicaria em:

- a) Um novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola (...);
- b) Novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento (...);
- c) Reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira (...);
- d) Políticas agrícolas diferenciadas para o pequeno agricultor (...);
- e) Pesquisa e extensão rural voltada para os interesses dos trabalhadores (...);
- f) Construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores como a solidariedade, a cooperação e o estabelecendo uma nova relação homem-natureza. (DETR-RS/CUT, II CONGRESSO, 1993, citado por SCHMITT, 1996, p. 221-222).

O debate acerca de um projeto alternativo de desenvolvimento rural vai se afirmar definitivamente no movimento sindical cutista a partir de 1995, segundo Bonato (2003), quando uma Plenária Sindical do Fórum Sul dos DETR's/CUT centrou-se na elaboração das diretrizes básicas do se que chamou de “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” (PADRS). Este projeto também passou a ser discutido no âmbito da CONTAG, a partir de 1995, e foi adotado como oficial por esta Confederação em 1997¹²⁴.

Num segundo momento, deu-se ênfase à articulação das lutas com outros atores do setor social visando reconquistar reconhecimento social e políticas públicas. A partir de 1994, começam nas mobilizações dos “Gritos” que possibilitam a conquista de algumas políticas públicas e uma nova fase de articulação entre a

¹²³ Segundo Medeiros (2001, p. 116) “[...] nos anos 90 começou a ganhar corpo um rearranjo de posições no interior do sindicalismo, levando a um aumento da importância dos chamados “pequenos produtores” e a um declínio da importância política dos assalariados. É a partir desse novo quadro que se gestou o que os sindicalistas passaram a chamar de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar.”

¹²⁴ Segundo texto de Manoel Jose dos Santos (Presidente da CONTAG) (2001, p. 234): “A construção de um projeto alternativo é uma ação permanente de elaboração de propostas e de ações estratégicas. É preciso, portanto, buscar articular o acúmulo prático do movimento sindical e de seus parceiros e aliados, em suas diversas instâncias e organizações. A ação sindical deve combinar, ao mesmo tempo, a negociação, a mobilização social e a luta política no âmbito de um movimento sindical propositivo e atuante.”

CUT e a CONTAG. As implicações desta forma de luta e desta aliança acabaram produzindo contradições nas organizações de base do sindicalismo cutista, principalmente no Rio Grande do Sul. As divergências nas estratégias de luta (sindicalismo apostando na articulação/negociação) motivaram a emergência de um novo movimento, que não se diferenciava tanto pela identidade ou projeto, mas pela forma de alcançá-lo. As motivações do surgimento do MPA, ressaltam estas questões:

As dificuldades, somadas às experiências políticas acumuladas dos sindicatos e organizações populares, desembocaram em grandes manifestações nas rodovias do Rio Grande do Sul. As conversas nos grupos, assembléias e manifestações resultaram em **nova estratégia de luta camponesa: luta prolongada, de massa, organizada pelos próprios camponeses**. As estradas se transformaram em espaço de aprendizagem, escola, memória das lutas, oportunidade de discernimento sobre quem é ou não aliado nas lutas. Na verdade, a história do MPA é resultado de aprendizagens nas lutas, de insatisfações diante dos rumos da política agrícola, da **inoperância das organizações e mediações “ditas representativas” dos pequenos agricultores**. (MPA, 2005, sn) (grifos do autor).

Em suma, este foi o período em que, inicialmente, os movimentos sociais da pequena agricultura resistiram às políticas neoliberais, apostando fortemente nas iniciativas próprias de viabilização produtiva, na estruturação de um projeto alternativo de desenvolvimento rural e na formação de uma identidade de resistência. Entretanto, ao sentir as dificuldades de “lutar sozinho” rearticulam-se em organizações gerais ou experimentam novas formas de luta.

3.4. “APROXIMAÇÃO” ENTRE MOVIMENTOS-ESTADO, DISPUTA ENTRE ATORES E DIFERENCIAÇÃO DE IDENTIDADES (1996-2005)

Neste período distinguir-se-ão dois momentos: um primeiro em que, frente ao reconhecimento da legitimidade das demandas, o Estado negocia com os movimentos as políticas públicas e, um segundo momento, em que se manifestam divergências entre os movimentos do segmento social sobre identidade, projeto, adversário e estratégia.

3.4.1. Mudanças na conjuntura política e os desafios colocados para os movimentos

Passados os primeiros anos de neoliberalismo extremado, observa-se o fortalecimento dos atores que faziam oposição ao “programa neoliberal” (inclusive partidos políticos, com mudança do governo federal em 1995) e dos movimentos sociais rurais, ocasionando a melhoria da conjuntura política. Salienta-se a rearticulação dos movimentos e das centrais sindicais para realização de mobilizações políticas conjuntas a partir de 1994.

Entre as mobilizações sociais conjuntas destacam-se os “Gritos da Terra”. Segundo Medeiros (2001), as mobilizações dos “Gritos da Terra” conjugavam uma tática de ação “espetacular”, operacionalizada com articulação do sindicalismo e dos movimentos sociais em ações unificadas¹²⁵, sob a bandeira da *valorização dos “pequenos agricultores”*. Segundo as palavras de Medeiros (2001, p. 118):

A mobilização de trabalhadores de diversos pontos do país, trazendo-os para as ruas, realizando ocupações de órgãos públicos, manifestações, vem constituindo o eixo do “Gritos da Terra”. Através deles busca-se uma forma espetacular de apresentação/negociação de demandas com o Estado mas também apoio da sociedade para suas propostas.

Estes eventos (Gritos da Terra), como muito bem caracterizou Medeiros (2001), foram relativamente eficientes no que tange à negociação de políticas públicas com o Estado, pois propiciaram a conquista de políticas públicas significativas para os agricultores, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado em 1995¹²⁶.

Paulatinamente, a revisão da adoção austera da política neoliberal pelo novo governo levou à construção de um novo referencial sobre o papel do Estado, o que veio a repercutir na relação do Estado com os movimentos. Neste novo referencial, assume-se, com maior clareza, a necessidade de manutenção da ação pública em determinadas áreas e no apoio a setores sociais específicos.

Com relação ao setor agrícola, há uma posição favorável à internalização das demandas dos setores fragilizados e desenvolvimento de ações afirmativas. Martins (2003) ressalta que, em meados dos anos 90, apesar da grande rivalidade

¹²⁵ Deve-se destacar que, apesar do “Gritos” terem sido chamados pela CONTAG/CUT, eles contaram com a participação dos mais variados campos de ação política dos setores populares do campo. Participaram das mobilizações desde a CONTAG, as FETAG’s, o setor rural da CUT, até o MST, MAB, MMTR, CPT, e o MPA, após 1996, entre outros atores.

¹²⁶ “À força dos ‘Gritos’ tem sido atribuída, pelos sindicalistas, uma série de medidas entendidas como do interesse dos agricultores, como é o caso do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), aumento de recursos para o Procerá, medidas de agilização das aposentadorias rurais, etc.” (MEDEIROS, 2001, p.118). A consecução do PRONAF foi fato inédito na história do País e se manterá no centro das políticas públicas para este setor social até os dias atuais.

política que ocupava o cenário das lutas dos “pequenos agricultores” e “sem-terras” frente ao Estado, estabeleceram-se novos horizontes à pequena agricultura. As lutas eram motivadas pela falta de políticas estatais para estes setores sociais e também pelas explícitas diferenças de orientação política do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e dos movimentos sociais e seus “agentes de mediação” (PT e Igreja). Assim, para o autor, mesmo com a oposição entre os movimentos (e agentes de mediação) e o governo, o último teria tomado uma atitude corajosa¹²⁷ quando “reconheceu a identidade social da agricultura familiar e a reconheceu como protagonista de um projeto econômico viável. Não como um projeto alternativo, como querem os grupos de mediação e reivindicação, e sim projeto auxiliar e complementar” (MARTINS, 2003, p. 177). Projeto auxiliar e complementar à grande agricultura predominante no País.

O estabelecimento de políticas de fortalecimento deste setor social implicou no enquadramento dos beneficiários em uma categoria que o Estado estava fomentando, estabelecendo diferenciações entre dois modelos de agricultura no Brasil: familiar e patronal. Ou seja, para entender o encaminhamento das ações políticas que se sucedem, é necessário reconhecer a relativa convergência entre diferentes atores sociais sobre a conveniência de trabalhar com uma identidade unificadora para caracterizar o segmento social que estava a reivindicar políticas públicas específicas. Esta convergência se deu em torno da categoria de *agricultura familiar*.

A temática da agricultura familiar era discutida no cenário acadêmico brasileiro desde o final dos anos 80¹²⁸. Segundo a perspectiva de Wanderley (1996, p. 02) a conceituação de *agricultura familiar* deve ser entendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. A autora ainda destaca que o “[...] caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 02).

¹²⁷ Martins (2003) chama atenção a esta atitude “corajosa” do governo FHC e chega a afirmar que parece ter sido quase que um projeto pessoal do Presidente, tendo em vista que a aliança que sustentava seu governo era conservadora e fortemente relacionada com as oligarquias rurais.

¹²⁸ Alguns trabalhos como o de Wanderley (1988) e o de Kageyama e Bergamasco (1989) chamaram atenção para a importância da categoria dos “produtores familiares” na agricultura brasileira.

Os trabalhos de Veiga (1990), Abramovay (1992)¹²⁹, foram oportunos em tratarem desta questão no início dos anos 90. Para Schneider (1999a), o mérito dos trabalhos de Veiga e Abramovay foi o de ter revelado que a agricultura familiar é uma forma reconhecida e social e politicamente legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações onde o trabalho familiar desempenha importância decisiva.

Na década de 90, também exerceu influência na delimitação operacional do conceito de agricultura familiar o trabalho de cooperação desenvolvido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), que sugeriu uma divisão das formas de agricultura brasileira em dois modelos: “patronal” e “familiar”. O primeiro (patronal) caracteriza-se pela separação entre a gestão e o trabalho, especialização das atividades, por apresentar trabalho assalariado (predominante) e nele ocorrer a eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (intuitivas ou de senso comum). Já no modelo familiar ocorre uma relação íntima entre trabalho e gestão, o proprietário conduz o processo produtivo, há maior diversificação da produção, o trabalho assalariado é usado somente como complementar e as tomadas de decisão são imediatas e ligadas às imprevisibilidades do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

É importante destacar que esta “nova identidade” (agricultor familiar), teve boa acolhida junto às entidades dos agricultores¹³⁰. Segundo a perspectiva de Schneider (1999a), a emergência da noção agricultura familiar pareceu ter ocorrido, quase simultaneamente, em duas esferas distintas:

De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais, [...] no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, de outro, por intermédio de alguns trabalhos

¹²⁹ Utilizou-se, para este trabalho, Abramovay (1998) que é a segunda edição deste livro.

¹³⁰ Neves (2001), aponta que, surpreendentemente, a categoria *agricultura familiar* emergiu sob um rápido consenso tanto por parte dos representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais, quanto de “funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores da defesa e da objetivação de políticas públicas; e boa parte de produtores intelectuais de várias disciplinas” (2001, p. 01). Ascendeu com a promessa de formar um “seguro porto semântico” que substituiria o “incomodo desacordo” em torno dos vários significados atribuídos aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis.

acadêmicos¹³¹ que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, [...] e que introduziram a questão. (SCHNEIDER, 1999a, p. 23).

Ou seja, a emergência da expressão agricultura familiar no Brasil não se deve somente ao debate acadêmico sobre as formas predominantes de formação social agrária em países desenvolvidos, mas, também, pela construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural que já vinha sendo gestado no meio sindical desde a década de 80. Ele passa a corresponder às aspirações dos “pequenos agricultores” que careciam de fundamentação teórica à sua expressão social e eficiência produtiva. Dessa forma, o conceito de agricultura familiar “rapidamente passou a circular no meio sindical, num exemplo característico da reflexividade a que se refere Giddens (1991), colocou, no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o ‘agricultor familiar’” (MEDEIROS, 2001, p.117). Assim, para Medeiros (2001), temas que antes eram considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados como sinalizadores de novos caminhos possíveis.

Diversos autores colocam que, com a “concessão” destas políticas de estímulo à agricultura familiar, o Estado buscava, também, despolitizar a questão da reforma agrária. Para isso, enquadrou os assentados junto com os agricultores familiares em uma única categoria. Os atores sociais da agricultura familiar, por sua vez, aceitaram o “convite” que o Estado fez e, através dos “Gritos”, reivindicaram a consecução de políticas específicas ao setor da agricultura familiar e foram conquistando-as. Essas mobilizações e a conquista de políticas de afirmação do setor social promoveram o reconhecimento social desta categoria e de seu projeto.

A convergência entre os movimentos sociais e o Estado não se restringiu ao plano teórico em torno da denominação deste segmento social, mas se estendeu à questão do modelo de gestão das políticas públicas, uma vez que ambos preconizavam a construção e implementação “participativa” destas. A relativa convergência de referência entre um Estado que buscava a implementação das políticas públicas através de ações “públicas não-estatais”, e movimentos que

¹³¹ Os trabalhos acadêmicos a que se refere Schneider, são os trabalhos de Abramovay e Veiga, já citados, e a tradução para o português de dois livros de Lamarche (1993,1999).

preconizavam a “democracia de base”, permitiu uma maior aproximação entre movimentos e Estado, especialmente quando existiam *administrações populares*¹³².

Enquanto o Estado passava a implementar políticas que requeriam a participação de organizações representativas dos diferentes segmentos sociais na sua concepção e implementação, os movimentos tiveram de posicionar-se quanto a esta oportunidade. Aparentemente, não houve uma unidade de orientação dentro dos diferentes movimentos populares.

Dentre as organizações que optaram pela aproximação com Estado, destacam-se os sindicatos vinculados à CONTAG e, com pouco mais de ressalvas, muitos dos sindicatos cutistas. Cabe observar que a aproximação com o Estado trouxe importantes implicações para a trajetória destas organizações. Destaca-se, por um lado, a criação de novas organizações no âmbito da região sul do País para facilitar o acesso e a implementação das políticas públicas, como exemplo cita-se: a criação da CRESOL (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária) pelos sindicatos rurais vinculados à CUT, visando facilitar o acesso a recursos de políticas públicas, como os do PRONAF; a COPERHAF (Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar) que tem por objetivo facilitar o acesso à política de habitação rural; entre outras organizações “públicas não-estatais”.

Por outro lado, são criadas “novas organizações” para aumentar o poder de barganha na negociação de políticas públicas, citando-se como exemplo a formação da Frente Sul da Agricultura Familiar e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul). A formação da Frente Sul da Agricultura Familiar e da FETRAF-Sul faz-se sobre uma base organizativa anterior que remete à Articulação Sindical Sul (década de 80) e ao Fórum Sul dos Rurais da CUT (CORDEIRO et al., 2003), criado em 1992. O movimento sindical dos “rurais da CUT”, depois de um período de desarticulação regional, volta a se articular mais efetivamente na região Sul formando, em 1999, a “Frente Sul da Agricultura Familiar”, como uma articulação de sindicatos, cooperativas e ONGs que se identificaram com o projeto da agricultura familiar¹³³. Segundo Munarim (2005 p. 08):

¹³² *Administrações populares* são entendidas como os governos de qualquer âmbito que mantém estreita relação com os movimentos populares, assumindo os projetos (mesmo que parcialmente) dos atores sociais ativos na democratização das esferas públicas, na construção de cidadania e na geração de condições de reprodução social dos trabalhadores (em sentido amplo). Normalmente estas administrações autodenominadas de populares são compostas por coligações de partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSB, entre outros).

¹³³ É interessante observar que a “Frente Sul da Agricultura Familiar” não é formada somente por sindicatos o que pode apontar para uma influência da formatação da política pública que prevê a

Está explícito que [a Frente Sul da Agricultura Familiar] não se trata exatamente de mais um sujeito institucionalizado, ou legalmente constituído, senão que, trata-se de uma articulação de diversas organizações, ou da mobilização destas em torno de um objetivo comum, qual seja, o de construção de uma identidade nova e de interesse de todos, que seria a *Agricultura Familiar*. (grifos no original).

Esta articulação regional em torno da identidade “agricultura familiar” propiciará a formação, em 2001, de uma organização sindical oficializada (com vinculação cutista) que passará a disputar as bases da CONTAG: a FETRAF-Sul¹³⁴.

Segundo Cordeiro et al. (2003), o surgimento da FETRAF-Sul também vem reforçar duas tendências importantes que emergem no movimento sindical de trabalhadores rurais durante os anos 90. A primeira diz respeito ao surgimento e fortalecimento de novas identidades políticas e sociais, no caso, a de agricultor familiar, em detrimento da identidade genérica de trabalhador rural. A Federação estrutura-se enquanto representação política e sindical da agricultura familiar da região Sul. E a segunda tendência, aponta para a potencial quebra da estrutura sindical oficial, baseada em um sistema hierárquico constituído pela confederação, pelas federações e pelo sindicato único de base municipal, e sua substituição por um sistema mais plural, capaz de dar conta das especificidades econômicas, políticas e sociais das diferentes categorias de trabalhadores rurais: “O surgimento da FETRAF-Sul gera, necessariamente, um tensionamento no âmbito do sistema CONTAG.” (CORDEIRO et al., 2003, p. 119). Acontecimento recente reforça esta tese. No final do ano de 2005, a FETRAF-Sul e outros setores do sindicalismo rural historicamente vinculados à CUT, de outras regiões do País, decidiram formar uma organização sindical representante da agricultura familiar em âmbito nacional, denominada de FETRAF-Brasil¹³⁵.

participação de representantes de diversas organizações representativas (cooperativas, ONG's). A “Frente Sul da Agricultura Familiar” neste contexto, viria servir como um instrumento para unificar a pauta entre as diferentes organizações.

¹³⁴ As cooperativas e as ONGs que compunham a Frente passaram (em sua maioria) a apoiar as ações da FETRAF-Sul, mas não compõem oficialmente esta Federação, pois se trata de uma organização sindical.

¹³⁵ Segundo noticiado pelo sítio da FETRAF-Sul, a criação da entidade nacional nasceu: “Embalada pelo resgate histórico do sindicalismo rural contado e encenado por jovens agricultores e com a determinação de 1.200 delegados de todo país que sustentavam uma bandeira de 200 metros quadrados, foi criada na tarde desta quarta-feira, 23, [novembro] em Luziânia, Goiás, a FETRAF-BRASIL/CUT – a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil. Uma federação que nasce forte, representando 750 mil famílias de pequenos agricultores familiares que lutam por um pedaço de terra, produzem, industrializam, disputam mercados e novos espaços, que já estão organizados em 11 estados e se organizando em outros 11.” (FETRAF-SUL, 2006, sn).

Segundo expressado nas palavras do coordenador geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli:

Nós estamos comprometidos com a agricultura familiar. Vamos buscar os agricultores familiares em todos os recantos do país. A Fetraf-Brasil/CUT vai estar onde houver um agricultor familiar com terra ou sem terra. E esse será um dos nossos grandes desafios: firmar uma parceria forte entre o agricultor familiar que tem terra e aquele que ainda luta por ela. (FETRAF-SUL, 2006, sn).

Ou seja, a FETRAF-Brasil foi criada já buscando firmar-se como uma organização de atuação em todo território nacional e isso também representa que buscará ampliar suas bases tanto onde existem agricultores “com terra” ou “sem terra” não organizados, quanto onde estes já são organizados por outros atores sociais (como a Via Campesina e a CONTAG).

3.4.2. Novos atores e novas disputas pela representação política

Esta adoção preferencial dos agricultores familiares, como público alvo das políticas públicas, não foi aceita com o mesmo entusiasmo pelos diferentes movimentos rurais.

O MPA, por exemplo, desde sua origem assumiu uma postura de buscar construir ações “por fora” da estrutura sindical oficial. Optou por táticas de luta direta dos agricultores, de caráter massivo, e primou pelo enfrentamento aos governos. Ou seja, este movimento buscou construir uma identidade de resistência (pequeno agricultor) ao modelo dominante de agricultura, manteve certo afastamento crítico do Estado e dos aparatos sindicais e mesmo das *administrações populares*, de modo que o MPA não compôs oficialmente governos, visando manter autonomia do Movimento frente ao Estado. Esta forma de relação com as administrações¹³⁶ foi lida, no final dos anos 90, de um lado, como uma postura errônea (“contra-corrente”), por vários sindicatos cutistas e outras organizações então ligadas ao MPA¹³⁷.

¹³⁶ Principalmente com as administrações populares.

¹³⁷ Segundo informações colhidas em entrevistas com lideranças da FETRAF-Sul na região do Alto Uruguai, inicialmente, a grande maioria dos sindicatos cutistas, por exemplo, dialogava ou constituía plenamente o MPA, mas ao final dos anos noventa começavam a se explicitar as diferenças quanto a forma de relação com os governos e no encaminhamento das lutas. Segundo a Liderança B. Z. (entrevistada pelo autor em 30 de dezembro de 2005), a grande maioria dos sindicatos cutistas da região do Alto Uruguai, das Missões, da Celeiro e de Altos da Serra tiveram participação na constituição do MPA. Nos primeiros anos até o final dos anos 90, “as diferenças ainda não estavam claras, os sindicatos participavam do Departamento Rural da CUT e do MPA ao mesmo tempo. Só

Aparentemente, parece ter sido esta postura frente ao Estado e às administrações populares um dos motivos que contribuiu para um certo “afastamento” destas organizações a partir deste período. De outro lado, esta postura do MPA aproximava-se àquela já assumida por outros atores importantes, como o MST, MAB, MMTR, CPT e FEAB¹³⁸. Este conjunto de atores, ao final da década de 90, se agrega a um movimento internacional de resistência camponesa: a “Via Campesina”¹³⁹.

A Via Campesina, criada em 1992, configura-se como uma organização de diversos movimentos camponeses da Ásia, África, América e Europa. Segundo Fernandes (2004), esta organização atua como uma rede mundial de movimentos camponeses. O autor destaca que dentre as principais linhas de ação da Via Campesina está a constituição de um projeto contra-hegemônico baseado na agricultura camponesa (ecológica e sustentável) em contraponto à agricultura empresarial especializada e que, mais recentemente, tem se contraposto radicalmente à utilização de organismos geneticamente modificados na agricultura. Dessa forma, a Via Campesina tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar (como o direito dos povos de definir sua própria política agrícola), bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. Assim, a Via Campesina busca, através da articulação internacional, contrapor-se aos modelos de agricultura e às políticas agrícolas e agrárias que agridem o meio ambiente, a cultura e a identidade camponesa, ao mesmo tempo em que propõe formas mais democráticas, sustentáveis e autônomas de desenvolvimento da agricultura e dos povos.

3.4.3. Identidade, projeto e estratégia

em 98-99 que nós tivemos que nos decidir pra que lado nós ia.”

¹³⁸ FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

¹³⁹ Segundo Martins (2004, p. 148-149) as “organizações combativas do campo brasileiro” tomaram a decisão de constituir, em 1999, a *Via Campesina Brasil*, como “um espaço comum para análise do modelo agrícola vigente e para a definição de ações concretas. Foram essas organizações (MST, MAB, MMC, MPA e FEAB), no Brasil, que desenvolveram ampla campanha contra as sementes transgênicas, em 2003 e 2004, e que também organizaram a IV Conferência Internacional da Via Campesina, [em Brasília] em junho de 2004.”

O período que se estende de 1996 à 2005 traz importantes implicações para o processo de formação de identidades, adversários e projetos dos movimentos. Destaca-se, inicialmente, a boa aceitação que teve a categoria “agricultura familiar” e, posteriormente, a divisão dos movimentos.

Estas demarcações de posições distintas, e em certo sentido até antagônicas, causam a afirmação e a disputa de identidades, táticas e projetos diferenciados. Tendo em vista as especificidades assinaladas, apresenta-se, inicialmente, a questão da identidade e projeto na forma como é concebida pelos movimentos que se identificam com a agricultura familiar; posteriormente, os identificados com a “Via Campesina”; e, por último enfoca-se as interfaces destes movimentos e suas implicações.

Em documentos publicados a FETRAF-Sul vem buscando afirmar a identidade de agricultor familiar ao negar a identidade de pequeno produtor. Para tanto, vem estabelecendo uma diferenciação entre a *pequena produção* e a *agricultura familiar*, que implica em “diferentes concepções sobre o papel dos agricultores familiares” na sociedade atual e nos projetos de futuro, a saber:

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista **incompleta e não desenvolvida**. Ou seja, os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...] **os pequenos produtores são uma forma de produção atrasada e imperfeita**, eles ajudarão a construir a sociedade socialista, mas não terão espaço como produtores agrícolas no socialismo, pois formas coletivas e modernas deverão ser as predominantes no novo sistema socialista; Já a expressão “**agricultura familiar**” procura designar uma forma de **produção moderna e mais eficiente** sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar. Existem aqueles que não acreditam mais na possibilidade da construção de uma sociedade socialista, os que colocam a melhoria e a democratização do capitalismo como horizonte final. [...] Por outro lado, existem aqueles que acreditam no papel da agricultura familiar tanto para a luta pela conquista de uma nova sociedade, o socialismo, como na manutenção dos agricultores familiares como forma de organização produtiva dentro da nova sociedade socialista conquistada. (CASTILHOS, 2003, p. 16) (grifos nossos).

Nesta busca de diferenciação entre “pequena produção” e “agricultura familiar” fica evidente que o projeto da FETRAF-Sul não é o de ser agente secundário de uma possível Revolução Socialista porvir. Mas, ao contrário, demonstra colocar-se como um agente ativo, que almeja fortalecer o segmento

social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível “sociedade socialista conquistada”. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma ressignificação da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”. Estas novas atribuições têm arejado o projeto político dos atores sociais que adotaram esta nova identidade (principalmente a FETRAF-Sul). Estas delimitações conceituais passaram a se refletir na prática destes atores.

O projeto da Via Campesina (no Brasil) passa a ficar mais claramente definido com algumas elaborações recentes de intelectuais orgânicos desta organização. Horácio Martins de Carvalho vem buscando avançar na definição da identidade e projeto do campesinato no Brasil. O autor parte de um resgate da literatura sobre o tema, o qual apresenta no trabalho *“Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil”*¹⁴⁰ (2004). Primeiramente, cabe salientar a retomada, em certa medida, do trabalho de Tepich e Chayanov, para a caracterização da especificidade das formas camponesas, e do trabalho de Castells, para a caracterização dos desafios atuais dos movimentos sociais para a transformação da sociedade. Expõe-se, de maneira genérica, às teorias destes autores, ainda não mencionados, para contextualização da recente retomada destes trabalhos.

O russo Chayanov (1974) desenvolveu alguns estudos para comprovar a viabilidade e a eficiência das unidades econômicas camponesas na União Soviética. Para ele, os camponeses não trabalham com objetivo de obterem lucros, mas com intenção de satisfazerem suas próprias necessidades. Para isso, seguem uma lógica diferenciada da racionalidade instrumental capitalista e que obedece a uma lógica de equilíbrio entre o *consumo* e o *trabalho* da família¹⁴¹. A partir deste diagnóstico, o autor questiona a tese da inevitabilidade da diferenciação social dos camponeses (dos marxistas) e sugere que a unidade econômica camponesa (família) possui uma

¹⁴⁰ Esta Coletânea, organizada por Horácio Martins de Carvalho em nome da Via Campesina do Brasil, busca resgatar alguns importantes trabalhos sobre a situação do campesinato brasileiro e dar suporte teórico para o debate sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa. Destaca-se que esta obra ainda não foi publicada, mas esta em vias de publicação (no Prelo).

¹⁴¹ Chayanov (1974) desenvolve a teoria da “unidade econômica camponesa” como uma exploração que diferencia-se fundamentalmente da capitalista, pois na unidade de exploração doméstica (da família) o capital como tal está sujeito a outras leis de circulação (equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as fadigas do trabalho da família camponesa).

grande capacidade de resistência e que pode adaptar-se ao modo de produção capitalista ou ser um importante setor social do socialismo. Introduce uma proposta teórica de organização de cooperativas rurais de camponeses, com objetivo de organizar a produção através de uma democracia de base e certa autonomia das organizações camponesas.

O polonês Tepich (1973) caracterizou a economia camponesa como um modo de produção particular: o “modo de produção camponês”. Este autor adverte que este modo de produção não é gerador de uma formação socioeconômica particular, ele está presente nas formações existentes, adapta-se e internaliza, à sua maneira, as leis econômicas de cada formação socioeconômica, ao mesmo tempo deixa, com maior ou menor intensidade em cada uma das formações a sua marca (TEPICH *apud* CARVALHO, 2004). Ou seja, para Tepich, os camponeses possuem grande capacidade de resistência e de adaptação. Em sua análise, essa capacidade de resistência fundamenta-se, basicamente, nas *forças marginais e não transferíveis* do estabelecimento camponês¹⁴². Dessa forma, segundo a interpretação de Tepich, são destas atividades marginais, que vão além da atividade principal, que a família camponesa consegue tirar a sua subsistência. É na execução destas atividades não transferíveis que está a capacidade de resistência e adaptação camponesa.

Para Carvalho, em face da multiplicidade dos modos de apropriação da natureza e dos saberes utilizados para controlar o seu proveito, as famílias camponesas desenvolveram uma racionalidade que lhe é própria, ainda que plena de diversidade histórica, étnica e territorial: a *racionalidade camponesa* (CARVALHO, 2004). Assim, coloca que há um traço característico do campesinato:

Não se adota para o campesinato, no universo de reflexão aqui exposto, as designações modo de produção, classe social ou categoria social. Afirma-se, sim, a especificidade camponesa em relação à empresa capitalista, especificidade essa que é consequência de uma racionalidade econômica, social e ecológica desenvolvida na história do próprio campesinato e na interação crítica e adaptativa com a racionalidade da empresa e do mercado capitalista. (2004, p. 148).

Essa *racionalidade camponesa*, para Carvalho (2004), é um conjunto de valores que move o sujeito social camponês e apóia-se em dois elementos centrais: *a garantia continuada de reprodução social da família e a posse sobre os recursos*

¹⁴² As *forças marginais e não transferíveis* seriam os “serviços dos estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, velhos e crianças, além da margem de tempo disponível pelo chefe de família” (TEPICH *apud* ABRAMOVAY, 1998, p. 74).

da natureza. Dessa forma, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (2004, p. 148).

O camponês, para Carvalho, constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista” (p. 148). Com esta demarcação do sujeito camponês, o autor busca resgatar tanto a dimensão utópica do modo de vida camponês, quanto as alternativas de resistência camponesa ao capitalismo e a possibilidade de superação deste modelo econômico.

Carvalho (2004), então, fazendo um claro resgate da aplicabilidade destas teorias, busca mapear as várias formas de expressão camponesa da atualidade no Brasil:

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem* (extração de recursos naturais pelos lavradores locais), os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açaizeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas à parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país (Bavaresco, 2004). E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (CARVALHO, 2004, p. 149).

Seguindo essa perspectiva percebem-se algumas diferenças substanciais de concepções entre a FETRAF-Sul e a Via Campesina. Uma questão fundamental a ser considerada é que o agricultor familiar, para a Via Campesina, é um camponês. Segundo Fernandes (2004), as diferenças entre esses dois sujeitos (agricultor familiar e camponês) – que são um – seria ideológica, construída politicamente para que a luta do campesinato fosse resumida apenas ao espaço das possibilidades de diferenciação social, rompendo com a perspectiva da superação do modo de organização social. Segundo as palavras de Fernandes (2000, p. 08):

O que há de novo é que, desde o início da década de noventa, surgiu outra leitura desse processo [diferenciação do campesinato] em que se defende a *integração* ao capital. Essa é a tese da *Agricultura Familiar*. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Nesta tese, o Estado tem um papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação.

Segundo a perspectiva de Fernandes (2000), a ideário da *agricultura familiar* ganhou força e organização política própria. Gestaram-se no Brasil a formação de sindicatos, federações e confederação dos agricultores familiares, formando assim, também, um paradigma político relativamente delimitado. Dessa forma:

No gradiente das organizações do campo vão se configurando e se delimitando novos espaços políticos. Em uma parte, pode-se situar – grosso modo – as organizações de *agricultores familiares* - vinculadas à Contag/CUT – que estão mais voltadas às políticas de *integração* ao capital. Noutra parte, estão o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e, em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital. (FERNANDES, 2000, p. 08-09).

Esta demarcação das diferentes posições, entre estes atores, na relação com o capital, para Fernandes (2000), delimita também a relação com os governos e a dependência de políticas públicas para a integração aos mercados e o estabelecimento da *agricultura familiar* (visualizada na formação de “pequenos capitalistas”).

Evidentemente, a relação política dessas organizações com os governos também são distintas. Segundo Fernandes (2000, p. 09):

Como os projetos do governo foram criados a partir de uma forte influência da visão da *agricultura familiar*, os primeiros movimentos têm facilidade em aceitá-los, pela identificação que há em seus propósitos. Como é o caso do Pronaf, que tem como perspectiva de desenvolvimento e capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas. Esse programa é determinado para todos, sem direito à negociação dos princípios [...].

À luz desta avaliação a estratégia de participação nas estruturas do governo, o modelo da agricultura familiar e a estrutura e forma de atuação da representação dos agricultores passaram a ser questionados pelas organizações que se agruparam em torno da “Via Campesina”. Estas últimas passaram a identificar nas políticas de fortalecimento da agricultura familiar uma clara opção do governo federal pela não-realização da reforma agrária e a concessão de políticas compensatórias a um setor da pequena agricultura visando integrá-la e cooptá-la. Esta opção política do Estado mostra à Via Campesina que ele é o seu adversário, pois busca manter a estrutura agrária (concentrada) e fazer algumas políticas compensatórias aos setores empobrecidos do campo.

Carvalho (2004) inspira-se em Castells (2002) na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros (vinculados à Via Campesina). Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social” (ou como chama: “Comunidades de Resistência e Superação”) (CARVALHO 2002). Em suas palavras:

Seria fundamental, então, que a reafirmação da identidade social camponesa (e a do extrativista e a dos povos indígenas) fosse revivificada não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação do modelo econômico e social vigente. (CARVALHO, 2004, p. 168)

O autor compreende que estas identidades de resistência, uma vez formadas, permitem a constituição de projetos de transformação que se converteriam em projetos coletivos e, com isso, criar-se-iam as possibilidades de “superação do modelo econômico e social vigente”.

Esta postura da Via Campesina de promoção de resgate de formas sociais camponesas, que tenham racionalidade específica, que resistam ao capitalismo e, acima de tudo, que partam para uma tática de construção de comunidades de resistência têm motivado divergências substanciais tanto com os defensores do projeto da agricultura familiar (como a FETRAF), quanto com alguns de seus históricos aliados institucionais (como o PT).

No que se refere às divergências atuais da Via Campesina com a FETRAF, acredita-se que um dos motivos do desacordo deve-se à disputa das bases sociais (para constituir-se em legítimo representante político). Para fortalecer uma organização em detrimento da outra, tem se buscado fortalecer e ampliar a identidade política mobilizadora e a influência sobre outros setores sociais. Exemplos disso são: a recente formação de uma organização de âmbito nacional (FETRAF-Brasil) aos moldes da FETRAF-Sul, para abranger o setor da agricultura familiar nacionalmente, buscando afirmar a categoria e disputar com as outras organizações; e a ampliação da abrangência da identidade política da Via Campesina para outras categorias sociais (quebradeiras de coco babaçu, catadores de caranguejos, pescadores artesanais, povos da floresta, etc.)¹⁴³. Outro exemplo da disputa entre as duas organizações é a recente cisão da Articulação Nacional das

¹⁴³ Conforme citados por Carvalho (2004).

Mulheres Trabalhadoras. No ano de 2003, a organização nacional das mulheres trabalhadoras rurais – que aglutinava tanto mulheres participantes dos movimentos ligados à Via Campesina, quanto da FETRAF-Sul e outros setores da CUT – decide transformar-se em um movimento social, denominado de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)¹⁴⁴. Esta manobra foi lida como uma afirmação da Via Campesina no movimento e, por consequência, as mulheres vinculadas à FETRAF-Sul abandonaram esta organização e passaram a formar Coletivos de Mulheres Trabalhadoras Rurais no âmbito dos sindicatos ligados ao projeto da agricultura familiar.

Quanto à relação da Via Campesina com o PT pode-se afirmar, baseando-se em informações das entrevistas, que mais recentemente esta tem buscado diferenciar-se e afastar-se destes “instrumentos institucionais”. Este afastamento tem se dado por motivos semelhantes aos do afastamento do sindicalismo fetrafiano/cutista, na medida em que a Via Campesina faz uma leitura de que o Estado (inclusive as administrações populares) são instrumentos de cooptação, que servem aos interesses do capital, para enquadrar os “camponeses” num projeto de integração nacional. Assim, os movimentos pretensamente camponeses têm visto o PT não mais como um instrumento que serve aos interesses dos movimentos populares, mas como um partido em disputa, que precisa ser utilizado para alcançar algumas conquistas¹⁴⁵. Esta nova forma de relação com o PT tem motivado uma mudança no discurso dos dirigentes da Via Campesina, traduzida na expressão: “Nós temos que disputar todos os partidos [...] por que o movimento camponês na verdade ele é apartidário. Ele tem que agregar camponeses de todos os partidos, todos os credos e todas as ideologias.” (Liderança V.Z.). Com estes elementos expostos, parece que a Via Campesina está buscando inverter a relação utilitarista

¹⁴⁴ Segundo a própria interpretação do MMC, esta alteração da denominação se insere num contexto de acúmulo organizativo deste, como atesta: “Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar e unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional.” (MMC, 2005, sn). Assim, após serem realizadas “várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: **Movimento de Mulheres Camponesas.**” (MMC, 2005, sn) (grifos do autor).

¹⁴⁵ Nos últimos anos ocorreu a fundação de um outro partido de esquerda pretensamente representante da classe trabalhadora, formado por parlamentares expulsos do PT e por uma dissidência de bases petistas, chamado de PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade). Este novo partido tem recebido algumas adesões de dirigentes da Via Campesina.

clássica (entre partido-movimento)¹⁴⁶, agora são os movimentos que querem se servir do partido (ou partidos) para conseguir acesso a recursos, influência política, disputar as bases e construir a transformação social.

3.5. ESPECIFICIDADES DA TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL

Inicialmente cabe reconhecer a consistência de algumas mobilizações de agricultores no encaminhamento de suas lutas, o que permite considerá-los como “movimentos sociais”. Tal percepção leva a reconhecer deficiências em algumas interpretações teóricas dos movimentos sociais rurais na América Latina e mais especificamente no Brasil. Uma destas interpretações é a de Alain Touraine (1989), que em livro sobre a América Latina (*“Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina”*), colocou os camponeses em lugar não muito distante dos “rebeldes primitivos” de Eric Hobsbawm¹⁴⁷. Para a análise de Touraine as lutas camponesas raramente conjugam os três princípios (identidade, opositor e projeto) fundamentais à constituição de verdadeiros movimentos sociais. Dessa forma, segundo sua análise, na AL existem três principais tipos de lutas camponesas que só chegam a alcançar dois destes princípios fundamentais. São elas:

- a) lutas camponesas que definem seus interesses, porém em forma de defesa comunitária, que se mobilizam contra inimigos de difícil determinação;
- b) lutas contra processos de mudança ou de desenvolvimento que são dominados pelo seu adversário;
- c) “lutas camponesas que se aproximam daquelas do sindicalismo operário, quando trabalhadores agrícolas organizam-se para defender seus salários ou suas condições de trabalho” (Touraine, 1989, p. 233).

Diante da constatação da fraca intervenção dos camponeses no cenário político Touraine conclui que a grande maioria¹⁴⁸ das lutas camponesas da AL

¹⁴⁶ Segundo a concepção marxista-leninista o Partido deve fazer uso dos movimentos sociais para alcançar a Revolução.

¹⁴⁷ Conforme a análise de Hobsbawm (1970), os movimentos camponeses caracterizavam-se como movimentos pré-políticos, pois não alcançavam a organização em classe.

¹⁴⁸ Para Touraine (1989) os dois únicos movimentos camponeses latino-americanos que reúnem todos os princípios de movimento social são o *zapatismo* no México (movimento camponês liderado

subordina-se à intervenção política dos partidos políticos ou do Estado. Em suas palavras referindo-se às lutas camponesas: “Às vezes, um partido político as utiliza para sua estratégia. Muito mais amiúde, é o partido dominante que organiza a mobilização social. E são numerosos os casos em que é o próprio Estado que toma esta iniciativa” (TOURAINÉ, 1989, p. 267). Com esta subordinação dos movimentos camponeses ou aos partidos dominantes ou ao Estado, o autor reforça sua tese de que na AL o *social subordina-se ao político*¹⁴⁹.

Na análise de Touraine (1989) os movimentos camponeses brasileiros como as Ligas Camponesas brasileiras, a ULTAB, o MASTER, entre outros, que se desenvolveram entre as décadas de 50 e 60, não constituem *verdadeiros movimentos sociais*¹⁵⁰. Tomando-se o caso das Ligas Camponesas, segundo a análise de Touraine, a constituição deste movimento se dá a partir de pequenos proprietários e minifundiários e não por assalariados agrícolas que poderiam ser sindicalizados e desenvolverem consciência de classe. Em função de sua situação social, estes “pequenos camponeses não chegam a se constituir como ator social autônomo” (1989, p. 238), com capacidade de interferir no sistema de ação histórica e disputar com um adversário as orientações gerais da sociedade. Ou seja, não chegam a formar um *verdadeiro movimento social*.

Apoiando-se em autores que trabalharam com a temática dos movimentos sociais rurais no Brasil (MARTINS, 1983; MEDEIROS, 1989; AUED, 2002; entre outros) pode-se identificar nestes movimentos camponeses citados a conjugação de elementos que caracterizam a constituição de movimentos sociais e, inclusive atribuir a eles o mérito de terem conseguido unificar as lutas dos camponeses (classe) em escala regional e nacional, pela primeira vez na história do Brasil. As Ligas Camponesas foram um dos exemplos de maior capacidade de aglutinação camponesa e de disputa de orientações gerais da sociedade com os latifundiários. A envergadura do projeto que as Ligas construíam e a delimitação de atores sociais se

por Emiliano Zapata que é um dos três grupos que dá origem a Revolução Mexicana de 1914) e o movimento camponês boliviano que na década de 40 expulsou os grandes proprietários do vale de Cochabamba e desencadeia a posterior reforma agrária de 1952.

¹⁴⁹ Em sua análise reconhece que há longa data verifica-se a subordinação dos interesses sociais às mazelas dos sistemas políticos, a exemplo do coronelismo, assistencialismo, populismo, entre outras formas de exercer poder (TOURAINÉ, 1989).

¹⁵⁰ Ainda, nesse mesmo sentido, Touraine faz uma afirmação categórica ao concluir o capítulo “As Lutas Camponesas” na América Latina: “Os movimentos camponeses não ocupam senão um lugar reduzido na América Latina, mais reduzido, em todo caso, do que aquele que lhes atribui o imaginário dos países industrializados, prontos demais a ver, na América Latina, somente servos miseráveis e os *hacendados* ou proprietários da *casa grande* que os dominam. **A América Latina não foi e não será o continente das revoluções camponesas.**” (TOURAINÉ, 1989, p. 268) (Grifos nossos).

debatendo pode ser observada no fragmento do livro “*Que são as Ligas Camponesas*” (de Francisco Julião):

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações anti-econômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país (JULIÃO, 1962 *apud* AUED, 2002, p. 79).

Através desta passagem de uma obra que foi considerada o *manual*¹⁵¹ das Ligas Camponesas do Brasil, pode-se perceber que existia uma clara delimitação de adversários sociais que disputavam o espaço agrário e a forma do desenvolvimento da sociedade (ou do *sistema de ação histórica*, para usar um termo de Touraine). Ou seja, pode-se identificar a identidade do movimento (camponês), o adversário (latifundiários) e uma visão de totalidade, um projeto (“livre e próspero desenvolvimento agrário do país”). Dessa forma, pode-se perceber que as Ligas Camponesas constituíram um movimento social pelo próprio conceito de Touraine.

Os processos de surgimento de “novos” movimentos sociais rurais no Brasil (final dos anos 70 e início dos anos 80) não são analisados por Touraine (1989). Estes movimentos ao retomarem a organização dos “pobres” do campo e a luta pela terra, contrapondo-se aos latifundiários e por lutarem pela redemocratização da sociedade e pela ampliação dos espaços de cidadania, contrapondo-se aos governos autoritários, deram novo impulso às possibilidades de disputa dos rumos do desenvolvimento da sociedade.

Salienta-se que os “novos” movimentos sociais não surgem sob a “batuta” dos partidos políticos, mas como partes integrantes e constituintes de um mesmo projeto de libertação da classe trabalhadora ou do “povo pobre”. Nesta nova conformação dos atores sociais aparece uma relação que se conforma mais no diálogo e na complementaridade, do que no utilitarismo por parte do partido da classe (PT) sobre os movimentos sociais. Ou seja, esta nova conformação distancia-se substancialmente da análise que Touraine (1989) faz dos movimentos sociais latino-americanos. No que concerne à relação com o Estado, estes atores populares procuram manter autonomia, mas sempre buscando interferir nas possibilidades de democratização das esferas públicas. Recentemente alguns destes atores têm mantido relações próximas aos governos chamados de “populares”.

¹⁵¹ Clodomir Moraes, que foi militante das Ligas Camponesas de Pernambuco, em texto sobre as Ligas afirma que o livro *Que são as Ligas Camponesas?* era uma espécie de manual das Ligas (MORAIS, 2002).

Um fator importante a ser observado é se (ao contrário do que pregam as teorias dos novos movimentos sociais, na América Latina e, mais especificamente no Brasil) os movimentos sociais rurais atuam prioritariamente no “conflito central” da sociedade: o *conflito cultural*¹⁵². Os movimentos rurais têm procurado conjugar a luta pela garantia das condições objetivas de reprodução social das suas bases, com a luta pela mudança dos valores culturais e das instituições. Em outras palavras, pode-se dizer que, diante da dificuldade de reprodução socioeconômica dos pobres do campo os movimentos têm primado pela luta tanto ao nível do acesso às condições materiais à reprodução social (terra, trabalho, crédito subsidiado, moradia, etc.), quanto pela transformação das instituições e dos significados culturais (participação, cidadania, democracia de base, respeito às diferenças, afirmação dos discriminados, etc.). Assim, acredita-se que se pode afirmar que os movimentos sociais rurais no Brasil não têm as características atribuídas pela teoria aos “novos movimentos sociais”, mas ao contrário, parecem ser originais em suas ações, que *combinam a luta material com a luta cultural*.

No entanto, é importante destacar que, recentemente, os movimentos afiliados à Via Campesina têm procurado adequar-se ao padrão de movimentos sociais estabelecido por Castells (2002): mantêm o projeto que requer as transformações materiais (como reforma da estrutura agrária, acesso a crédito, seguro agrícola, entre outros) e incorpora a tática de formação de comunidades de resistência (através da adoção de uma identidade de resistência: camponês; do resgate de materiais culturais camponeses como: a organização comunitária, o conhecimento tradicional camponês nos cultivos e criações, a preservação das sementes, o respeito ao meio ambiente, a harmonia, etc.). Através desta tática, segundo é revelado pelos intelectuais orgânicos desta organização, estaria se gestando um projeto de superação das formas socioeconômicas capitalistas.

Outro elemento que se destaca na análise dos movimentos sociais rurais no Brasil é a permanência das condições objetivas (concentração da terra, opressão, desocupação de força de trabalho, etc.) que se fazem “terreno fértil” para a mobilização de agentes questionadores, propagadores da “contra-ordem”. As

¹⁵² Touraine (2003, p. 112) considerou que o conflito central da sociedade atual seria o *conflito cultural*, pois identifica que os sujeitos para preservarem-se devem lutar de um lado contra “o triunfo do mercado e das técnicas” e de outro, “contra os poderes comunitários autoritários”. Já para Castells (2004, p. 169) “[...] os movimentos sociais na era da informação mobilizam-se essencialmente em torno de valores culturais.” A principal luta se dá para mudar os códigos de significados (valores) nas instituições e na ação social.

ameaças à reprodução social são uma das motivações mais recorrentes na formação de conflitos¹⁵³. A manutenção das contradições sociais permite o desenvolvimento de uma situação de permanente “latência” de conflitos e conformação de atores sociais.

Este conjunto de observações aponta para a especificidade dos movimentos analisados e, simultaneamente, para a conveniência da “releitura” da teoria para melhor adequação à diversidade da realidade concreta.

No que se refere aos processos de constituição de identidades, adversários e projetos no setor da “pequena agricultura” brasileira destacam-se algumas fases sínteses: durante as décadas de 50-60 buscou-se a formação de identidades como a de camponês, de “sem-terra” e a de “trabalhador rural” que buscavam dar unidade política à classe. Tinha-se por adversário principal os latifundiários e o projeto almejado era a democratização do acesso a terra e o desenvolvimento autônomo do País. Já com o surgimento dos “novos” movimentos sociais passam a se constituir identidades com funcionalidades específicas, a saber: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, mulheres trabalhadoras rurais, pequenos agricultores. Os adversários passam a ser os latifundiários, o sindicalismo “pelego”, o Estado autoritário, as políticas neoliberais, o agronegócio, entre outros. Quanto ao projeto que os movimentos populares têm buscado construir, já se apontou que estes edificam projetos específicos às suas demandas, mas que também estão se esforçando por construir um projeto maior para a transformação de toda a sociedade e que é compartilhado por todos os movimentos. Assim, o mesmo tempo que o projeto geral englobaria as propostas de superação das problemáticas específicas dos movimentos, este também possibilitava uma certa “complementaridade” entre os projetos específicos, na medida que se colocava como o projeto da classe trabalhadora. Esta “complementaridade” dos projetos dos movimentos nos últimos anos tem sido questionada, tendo em vista que as duas grandes organizações de agricultores (originadas dos movimentos populares) tem buscado estabelecer

¹⁵³ Faz-se fator importante na formação de atores políticos questionadores da ordem estabelecida a situação de falta de condições de reprodução social. Aconteceu isso com os camponeses e sem-terras nas décadas de 50-60 quando estes se mobilizaram principalmente na região Nordeste e no Rio Grande do Sul, tendo em vista as mudanças nas relações de trabalho que expulsavam os camponeses e a falta de novas “terras virgens” que limitavam a reprodução social dos colonos e cablocos no RS. Esta situação, também, foi a motivadora dos conflitos que deram origem aos “novos” movimentos sociais rurais nas décadas de 70-80, principalmente nas regiões Sul, Sudestes e Centro-Oeste. Os novos sem-terra buscaram lutar por terra pois não a possuíam, os “atingidos por barragem” lutavam para conseguirem nova terra, já os “pequenos agricultores” mobilizavam-se para conseguirem alternativas de persistir na atividade agropecuária.

disputas tanto pela legitimidade de representação política do setor, quanto dos projetos sociais.

Quanto ao potencial transformador dos movimentos sociais rurais brasileiros, deve-se reconhecer que, principalmente, os “novos” movimentos vêm intervindo na conformação de ambientes institucionais mais democráticos; têm possibilitado o aumento das políticas públicas aos “pobres do campo”; têm formado identidades políticas fortes e estruturam projetos de futuro (tanto de transformação das condições materiais, quanto dos valores). Mas, quando se aprofunda a análise percebe-se que existem diferenças substanciais quanto ao potencial de cada ator social e as articulações entre atores. Estas diferenças são marcadas, notadamente, pelas estratégias de construção dos projetos. Enquanto alguns movimentos (os da Via Campesina) têm priorizado o enfrentamento às instituições e a ordem estabelecida, visando privá-las de legitimidade e construir novas formas socioeconômicas descomprometidas com as atuais, outros atores sociais (como os identificados com a FETRAF) têm buscado contribuir para a alteração das instituições existentes, visando, fundamentalmente, democratizá-las e adequá-las às suas pretensões¹⁵⁴.

Os “novos” movimentos rurais brasileiros, inicialmente, buscaram construir coordenadamente ações por fora da institucionalidade, pois buscavam a transformação das instituições existentes. Já, posteriormente, as estratégias de relação com a institucionalidade diferenciam-se segundo as particularidades dos movimentos. Enquanto alguns movimentos mantêm a estratégia da transformação da estrutura social (como a Via Campesina), outros optaram pela conjugação da via da transformação com a inserção nos aparelhos estatais relativamente democratizados (como a FETRAF). Dessa forma, estes últimos movimentos têm buscado agir dentro da institucionalidade estabelecida, ao passo que também atuam por fora (notadamente quando necessário).

Esta opção de alguns atores por agir segundo os preceitos da institucionalidade estabelecida tem provocado contradições nas bases dos movimentos sociais. Citou-se, neste trabalho, a formação do MPA como reflexo destas contradições ocasionadas pela priorização da ação institucional em detrimento de ações “não-institucionais”. Uma parte da base do sindicalismo cutista

¹⁵⁴ Em função disso, também têm buscado questionar a ordem estabelecida, nos aspectos que lhes interessam.

rompeu com a perspectiva sindical, vindo a formar o MPA, justamente pela forma excessivamente institucional de encaminhar as reivindicações. Optou por privilegiar a “luta direta” dos próprios agricultores, não valorizando a intervenção junto aos canais institucionais.

4. TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES EM CONSTANTINA

Este Capítulo busca situar o movimento dos agricultores familiares em Constantina no contexto das lutas sociais gerais que se estabeleceram no período de redemocratização do Brasil. Investiga-se, assim, o surgimento de atores sociais específicos vinculados aos agricultores familiares, a estruturação de ações coletivas, bem como, a trajetória política do movimento desde sua articulação inicial até os dias mais recentes.

Para tratar estas questões torna-se particularmente importante reconstituir as relações que o movimento dos agricultores familiares de Constantina estabeleceu com os outros atores sociais tanto em seu segmento social, quanto em outros segmentos e com o Estado. Na descrição da trajetória política recorreu-se à identificação de diferentes fases na constituição da identidade, do adversário e do projeto do movimento. Tais aspectos tornaram-se necessários para avaliar o potencial transformador deste movimento que se encontra imerso em uma rede ampla e contraditória de atores sociais contra-hegemônicos.

Em sua orientação metodológica, este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, que segue os princípios de pesquisa qualitativa com “aproximação sucessiva” do objeto de estudo¹⁵⁵.

Tomando-se estes pressupostos metodológicos fundamentais conduziu-se o desenvolvimento do trabalho investigativo, num primeiro momento, através de uma familiarização com levantamento da trajetória política do movimento em âmbito local. Para isto, realizou-se uma revisão de dados secundários sobre a agricultura familiar no município, consulta a documentos históricos¹⁵⁶ e uma entrevista a um informante

¹⁵⁵ Assim definida a metodologia deve-se tomar como central a *avaliação qualitativa* dos fenômenos sociais, dessa forma, a “captação” das informações deve procurar atender o que Demo (1995) chamou de “alguns passos crescentes” na relação com a comunidade objeto: “a) é preciso pelo menos **conviver** com o fenômeno, no sentido de buscar familiaridade, ultrapassar o limite do visitante; b) é preciso **vivenciar** o fenômeno, passando da familiaridade à intimidade, tornado-se já parte aceita dele; c) por fim, o estágio mais alto é a **identificação ideológica prática**, através da qual se assume como próprio o projeto político da comunidade” (DEMO, 1995, p. 243). (grifos do autor). No caso em questão, o autor vivenciou algumas das lutas aqui citadas e mantém relações próximas com os agricultores e as organizações de agricultores do município de Constantina.

¹⁵⁶ Quanto as fontes de dados históricos sobre o movimento encontraram-se dificuldades para obtenção deste material tendo em vista que a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina sofreu um incêndio há poucos anos, tendo sido perdido grande parte do arquivo histórico

qualificado (liderança que atuou desde a origem do movimento e que ocupava cargo de presidência de uma cooperativa do movimento)¹⁵⁷. Com as informações obtidas estabeleceu-se uma primeira “periodização” da trajetória do movimento dos agricultores em Constantina¹⁵⁸.

Num segundo momento, a coleta de dados buscou recompor a origem do movimento, explicar a trajetória e descrever os processos de definição de identidade, adversário e projeto. Partiu-se da proposta de Castells no sentido de investigar como o movimento se autodefine. Para tanto, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a informantes qualificados¹⁵⁹. Foram entrevistadas duas lideranças antigas – que vivenciaram a organização desde a origem do movimento – uma liderança jovem e um assessor (que foi um dos motivadores da formação do movimento e do PT)¹⁶⁰. A seleção dos entrevistados se deu pela sua legitimidade enquanto conhecedores do movimento, buscando-se cobrir a diversidade de percepções porventura existentes¹⁶¹.

Optou-se por privilegiar a realização de entrevistas com algumas lideranças e um assessor não por subestimar-se a capacidade dos agricultores (não-líderes), nem por acreditar que os primeiros são detentores de maiores capacidades de transmitir a realidade concreta. Considerou-se que o estudo não tem como objetivo identificar grau de internalização de uma dada identidade pela base e nem identificar eventuais divergências entre percepção da base e das lideranças. Segundo a perspectiva de Castells (2002), os líderes têm o papel de “emprestarem a face” à causa do movimento. Eles são os principais agentes produtores dos códigos culturais que fundamentam a ação do movimento e que produzem ou reproduzem o discurso integrador da identidade que criaram/assumiram que, por sua vez, animam a construção de eventuais projetos. São as lideranças que melhor conseguem interagir com as informações que recebem, produzindo reflexões e devolvendo

da entidade e das outras organizações da agricultura que tiveram origem por ações do Sindicato (associações, COOPAC e CRESOL).

¹⁵⁷ A primeira entrevista com uma liderança foi realizada em 05 de julho de 2004, gravada em fita k-7 e posteriormente transcrita.

¹⁵⁸ Tendo em vista que as primeiras problematização do objeto de estudo centravam no papel da cooperativa, o levantamento de dados enfatizou as ações desenvolvidas neste âmbito.

¹⁵⁹ Salienta-se que a pesquisa foi construída em três “momentos”, contando, em cada um deles, com objetivos e roteiros de entrevistas diferenciados.

¹⁶⁰ As entrevistas com lideranças e com o assessor do movimento basearam-se em um mesmo roteiro e foram realizadas entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 2005. As entrevistas foram gravadas em fitas k-7 e posteriormente transcritas.

¹⁶¹ A seleção dos entrevistados foi feita pelo pesquisador a partir de seu conhecimento sobre as características individuais dos entrevistados por sua origem neste ambiente social.

informação à *rede de mudança social* da qual fazem parte. Ou seja, as lideranças em função de sua condição de centralidade no movimento, são os membros mais bem informados e os que conseguem ultrapassar a posição de meros recebedores de códigos culturais prontos, assim são os produtores de novas informações que animam a vitalidade do movimento.

As informações obtidas com entrevistas às lideranças foram complementadas com revisão bibliográfica, análise de dados secundários, documentos e dados primários necessários para melhor interpretá-las e, sobretudo, para o esclarecimento de fatos específicos ou “lacunas” identificadas nas suas falas.

Num terceiro momento, buscou-se compreender melhor as ações, as mudanças organizacionais e a formação de novas organizações que almejam realizar um projeto de agricultura contra-hegemônico. Recebeu ênfase o exame as articulações do movimento de Constantina com os atores sociais mais proeminentes da agricultura atual. Foram realizadas duas entrevistas adicionais a informantes qualificados (um representante da Via Campesina e um representante da FETRAF)¹⁶².

Seguindo esta metodologia ainda se faz necessário uma palavra sobre a análise das informações. Segundo Demo (1995) para a execução da análise qualitativa dos fenômenos sociais torna-se útil a ferramenta da *análise de conteúdo*. Mas não a análise de conteúdo no sentido clássico, onde se processam conteúdos de discursos redigidos formalmente até a exaustão. Ao contrário, a análise de conteúdo sob a ótica qualitativa se concentra nos “conteúdos da prática” social, deixando-se de lado a roupagem formal da elaboração discursiva. Dessa forma, esta maneira de investigação persegue, sobretudo, o caráter do depoimento dos participantes do movimento “naquilo que têm de compromisso político, obtendo-se um dado dialogado, discutido, curtido”. (DEMO, 1995, p. 246). Com isso se pode obter “a implicação histórica concreta da vida das pessoas, os compromissos ideológicos em jogo, as lutas que envolvem o dia-a-dia, os fins que se perseguem, os resultados obtidos, e assim por diante.” (DEMO, 1995, p. 246).

Por hipótese que se verificará no decorrer deste trabalho, tem-se que o movimento dos agricultores familiares em Constantina foi deflagrado visando resistir ao processo de especialização da agricultura que excluía os “pequenos agricultores”

¹⁶² A entrevista com a liderança do MPA foi realizada dia 27 de dezembro de 2005 e a entrevista com a liderança regional da FETRAF-Sul/CRESOL foi realizada dia 30 de dezembro de 2005. As referidas entrevistas foram gravadas em fita K 7 e posteriormente transcritas

e, ao romper com esta lógica, criou uma identidade de resistência baseada em atributos culturais próprios, procurou resolver alguns dos estrangulamentos que ameaçavam a “pequena agricultura” e, com isso, tem elaborado a partir de suas condições materiais novos significados culturais que fundamentam seu projeto alternativo de organização da agricultura e também sua luta política por transformação social.

Com vistas a atender as pretensões supracitadas, na redação do presente Capítulo, em um primeiro momento apresenta-se os condicionantes históricos da ocupação e formação da estrutura agrária da região do Alto Uruguai do RS, investigando-se, também, as influências dos atores sociais e movimentos iniciais desta região sobre as organizações sociais mais recentes. Em um segundo momento, apresenta-se uma breve caracterização dos principais condicionantes que deflagram o estabelecimento de novas ações coletivas dos pequenos agricultores na região do Alto Uruguai. Em um terceiro momento, foca-se o trabalho na descrição da trajetória das ações desenvolvidas pelos agricultores no município de Constantina e busca-se inserir estas em um contexto maior de mobilização política dos “pobres” do campo e de articulações com as organizações gerais da classe trabalhadora. Opta-se por identificar períodos para facilitar a descrição e a análise da trajetória do movimento em Constantina e, em cada período, enfatizam-se os processo de formação de identidade, adversário, projeto e estratégia do movimento.

4.1. “ANTIGA” LUTA PELA TERRA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI NOS ANOS 50 E 60

Nesta parte apresenta-se uma rápida caracterização do processo de ocupação da região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul e de Constantina, especificamente, abrangendo a formação da estrutura social, agrária e econômica e as intervenções dos atores sociais locais nos processos históricos que precedem a formação do movimento de agricultores familiares recente (que é o objeto de estudo desta dissertação). Aponta-se, também, o legado dos “antigos” atores sociais (que atuaram na região) à organização social da região e aos “novos” movimentos.

4.1.1. A ocupação do território da região do Alto Uruguai

A localização do município de Constantina pode ser visualizada na Figura 1.

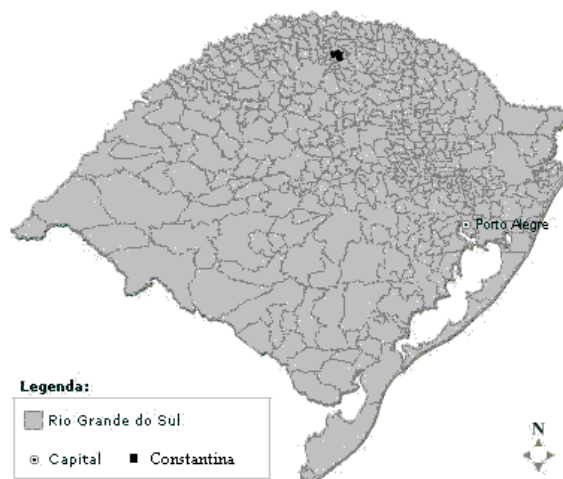


Figura 1 - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul com destaque ao município de Constantina.
Fonte: FEE (2005).

O povoado que deu origem ao município de Constantina começou a formar-se por volta do ano de 1920, passou à condição de vila em 1938 e emancipou-se em 14 de abril de 1959 (FORTES; WAGNER, 1963; CONSTANTINA, 1984)¹⁶³. O município é resultante, portanto, de um processo de ocupação relativamente recente. Para entender esta especificidade convém considerar a história da ocupação do território do Rio Grande do Sul¹⁶⁴, especialmente é necessário fazer

¹⁶³ Este território pertenceu politicamente primeiro ao município de Palmeira das Missões, posteriormente a Passo Fundo e por último a Sarandi. E, em sequência cronológica, utilizou-se as seguintes denominações ao povoado, vila e município: Taquaruçu, João Pessoa, José Bonifácio, Benjamin Constant e Constantina (CONSTANTINA, 1984).

¹⁶⁴ A ocupação do território do Rio Grande do Sul se deu pela conjugação de diferentes processos. Por um lado, os jesuítas espanhóis passaram a estabelecer as primeiras missões na área do atual estado do Rio Grande do Sul, ainda no ano de 1626. Mas, estas primeiras missões foram abandonadas em 1641, devido aos constantes ataques dos paulistas ávidos por escravos indígenas. A partir de 1682 as missões nesta região são retomadas e desenvolve-se um conjunto de povos guaranis convertidos ao catolicismo chamados então de “Sete Povos das Missões”. Estes povos cresceram e desenvolveram-se até a década de 1750 quando ocorre a Guerra Guaranítica, que visava expulsar os jesuítas e os índios guaranis para o território espanhol para fazer cumprir o Tratado de Madri (1750). De outro lado, os portugueses estabeleceram-se nos “Campos de Viamão” (visando principalmente criar e comercializar gado para as minas do centro do País). A partir das primeiras décadas do século XVIII os portugueses formaram vários povoados, em princípio no litoral e posteriormente nas regiões de campos do atual estado do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que, além da presença indígena, dos colonizadores espanhóis e portugueses, também ocorreu a imigração forçada de escravos africanos trazidos a todas as regiões do Brasil até meados do século XIX pelos colonizadores (KÜHN, 2004). Com o fim do regime colonial, que se processou com independência política do país e, principalmente, com a abolição da escravatura é iniciado um novo ciclo de imigração ao Brasil, detalhado no texto.

referência à formação das primeiras colônias gaúchas, pois foram estas que “alimentaram” a criação das colônias novas, a partir do final do século XIX.

Embora a imigração européia para o Brasil Meridional, especificamente para o Rio Grande do Sul, já viesse ocorrendo desde os primeiros séculos de ocupação da América¹⁶⁵, o fluxo mais intensivo de imigrantes de origem européia para o Rio Grande do Sul se insere no fenômeno das migrações transoceânicas entre a Europa e o Brasil no século XIX. Conforme Pesavento (2002), a imigração é um processo que se insere na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo na medida em que se formou, em determinadas nações européias, um excedente populacional que, sem terra e sem trabalho, convertia-se em foco de tensão social e que necessitava ser instalado em outros países que oferecessem, além da terra, condições de reprodução social a esta população sobrando. O fenômeno da imigração, no Brasil, se vincula ao momento histórico em que se dá, no âmbito nacional, a transição das relações escravistas para as relações assalariadas.

Neste período o RS, ainda de caráter provincial, já se encontrava relativamente integrado à economia nacional, situação reforçada pelo processo imigratório (KÜHN, 2004)¹⁶⁶. O fenômeno da formação destas colônias no Rio Grande do Sul teve seu início em 1824, quando se fundou a Colônia de São Leopoldo com imigrantes provenientes da Alemanha (SCHNEIDER, 1999a). De acordo com Roche (1969), a imigração no RS teve duas fases. A primeira, que vai de 1824 a 1845, ficou a cargo do governo Imperial. Nesta fase se verificou um período de escassez de entrada de imigrantes, tendo como causas a falta de dinheiro para pagamento das despesas de transporte e as crises políticas decorrentes da renúncia de D. Pedro I e da Regência, além da deflagração da Revolução Farroupilha em 1835, que opôs a Província ao governo Imperial. A segunda, que vai de 1845 a 1889, marcou o início da colonização provincial e privada que não tinham ocorrido antes por falta de recursos. É ao final desta

¹⁶⁵ Imigração que contava principalmente com elementos humanos provenientes das áreas de domínio dos impérios de Portugal e Espanha.

¹⁶⁶ A introdução do imigrante europeu no RS teve como um de seus princípios superar a agricultura praticada pelos caboclos, pois a carência de produção de excedentes agropecuários para abastecer os núcleos urbanos era uma situação que obrigava o Estado a incentivar a colonização com produção diversificada de excedentes, o que na concepção corrente da época só poderia ser feito pelo colono. Não faremos neste item uma análise pormenorizada das motivações que levaram a imigração no RS, apenas a identificação dos grupos sociais que então se instalaram e as causas de ordem *macro* que de alguma maneira legitimavam o processo imigratório das populações aqui instaladas no bojo do avanço do modo capitalista de produção.

segunda fase, na década de 1870 do século XIX, que ocorre a entrada dos primeiros imigrantes de origem italiana.

No Rio Grande do Sul, as primeiras colônias italianas foram Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel instaladas nos anos de 1874 e 1875, constituindo-se em uma continuação da área já ocupada pelos colonos alemães ao norte de Porto Alegre. A região escolhida foi a grande secção do Planalto (Encosta Superior), recortada pelos rios Caí e Taquari, recoberta pela mata de araucária¹⁶⁷. A partir de então, o norte do Rio Grande do Sul seria palco de um fluxo migratório que iria modificar radicalmente a sua paisagem. Foi necessário um espaço de tempo relativamente curto desde a formação inicial das primeiras colônias alemãs e italianas, para se iniciar um movimento de expansão geográfica através da formação de novos núcleos coloniais, ainda próximos aos primeiros. No caso da colonização alemã, através da expansão de São Leopoldo encosta acima, formaram-se colônias como Mundo Novo, Bom Princípio e Caí. Em relação à colonização italiana, surgiram novos núcleos de colonização como Taquari, Antonio Prado e Guaporé.

O assentamento de imigrantes criava, *per se*, a necessidade de novos assentamentos (daqueles “nativos” desalojados da área original e dos descendentes de imigrantes devido a exigüidade da área disponível à cada família). Esta expansão de colônias teve certo apoio do Governo provincial. Segundo Conterato (2003), sob a ótica do governo, a prerrogativa era de que as terras de mata fossem vendidas aos colonos imigrantes que, desde 1824, vinham se multiplicando na província, pois se entendia que os descendentes de luso-brasileiros e também a população indígena que ocupava as matas e os campos da região – como os Guaranis e Kaingang – não poderiam estabelecer culturas comerciais, pois buscavam somente a subsistência, obtida pela coleta, caça e pesca.

Portanto, da formação das primeiras colônias, nasceu um movimento migratório que colonizaria o Alto Uruguai. Somente com o crescimento populacional das primeiras colônias e a conseqüente busca de novas terras é que a região do Alto Uruguai começa a ser alvo de colonização. Isso se deveu basicamente por duas ordens de fatores: a interpretação do governo provincial de que as regiões de matas

¹⁶⁷ De acordo com Bernardes (1997), para os brasileiros filhos e netos de alemães, o limite de sua expansão foi o encontro da mata de araucária, já nos patamares elevados da encosta. Para os italianos, a fronteira foi a outra borda da floresta de araucária, pois onde começava o campo, eles se detiveram.

do Planalto Médio e do Alto Uruguai eram “vazios” demográficos que precisavam ser preenchidos e pelo excesso populacional que já se fazia sentir nas colônias velhas.

A região do Alto Uruguai, por ser uma região distante dos tradicionais grandes centros consumidores do Rio Grande do Sul e possuir relevo “acidentado” e matas fechadas, foi pouco valorizada pelos primeiros ocupantes, o que possibilitou a permanência de uma agricultura de base camponesa (de indígenas e caboclos) por longo período. Com relação aos caboclos, descendentes de luso-brasileiros, a sua presença no Alto Uruguai está relacionada ao comércio das tropas de gado para o centro do país. Os caboclos constituíam mão-de-obra para arrebanhar e tropear o gado. Com o fim dessa prática, os caboclos perderam seu trabalho e muitos se estabeleceram na região, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, explorando a extração de madeira e de erva-mate.

A construção da ferrovia que ligaria o centro do estado (Santa Maria) ao centro econômico do país (São Paulo), possibilitou um esquema simples de expansão da colonização nas matas do Alto Uruguai onde, em um dos extremos da região, se estabeleceu a Colônia Erechim, em 1908, e no outro a Colônia Santa Rosa, em 1915. Essas colônias tiveram a função de abrir enormes clareiras na mata virgem, a partir das quais o movimento de pioneirismo impulsionou o povoamento em todas as direções, estabelecendo a junção entre os núcleos iniciais (BERNARDES, 1997).

O incremento dos núcleos de colonização efetivou-se ao longo da estrada de ferro, tornando Passo Fundo um centro coletor da vida econômica e social não só do Planalto Médio, mas também do Alto Uruguai e parte das Missões. Isso incrementou o comércio regional, uma vez que os colonos puderam comercializar os produtos coloniais e inclusive a madeira¹⁶⁸.

A partir da expansão das colônias na região do Alto Uruguai, estas obedeceram basicamente a dois propósitos: por um lado, supriram a necessidade de novas terras para os descendentes dos primeiros colonos e, por outro, integraram

¹⁶⁸ A madeira constituiu-se num dos principais excedentes comercializados pelos colonos desde a ocupação de seus lotes. “O comércio de terras, a construção de estradas, de picadas, o lugar para fazer a casa e para plantar exigiam o corte da madeira [...]. O elemento determinante do processo, ou seja, aquele que tinha correspondência com o espírito do progresso vigente, era a produção de excedentes agrícolas. As serrarias, os colonos, os comerciantes (da madeira e da agricultura) e o mercado, aos poucos, afinavam para dar cabo a este recurso natural, que era a madeira, pelo viés da lógica mercantil.” (TEDESCO; SANDER, 2002, *apud* CONTERATO, 2003, p. 58-59).

esta região (até então “sub-explorada”) à economia gaúcha, porém, de maneira particular: o Sistema Agrícola Colonial (caracterizado na próxima seção).

É no bojo destes movimentos migratórios e das transformações de ordem econômico-estruturais que, a partir de 1920, começa a colonização da área onde hoje se situa o município de Constantina. Segundo registros da história do município, até as primeiras décadas do século XX, habitavam o local índios Guaranis e Kaingans, luso-brasileiros e cablocos. É somente após este período que começa a colonização. (CONSTANTINA 1984; DESER, 2002).

Como resultado deste processo de ocupação, a população de Constantina tem composição étnica diversificada: constitui-se de uma maioria de descendentes de italianos e, em proporções menores alemães, portugueses, afrodescendentes e indígenas. O espaço agrário do município apresenta uma estrutura agrária marcada pela elevada fragmentação (em lotes coloniais). A dimensão média dos lotes vendidos aos colonos na região de Constantina, na primeira metade do século XX, era de 20 hectares. Mas, posteriormente (década de 50) com o fim da área reservada à colonização e a pressão pela invasão da reserva indígena de Serrinha (em parte situada na área do município), os lotes foram concedidos com tamanho menor, entre 13 e 15 hectares (CONTERATO, 2004), levando à formação de pequenas explorações familiares de cereais, criações de animais e extrativismo vegetal.

4.1.2. O Sistema Agrícola Colonial, o fim das “terras virgens” e o legado dos “antigos” movimentos sociais no Alto Uruguai

Em virtude das características do processo de ocupação e a forma de agricultura e sociabilidade que se estabeleceu na região do Alto Uruguai identifica-se a formação de um Sistema Agrícola Colonial, como definido por Schneider (1999b). O Sistema Agrícola Colonial deve ser compreendido como uma *forma de produzir* e uma *forma de sociabilidade* específica dos colonos:

A forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução (Marx, 1986). A forma de sociabilidade refere-se ao modo pelo qual se estruturam as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores. (SCHNEIDER 1999b, p. 21).

Em função das condições em que se instalavam as famílias, a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais¹⁶⁹. Assim, era praticada uma agricultura colonial baseada no corte e queima da mata e tendo como culturas principais o milho, o feijão preto, a abóbora, a mandioca e tabaco, além da produção da banha de porco (DESER, 2002) e a extração de madeira e de erva-mate (CARINI, 2005). Ainda, segundo Conterato (2003, p. 58), os colonos que se instalaram na região do Alto Uruguai:

[...] dedicavam-se basicamente às atividades agrícolas, plantando feijão, milho, arroz, mandioca, fumo e batata, além da criação de alguns animais, como cavalos, porcos e vacas. A terra era preparada de forma bastante rudimentar, com o uso de instrumentos como foices, arados de pau, enxada, sacho e machados. A colheita era feita basicamente com o auxílio de foicinhas, à mão ou mesmo arrancando a planta. Para malhar os produtos usavam manguá ou cavalo. O armazenamento do excedente era feito em tulhas cavadas na terra, tulhas de madeira bruta, cestos de taquara e em alguns em pequenos paióis de madeira.

Tendo em vista esta forma de agricultura são destacadas algumas características marcantes: intenso uso de mão-de-obra familiar; policultura associada a pecuária de leite, suínos e aves; produção voltada para subsistência e comercialização; desenvolvimento de artesanato doméstico; subdivisão e transmissão de lotes coloniais por herança; e, estreito vínculo entre colonos e os comerciantes locais (bodegueiros) (CARINI, 2005).

As formas de sociabilidade predominantes eram as relações estabelecidas pelos colonos e suas famílias com o ambiente externo no qual predominavam as relações de parentesco, de solidariedade entre vizinhos, na prática de religião ou nas festas comunitárias. Era em torno da comunidade que se estabeleciam a grande maioria das relações sociais¹⁷⁰. Na Figura 2 é retratado um evento comunitário da época da predominância do sistema agrícola colonial.

¹⁶⁹ O estabelecimento da agricultura colonial se dava da seguinte maneira: “Ela se dá através da chegada do colono e sua família que se instalam em lotes obtidos pela compra. Em função da hostilidade oferecida pelo ambiente natural, a primeira coisa a fazer era derrubar a mata, construir as primeiras instalações e desenvolver os primeiros cultivos. Os anos iniciais após a ocupação dos lotes são de adaptação, procurando inicialmente satisfazer as necessidades dos membros da família. Os colonos traziam consigo alguns animais, como vacas, suínos e cavalos para transporte, sementes de milho, batata e abóbora e os instrumentos necessários para devastar a floresta e estabelecer os primeiros cultivos”. (CONTERATO, 2003, p. 56).

¹⁷⁰ “As relações sociais se davam inicialmente ao nível de comunidade, caracterizando uma forma de sociabilidade local. A sociabilidade reduzida nos primeiros anos da colonização se explicava pelas dificuldades de estabelecer relações com os vizinhos, pois entre estes existiam, além da mata, outros imperativos, como a distância e a precariedade dos meios de transporte” (CONTERATO, 2003, p. 64).



Figura 2 - Colonos reunidos para trabalho coletivo (anos 50) no município de Constantina.
Fonte: Constantina, 1984.

Na perspectiva de Schneider (1999b), o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão para áreas “virgens”. Conforme eram necessárias novas terras para os descendentes dos colonos, eram abertas novas colônias em uma região “desabitada”. Neste sentido, a reprodução do modo de vida colonial estava intimamente ligada à expansão e reprodução da agricultura colonial que, por sua vez, se dava pelo constante avanço sobre novas áreas, expandindo a fronteira agrícola e formando novas colônias: “O acesso a terra era a garantia para o estabelecimento das atividades produtivas, principalmente se estas terras eram de mata, [consideradas como uma] garantia de fertilidade natural dos solos.” (CONTERATO, 2003, p. 60).

O assentamento de famílias criava, no curto prazo, a necessidade de novos assentamentos devido ao desalojamento de famílias (especialmente caboclos ou indígenas) ou pela necessidade de assentar as “novas gerações”. Dessa forma, já a partir da década de 1950, a carência de novas áreas (pela impossibilidade de parcelamento dos lotes – devido a sua pequena dimensão e o grande número de descendentes – e pelo esgotamento da fronteira agrícola) constitui um grave entrave à reprodução social da agricultura colonial no Alto Uruguai (CONTERATO, 2004). Esta carência de áreas determinou a migração e ocupação de áreas de florestas

consideradas desabitadas nos estados de Santa Catarina e do Paraná, o avanço sobre terras indígenas e as ações coletivas de reivindicação de acesso à terra por parte dos “colonos sem-terra”.

No município de Constantina e arredores, a ocupação das terras “virgens” se completa durante a década de 50. Diante desta situação os colonos vão, paulatinamente, ocupando áreas da então “Reserva Indígena da Serrinha” bem como migram para novas fronteiras agrícolas.

Destaca-se, no período, o surgimento do MASTER e a atuação da FAG na região do Alto Uruguai, conforme detalhado no Capítulo anterior. Entende-se que estas organizações deixaram um legado tanto no imaginário coletivo dos agricultores (colonos e caboclos) da região quanto nas estruturas organizacionais concretas que eles formaram.

Do ponto de vista do imaginário o legado do MASTER aos colonos e caboclos da região refere-se, principalmente, ao exemplo das ações diretas de protesto e da conquista de terras através do uso dos instrumentos jurídicos de desapropriação de imóveis improdutivos¹⁷¹. Esta estratégia (de disputa legal) foi utilizada conjugada a um instrumento de pressão política (formação de acampamentos junto às margens das rodovias). Estes elementos de formação de organizações fora dos marcos legais, mas que reivindicavam o cumprimento de leis sobre a função social da propriedade, serão retomados pelos “novos sem-terra”, pelos “atingidos por barragens” e pelos “pequenos agricultores”, como foi apontado no Capítulo anterior.

Entende-se que o MASTER também contribuiu na formação de associações de produtores, de cooperativas, na organização de sindicatos e assentamentos de reforma agrária visando melhorar as condições de reprodução dos agricultores (colonos e caboclos) e, ao mesmo tempo, ativar uma representação política a este setor social.

A atuação da FAG deu-se basicamente por intermédio de ações conjugadas às ações envidadas pela estrutura oficial da Igreja católica e, em função disso, encontrou maior facilidade na organização de sindicatos de trabalhadores rurais junto as bases já arregimentadas pela Igreja¹⁷². Entende-se que o legado da atuação

¹⁷¹ Este legado aos “novos” movimentos é reconhecido por autores como Medeiros (1989) e Navarro (1996).

¹⁷² Estas considerações são baseadas nas observações de Dalla Nora (2003).

da FAG foi a organização de grande parte dos sindicatos da região e a participação na organização de cooperativas agrícolas¹⁷³.

Quanto às contribuições da FAG à ação coletiva dos agricultores parece particularmente importante a ênfase dada à formação de órgãos centralizados de representação da categoria (STR), com ação normalmente coordenada com as paróquias e com o poder público. Tal orientação era distinta da orientação do MASTER, por exemplo, que enfatizava a ação de pressão fora das estruturas institucionais estabelecidas. Entende-se que esta característica de centralizar a ação nos Sindicatos (intimamente relacionados à Igreja) viria a contribuir para que, no período posterior, houvesse um processo de questionamento da estrutura e da ação dos sindicatos simultaneamente à renovação da Igreja (quando esta altera suas concepções sobre a propriedade privada e as possibilidades de ação dos trabalhadores).

Como particularidade da luta pela terra em Constantina menciona-se a extinção da Reserva Indígena da Serrinha e sua destinação para fins de colonização pelo governo de Leonel Brizola, em 1960. Ou seja, o governo estadual resolve atender os interesses dos agricultores “sobrantes” na área colonial e lotear a área anteriormente designada como “Reserva Indígena de Serrinha”, vendendo lotes aos interessados¹⁷⁴.

Estas formas de ação e as estruturas formadas pelos “antigos” movimentos sociais que atuaram na região do Alto Uruguai serão revisadas e “recicladas” pelos novos atores que passaram a atuar a partir da década de 70 e formaram as bases tanto estruturais, quanto de organização política e identitária para o desenvolvimento dos atores políticos e da nova institucionalidade existentes nos dias atuais.

¹⁷³ Segundo Della Nora (2003) e José Odelso Schneider (1999) os organismos católicos (dentre eles a FAG) tiveram participação na organização de várias cooperativas agrícolas no Rio Grande do Sul.

¹⁷⁴ Até o ano de 1960 existia na área do município de Constantina uma reserva indígena denominada de Serrinha. Em função da pressão dos colonos por novas áreas, esta reserva foi loteada e os índios transferidos a outras reservas. Assim, uma área de aproximadamente 12 mil ha foi loteada e vendida aos colonos das regiões circunvizinhas aos atuais municípios de Três Palmeiras, Ronda Alta, Constantina e Engenho Velho. Agindo assim, o governo estadual resolveu, momentaneamente, a demanda por terras estabelecida pelos colonos. No entanto, com promulgação da Constituição de 1988 (onde ficou estabelecido que as áreas de reserva indígenas, desde que comprovadas, deveriam voltar aos índios), esta área passou a ser reivindicada pelos indígenas expulsos na década de 60. A partir de meados da década de 90, os colonos ocupantes da área indígena passaram a ser ressarcidos por suas benfeitorias e reassentados em outros locais. No entanto, chama-se atenção, que uma grande parte dos colonos ainda não foi reassentada no ano de 2005 e os indígenas, por seu lado, ainda não receberam o domínio sobre toda a área que lhes cabe (CARINI, 2005).

4.2. AÇÃO DA IGREJA E FORMAÇÃO DE NOVOS MOVIMENTOS NOS ANOS 70 E 80

4.2.1. Os condicionantes da emergência dos novos movimentos

Ao final dos anos 70 começa a observar-se a retomada das mobilizações sociais. Segundo Navarro (1996) os principais determinantes que contribuíram para o (re)surgimento de movimentos sociais rurais no sul do Brasil, no final da década de 70 e durante a de 80, foram de três naturezas, a saber: as mudanças estruturais na economia agrária do Estado e seus impactos sociais, a liberalização política do período e ação dos setores “progressista” da Igreja Católica.

No referente às mudanças estruturais na economia agrária, cabe lembrar que, durante os anos 70, a economia brasileira vivenciou o que se convencionou chamar de “milagre brasileiro” caracterizado por pesados investimentos estatais no setor produtivo e acentuado crescimento econômico. Estes investimentos procuraram, também, “modernizar a agricultura”. Na perspectiva de Brum (1988) a modernização da agricultura no Planalto Gaúcho deu início a um processo que, posteriormente, se expande ao restante do Estado e aos demais estados do sul do Brasil. Brum argumenta que a modernização da agricultura no Planalto Gaúcho processou-se em três fases:

[...] a primeira, até o início da década de 70, centrada no trigo, tendo a partir dos anos 60, a soja como lavoura secundária em crescente expansão e importância; a segunda, na década de 70, com ênfase no período de 1972-1978, liderada pela soja, passando o trigo a uma posição secundária e declinante; e a terceira, a partir de 1978/1979, em que se passou a buscar uma maior diversificação de culturas, diante da vulnerabilidade e dos riscos decorrentes do fato de basear a agricultura e, por consequência, a economia da região nos processos ou frustrações de apenas duas culturas – o binômio trigo e soja. (1988, p. 72).

Nas regiões coloniais a modernização da agricultura rompeu e transformou completamente o sistema agrícola colonial. O desenvolvimento e a expansão desta forma de agricultura causou grandes transformações nos processos produtivos, na organização social do meio rural e na integração deste com o meio urbano, o mercado e a indústria. Destacam-se três elementos para caracterizar a

“modernização” na região: especialização produtiva, mudança na base tecnológica e perda da autonomia dos agricultores¹⁷⁵.

A soja se tornou o “carro-chefe” da modernização e da integração dos agricultores aos mercados, pois as possibilidades de lucro garantidas pelos mercados consumidores e os canais de comercialização, como cooperativas e intermediários, serviam como atrativo à expansão desta atividade (CONTERATO, 2003)¹⁷⁶. Com a generalização de seu cultivo, tendeu-se à especialização produtiva regional.

A produção de soja se fez com base em um “pacote tecnológico” que previa intenso uso de insumos de origem industrial, cujo acesso era viabilizado através do crédito rural. Brum detalha as implicações das transformações na base técnica:

Da enxada, do arado de tração animal e da carroça, passou-se ao trator, à automotriz, ao caminhão, ao automóvel, etc. rompeu-se o ritmo lento do meio rural marcado pela tradição. Aumentou a velocidade do sistema de produção, bem como dos contatos e das informações. A visão do mundo ampliou-se, abarcando não apenas o distrito ou o município, mas o Estado, o País, e o plano internacional. (1988, p. 122).

Uma das características centrais das transformações ocorridas foi o rompimento da situação de autonomia que caracterizava o meio rural até meados do século XX. Os “antigos” colonos ao especializarem-se na soja e adotarem o “pacote tecnológico” acabaram perdendo sua autonomia.

Para entender os impactos da modernização da agricultura, convém considerar também sua natureza degradadora do ponto de vista ambiental, liberadora de mão-de-obra e concentradora de capital.

Do ponto de vista ambiental, a mecanização permite a expansão das áreas cultivadas e, desta forma, a reconversão dos resquícios de ecossistemas naturais ainda existentes na região. O uso de fertilizantes e as técnicas de manejo do solo não contribuem para a sua conservação e sustentabilidade da produção. Da mesma

¹⁷⁵ A partir da década de 1960, ocorre um processo de transformação nos elementos responsáveis pela reprodução social e econômica dos colonos, onde “as estratégias de reprodução convertem a agricultura colonial em uma agricultura familiar mercantilizada” (CONTERATO, 2004, p. 72). São as influências da modernização da agricultura que transformarão a agricultura colonial de caráter relativamente autônomo em uma agricultura modernizada (especializada) totalmente ou parcialmente integrada aos complexos agroindustriais.

¹⁷⁶ Segundo Brumer (1994, p. 94) as cooperativas fundadas em torno da produção de trigo e soja “promoveram a articulação entre os produtores e o capital financeiro, e, atuando conforme as leis fundamentais do modo de produção capitalista”, elas tornaram viáveis os estabelecimentos com potencial para estas culturas.

forma, o uso de agrotóxicos coloca em risco a estabilidade dos agroecossistemas e traz prejuízos à saúde humana.

Quanto à questão da mão-de-obra, a mecanização e o uso de agroquímicos permite a liberação de força de trabalho anteriormente ocupada na produção agrícola. Segundo Graziano da Silva (1998), de modo geral a adoção destas tecnologias propiciou a elevação da produtividade do trabalho, tendo, por consequência, tanto o aumento da mais-valia, quanto do êxodo rural¹⁷⁷. Dessa forma, este processo significou

[...] fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos de sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 13-14).

Com a modernização foi deflagrado um processo acentuado de diferenciação social dos agricultores na região. Conterato (2003, p. 75) descreve estas transformações:

As mudanças estruturais na agricultura passaram a afetar diretamente a vida social e econômica dos agricultores. Muitos viram na tecnologia a possibilidade de crescer, de ascender socialmente, de se diferenciar em relação aos demais. [...] as inovações tecnológicas possibilitaram produzir mais, uma vez que possibilitava incorporar novas áreas aos processos produtivos e aumentar os índices de produtividade. A diferenciação social no Alto Uruguai está de fato ligada à modernização da base tecnológica, a especialização produtiva e a mercantilização.

Ou seja, com a expansão das culturas de trigo e de soja a partir da década de 60, os colonos começaram a diferenciar-se: por um lado, forma-se um segmento de *agricultores capitalizados* que se beneficiaram da modernização da agricultura; por outro lado, mantém-se um grande contingente de *colonos marginalizados* da agricultura modernizada (não beneficiados pelas políticas de modernização), com dificuldades de reprodução social frente às novas exigências de produtividade e de escala produção.

Esta forma de agricultura especializada em poucas culturas e altamente dependente de recursos e insumos externos mostrou sua face mais perversa com o desabrochar da crise econômica do final da década de 70 e durante a de 80. Neste

¹⁷⁷ A nível geral, com estes avanços tecnológicos precisou-se de menos gente no campo, a produção agropecuária pode tornar-se mais barata para o capital, levando, por consequência, os pequenos agricultores – que já trabalhavam com margem de renda baixa – a situação de não conseguirem mais se reproduzir enquanto força produtiva. Também ocorreu uma diminuição drástica dos postos de trabalho assalariado deste setor econômico (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

período ficaram evidentes muitos dos problemas sociais e ambientais que este modelo de agricultura ocasiona¹⁷⁸.

Diante da situação desfavorável em diferentes aspectos, ressaltou-se a inviabilidade econômica (e insustentabilidade) de muitos sistemas de produção constituídos com as políticas da modernização.

Muitos dos pequenos agricultores não conseguiram modernizar completamente seus sistemas em função de sua pequena escala de produção e a conseqüente baixa capacidade de investimento e os que conseguiram sofreram com a alta dos preços dos insumos, dificuldades de acesso a crédito e baixa dos preços das *commodities*. Assim, no momento de crise, a reação dos pequenos agricultores, principalmente os menos capitalizados, é expressa através da organização de iniciativas de retorno à diversificação da produção agropecuária, muitas vezes com incremento de cultivos de subsistência (voltando-se a alguns aspectos do sistema colonial), do abandono da produção (êxodo) e é expressa, também, politicamente.

4.2.2. A trajetória dos novos movimentos na região do Alto Uruguai

A manifestação política dos agricultores, na medida que se configurava a crise, está associada ao trabalho de organização promovido pela Igreja Católica na região. Como se apontou no Capítulo anterior, a Igreja teve uma forte atuação na motivação e na estruturação dos principais movimentos sociais rurais que se formaram no período da redemocratização, e fez isso motivada por uma mudança de concepção sobre a propriedade privada, sobre a humanidade do homem, sobre a ordem e baseada em uma “opção preferencial pelos pobres”.

É importante destacar que a Igreja não alterou somente as suas concepções, alterou também a sua prática, que se estendeu às questões da organização da produção¹⁷⁹. Segundo Zamberlam e Froncheti (1992, p. 51) a

¹⁷⁸ Em contrapartida, como o objetivo central do processo de modernização brasileiro era o desenvolvimento urbano-industrial, à agricultura cabiam as seguintes funções: produzir alimentos suficientes e baratos para abastecer as cidades que cresciam, liberar mão-de-obra suficiente ao setor urbano-industrial que se fortalecia, bem como contribuir com divisas através da exportação de produtos primários (BRUM, 2002). Diante do quadro que cabia à agricultura no processo de modernização, a região colonial do Alto Uruguai parece ter desempenhado com relativo êxito estas *funções*. Pois, “Além da produção de alimentos baratos, se intensifica um fluxo migratório rural-urbano, caracterizando o êxodo rural, tornando o Alto Uruguai uma região de expulsão demográfica” (CONTERATO, 2003, p. 75).

¹⁷⁹ A partir dos apontamentos de Zamberlam e Froncheti (1992) é possível estabelecer a ligação entre o nível teórico da mudança da Igreja (com base em Martins, 1988) e o nível prático de ação junto aos

concepção teórica orientou a prática da Igreja junto os “pobres” do campo, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência do (pequeno) agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. Assim, surgem as propostas de reorganização dos laços comunitários locais, a formação de Comunidades Eclesiais de Base, de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos (novas organizações).

Deve-se considerar, por outro lado, que, a partir da década de 80, a ação da Igreja se faz em ambiente social e político fortemente marcado pelo processo de “democratização”, revisão do marco institucional do País com vistas a sua legitimação (através da Constituição de 1988). Neste contexto, os movimentos populares que já haviam se estruturado foram chamados a participar no sentido de compor frentes em defesa dos interesses dos trabalhadores em geral (grande classe a qual pertencem) e também para assegurar alguns interesses específicos (enquanto pequenos agricultores, sem-terras, mulheres trabalhadoras rurais, etc.).

Segundo os elementos expostos sobre as motivações que despertaram os “novos” movimentos sociais rurais e as concepções que levaram parte da Igreja a assumir os “pobres” como opção preferencial, pode-se afirmar que ambos convergiam na importância dada à democratização das instâncias de poder do Estado e a extensão da cidadania aos excluídos (pobres). Além disto, é necessário recordar que também estava dentro do leque de questões prioritárias a estes movimentos a tomada do Estado para construção de uma outra sociedade.

Observa-se que alguns fatores críticos da conjuntura e a ação da Igreja desencadearam a retomada das lutas populares na região do Alto Uruguai. Assim, a partir do final da década de 70 no Alto Uruguai ocorrem as primeiras ações dos “novos” sem-terra, dos “atingidos” por barragens, das “oposições” sindicais, das mulheres trabalhadoras rurais. Esta opção por colocar-se ao lado do povo (pobres), em suas lutas, fez com que a Igreja estivesse presente tanto nas mobilizações sociais, quanto na estruturação de formas alternativas de organização da produção, observadas na região do Alto Uruguai, principalmente, nos anos 80 e 90.

4.2.3. Emergência e trajetória do movimento em Constantina

Inicialmente cabe destacar que a agricultura que se desenvolvia na região do atual município de Constantina, desde a colonização até a década de 60 (do século XX), apresentava-se “como um prolongamento do campesinato concebido nas antigas colônias do nordeste gaúcho” (CARINI, 2005, p. 223). Esse sistema de agricultura colonial camponesa se manteve relativamente estável e em freqüente expansão a outras áreas de mata na região até quando é colocado em questão tanto pelo incentivo à modernização da agricultura, quanto pelo término das áreas “desocupadas”¹⁸⁰.

Para compreender a conjuntura do setor agrícola em Constantina analisam-se os dados sobre as áreas destinadas às principais culturas, estrutura agrária e dinâmica populacional.

Para “modernização” da agricultura no Alto Uruguai foi incentivada a especialização principalmente no cultivo da soja. Os dados relativos à utilização da área agrícola do município de Constantina com as principais culturas temporárias – Tabela 1 – demonstram que se destaca o cultivo da soja. Observa-se que a soja e o milho durante o período de 1970 até 1980 estavam sendo cada vez mais plantados em detrimento de outras culturas como o trigo e o feijão. O plantio da soja que, em 1970, ocupava cerca de 40% da área do município, em 1980, passou a ocupar cerca de 65%, aumentando aproximadamente 25% sua participação na utilização da área. O plantio do milho seguiu uma tendência semelhante, enquanto em 1970, ocupava cerca de 43% da área, em 1980, já ocupava cerca de 59%, tendo aumentando sua participação na utilização da área na ordem de 16%. No que se refere ao trigo e o feijão, observa-se na Tabela 1 uma tendência crescente de redução da área destinada a estas culturas. Quando se observa os dados de 1985, comparados com os de 1980, percebe-se que o milho e a soja apresentaram uma certa retração na área plantada (a soja perdeu cerca de 3% e o milho aproximadamente 15%) e ocorre um certo aumento (6%) da área destinada ao trigo, apontando para uma reversão de tendência¹⁸¹.

¹⁸⁰ Por outro lado, essa agricultura também encontrou limites no esgotamento dos solos. Brumer (1994) também identifica limitações impostas pelo esgotamento dos solos nas colônias do Noroeste Colonial neste período.

¹⁸¹ Esta redução pode estar associada, de um lado, a desvalorização (principalmente da soja) no mercado internacional, que refletia na redução dos preços pagos ao produtor e, de outro lado, devido

Tabela 1 - Área utilizada e participação percentual de algumas culturas selecionadas, em Constantina, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Anos\Hectares	Soja	Milho	Trigo	Feijão	Área Total culturas	Área Total Município
1970	13.971	15.015	3.582	2.533	35.101	34.675
% ⁽¹⁾	40,29	43,3	10,33	7,3	101,22	
1975	20.345	18.208	2.921	1.539	43.013	35.399
%	57,47	51,44	8,25	4,35	121,51	
1980	22.600	20.537	1.428	1.257	45.822	34.959
%	64,65	58,75	4,1	3,6	131,1	
1985	21.883	15.634	3.582	1.226	42.325	35.377
%	61,85	44,19	10,13	3,47	119,64	

Fonte: Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980 e 1985.

(1) Os percentuais se referem à participação da área destinada à cultura na área total do município.

Quanto as mudanças estruturais associadas à modernização, observando-se os dados oficiais sobre a estrutura agrária – apresentados nas Tabelas 2 e 3 – de 1970 à 1985, pode-se perceber a tendência geral de aumento no número total de estabelecimentos, indicando um processo de fragmentação das terras.

Tabela 2 - Evolução da divisão da terra em número de estabelecimentos, em Constantina, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Ano\ Ha	< 1	1-2	2-5	5-10	10-20	20-50	50-100	100-200	200-500	TOTAL
1970	58	59	239	494	845	570	39	1	2	2.307
%	2,51	2,56	10,36	21,41	36,63	24,71	1,69	0,04	0,09	100
1975	57	45	229	549	929	534	47	3	-	2.393
%	2,38	1,88	9,57	22,94	38,82	22,32	1,96	0,13	-	100
1980	42	54	217	704	988	483	45	2	-	2.535
%	1,66	2,13	8,56	27,77	38,98	19,05	1,77	0,08	-	100
1985	30	48	270	797	1.008	462	39	4	-	2.658
%	1,13	1,81	10,16	29,98	37,92	17,38	1,47	0,15	-	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Tabela 3 - Área dos estabelecimentos por grupos de área total, em Constantina, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Ano\ Ha	< 1	1-2	2-5	5-10	10-20	20-50	50-100	100-200	200-500	TOTAL
1970	16	77	711	3.272	11.252	16.444	2.148	173	582	34.675

a situação de crise da economia, os agricultores passavam a diversificar mais suas plantações.

%	0,05	0,22	2,05	9,44	32,45	47,42	6,19	0,50	1,68	100
1975	18	60	705	3.668	12.412	15.183	2.877	476	-	35.399
%	0,05	0,17	1,99	10,36	35,07	42,89	8,13	1,34	-	100
1980	16	68	686	4.794	13.102	13.350	2.688	255	-	34.959
%	0,05	0,19	1,96	13,71	37,48	38,19	7,69	0,73	-	100
1985	13	60	849	5.478	13.328	12.772	2.466	411	-	35.377
%	0,04	0,17	2,40	15,48	37,68	36,10	6,97	1,16	-	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Dos dados apresentados nas Tabelas 2 e 3 observa-se, como tendência geral, que as propriedades das classes entre 20 e 50 ha e 50 a 100 ha diminuem tanto sua participação no número total de estabelecimentos, quanto em participação relativa na área total do município¹⁸². Por outro lado, as classes de 5 a 10 ha e de 10 a 20 ha aumentam tanto em número quanto em participação em área, o que pode indicar que são resultantes da fragmentação das unidades maiores. Sob certo aspecto tais dados evidenciam a escassez do recurso terra que passa a ser dividido para a formação das novas famílias de agricultores que ficam na terra por acreditar que podem se reproduzir com a produção de soja mesmo com pequenas áreas ou que tem restrições a migrar (para o meio urbano ou novas fronteiras agrícolas). Ou seja, interpreta-se que neste período os efeitos “concentradores” da modernização ainda não se manifestavam em Constantina.

Observando-se os dados da população residente em Constantina – apresentados na Tabela 4 – identifica-se a um acelerado processo de urbanização associado a certo êxodo rural entre os anos de 1970 e 1980.

Tabela 4 - População residente no município de Constantina, segundo local de residência (1970-1980).

População	1970	%	1980	%
Urbana	1.437	9,26	3.631	21,32

¹⁸² Com exceção de 1970 à 1975 que a classe 50 à 100 ha aumenta sua representatividade tanto em número de estabelecimentos, quanto em área. No entanto, este aumento provavelmente foi ocasionado pela divisão dos dois estabelecimentos que tinham mais de 200 ha no ano de 1970. Ou seja, a área dos estabelecimentos de mais de 200 ha provavelmente foi transferida para a classe de 50 a 100, mas, mesmo assim, confirma o fenômeno da fragmentação das propriedades maiores.

Rural	14.084	90,74	13.403	78,68
Total	15.521	100	17.034	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1970 e 1980.

A Tabela 4 aponta para o crescimento da população total do município e a redução da população rural, seguindo a tendência geral das regiões de forte presença da atividade agrícola da região sul do Brasil. Esta redução pode ser resultante tanto da especialização das atividades agropecuárias (que necessitam, assim, de menos força de trabalho), quanto da mecanização das atividades produtivas, entre outros fatores.

O fenômeno do êxodo rural foi percebido como negativo pelas lideranças locais entrevistadas. Avaliava-se que o setor urbano industrial não conseguia absorver completamente a força de trabalho que a agricultura moderna tornava ociosa e que nem todas as pessoas desalojadas da atividade agrícola queriam deixar o meio rural. Estes fatores contribuíram para o início da luta dos “pequenos agricultores”, objetivando encontrar alternativas de viabilização produtiva no meio rural.

A mobilização para fazer frente a conjuntura de crise agropecuária propiciou as condições objetivas para a emergência do movimento dos agricultores, que apresenta nesta fase dois momentos: a formação de organizações de bases à conquista do Sindicato e das lutas através do Sindicato e a articulação com os movimentos populares até o advento do governo de Fernando Collor de Melo (1990).

4.2.3.1. A formação das organizações de base e a conquista do Sindicato em Constantina

A atuação da Igreja¹⁸³ foi um importante desencadeador da mobilização política dos agricultores também em Constantina. O trabalho de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), promovido por sacerdotes e leigos da Igreja, identificados com a Teologia da Libertação teve forte expressão. Segundo relato das lideranças entrevistadas, a formação inicial do grupo que deu origem ao movimento dos agricultores, teve motivação da Igreja.

Segundo Assessor E. I., em Constantina a operacionalização dos princípios da Teologia da Libertação se deu principalmente com a formação de grupos de jovens, tanto rurais, quanto urbanos. Estes grupos, que eram formados majoritariamente por jovens rurais, tinham “caráter festivo, recreativo, além da formação geral que objetivava formar lideranças”. Para o Assessor E. I., estes grupos que, inicialmente, tinham por objetivo a confraternização, discussão de questões da Igreja e questões políticas gerais, em meados da década de 80 começaram a refletir sobre a situação política e social na qual estavam inseridos¹⁸⁴. Assim, a discussão das questões religiosas ocorreu associada à discussão das questões políticas de modo que as lideranças formadas atuavam tanto no campo religioso, quanto político.

É particularmente ilustrativo deste duplo caráter da ação da Igreja (religioso e político) nas comunidades a trajetória das jovens lideranças que formaram o movimento dos agricultores. Segundo o relato da Liderança I. V., seu engajamento na mobilização política e religiosa das comunidades do interior se deu da seguinte forma:

Eu por participar da comunidade do Rodeio São João e por ter ido na reunião do Conselho Paroquial onde começaram escolher lideranças para discutir a questão da Pastoral Rural (CPT), eu fui uma das pessoas que me envolvi e sucessivamente nós constituímos um grupo da Pastoral da Juventude, da Pastoral Rural e do movimento de mulheres, [...] pra fazer as discussões, então, do movimento sindical e da oposição sindical.

¹⁸³ Deve-se chamar atenção que a religiosidade dos colonos (principalmente os italianos e alemães) é um elemento que não pode ser desprezado para compreender suas ações e reações. Nas colônias ou mais precisamente, nas comunidades do meio rural de Constantina, os principais momentos de socialização são as celebrações semanais (sábados ou domingos) e as festas promovidas pelas comunidades católicas. Os padres, freis, freiras e os ministros de eucaristia são pessoas muito influentes (autoridades) nestas comunidades. Essa influência dos líderes religiosos propiciará o envolvimento legitimado destes nas questões políticas locais (principalmente na representação dos pequenos agricultores e na formação de instituições locais).

¹⁸⁴ A discussão sobre a questão agrária foi sem dúvida uma das mais ricas, pois dali saíram agentes construtores do movimento dos “sem-terra” que surgirá nos vizinhos municípios de Ronda Alta e Sarandi.

Os grupos formados pela Igreja participarão tanto da “renovação sindical” do STR¹⁸⁵ (especialmente jovens rurais), quanto apoiarão os movimentos de luta pela terra e engajar-se-ão na formação de novos partidos políticos (principalmente os grupos de jovens urbanos).

A questão do sindicalismo rural foi a pauta que, inicialmente, mais impulsionou a ação política destes grupos. O Sindicato de Constantina (assim como a grande maioria dos STR's do país) no período da Ditadura Militar estava sob direção de um grupo de agricultores que seguia a orientação da CONTAG, ou seja, conforme revisão de literatura, apontada no Capítulo 3, limitava as funções da entidade a serviços assistencialistas (principalmente na área da saúde e da previdência), intermediava os subsídios estatais e sustentava politicamente os governos (geralmente nos três âmbitos: municipal, estadual e federal) e suas políticas¹⁸⁶. A caracterização que as jovens lideranças da época faziam do Sindicato era de que este constituía um instrumento muito limitado do ponto de vista político. Ou, segundo as palavras da Liderança V.L: **“o Sindicato era ‘pelego’, era só ficha pra consulta, pro dentista. Não tinha iniciativa de construir luta”**. Em função desta interpretação, as jovens lideranças passaram a construir uma crítica à forma de agir do STR. Como relatam:

Então, a partir disso [do trabalho pastoral], nós constituímos um grupo que ele começa a visitar as comunidades do interior [...] falando sobre a Pastoral Rural, a questão da terra e a questão do movimento sindical e colocando que tava surgindo uma proposta de sindicalismo novo. E nós fomos conseguindo envolver as pessoas do interior. E quando se aproximou a época de discutir a questão sindical, nós começamos discutir e decidimos formar uma chapa (Liderança I. V.)

Então, se criou a Pastoral Rural, se formou uma comissão pra ir até as comunidades discutir a situação. Daí foi decidido formar uma chapa de oposição no Sindicato (Liderança V. L.).

A partir da estruturação de vários grupos de jovens no interior do município e a constatação destes de que o STR de Constantina não representava os interesses dos pequenos agricultores, mas somente ajudava a reproduzir as políticas modernizadoras e excludentes do Estado, estes grupos decidiram disputar a direção do Sindicato. A disputa do Sindicato visava “tomar” a entidade para

¹⁸⁵ Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

¹⁸⁶ No ano de 1986, o governo federal oficialmente já não era mais controlado pela Ditadura Militar, o presidente era José Sarney. No entanto, este fora eleito de forma indireta e seu governo ainda não rompia decisivamente com as políticas assistencialistas dos governos que o precederam.

resolver os “graves” problemas enfrentados pelos pequenos agricultores em meados dos anos 80.

A mobilização de agricultores obteve sucesso eleitoral na conquista do Sindicato em Constantina em 1986 e, mais do que isso, este processo resultou no fortalecimento das jovens lideranças, tendo em vista a intensa disputa que foi travada nesta eleição¹⁸⁷. As lideranças atribuem a vitória eleitoral, principalmente, ao consistente “trabalho de base” (mobilização das comunidades) que promoveram e a construção da crítica aos vícios do sindicalismo tradicional.

Este evento (eleição) merece alguns questionamentos. O que representou a vitória de uma nova direção para o STR? Havia um grande desgaste da antiga direção ou as novas lideranças possuíam o respaldo da Igreja e, em função disso, receberam confiança das comunidades? A resposta a estas questões aponta para um conjunto de fatores. De um lado, a apatia da direção do Sindicato frente a crise que se colocava para a pequena agricultura promoveu desgaste político dos dirigentes e da forma de ação destes. De outro lado, as novas lideranças, segundo os elementos expostos acima, possuíam forte vinculação tanto religiosa, quanto política com as comunidades do interior (organizavam as CEB's e os Grupos de Jovens) e, além disso, recebiam apoio dos quadros da Igreja que motivavam a renovação sindical e a estruturação do sindicalismo cutista na região. Esta relação de vínculo com as comunidades, o apoio da Igreja e de outras lideranças do movimento de oposição sindical da região e a situação de desgaste da direção tradicional do STR, fizeram com que a oposição obtivesse vitória em um processo eleitoral acirrado. Esta vitória mostrou não se resumir apenas a uma mudança de direção, mas traduziu-se em mudanças efetivas na forma de condução da representação dos agricultores (a nova direção passou a dar prioridade à resolução dos problemas da categoria), nas ações de encaminhamento das lutas (passou a

¹⁸⁷ Segundo consta nos registros da eleição que a oposição conquistara o STR de Constantina (1986), foi necessário a realização de dois turnos na eleição, pois no primeiro a Chapa de Oposição havia vencido por uma diferença de 9 votos e regimentalmente era necessário que a diferença entre as chapas não fosse menor do que o número de votos brancos (que tinha sido de 15) ou haveria a necessidade de realização de um segundo turno. Dessa forma, foi realizada uma segunda votação onde a oposição se consagrara vitoriosa novamente, mas mesmo assim, com uma diferença de 6 votos. Estes fatos são lembrados com muita emoção pelos dirigentes da época, pois segundo seus relatos foi montado um “clima de guerra” no município na ocasião desta eleição. Nas palavras da Liderança I. V. “Então, assim, houve uma mobilização geral no município, todo mundo se envolveu nessa eleição, por que era uma disputa inclusive na época, que se falava muito que nos éramos uma gurizada nova, que tava se criando o PT, que ia ocorre a divisão de que tivesse duas vacas, uma ia ter que dá. Todas estas coisas assim foram jogadas pra cima de nós e nós conseguimos nos organizar, ter um grupo de pessoas jovens na oposição, que eram muito dinâmicas e todas elas tinham carisma nas comunidades”.

integrar as lutas maiores dos movimentos populares) e no projeto que o STR passou a construir (agricultura diversificada baseada em pequenas unidades de produção). Assim, tem-se, para este trabalho, que a mudança da direção do Sindicato marcou o início do movimento dos agricultores em Constantina.

O processo de mobilização, organização e disputa de entidades em Constantina esteve também associado à construção do PT local e regional. Schmitt (1996, p. 198) destaca que o “movimento popular (incluindo aí as pastorais da igreja), sindicatos e o partido eram vistos como etapas sucessivas de um processo de conscientização política”. Desta forma, a vinculação entre os movimentos populares (citados) com o PT era natural e funcional, pois este último servia como um “braço institucional” aos movimentos. Mas, no entanto, não se deve perder de vista que, inicialmente, a instituição que aportou as ações do movimento de oposição ao sindicato e a sustentação política da nova direção foi a Igreja.

4.2.3.2. As lutas através do Sindicato e a articulação com movimentos sociais populares

Inicialmente cabe colocar que, neste período, as diferentes demandas dos agricultores vão convergir para a organização sindical. Esta organização irá assumir um papel de protagonista no encaminhamento das lutas.

Para entender o sentido da ação que será desenvolvida pelo Sindicato é necessário recuperar a conjuntura ambígua e de renovação das leituras sobre as atribuições (o papel) das estruturas sindicais. Conforme relato da Liderança V. L., o grupo inicial de dirigentes sindicais possuía grandes deficiências e fragilidades políticas. Em suas palavras: “nós no início não sabia nem prá que servia o Sindicato”. E complementa: “Quem nos ajudou bastante foi o Frei Sérgio e outro Frei [...] (ligados a CPT) e o pessoal do Sindicato de Ronda Alta”. De um lado, parece que persistia a percepção de que o sindicato era uma organização de representação e, neste caso, se pretendia lhe conferir maior legitimidade (no sentido de melhor representar os interesses de suas bases) e postura mais combativa ocupando os espaços institucionais próprios à esta organização. Por outro lado, possivelmente, muitas lideranças reconheciam a necessidade de envidar lutas para além do espaço institucional estabelecido. Ainda, aparentemente, os agentes que atuavam junto aos movimentos estavam revisando seus paradigmas no sentido de assumir um caráter

propositivo e de ação local. A própria proximidade com os “representados” (a vivência da crise) e a influência recebida dos agentes que participaram na formação das organizações podem ter constituído, também, fator de motivação para uma ênfase na ação de construção de alternativas¹⁸⁸. Neste contexto, nas palavras da Liderança V. L.: “nós no início não sabia nem pra que servia o Sindicato, mas nós sentíamos que o povo agricultor tinha vontade que fossem feitas as coisas e nós fazia”. Compreende-se que este momento é um momento de revisão dos paradigmas dos movimentos sociais e de diferenciação do papel do Sindicato, como apontou Medeiros (2001), e se revela no nível local (nas falas das lideranças entrevistadas).

Desta renovação de papéis surgem frentes de ações com orientações e alcances diversos, mas convergentes no sentido de buscar a viabilização da pequena agricultura. Uma das frentes de ação é a participação na “luta política” em prol das classes populares e do pequeno agricultor, num contexto de “abertura” política e democratização do País. Com a conquista do STR em Constantina, o projeto de transformar esta entidade em um instrumento de luta dos pequenos agricultores foi colocado em prática, através da participação ativa tanto na articulação de um “novo sindicalismo” na região do Alto Uruguai, quanto nas mobilizações políticas organizadas pelos sindicatos vinculados a Articulação Sindical Sul/CUT.

A conquista do sindicato de Constantina, para a Liderança I. V., teve boas repercussões na região ao fortalecer o movimento de oposição à FETAG/CONTAG, pois segundo relata:

A partir do momento que nós ganhamos o Sindicato, na região vários sindicatos foram conquistados, com uma visão mais progressista, tirando o assistencialismo de dentro do sindicato, fazendo com que o sindicato se tornasse um instrumento **de luta** não de assistência.

Como já se citou anteriormente, o “sindicalismo autêntico” da região do Alto Uruguai formou a COSAU como uma organização coordenadora da ação sindical na região. E, também, no âmbito regional as relações de vinculação com os outros

¹⁸⁸ Tendo em vista que a mobilização política inicial dos agricultores originou-se nas instâncias de base da Igreja (CEB's e Grupos de Jovens), estes agricultores – mobilizados principalmente pela crise do setor agropecuário que ameaçavam sua reprodução social e pelo imobilismo da direção do Sindicato – procuravam reproduzir os ideais da Teologia da Libertação (“assumir a causa dos pobres”) em seu projeto político. Assim, a resolução dos problemas vivenciados pelos pequenos agricultores e a colocação do aparelho do Sindicato em favor da luta dos trabalhadores eram questões prioritárias.

atores populares (MST, CPT, MAB, MMTR e PT) se davam principalmente visando construir mobilizações em conjunto e fortalecerem-se mutuamente enquanto atores sociais contra-hegemônicos. Nesse período, então, os pequenos agricultores ajudaram a construir as grandes mobilizações populares do final dos anos 80 e promoveram importantes lutas de “marcação de campo” com os governos. Estas mobilizações (trancamentos de estradas, passeatas em cidades politicamente importantes, ocupação de prédios públicos, acampamentos nas margens de rodovias, entre outras) visavam principalmente à reivindicação de políticas públicas e o reconhecimento político como atores sociais. A Liderança I.V. relata a importância destas lutas para os agricultores da região:

Então, foi importante esta questão **da luta política contra os governos e de marcação de campo**, que era importante construir uma política nova, de crédito, de financiamento, de custeio, na política da terra, na inclusão social. Então, surgiu daí vários movimentos e nos anos 88, 89 e 90, foram os anos das maiores mobilizações da história, depois da ditadura militar, por parte dos agricultores. E a nossa região, [...] a região do Grande Sarandi, talvez foi a região com o peso mais importante, que mais conseguia mobilizar agricultores pra fazer qualquer luta. Então, a nossa região tem muito esta característica.

Destaca-se o grande esforço para barganhar conquistas no processo Constituinte. Uma liderança entrevistada menciona como conquistas destas lutas: “o salário integral (na Previdência Social), avançando na discussão do salário maternidade, outros benefícios também, auxílio trabalho, auxílio doença e que até então muitas agricultoras não tinham acesso a estes benefícios” (Liderança C. T.)¹⁸⁹.

Esse período (de 1986 a 1990) para Liderança I. V. foram anos de grandes mobilizações dos pequenos agricultores, afirmando que foi ainda nesse período que **“surgiu a necessidade de discutir a questão das políticas públicas, especialmente as voltadas a agricultura de economia familiar”**.

Um dos aspectos particulares do movimento, demarcador da diferenciação do papel do Sindicato, foi a forma de encaminhar a luta pela construção de um modelo alternativo para os pequenos agricultores. Neste sentido, o movimento foi além da postura reivindicatória buscando avançar no aspecto propositivo com a realização de experiências ao nível local-regional. A ênfase em experiências locais foi resultante de um processo de aprendizado de que as “lutas” reivindicatórias não

¹⁸⁹ Segundo Bonato (2003, p. 24), foram consolidadas na nova Constituição duas principais conquistas: “a inclusão dos agricultores familiares, homens e mulheres, no Regime Geral de Previdência Social e a anistia da correção monetária das dívidas de crédito rural para mini, pequenos e médios produtores”.

bastavam para viabilizar a pequena agricultura. A Liderança I. V. relata como se chegou à compreensão de que era fundamental conciliar a luta geral com ações locais:

Depois de terminadas estas lutas iniciais [“marcação de campo” com os governos] nós também passamos a discutir sobre a agricultura, que **não bastava só fazer lutas, nós precisávamos construir experiências próprias, alternativas na questão da agricultura.** E paralelo a isso, as organizações da nossa região criaram o CETAP, que vinha pra trazer suporte técnico e também político na questão da agricultura. Então, resolvemos fazer aqui em Constantina, em conjunto com o CETAP, algumas experiências na área de adubação verde e sementes.

Os sindicatos “combativos” (cutistas) contribuíram para a formação, em 1986, na cidade de Passo Fundo, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). O CETAP, dessa forma, deve ser entendido como um reflexo da intenção destes atores sociais, no que se refere à elaboração de uma proposta tecnológica alternativa para a pequena agricultura, visando, antes de tudo, sua sustentabilidade e autonomia em relação aos mercados capitalistas¹⁹⁰.

O CETAP foi concebido para motivar, assessorar e coordenar um conjunto de experiências de agricultura alternativa e também contribuir nas ações coletivas de resistência à agricultura especializada. A base do modelo alternativo de agricultura previa a conservação do solo, diversificação da produção associada à adubação verde e a produção de sementes na propriedade. Estes eram destacados como elementos importantes, pois vinham para dar maior autonomia aos pequenos agricultores. Já a motivação para formação de organizações cooperativas, principalmente através de associações de cooperação agrícola, buscava fortalecer a tessitura social dos pequenos agricultores e viabilizar projetos de diversificação que requeriam maior escala e maior investimento de capital.

Segundo os relatos dos entrevistados o trabalho na mudança das bases de organização da produção só foi possível de ser desenvolvido após a conquista dos STR. Segundo a percepção das lideranças a conjuntura política e agrícola de Constantina e da região se altera consideravelmente após esta conquista. Como atesta a Liderança A. L.:

¹⁹⁰ A coordenação política e a orientação das ações de desenvolvimento tecnológico do Centro foram entregues a um Conselho Diretor (representativo dos movimentos sociais). Segundo Perin (1988, p. 167) o Conselho Diretor do CETAP foi composto com base na seguinte composição: 3 sindicalistas ligados ao Sindicalismo Combativo do Campo; 2 representantes do MST; 2 representantes do MAB; 2 representantes dos Assentados; 2 representantes dos Índios; 2 representantes dos Jovens Rurais.

Em 86 se conseguiu o Sindicato, então começa a mudar toda a conjuntura organizacional do município de Constantina e da região. Aí surgem as associações, os grupos de cooperação agrícola e começa o envolvimento dos agricultores. Os agricultores começando a fazer estágio no CETAP, buscando tecnologias alternativas diferentes do que se tinha até o momento. Por que os agricultores só sabiam criar porco, naquela época, plantar soja, milho e trigo e não se tinha uma outra alternativa que pudesse gerar renda para os agricultores. E assim foi crescendo a questão da organização.

Então, visualizando o projeto de diversificação da produção e, para propiciar autonomia na atividade produtiva aos pequenos agricultores, em Constantina foram organizados diversos grupos de agricultores (em associações de cooperação) e construídas diversas experiências. Segundo Liderança I. V.:

Se constituíram várias associações de cooperação agrícola que passaram a desenvolver experiência de forma coletiva algumas delas, outras de semente de milho, outras de adubação verde, enfim, e que teve um papel importante, por que o pessoal produzia a semente de milho e nós conseguia colocar toda a semente de milho. Se desenvolveu, por exemplo, criação de suínos ao ar livre, inicialmente, depois se parou, associações de máquinas, enfim, teve uma série de alternativas que foram sendo trabalhadas.

Outra liderança entrevistada também detalha experiências no município:

Então houve um movimento bastante grande em várias comunidades, resgate de adubação verde, recuperação de solos com plantas de adubação verde, digamos assim, adubação verde que é que nem a avicá, mucuna. Por que isso procura a sustentabilidade da agricultura familiar, fazer com que o agricultor ele consiga também na produção ter sua independência, desde melhorar o solo, ter uma produção melhor, com isso, diminuir o custo. (Liderança C. T.).

O auge destas associações se deu no início dos anos 90. Assim,

[...] chegou num momento em que nós estávamos com 32 associações que vinham num processo de discussão sobre a agricultura. Eram 320 famílias que participavam deste debate (Liderança I. V.).

Na Figura 3 pode-se observar a realização de colheita coletiva de sementes de milho em uma associação de cooperação agrícola, no princípio dos anos 90.



Figura 3 - Colheita coletiva de milho para semente em uma associação de cooperação agrícola de Constantina.

Fonte: Acervo da família Picolotto.

Outras frentes de atuação do Sindicato referem-se a lutas e ações conduzidas nas áreas da saúde e da assistência técnica.

As lideranças relatam que o Sindicato envolveu-se na mudança das condições do sistema de assistência à saúde no município. Conforme Liderança I.V: “A estrutura que existia aqui era um posto de saúde que o estado mantinha, o município não fazia nenhum tipo de atendimento”. Havia também o Hospital São Rafael, no distrito do Engenho Velho (um pouco longe da sede), que era vinculado ao Sindicato. As ações do Sindicato foram diversas, buscando maior comprometimento do município na oferta de serviços da saúde. Segundo relato:

Foi aí [após a conquista do STR] então que nós no início bancamos o trabalho de profissionais fizessem atendimento público dentro do Sindicato. Inclusive os dois primeiros salários de todos os profissionais foi nós que bancamos. A partir do terceiro mês nós fizemos com que o município criasse um local, pra fazer estes médicos trabalhar e que atendessem via município. Isso se deu em 1987. Se criou, nessa época, também uma Comissão Municipal de Saúde que passou a propor políticas pra essa área. (Liderança I.V.).

Outra ação foi a desvinculação do Hospital (São Rafael) do Sindicato, visando, com isso, que este se tornasse uma entidade autônoma, com uma diretoria dos próprios sócios. Com essa medida se conseguiu um enquadramento na

condição de entidade filantrópica e estabeleceram-se convênios com o SUS (Sistema Único de Saúde), melhorando as possibilidades de atendimento aos associados e à população em geral.

No que se refere à assistência técnica, apesar do relativo desenvolvimento da modernização da agricultura no município, até o ano de 1988 não existia nenhuma estrutura de prestação deste serviço público no município¹⁹¹. Os agricultores (principalmente os pequenos) ficavam relegados ao abandono ou recebiam somente orientação das empresas ou cooperativas tradicionais. Diante desta situação, o Sindicato passa a buscar formas de proporcionar acompanhamento técnico aos agricultores, na medida que contrata um técnico agrícola para trabalhar com a agricultura alternativa e passa a fazer parcerias freqüentes com o CETAP, para trabalhos de assessoramento à agricultura alternativa no município. Aliado a isso, a partir de 1988, o município criou uma Secretaria Municipal de Agricultura que passou a trabalhar com assistência técnica e, em 1990, foi montado um escritório da EMATER¹⁹² em Constantina.

4.2.4. Identidade, projeto e estratégia

Tendo em vista as articulações estabelecidas com os demais movimentos e a própria incipiência da organização local, segundo as informações das entrevistas com as lideranças, até o final da década de 80 o movimento dos agricultores de Constantina, ainda encontrava algumas dificuldades na definição de uma identidade. Sua autodefinição acontecia de maneira genérica e diluída em várias categorias, pois fazia parte ao mesmo tempo do “povo excluído”, do “movimento popular”, eram “colonos”, “pequenos agricultores” e “trabalhadores rurais”, “mulheres rurais”, “sem-terras”. A diluição de identidades é destacada pela Liderança I. V.:

Bom, na época [lutas iniciais] por nós ter tido toda uma discussão inicial que quem nos assessorou, com base sindical, foi a CUT, então nos era um ator social do movimento sindical da CUT. E, também, assim, com influência muito forte da Igreja, certo. [...] com uma proximidade, então, assim, com o movimento de mulheres, com o movimento dos sem terra, com alguns intelectuais aqui da região [...].

¹⁹¹ Segundo informações levantadas na Prefeitura Municipal de Constantina, somente a partir de 1988 o município passou a ter uma Secretaria de Agricultura, quando passou a contar com o trabalho de dois técnicos agrícolas e um agrônomo.

¹⁹² Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.

A fragmentação de categorias pode ser entendida como fruto do enfraquecimento da categoria social “trabalhador rural”, que era a categoria reconhecida oficialmente e que se organizava nos sindicatos filiados à CONTAG (MEDEIROS, 2001). Por outro lado, este setor social estava imerso em um processo de diferenciação sócio-econômica e suas identidades estavam em um processo de afirmação de diferenças e especificidades. Assim, entende-se que o movimento trabalhava com “identidades de condição” que o aproximava, de um lado, com as lutas gerais dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, por outro lado, ia percebendo sua especificidade identitária na medida que era necessário articular suas demandas (específicas) por políticas públicas e sua auto-afirmação enquanto sujeito autônomo.

Quanto ao adversário do movimento, nessa época, segundo o que foi explorado até este momento, era principalmente a forma de sindicalismo assistencialista que não defendia os interesses dos agricultores e não resolvia seus problemas. Além disso, também fica evidente que o movimento de agricultores se opunha às políticas modernizadoras da agricultura promovidas pelo Estado e ao autoritarismo político que impedia a participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão e por consequência os excluía das políticas; e a Cooperativa tradicional (COTRISAL)¹⁹³ enquanto agente fomentadora local da agricultura especializada. A Liderança I. V., explicita alguns destes elementos, quando foi questionada sobre o opositor do movimento nesta época:

No início o nosso opositor era, na verdade, uma concepção de sindicalismo que tinha, assistencial, e, também, um grupo de pessoas que dominavam o setor da agricultura naquele momento e existia também a COTRISAL.¹⁹⁴

Com relação ao projeto que o movimento almejava construir nessa época estava evidentemente a constituição de um outro modelo de agricultura, e, ao mesmo tempo, existia um forte vínculo com a luta pela construção de uma “nova sociedade”.

Entende-se que a luta em prol de políticas públicas específicas contribuiu, a seu modo, para a tomada de consciência da especificidade do grupo, reforçando a

¹⁹³ O município de Constantina situa-se em área de atuação da Cooperativa Triticola Sarandi Ltda (COTRISAL). Que pode ser caracterizada como uma cooperativa de atuação tradicional, que privilegia a produção em larga escala, produção de *commodities*, entre outras características que Schneider (1984) atribui. De acordo com a definição de Brum (1988, p. 15), ela se caracterizaria como uma das cooperativas de trigo e soja do planalto gaúcho que “[...] foram um dos frutos do processo de modernização conservadora da agricultura na região e se tornaram um dos principais instrumentos para o avanço e expansão do processo modernizador voltado para a agricultura empresarial [...]”.

¹⁹⁴ Cabe salientar que é dado ênfase aos adversários na esfera local, o que pode relacionar-se com a preocupação em tratar de mudanças neste nível.

percepção sobre a importância de um modelo alternativo de organização da produção. Não pode se deixar despercebido que a construção de algumas experiências de agricultura alternativa e de organização da produção se deram em sintonia com as demais entidades da região e, mais especificamente, com o trabalho de assessoria que o CETAP estabelecia. Dessa forma, deve-se ter clareza que a participação em cursos (sindicalismo e CETAP) lhes possibilitou condições de melhor leitura de projeto¹⁹⁵. Com as experiências desenvolvidas buscava-se consolidar um modelo de agricultura diversificada, autônoma e auto-suficiente.

Por outro lado, vale destacar que, nesta época, os movimentos populares rurais (MST, sindicatos vinculados a CUT, atingidos por barragens e o PT) apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era a construção de uma “nova sociedade” e nesse contexto, a disputa do STR aparecia, também, como uma necessidade de colocar este “aparelho” a serviço das **lutas dos trabalhadores** (SCHMITT, 1996).

Nas próprias palavras das lideranças aparecem referências a fatos motivadores de suas ações, demonstrando clara intenção de “engajar-se na luta maior” dos trabalhadores: “Uma coisa que nos influenciou foi o acampamento dos sem-terra na Encruzilhada Natalino e o trabalho de base que eles estavam fazendo aqui na região” (Liderança L. V). Dessa forma, se de um lado, as lutas dos pequenos agricultores em âmbito local e regional buscavam afirmar a especificidade de sua categoria, seus problemas, assumir as direções dos sindicatos, enfim definir uma problemática da categoria e um projeto, de outro lado, a conquista destes “aparelhos” permitia-lhes inserir-se nas lutas maiores de meados da década de 80, onde os movimentos populares e os partidos de esquerda buscavam, primordialmente, a democratização do país e a formação da nova institucionalidade pública, que começava a tomar forma. Com isso buscavam (a maior parte deles), mesmo que de maneira idealista, a mudança do modo de produção capitalista pelo estabelecimento do modo socialista.

Em matéria de relação com o poder instituído, defende-se a tese de que o movimento buscava democratizar as esferas públicas, reivindicando políticas

¹⁹⁵ Dessa forma, é importante mencionar-se que os pequenos agricultores envolveram-se na construção de experiências visando a fundamentação de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, que na década de noventa será estruturado e assumido oficialmente pelas organizações e sindicatos de trabalhadores rurais vinculados a CUT e posteriormente também pela CONTAG (este projeto será apresentado mais adiante junto ao período que ganhara forma estruturada, na década de 90).

públicas para superar alguns pontos de estrangulamento de sua categoria social e, em nível da classe trabalhadora, ajudava a construir a contra-hegemonia popular visando transformar ou construir instituições sob novos alicerces, que, primordialmente, passassem a atender as aspirações dos setores populares.

4.3. A “DIFERENCIAÇÃO” DA LUTA: PELA VIABILIZAÇÃO LOCAL DE UM MODELO “ALTERNATIVO” DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS ANOS 90-95

4.3.1. “Desintensificação” da agricultura e criação de novas estruturas

No início da década de 90, com o advento das políticas chamadas de neoliberais o Estado buscou se retirar de algumas áreas em que até então vinha mantendo atuação. Conforme ressalta Carvalho (2002) criou-se um ambiente desfavorável à reprodução social dos pequenos agricultores na medida em que houve a suspensão de políticas que protegiam a produção agropecuária, suspensão de serviços e do repasse de recursos públicos ao processo produtivo.

Embora viessem sendo desenvolvidos trabalhos com vistas a diversificação da agricultura (diminuição da dependência da produção de soja e do uso de insumos e equipamentos modernos) a maioria dos produtores ainda era dependente do modelo difundido durante a modernização e, por isso, eram afetados desfavoravelmente pela omissão característica do Governo Collor.

Observando-se os dados oficiais sobre a situação da agricultura (principais culturas), estrutura agrária e dinâmica populacional de Constantina, pode-se evidenciar como os elementos da conjuntura influenciaram o setor agrícola.

Observa-se, em primeiro lugar, que as culturas (soja e milho) que detinham a maior parte da área agricultável do município nos anos 70 e 80, diminuem consideravelmente sua participação nos anos 90 – conforme Tabela 5 – indicando uma certa “desaceleração” da modernização.

Tabela 5 - Área utilizada e participação percentual de algumas culturas selecionadas, em Constantina, nos anos de 1985 e 1996.

Anos\Hectares	Soja	Milho	Trigo	Feijão	Área Total culturas	Área Total Município
---------------	------	-------	-------	--------	---------------------	----------------------

1985	21.883	15.634	3.582	1.226	42.325	35.377
% ⁽¹⁾	61,85	44,19	10,13	3,47	119,64	
1996	14.134	9.757	1.896	1.519	27.306	31.363
%	45,06	31,11	6,05	4,84	87,06	

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e 1995/1996.

(1) Os percentuais se referem à participação da área destinada a cultura na área total do município.

Nota: ao ano de 1996 foram agregados os dados do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

A área plantada com soja em 1996 se reduziu cerca de 35% quando comparada com a área plantada em 1985. A área plantada de milho reduziu-se em cerca de 37% em relação a de 1985. A área plantada com trigo também se reduz bastante (mais de 40%). O feijão foi a única cultura, das selecionadas, que passou a ser mais plantado no período (cerca de 20%). A diminuição da área utilizada com lavouras temporárias pode evidenciar certa “desintensificação” da agricultura local¹⁹⁶.

O enfraquecimento da “pequena agricultura” em Constantina pode ser evidenciado também observando-se os dados oficiais sobre o número de estabelecimentos e a área ocupada (apresentados nas Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Evolução da divisão da terra em número de estabelecimentos, no município de Constantina, nos anos de 1985 e 1996.

Ano\ Há	< 1	1-2	2-5	5-10	10-20	20-50	50-100	100-200	TOTAL
1985	30	48	270	797	1.008	462	39	4	2.658
%	1,13	1,81	10,16	29,98	37,92	17,38	1,47	0,15	100
1995/96	13	23	142	431	768	437	43	3	1.860
%	0,70	1,24	7,63	23,17	41,29	23,50	2,31	0,16	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96

Nota: ao ano de 1996 adicionaram-se dados do número de estabelecimentos do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Pela Tabela 6 percebe-se que a entrada da década de 90 caracteriza-se por um processo significativo de concentração de terras, com diminuição no número total de estabelecimentos rurais – redução de 798 estabelecimentos do ano de 1985

¹⁹⁶ De um lado, tal desempenho pode ser reflexo de uma conjuntura desfavorável com desvalorização das principais “*commodities*”, políticas públicas insuficientes e diminuição do pessoal ocupado no setor. Em segundo lugar, pela crise do setor agropecuário que atravessou a década de 80 e entrou na década de 90, inviabilizando muitos pequenos agricultores em função de sua pequena escala de produção de *commodities* e também pela suspensão dos créditos e financiamentos públicos subsidiados. Mas, também se pode supor que os agricultores optaram por diversificar a produção destinando áreas (antes reservadas a soja, o milho e o trigo) para outros cultivos ou criações. Observando-se os dados relativos às culturas permanentes observam-se aumento na área ocupada (entre 1985 e 1996) com: erva-mate (de 1 ha para 11 ha) e laranja (de 0 ha para 103 ha). Também ocorre um aumento significativo na produção de leite: de 5.086 litros em 1985, passa para 10.618 litros em 1996.

a 1996. Todas as classes diminuem o número total de estabelecimentos (com exceção da classe de 50 a 100 ha).

Tabela 7 - Área dos estabelecimentos por grupos de área total, no município de Constantina, nos anos de 1985 e 1996.

Ano\ Ha	< 1	1-2	2-5	5-10	10-20	20-50	50-100	100-200	TOTAL
1985	13	60	849	5.478	13.328	12.772	2.466	411	35.377
%	0,04	0,17	2,40	15,48	37,68	36,10	6,97	1,16	100
1996	07,64	40,79	544,74	3.460,19	11.285,20	12.792,43	2.765,11	467,00	31.363,10
%	0,02	0,13	1,74	11,03	35,98	40,79	8,82	1,49	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96

Nota: ao ano de 1996 adicionaram-se dados da área dos estabelecimentos do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Os dados da Tabela 7 complementam a caracterização da mudança na estrutura agrária apontada anteriormente. Mostram que, em 1996, ocorre redução na participação relativa na área total dos estabelecimentos menores de 20 ha, enquanto ocorre o fenômeno inverso com os estabelecimentos maiores de 20 ha, ou seja, denunciam que ocorre uma perda de área dos estabelecimentos menores de 20 ha em favor dos de tamanho maior.

O fenômeno do êxodo rural, que se iniciou ainda nas décadas precedentes, se intensifica consideravelmente a partir dos anos 80, como se pode observar na Tabela 8 acerca da evolução da população residente no município.

Tabela 8 - População residente no município de Constantina, segundo local de residência, nos anos de 1980, 1991 e 2000.

População	1980	%	1991	%	2000	%
Urbana	3.631	21,32	4.991	33,13	6.259	45,35
Rural	13.403	78,68	10.072	66,87	7.542	54,65
Total	17.034	100	15.063	100	13.801	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Nota: aos anos de 1996 e 2000 incorporou-se a população do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Os dados evidenciam que a população do território de Constantina diminuiu gradativamente desde 1980. Assim, do ano de 1980 até 2000 a população de Constantina residente no meio rural diminuiu em termos absolutos e na sua participação relativa na população total. Há redução de mais de 3.000 moradores no

meio rural de 1980 a 1991, tendência que persiste até 2000. A participação relativa da população rural passou de 78,68% (em 1980) para 66,87% (em 1991) e para 54,65% (em 2000). Ou seja, a população rural diminuiu sua participação na população total do município em torno de 25% em duas décadas. Dessa forma, percebe-se que na medida em que o número de estabelecimentos foi diminuindo a população total também começa se reduzir e a diminuir a proporção da população residente no meio rural¹⁹⁷.

Para persistirem na atividade agropecuária muitos pequenos agricultores (assim como outras categorias sociais) obrigaram-se a buscar alternativas. No caso de Constantina, destaca-se a ação coletiva. Nesse novo contexto de enfraquecimento dos pequenos agricultores e de redução da população rural, colocava-se ao movimento dos pequenos agricultores de Constantina (Sindicato, associações, comunidades, etc.) o desafio de dar continuidade às ações de viabilização da pequena agricultura que vinha desenvolvendo para tentar conter o êxodo rural, considerado excessivo e desintegrador da estrutura da agricultura¹⁹⁸.

Num primeiro momento, o fortalecimento do ideário neoliberal (com as políticas de desobrigação do Estado) contribuiu para a descrença nas táticas das “lutas gerais” e para a crise das estruturas de representação sindical. Neste contexto, e dada à urgência de promover mudanças nas condições objetivas dos agricultores, observa-se relativa secundarização da “luta política” geral e adoção de estratégia de ênfase nas ações locais nos primeiros anos da década de 90. Em Constantina, as iniciativas tomam sentido da continuidade e potencialização das ações de resistência que vinham sendo envidadas no período anterior (através da organização de associações de cooperação agrícola nas comunidades para construção coletiva de alternativas de diversificação da produção e maior autonomia do agricultor). No início da década de 90, estas experiências começavam demonstrar que não eram suficientes para viabilizar os pequenos agricultores. De um lado, ficava evidente que as experiências conseguiram propiciar certa autonomia

¹⁹⁷ Porém, deve-se observar que apesar desta tendência de diminuição crescente da população rural, ela, em 2000, ainda representava aproximadamente 55% da população de Constantina. Número bastante expressivo, se compararmos com o índice de 18,35% da população do Rio Grande do Sul, domiciliada no meio rural (CENSO DEMOGRÁFICO 2000 - IBGE).

¹⁹⁸ De um lado, o êxodo representava a mudança do agricultor para o meio urbano que lhe era estranho e no qual possivelmente seria marginalizado pela sua baixa qualificação enquanto força de trabalho. E de outro lado, o êxodo representava o enfraquecimento tanto da categoria “pequeno agricultor” (pela redução do número de propriedades) quanto do projeto de agricultura alternativa (na medida que as famílias não se viabilizavam).

aos pequenos agricultores no que tange às sementes (mesmo limitadas a algumas culturas, principalmente o milho e adubação verde) e que estas fortaleceram a capacidade de iniciativa e de construção de ações coletivas das comunidades rurais. Mas, de outro lado, estas experiências demonstravam que não conseguiam romper com a dependência dos agricultores às *commodities* e as relações com os agentes da agricultura especializada (como a COTRISAL), pois os agricultores continuavam dependentes da soja como principal fonte de renda. As lideranças entrevistadas destacaram que, no princípio da década de 90, estavam tomando consciência que estas experiências não conseguiram suprir a principal necessidade que a pequena agricultura possuía naquele período: o estrangulamento na renda. Ou seja, fazer as próprias sementes de milho, adubação verde, organizar associações não propiciava o desenvolvimento de fontes alternativas de renda. O que se conseguia era reduzir os custos de produção de algumas culturas que, na maioria das vezes, eram de subsistência. Dessa forma, as principais fontes de renda continuavam sendo o plantio da soja e do trigo (culturas que a adubação verde e a produção de sementes próprias eram de difícil aplicação) e a criação de suínos¹⁹⁹.

Esta situação era identificada como uma forte contradição das ações do movimento e requeria soluções. A direção do Sindicato, observando as limitações das experiências de agricultura alternativa, entendeu que parte dos problemas deviam-se a falta de uma organização para incentivar e escoar a produção alternativa dos agricultores²⁰⁰. Com este diagnóstico, parte-se para a discussão das possibilidades de construção de uma estrutura central, que agregasse as associações e que suprisse estes estrangulamentos. Segundo relato da Liderança I. V.: “[...] nós chegamos a conclusão que deveríamos construir uma estrutura, ou uma central de associações pra desenvolver alguma atividade [alternativa] ou uma cooperativa.” (cogitava-se a possibilidade de formar uma cooperativa que trabalhasse a diversificação de atividades econômicas).

O encaminhamento dado, então, foi a convocação de um seminário para discutir a “pequena produção” e a “questão agrária”. O seminário foi organizado

¹⁹⁹Ou seja, os agricultores ainda ficavam dependentes da renda que provinha da produção de *commodities*, que tinha por principal canal de comercialização a COTRISAL e esta, por sua vez, era identificada como adversária do projeto alternativo de agricultura.

²⁰⁰ O Sindicato já vinha recolhendo a produção de semente de milho e de adubação verde excedentes e comercializando entre os agricultores. Mas, estas ações se mostravam limitadas tanto pela falta de estrutura do Sindicato para ampliar estes canais de comercialização alternativos, quanto pela limitada produção destas sementes pelos agricultores.

pelo STR no ano de 1991 e destaca-se que este evento contou com a participação de cerca de 400 agricultores (conforme Figura 4).



Figura 4 - Foto do “1º Seminário Municipal sobre a Pequena Produção e Questão Agrária no Brasil, realizado em 1991.

Fonte: Arquivo do STR de Constantina.

O Seminário foi concebido como um espaço tanto de questionamento dos rumos que estava tomando a atividade agropecuária, quanto de formulação de alternativas aos problemas vivenciados pela pequena produção no município. No Seminário emergiu a problemática do “leite”, como é atestado:

Em um Seminário que nós fizemos aqui em Constantina sobre o desenvolvimento da agricultura, nós chegamos a conclusão de que nós deveríamos constituir uma cooperativa e que esta cooperativa viesse trabalhar a atividade do leite. (Liderança I.V.).

Aliado a estas constatações dos problemas de renda dos agricultores e a fragmentação das experiências de diversificação houve um elemento conjuntural que influenciou a tomada de decisão de formar uma cooperativa que trabalhasse com a atividade do leite. Segundo relato das lideranças um fator que motivou os pequenos agricultores a fundar uma nova cooperativa foi, segundo a Liderança A. L., a imposição, por parte da cooperativa tradicional (COTRISAL), de uma cota mínima de 50 litros a cada dois dias por produtor, para continuar recolhendo leite. Os produtores de leite do município neste ano (1991) eram 150. Então, segundo

Liderança A.L. “[...] se tira de encaminhamento de se construir um Posto de Recebimento de Leite e se começa a fazer trabalho a campo, sobre adubação verde, pastagens, vaca de leite, criação correta da terneira”.

Neste contexto surge a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (COOPAC), fundada no ano de 1991, como resultado da mobilização dos agricultores familiares do município. Dessa forma, os pequenos agricultores de Constantina buscaram solucionar as limitações das associações criando uma cooperativa de produção que propiciasse suporte, em princípio, para o desenvolvimento da atividade leiteira. Ou seja, buscou-se favorecer uma atividade produtiva que constituísse uma alternativa de renda aos pequenos agricultores.

A viabilização da infra-estrutura inicial da Cooperativa – para começar o recolhimento de leite - deu-se através de uma conjugação de ações e parcerias com o poder público local e estadual, além do voluntarismo dos agricultores interessados na viabilização da atividade leiteira através da COOPAC. A Liderança I. V. comenta como se deu a constituição da estrutura inicial para viabilização do recolhimento do leite:

Então, nós decidimos isso [formar a Cooperativa] no início de 1991 e também nesse momento nós começamos a construir o posto de resfriamento de leite, num contato que fizemos com o governo do estado para que eles colocassem alguns equipamentos. Na época o governo do estado tinha a CORLAC, eles concordaram de colocar os equipamentos, mas nós tínhamos que colocar o terreno e construir a estrutura. E nós na boa vontade, com apoio do Sindicato e algumas negociações na Prefeitura iniciamos, pegamos dinheiro emprestado e construímos o posto de resfriamento de leite e em primeiro de fevereiro de 1993 nós iniciamos com a atividade do leite.

Em 1993 concluiu-se a construção do Posto de Resfriamento de Leite e a Cooperativa começou a operar com 300 produtores de leite o que, segundo Liderança A. L., se deveu ao fato de a COOPAC ter procurado incluir todos os produtores de leite que existiam no município. Como atesta ele próprio: “... aqueles que produziam cinco, dez litros, também entregaram e a COOPAC recebeu”. Isso propiciou um espetacular aumento do número de produtores de 150 para mais de 300 agricultores que passaram a trabalhar com a atividade leiteira comercialmente. A comercialização do leite foi viabilizada através da CORLAC²⁰¹, que garantia o

²⁰¹ A Cooperativa Estadual de Lácteos e Correlatos (CORLAC) que no início das atividades da COOPAC era uma empresa estatal, ainda no final de 1993 foi privatizada, passando ao controle de algumas cooperativas de pequenos agricultores do setor leiteiro. Mesmo com a privatização esta continuou recolhendo e comercializando a produção leiteira das pequenas cooperativas.

escoamento da produção e, com isso, a Cooperativa conseguiu estruturar-se minimamente na atividade. A possibilidade de escoamento garantido e relativo sucesso da ampliação da produção e do número de produtores deu base para um entusiasmo que persistiu até o ano de 1997. Comenta-se que até este ano a atividade ancorou-se bastante na “vontade que se tinha”, no voluntarismo, segundo Liderança A. L.:

Se passou os primeiros anos bem, no quarto ano é que se teve algumas dificuldades por que se quebrou o sistema CORLAC e daí a COOPAC teve que buscar seu próprio caminho e então, ali teve um grande debate dentro da Cooperativa, que foi lá por 97. Então, a COOPAC vinha até ali feito um rolo, só aquela vontade que se tinha, por que não mudou muito, as questões legais, planejamento interno da Cooperativa, tudo isso. (Liderança A. L.).

Este “novo caminho”, segundo relatos, começou com a realização de um planejamento das atividades da Cooperativa para três anos, com assessoramento do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) de Erechim. Dessa forma, segundo as palavras da Liderança A. L.:

Então, em 97 se fez um debate bastante amplo da Cooperativa e foi ali que depois de 97 pra cá que se teve um crescimento bastante grande até 2000, por causa do planejamento e também a COOPAC toma várias decisões de trabalho, na questão legal, na questão orientativa.

Dessa forma, com a crise da CORLAC e a conseqüente perda do canal de comercialização do leite, a COOPAC precisou “buscar seu próprio caminho”, e fez isso através da formação de uma marca própria de leite e do estabelecimento de um escritório na região metropolitana de Porto Alegre, para comercializar sua produção leiteira. Com a realização do planejamento supracitado manifesta-se a intenção de expandir a atuação da Cooperativa a outros produtos da agricultura familiar, buscando viabilizar mais fontes alternativas de renda às famílias. Considerou-se que já estava aberto um canal de comercialização de leite na região metropolitana, e através deste poderia ser viabilizada a comercialização de outros produtos. Do mesmo modo, poderiam ser encontradas outras formas de comercialização como as feiras. Além disso, começa-se a trabalhar com produtos “orgânicos”, tendo em vista a busca de culturas “limpas” e a exploração deste nicho de mercado que se abria. O relato da Liderança A.L. detalha:

E a COOPAC também cria uma marca própria do leite, de 97 pra cá. Entra no mercado, ela não depende mais de ninguém e continua o seu trabalho. Entra o soja orgânico, que é uma experiência bastante importante. E a

COOPAC foi uma das pioneiras da região sobre o soja orgânico, o milho, o trigo.

A COOPAC entra ali na produção familiar, com experiências de feira, a COOPAC começa a participar de feiras em Porto Alegre, pra cá, pra lá, venda de açúcar mascavo, compra dos produtores e vende pra fora, amendoim e pipoca. (Liderança A. L.).

Dessa forma, foram estabelecidas algumas bases político-organizativas locais para a viabilização econômica dos pequenos agricultores, através do rompimento (mesmo que relativo) do círculo vicioso da dependência das cooperativas tradicionais (da produção de trigo e soja).

No entanto, com o fortalecimento da COOPAC não se pode deixar de perceber que as associações de cooperação agrícola e toda a diversidade de experiências que estas desenvolveram passaram a ser colocadas em segundo plano. A Liderança I. V. reconhece isso quando afirma:

Um dos grandes problemas que hoje a gente avalia [...] é que daí todo aquele trabalho da cooperação agrícola se perdeu. Se perdeu aquelas experiências alternativas, por que quem tocava isso antes era eu e o Ideno [técnico agrícola] e nós viemos pra Cooperativa, os que ficaram no Sindicato não conseguiram tocar isso.

Ou seja, o movimento dos agricultores tomou a decisão de construir uma cooperativa que propiciasse principalmente uma nova atividade produtiva (leite) rentável e com isso abriu mão das outras experiências de agricultura alternativa e das organizações de cooperação que eram células relativamente autônomas. Mas, também se deve reconhecer que a COOPAC incentivou a produção de culturas “orgânicas” (principalmente soja e trigo) e outras culturas menores (amendoim, pipoca, cana-de-açúcar, etc.), visando a diversificação da “pequena agricultura”, o que se relaciona diretamente ao fortalecimento da agricultura alternativa que começou com as associações.

Simultaneamente ao relativo fortalecimento das organizações locais, observa-se a paulatina rearticulação das organizações de representação dos agricultores com a unificação da “pauta nacional” (CUT/CONTAG) e a mobilização dos agricultores – trazendo à cena política nacional suas reivindicações. Os “Gritos da Terra” (que ocorrem a partir de 1994) constituem um marco na retomada da “luta nacional” e eles têm participação dos pequenos agricultores de Constantina.

4.3.2. Identidade, projeto e estratégia

Nesta fase de “onda neoliberal” procurou-se dar ênfase para a tendência inicial de voltar-se para “dentro de si” do movimento dos agricultores de Constantina. Este período, como já foi descrito, foi muito rico na medida em que possibilitou a construção de uma identidade de resistência, a de “pequeno agricultor”. Assim, entende-se que os participantes do movimento passaram, cada vez mais, a identificar-se como pequenos agricultores que precisavam organizar e diversificar sua base produtiva para persistirem na atividade, pois a especialização na soja e no trigo não era viável à sua pequena escala de produção. Para conseguirem se manter na atividade os “pequenos” (agricultores) inicialmente acreditavam que era necessário organizar-se em associações de cooperação, diversificar a base produtiva, fazer adubação verde, produzir as próprias sementes, etc. Mas, no princípio dos anos 90 já percebiam que somente estas ações não eram suficientes, era necessário também criar “uma estrutura” para viabilizar alternativas de renda. Entendeu-se que era necessário formar uma cooperativa para viabilizar a atividade leiteira. Esperava-se que essa atividade desse uma renda mensal aos pequenos agricultores.

Seu adversário principal na época, conforme declarado pelos entrevistados, era a COTRISAL. Adversário tendo em vista que, de um lado, era considerada como o representante local da agricultura especializada (que explorava e excluía os pequenos agricultores da atividade) e, de outro lado, por que fazia uso de sua condição hegemônica na região (no domínio das atividades agropecuárias) para procurar inviabilizar o surgimento de novas estruturas. Dessa forma, segundo informações das entrevistas, a COTRISAL representava um risco à cooperativa que estava sendo formada, disputava as bases, fazia um movimento contra-ideológico que levava ao descrédito das ações que estavam sendo tomadas na constituição da nova cooperativa. Em função dessa clara disputa de posições sobre a agricultura com o adversário, o principal projeto do movimento neste período era a construção de um “modelo alternativo de agricultura” baseado em pequenas unidades de produção, diversificadas e não dependentes de insumos externos. Aliado a isso o movimento buscava canais de comercialização para as atividades agropecuárias alternativas incentivadas (como os produtos orgânicos).

Nestes tempos, em que o movimento dos agricultores de Constantina identificava-se com a identidade de “pequeno agricultor”, esta foi útil para o movimento fortalecer sua organização interna e reforçar seu projeto de agricultura alternativa, estruturando uma Cooperativa para fomentar a atividade leiteira e estabelecer canais de comercialização para alguns produtos da pequena agricultura.

No campo das políticas públicas, na primeira metade dos anos noventa os movimentos sociais populares praticamente não obtiveram conquistas. Estes movimentos terão maior sucesso no acesso às políticas públicas no final do período, quando passam a organizar grandes mobilizações nacionais conjugando as principais organizações da pequena agricultura nos chamados “Gritos da Terra”.

Em suma, observou-se, no início da década de 90, por um lado, a retirada do Estado em várias áreas importantes para a sobrevivência dos pequenos agricultores, por outro, o fortalecimento dos movimentos sociais (sociedade civil), do poder local e da conjugação de esforços dos atores na elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, o que promoverá a conquista de novas políticas públicas (no período seguinte).

4.4. A LUTA E A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (1996-2005)

A conjuntura política, neste período, melhora consideravelmente para o setor da agricultura familiar. De um lado, os movimentos sociais deste setor social conseguem articular-se a nível regional e nacional, o que possibilita melhoras nas negociações de políticas com o Estado e, de outro lado, setores estatais têm estruturado políticas públicas de estímulo à agricultura familiar.

No período que transcorre de meados da década de 90 aos dias atuais, o movimento dos agricultores em Constantina persiste apresentando diferentes ênfases na sua atuação, variando conforme a sua dinâmica interna e a conjuntura sóciopolítica que se insere.

Considera-se que convém distinguir três momentos: um primeiro momento em que a ênfase é simultaneamente reivindicatória e de viabilização dos agricultores familiares através de ações locais, um segundo momento em que a ênfase se dá na

busca de formas adequadas de “articulação” com o Estado para viabilizar o acesso e operacionalização das políticas públicas e um terceiro momento onde predominam as “adaptações” à conjuntura de disputa de identidade e projeto com outros atores sociais da agricultura. Após a exposição destes três momentos, segue a discussão da questão da identidade, projeto e estratégia.

4.4.1. A retomada da “reivindicação” e a consecução das ações de viabilização da agricultura familiar local

A partir da metade dos anos 90 a condição de isolamento político da pequena agricultura começa a se alterar, quer seja pela articulação eficiente das principais organizações representativas gerais a nível nacional, quer seja pelo estabelecimento de negociações com o governo federal e o reconhecimento oficial da agricultura familiar como um segmento social que seria contemplado com políticas específicas. Vive-se um clima de retomada da mobilização regional e nacional.

Assim, o movimento integra-se às mobilizações chamadas pela CUT e pela CONTAG (“Gritos da Terra”), em meados dos anos 90. Outro fato destacado da mobilização dos agricultores refere-se a criação do MPA. Em 1996 as organizações e os agricultores do município participaram das mobilizações que deram origem ao MPA. Na região do Alto Uruguai ocorreu a mobilização “ponta de lança” deste Movimento, ao se formar, em janeiro de 1996, um acampamento às margens da BR 386 (que liga Seberi à Porto Alegre), no município de Sarandi. A participação dos agricultores de Constantina nas mobilizações repercutiu na necessidade de posicionamento diante da nova organização e das já existentes (pois ocorria um “racha”). Segundo relato da Liderança B. Z., até os anos de 1997-1998, os agricultores de Constantina teriam ficado em dúvida quanto a melhor opção organizativa e, em função disso, teriam participado durante este período tanto da formação do MPA, quanto das reuniões organizativas do DETR-RS/CUT. Mas, posteriormente, segundo a Liderança B. Z.:

Em 1998 ficou mais claro que o MPA era tendenciado a fazer uma política próxima do MST. Claro que hoje mudou bastante. Mas, na época nós achamos que nós não estávamos contemplados dentro desta política [...] por isso nós demos continuidade no Departamento Rural da CUT [...] ficou uns dois, três anos até 98 aí, eu diria meio que se namorando, participa pra

cá, pra lá, participa dos dois e tal. Por que não era uma briga pessoal, era uma briga de projeto, sadia.

A formação do MPA na região do Alto Uruguai implicou na divisão dos sindicatos vinculados ao Departamento Rural da CUT. Assim, enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram organizar-se em uma organização (movimento social) mais flexível e dinâmica que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista). Ambos, inicialmente, perseguem um projeto em favor da agricultura familiar, mas diferem no que se refere à forma de luta e a relação com os governos.

A participação nas mobilizações sociais se fez sem perder de vista o trabalho de fortalecimento da agricultura local. Neste momento, colocou-se ao movimento de Constantina o desafio de consolidar as organizações criadas ao nível local para viabilizar a agricultura familiar (associações, COOPAC) e ampliar seu alcance.

No que se refere ao fortalecimento das iniciativas de afirmação da agricultura familiar a nível local, neste período, houve avanços importantes na reorganização do papel da cooperativa de produção. Nesse sentido, a COOPAC continuou o esforço em prol do fortalecimento da produção leiteira, diversificação da produção agropecuária e observa-se um aumento do interesse na viabilização da “transição agroecológica” com a produção diferenciada para nichos de mercado.

Segundo Abramovay (2001), com as experiências iniciais de valorização da produção leiteira e principalmente dos produtores de leite, a COOPAC passou a contribuir consideravelmente com a dinamização da economia leiteira do município, visto que de 300 produtores em 1993, os produtores de leite do município saltaram para mais de 600, em 2001 e a produção de leite passou de 1.500 litros diários, em 1993, para 35 mil litros/dia em 2001 (ABRAMOVAY, 2001, p. 02). Além do aumento do volume produzido, segundo Abramovay (2001, p.02), “o preço ao produtor aumentou, já que os grandes grupos privados e as cooperativas tradicionais da região encontraram um concorrente voltado explicitamente a elevar a renda do produtor”.

No que se refere às demais iniciativas de apoio à diversificação da produção salienta-se a inovadora experiência de exploração do nicho de mercado da “soja

orgânica”. Em 1998 deu-se início a um programa pioneiro de produção de “soja orgânica” com 28 produtores, em uma área de 53 hectares. Em 1999 ampliou-se a iniciativa de produção desta soja para 165 produtores (de Constantina e outros municípios vizinhos), tendo-se alcançado uma área plantada de 450 hectares. A maior parte da “soja orgânica” foi certificada pelo IBD (Instituto Biodinâmico de São Paulo) e exportada para a Europa e a Ásia a um preço de US\$ 15,00 por saca, enquanto que o preço da soja convencional era de US\$ 9,60 por saca (BROSE, 2000, p. 198).

Além destas ações no fortalecimento da atividade leiteira e a introdução da “soja orgânica” no município, a COOPAC, segundo Brose (2000, p.199), passou a incentivar a produção e viabilizar a comercialização do “trigo agroecológico”, amendoim, sementes de milho, açúcar mascavo, feijão, conservas artesanais e promover “[...] a reintrodução de parreiras nas propriedades, que nos anos 70 e 80 haviam sido arrancadas para dar lugar à soja”.

Esse aporte institucional e incentivo à diversificação da produção que a Cooperativa proporcionou, segundo a Liderança A. L., criou condições básicas para fortalecer a agricultura familiar pela diversificação das atividades produtivas promotoras de renda. Em suas palavras:

Então, o agricultor começou a fazer açúcar, a plantar amendoim, pipoca, para vender pra COOPAC, a *noz pecã* ajuntá no chão e vender pra COOPAC. E daí cria debate da agricultura familiar e eu acho que este momento foi bastante rico. Bastante rico por que a COOPAC dá a cara da agricultura familiar.

Ou seja, segundo estas afirmações percebe-se a importância que foi atribuída às iniciativas promotoras de renda propiciadas pela COOPAC e a conseqüente valorização dos produtos da agricultura familiar.

4.4.2. Articulação com o Estado, acesso e operacionalização das políticas públicas

Uma série de mudanças na conjuntura (apresentadas no Capítulo anterior) criaram um ambiente mais favorável ao atendimento das demandas dos agricultores.

Em meados dos anos 90, o governo federal lança algumas políticas de apoio ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar, conduzidas sob uma nova institucionalidade (que prevê maior participação das organizações dos produtores). No município de Constantina, a partir deste período, o movimento dos agricultores passou a visualizar no Estado um potencial aliado no fortalecimento da agricultura familiar, através da disposição de políticas públicas. De certo modo, o movimento em Constantina tendeu a articular-se para ocupação de espaços políticos, como forma de possibilitar maiores avanços na luta que assumiu (viabilização da agricultura familiar).

Tal situação repercute sobre as organizações dos agricultores que passam a buscar formas de aumentar acesso a estas políticas e participar na sua formulação e implementação. Por outro lado, cabe destacar que o processo de democratização e a criação de novos atores políticos possibilitaram que, a partir do final dos anos 90, houvesse o aumento significativo de conquistas de espaços institucionais importantes pelo campo identificado com os movimentos que lutavam pela representação dos setores populares dentro da institucionalidade estabelecida. Isso se verificou, no caso de Constantina, na articulação através do PT para disputa do governo municipal e no desenvolvimento da tática de eleger representantes dos movimentos ao legislativo local, estadual e nacional²⁰². Alguns quadros destes movimentos assumiram cargos nas administrações, fazendo com que o projeto dos movimentos sociais ganhasse certo respaldo institucional.

A participação direta de representantes dos movimentos nas administrações públicas se fez em diversas ocasiões. O campo político chamado de “Frente Popular” (liderado pelo PT) conquistou em 1998 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2000 a Prefeitura de Constantina, em 2002 a Presidência da República e, em 2004 a reeleição da Prefeitura de Constantina. Destaca-se a participação de representantes do movimento dos agricultores no âmbito do governo do estado do Rio Grande do Sul, no governo Olívio Dutra.²⁰³ Com esta participação na administração estadual passaram a ser criadas condições favoráveis aos movimentos e foram gestadas políticas voltadas ao desenvolvimento das

²⁰² Os movimentos populares rurais no Rio Grande do Sul têm conseguido articular candidaturas unificadas a vereador e deputado estadual e federal. O êxito destas candidaturas, segundo informações levantadas, é praticamente uma constante e os eleitos, por sua vez, representam os interesses dos movimentos nos respectivos parlamentos.

²⁰³ Este Governo (1999-2002) autodenominava-se de “democrático e popular”, por ser formado de uma Frente de partidos de esquerda (PT, PSB, PCdoB).

potencialidades locais, privilegiando-se como beneficiários os atores populares que já tinham atuação junto aos públicos marginalizados (dentre eles o MST, MPA, MAB, MMTR, o sindicalismo cutista, entre outros.). Dentre as políticas para este segmento destacam-se: a instalação e qualificação de agroindústrias de pequeno porte; o fomento a experiências de economia popular solidária; a reordenação fundiária (em áreas indígenas); a reforma da estrutura agrária (com assentamentos de sem-terras); o seguro agrícola a algumas culturas da agricultura familiar; o programa de moradia rural; a educação de jovens e adultos (que teve forte ênfase entre os trabalhadores rurais); os terminais de comercialização; o incentivo à produção agroecológica (e orgânica) ao passo que também foi proibido o cultivo da soja transgênica; entre outras. Aparentemente os movimentos e a administração popular buscaram articular um sentido para estas novas políticas no projeto de viabilização da agricultura familiar, através dos elementos já definidos nos períodos anteriores. Ou seja, estabeleceram-se políticas para viabilizar ou fortalecer os projetos ensejados pelos movimentos sociais.

Destaca-se que as “lideranças” que assumem postos no Estado propuseram-se a implementar um processo de participação na gestão pública. Com vistas a isso “convidaram” os atores populares a participarem dos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Esta participação nas administrações estatais proporcionou a democratização e apropriação de algumas instâncias do Estado, por parte dos movimentos sociais e outros atores. Exemplos característicos deste tipo de relação do Estado com a sociedade civil são: o Orçamento Participativo (OP)²⁰⁴, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento

²⁰⁴ O Orçamento Participativo (OP) foi uma política implementada inicialmente na Prefeitura de Porto Alegre, no princípio dos anos 90, posteriormente expandiu-se como uma política de participação popular característica das administrações petistas (PT) a um grande número de administrações municipais do RS e de outros estados. Basicamente caracteriza-se pela realização de reuniões locais (nas comunidades, vilas, bairros, etc.) com participação aberta, para definição de prioridades de investimento público. A partir do ano de 1999 esta política de participação popular passou a ser implementada pelo Governo do Estado em todo RS.

(COREDES)²⁰⁵, os conselhos setoriais (como os Conselhos Municipais Agropecuários)²⁰⁶, os Conselhos de Segurança Alimentar²⁰⁷, entre outros.

Alguns destes canais foram abertos pelas instâncias estatais, também em nível federal, sendo que variam os níveis de participação efetiva dos atores sociais e as possibilidades reais que a sociedade civil tem de efetivamente interferir nas decisões públicas. Os depoimentos colhidos a campo referem-se a disposição dos agricultores de Constantina de participar na criação de políticas públicas para a agricultura familiar. A Liderança C. T. demonstra seu entusiasmo com esta nova fase de diálogo com o Estado referindo-se à participação nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais:

A gente tem enquanto movimento a participação também nos conselhos. Se nós pegar aí o Crédito Fundiário, por exemplo, hoje as entidades têm pessoas que fazem parte destes conselhos pra discutir, bom, qual vai ser a política de crédito fundiário, desde a parte burocrática, a documentação, a forma de organização como que anda os projetos, por aonde que passa os projetos. Isso tudo a gente tem conseguido ter acesso.

Do mesmo modo, avalia positivamente esta participação:

[...] os programas eram muito fechados. O governo mandava e pronto, tá aí. Então, isso vem facilitando com que aos poucos a gente possa, com base nessas intervenções, ir melhorando os programas, apresentando propostas, sugestões e mostrando que do jeito que tá não é o melhor pro agricultor. Por que nem sempre quem acaba fazendo os projetos conhece o dia-a-dia do agricultor familiar. Então, esta participação dos movimentos, das entidades tem favorecido um pouco a melhoria destas políticas públicas.

Neste contexto, foram criadas e implementadas diversas políticas públicas de apoio à agricultura familiar e estas passaram a serem acessadas pelos agricultores de Constantina. Os depoimentos colhidos a campo revelam a

²⁰⁵ Os COREDES são áreas que abrangem alguns municípios circunvizinhos e com similitudes tanto físico-geográficas, quanto econômicas e sociais. Estes Conselhos possibilitam a participação das várias expressões de organizações sociais e políticas na definição de políticas comuns. Foram implementados ainda na primeira metade dos anos 90 visando promover estratégias de desenvolvimento coordenadas regionalmente.

²⁰⁶ Os Conselhos Municipais Agropecuários são órgãos representativos do setor agropecuário, constituídos por membros da administração municipal, das organizações representativa do campo e por agricultores. Estes Conselhos passaram a serem incentivados a partir de meados dos anos noventa no RS, na medida que também passou a ser exigida a sua constituição para que os municípios pudessem acessar algumas políticas públicas. Muitos destes Conselhos reproduzem práticas fisiológicas, mas outros quando as administrações municipais mostraram-se mais abertas a participação dos atores sociais e/ou existe forte intervenção de movimentos sociais, este instrumento transforma-se em uma forma de estabelecer políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades locais.

²⁰⁷ Conselho criado basicamente para gerenciar o Programa Fome Zero em nível de município e outras políticas relacionadas a segurança alimentar local.

diversidade de políticas que os agricultores do município podem acessar ou são beneficiados indiretamente – conforme Quadro 1.

Período /políticas públicas	Federal	Estadual	Municipal	Sindicato/Organizações da Agricultura Familiar
1996-1998 Direitos sociais Produção Infra-estrutura	Previdência Rural Salário Maternidade PROAGRO PRONAF (investimento e custeio)	Troca-troca de sementes	 Manutenção de estradas	 Assistência técnica COOPAC (fomento produção leiteira e produção orgânica) CRESOL (acesso crédito)
1999-2005 Direitos sociais Acesso a Terra Habitação Rural Produção Segurança Alimentar Infra-estrutura	Previdência Rural Salário Maternidade Programa Saúde da Família Terra Solidária Projeto Todas as Letras Crédito Fundiário Nossa Primeira Terra Programa Social de Habitação (reforma e construção) PROAGRO PRONAF (investimento, custeio, agroindústria, turismo, jovem, mulher, etc.) Seguro Agrícola Fome Zero	Educação de Jovens e Adultos (EJA) Alfabetiza Rio Grande Reordenação Fundiária (área indígena) Programa de Habitação Pró-rural RS-Rural (quatro comunidades) RS-rural especial Troca-troca de sementes Qualificação das Agroindústrias	Plantão médico 24 horas Incentivo a Fruticultura Patrulha Agrícola Máquinas de plantio direto tração animal Assistência técnica (específica) Incentivos a culturas de subsistência Telefonia Rural Manutenção estradas	 Associação de Jovens rurais COPERHAF e CRESOL (acesso aos subsídios e crédito) Assistência técnica COOPAC (fomento produção leiteira e produção orgânica) CRESOL (acesso crédito) Feira de comercialização direta Formação de Agroindústrias (COOPERAC)

Quadro 1 - Políticas públicas que beneficiam os agricultores familiares em Constantina (1996-2005).
Fonte: Pesquisa de Campo junto às organizações da agricultura familiar e a Prefeitura de Constantina

O Quadro 1 evidencia a conjuntura relativamente favorável à concretização dos interesses da agricultura familiar tanto ao nível local, quanto estadual e federal. Salienta-se, também, o destaque que as políticas para este segmento recebem ao final da década de 90 e início do século XXI.

Como já se destacou anteriormente, a primeira política pública específica ao fortalecimento da agricultura familiar foi o PRONAF, instituído pelo governo federal a partir de 1996. Esta política encontrou ampla receptividade no setor da “pequena

agricultura”²⁰⁸. Isso se deu basicamente devido a compreensão de que dentro da grande meta de viabilização econômica da agricultura familiar, o crédito (subsidiado) tem papel central.

Segundo a interpretação de Santos (2001, p. 89)²⁰⁹ “O **PRONAF** [...] materializa a luta dos Agricultores Familiares, que passam a ser assim denominados, o que significa também o avanço do reconhecimento, de cidadania.”²¹⁰. Mas, apesar de reconhecer que esta política pública oficializou a denominação da agricultura familiar e propiciou avanços no reconhecimento da cidadania, este autor não deixa de mencionar algumas insatisfações:

O PRONAF não constitui-se, ainda, em um programa do Estado brasileiro para o desenvolvimento da agricultura. Ainda possui o contorno de política de combate à pobreza no meio rural, afirmação que justifica-se frente ao descaso e o volume de recursos cada vez menor, nos prazos para liberação que somente favorecem a especulação financeira e as altas taxas de juros cobradas, sistematicamente acima da inflação oficial, penalizando um setor estratégico da economia, a agricultura familiar, que produz arcando com todos os riscos e os custos de produção dolarizados. O PRONAF ainda é um crédito que, segundo os próprios agricultores, **chega tarde, é pouco, exclui os pobres, e é caro**. (SANTOS, 2001, p. 92). (grifos do autor)

Ou seja, a passagem supracitada mostra-se convincente para explicar a postura dos agricultores familiares frente a esta política pública. Entusiasmaram-se, passaram a acessar estes recursos e a lutar pela melhoria das condições desta política pública. O aprimoramento desta política tornou-se uma pauta central. Segundo as palavras da Liderança B. Z. foi com a criação do PRONAF que se “marcou” o que viria a ser a agricultura familiar:

Em 94-95 com as lutas feitas [...] se criou o diferencial que **nós começamos a marcar a agricultura familiar que foi com a criação do PRONAF**. O PRONAF hoje é a agricultura familiar. Então, eu diria que ali que começou a se diferenciar e a agricultura familiar ganha força. [...] Se

²⁰⁸ Os assentados de reforma agrária ligados ao MST, mantiveram algumas discordâncias, pois perderam em 1999 o programa específico de crédito (PROCERA) que era mantido em seu benefício. Com isso foram incorporados como uma categoria do PRONAF.

²⁰⁹ Material publicado no Caderno 12 do Projeto Terra Solidária da FETRAF/CUT.

²¹⁰ Grifos do autor.

não se tivesse criado o PRONAF, com subsídio, tanto o custeio quanto o investimento, olha eu não imaginaria o que seria da agricultura.

Em 1997, após as primeiras experiências de acesso dos recursos do PRONAF (programa que começou a vigorar em 1996), o movimento dos agricultores familiares de Constantina faz a constatação de que o sistema bancário possuía demasiadas restrições e entraves burocráticos que dificultavam o acesso ao crédito. A partir disso, os dirigentes do STR e da COOPAC tomam a iniciativa de buscar soluções para facilitar o acesso aos recursos desta política pública. Assim,

[...] se tomou a iniciativa de a direção do Sindicato e da Cooperativa visitar experiências em cooperativas de crédito aí por 97, 98, aonde em 98 é implantado o sistema Cresol aqui em Constantina (a primeira do estado do Rio Grande do Sul) justamente por esta necessidade na questão do crédito (Liderança C.T.).

Em 1998, através de uma ação coordenada entre o STR e a COOPAC, foi formada, a nível local, uma cooperativa CRESOL²¹¹ (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária), visando facilitar o acesso dos agricultores familiares aos recursos públicos. Esse aspecto é reconhecido por Kuhn (2004), que acrescenta que esta Cooperativa foi criada para incluir os agricultores mais fragilizados, que estavam excluídos do sistema bancário oficial. E, ainda, segundo esta mesma autora, a CRESOL de Constantina, em 2002, contava com um quadro social de 1.420 associados no município. “Desses agricultores, 70% não tinha acesso a bancos ou à conta bancária, dessa forma, sem acesso aos recursos do Pronaf. O Sistema Cresol surgiu na tentativa de operacionalizar o acesso destes agricultores a esses recursos.” (KUHN, 2004, p. 83-84).

²¹¹ Segundo Bittencourt e Abramovay (2000, p. 8-9): “O Sistema Cresol surgiu como desdobramento dos fundos rotativos, criados a partir de 1988 para atender os agricultores familiares e assentados das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná. Estes fundos eram administrados por organizações vinculadas ou originárias do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e funcionavam com recursos oriundos de entidades internacionais de apoio a Organizações Não Governamentais. [...] No início dos anos noventa, com o surgimento de programas oficiais de financiamento para a agricultura familiar (Provap em 1994 e Pronaf em 1995), resultantes do movimento ‘Grito da Terra Brasil’, as propostas do cooperativismo de crédito tiveram um novo impulso. Apesar da conquista dos programas, os recursos de crédito ainda chegavam com dificuldade até os agricultores, devido aos entraves burocráticos, operacionais e técnicos dos bancos (Bittencourt, 1999). A existência de fundos públicos voltados especificamente à agricultura familiar reforçava a necessidade de organização de um sistema confiável aos olhos de seus participantes, mas que pudesse manter relações estáveis com as próprias agências responsáveis pelas políticas públicas. Em junho de 1995 foi criada a primeira Cresol, sendo organizadas, logo em seguida, mais quatro cooperativas.” Este modelo de cooperativa de crédito logo se expandiu para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente, onde já existiam sindicatos (ou outras organizações) identificados com o Departamento Rural da CUT e posteriormente com a FETRAF-Sul.

A estrutura de funcionamento da CRESOL buscou desde o início se adequar às necessidades e as pretensões dos associados. Levando isso em consideração, conforme Kuhn (2004), a Cooperativa tem buscado manter relações próximas e valorizar relações de confiança com os associados, diferenciando-se das relações impessoais dos bancos tradicionais. Essas características são destacadas pela Liderança C.T.:

Hoje, ela [CRESOL] tem um bom volume, deu um salto muito grande, por que facilita, o agricultor vem aí e se sente em casa, então é uma relação bastante próxima que hoje os bancos deixam a desejar nesse sentido. O banco tradicional procura trabalhar com caixa eletrônico, o agricultor não tem muita aquela percepção de trabalhar, não tem muito movimento em sua conta. Então, a pessoa ou o dirigente que faz este trabalho, faz ele se sentir mais valorizado.

A importância da fundação desta unidade da CRESOL para o fortalecimento da agricultura familiar do município também é ressaltada por Abramovay (2001). Segundo este autor, o sistema de crédito possibilitou a Constantina tornar-se um dos municípios gaúchos com maiores índices de acesso aos recursos do PRONAF²¹². Os dados de acesso dos recursos do Programa (número de contratos e montante repassado) em Constantina são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Número de contratos e montante de recursos do PRONAF destinados ao município de Constantina (2000-2004).

Anos	Contratos	Montante (R\$)
2000	2.577	4.411.411,61
2001	2.249	3.867.167,92
2002	2.574	6.510.851,06
2003	2.274	6.734.946,17
2004	2.682	9.505.250,93

Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Nota: a partir de 2002 foram agregados dados do município de Novo Xingú, emancipado de Constantina em 2001, mas que só passa a constar como unidade autônoma no banco de dados do PRONAF a partir de 2002.

Na Figura 3 pode-se observar a evolução do número de contratos de acesso ao PRONAF em Constantina.

²¹² Segundo Abramovay (2001) a CRESOL tem facilitado o acesso aos recursos do PRONAF e em função da ação desta cooperativa “Desde 1997, Constantina é o município do Rio Grande do Sul com maior uso de créditos do PRONAF que chega a 98% dos agricultores. Isso tornou-se possível pelo fato de existirem no município 135 pequenos grupos de agricultores que oferecem ao agente financeiro aval solidário na concessão dos empréstimos.” (2001, p. 02)

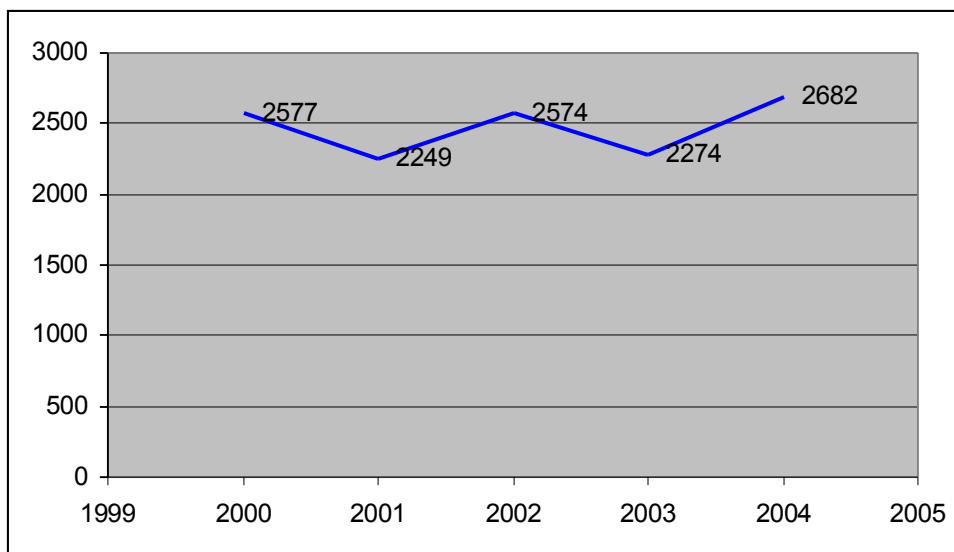


Figura 3 - Evolução do número de contratos do PRONAF feitos pelos agricultores de Constantina (2000-2004).

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

Pode-se perceber que o número de contratos varia entre 2.249 e 2.682 sem se identificar clara tendência de aumento ou diminuição no número de contratos. Os dados relativos ao montante de recurso acessado pelos agricultores do município, por sua vez, (conforme Figura 4) demonstram clara tendência de ascensão.

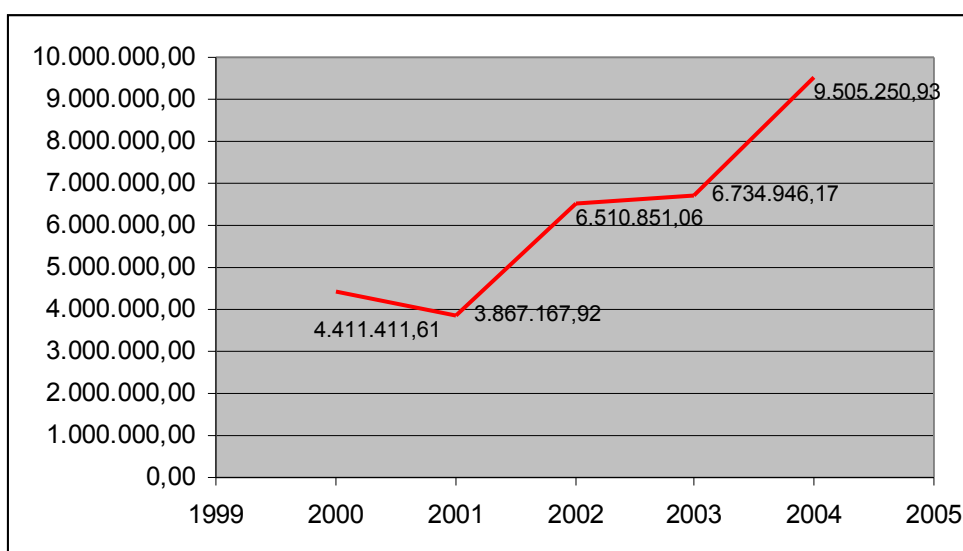


Figura 4 - Evolução do montante de recursos do PRONAF acessado pelos agricultores de Constantina (2000-2004).

Fonte: BACEN, BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Os dados apontam que, a partir do ano de 2001, ocorre uma tendência de aumento constante no volume total de recursos liberados (incluindo diferentes modalidades de crédito) até o último ano que se tem dados computados (2004). Este

crescimento de R\$ 5,6 milhões no montante de recurso acessado pelos agricultores familiares entre os anos de 2001 e 2004 é espetacular e representa não só um aumento do número de agricultores beneficiados, pois como se mostrou na Figura 3, o número de contratos não cresceu na mesma proporção, mas indica um aumento do montante de recursos destinados a cada unidade de produção. Se fizer a média dos recursos liberados por contrato verifica-se que passou de R\$ 1.711, em 2000, para R\$ 3.544, no ano de 2004. Ou seja, neste período o valor médio dos contratos de PRONAF mais de que dobrou. Ao cruzarem-se os dados sobre o número de estabelecimentos do município – que somavam 1.860, em 1996 – com o número total de acesso em 2004, que perfaz 2.682, constata-se que existem 822 contratos a mais do que o número de estabelecimentos. Isso indica que um grande número de estabelecimentos acessa mais de uma modalidade deste Programa.

Entende-se que o PRONAF mostrou-se como política oportuna na medida em que possibilitou o custeio das lavouras modernizadas (soja e milho), ainda de relevância para a manutenção dos agricultores da região e, ao mesmo tempo, possibilitou acesso a recursos àqueles que queriam diversificar a matriz produtiva (com aumento da produção de leite ou produtos orgânicos), especialmente por meio do PRONAF-Investimento. No caso do PRONAF-Investimento, segundo a análise de Kuhn (2004), pode-se destacar que os principais destinos destes recursos acessados em 2002 foram para: incrementos na atividade leiteira; produção de subsistência; produção agroecológica; aquisição de implemento agrícola. Ou seja, os principais destinos dos recursos acessados pelo PRONAF-Investimento vão ao encontro das principais atividades incentivadas pelas organizações da agricultura familiar do município.

No referente à estratégia de diversificação da produção verifica-se, neste período, uma relativa reorientação de foco. Segundo Liderança A. L., a partir do ano de 2000, começou-se a ter problemas na produção da “soja orgânica” devido a dificuldades de mercado e a introdução de variedades de soja transgênica no município, que passaram a competir com a “orgânica” em rentabilidade e contaminaram algumas áreas de cultivo orgânico. Neste contexto visualizou-se que a agroindustrialização poderia constituir-se em alternativa para agregação de valor à produção diversificada. A ênfase na estratégia de agroindustrialização pode ser reflexo do sucesso relativo desta prática desenvolvida por agricultores familiares no oeste de Estado de Santa Catarina e o apoio oferecido pelos governos estaduais e

federal para este fim. Tal avaliação, possivelmente, aumentou o interesse dos movimentos pelo acesso às políticas públicas de fomento à agroindustrialização.

Uma das ênfases da política do Governo Olívio Dutra foi o incentivo à formação e a qualificação de agroindústrias familiares. Estes programas incluíam: capacitação de agricultores, financiamentos para melhorias e construção de pequenas agroindústrias, formação de uma rede estadual de economia popular solidária visando a cooperação e comercialização conjunta, e criação de um selo de qualidade para os produtos desta rede (“Sabor Gaúcho”). Em Constantina com o acesso a estas políticas estaduais foram formadas algumas pequenas agroindústrias coletivas, principalmente com os grupos remanescentes das antigas associações de cooperação agrícola do final da década de 80. Estes grupos receberam principalmente cursos de capacitação do Estado e alguns deram início a atividade de processamento de matérias-primas de suas propriedades. Mas, no entanto, com o fim do referido governo (2002) estas políticas deixaram de ser prioritárias e os agricultores agroindustrializadores deixaram de contar com o suporte do governo do estado para estruturarem ou consolidarem suas pequenas agroindústrias.

Frente a este contexto, ao nível local buscou-se gerar alternativas a essa deficiência. Cabe reconhecer, inicialmente, que a prefeitura de Constantina, vinha apoiando, desde o ano de 2000, a constituição das agroindústrias familiares e, em função disso, passou a auxiliar mais as agroindústrias quando estas perderam o apoio estadual. Buscou-se também assegurar os financiamentos para construção de infra-estrutura e para aquisição de máquinas através da CRESOL. Ou seja, o movimento dos agricultores familiares utilizou-se não só das políticas públicas favoráveis para viabilizar estes empreendimentos, mas também fez uso de suas organizações (CRESOL) para propiciar a instalação ou a consolidação destes empreendimentos. Assim, foi possível que, neste período, fossem formadas várias pequenas agroindústrias no município (em 2005 existiam 11 agroindústrias).

Com as agroindústrias instaladas, estas passam a enfrentar sérios problemas principalmente na questão do escoamento de seus produtos ao mercado. Visando suprir estas necessidades, em 2003, foi formada a Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC), objetivando principalmente sanar os estrangulamentos na

comercialização e na aquisição de embalagens²¹³ para as agroindústrias do município e da região. Conforme Liderança C.T.:

Agora recentemente tem a constituição da cooperativa das agroindústrias que também já era um trabalho que vinha de antes nas associações, nos grupos de produção e que agora com incentivo do governo Olívio ou com bastante recurso para as agroindústrias familiares, vários agricultores se desafiaram a construir e até ampliar sua produção até pra conseguir padronizar o produto, ter uma escala de produção para abastecer os mercados da região.

Dessa forma, o movimento se envolve na criação de uma nova cooperativa que passou a congrega os agricultores das agroindústrias, visando solucionar coletivamente os problemas que as agroindústrias individualmente não conseguiam sanar. O relato esclarece a importância que é atribuída ao trabalho cooperativo desta nova organização:

Então, este trabalho via cooperativa que facilitou o acesso a recursos, a formação de outras entidades (agroindústrias), então, isso agiliza muito. E propriamente a questão de escoar a produção isso facilita por que se tu ir enquanto cooperativa e ter vários produtos das agroindústrias certamente tu acaba te viabilizando a tua própria estrutura ao em vez de um agricultor ir ele só vender sua cachaça, seu licor enfim, tu apresenta uma série de produtos, desde o açúcar, a cachaça, o licor, o queijo, o salame né. Então, tudo isso de uma forma conjunta, tem uma marca típica de cada agricultor, de cada família, mas trabalha enquanto cooperativa uma marca também. (Liderança C. T.)

A COOPERAC fazendo uso de estratégias cooperativas tem buscado acesso a recursos públicos para suas agroindústrias, atuado na abertura de mercados aos produtos dos cooperados e traçado estratégias de formação de marcas tanto individualizadas para os estabelecimentos, quanto uma marca geral da Cooperativa. Dessa forma, as pequenas agroindústrias vêm conseguindo coletivamente resolver os problemas que entravam suas possibilidades de prosperar e avançam no sentido de tornarem-se menos dependentes de políticas públicas favoráveis.

Além das pequenas agroindústrias estruturadas por grupos de agricultores familiares, recentemente também foi montada uma agroindústria para beneficiamento local da produção leiteira recolhida pela COOPAC. O estabelecimento desta agroindústria deu-se através de um financiamento público liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e recursos de uma emenda parlamentar. A soma total de recursos para esta agroindústria da COOPAC foi de R\$

²¹³ A aquisição de embalagens em virtude da pequena escala de compra destes estabelecimentos era um empecilho grave, pois encarecia sobremaneira os produtos destes.

500.000,00 e o ato de sua inauguração foi transformado num evento político de valorização do “projeto da agricultura familiar”. Este ato, realizado em 28 de maio de 2005, contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, do deputado Adão Pretto (autor da emenda de R\$ 100.000,00) e de mais dois deputados federais da Bancada do PT e um da bancada estadual do mesmo Partido. Além destas autoridades federais e estaduais, várias autoridades locais e regionais se fizeram presentes²¹⁴.

A estratégia de diversificação da produção vem recebendo reforço, recentemente, com o acesso ao Programa Fome Zero²¹⁵. Em Constantina, por intermédio da COOPAC e da Prefeitura Municipal, começou-se o desenvolvimento de um projeto local financiado pelo Programa Fome Zero, através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

O gerenciamento do Programa ao nível local está a cargo de um Comitê Gestor²¹⁶ composto por organizações representativas da agricultura familiar, do poder público local e da sociedade civil²¹⁷. A viabilização dos recursos necessários a

²¹⁴ Dentre as autoridades locais e regionais presentes destaca-se: do município de Constantina o Prefeito Municipal, o Vice-prefeito, o presidente da Camada de Vereadores e vários vereadores (principalmente da bancada do PT e PMDB). Também estavam no local alguns prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de municípios da região (Rondinha, Liberato Salzano, Novo Xingu, Engenho Velho, São José das Missões e Sagrada Família). O presidente do Corede da Região da Produção se fez presente. Além destas autoridades ainda destaca-se a presença da direção da COOPAC, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina, a CRESOL, o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Constantina, a COOPERAC e outras cooperativas de agricultores familiares da região (de Novo Xingu e de Liberato Salzano). Além dos Diretores regionais da EMATER e do Banco do Brasil e representantes locais dessas entidades.

²¹⁵ O Programa Fome Zero possui como objetivo principal “[...] incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias” (PROJETO FOME ZERO, 2001 *apud* GAZOLLA e SCHNEIDER, 2005, p. 04). Para executar desse objetivo o Fome Zero se propõe a construir políticas estruturais, específicas e locais. Como políticas estruturais se pode citar a geração de emprego e renda, a previdência social universal, o incentivo à agricultura familiar, uma política de reforma agrária, atenção básica a saúde, etc. Como políticas específicas, destacam-se o Programa Cartão Alimentação (PCA), alimentação emergencial, estoques de segurança, o programa de segurança e qualidade dos alimentos, a nutrição materno-infantil, a ampliação da merenda escolar, etc. Dentre as ações locais para as áreas rurais se destacam o apoio à agricultura familiar, a criação de espaços e mecanismos locais de comercialização, o fornecimento de assistência técnica, a ampliação do crédito rural, investimentos em infra-estrutura e apoio a produção para autoconsumo (FOME ZERO, 2002).

²¹⁶ Os agricultores familiares produtores dos alimentos adquiridos pelo Programa e as famílias beneficiárias destes alimentos são cadastradas pelo Comitê Gestor local.

²¹⁷ Segundo o que é apresentado no Projeto enviado a CONAB para o ano de 2005 o Comitê Gestor foi “formado por um membro do Consea (Conselho de Segurança Alimentar de Constantina), um membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, um membro da Emater, um membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, um membro da Cooperac, um membro da Igreja e um membro do poder público sendo que este comitê gestor já existe e este mesmo irá trabalhar com este novo projeto.”

consecução deste Projeto se processou com a celebração de um convênio entre a COOPAC e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) através do Programa de Aquisição de Alimentos que visa “incentivar a agricultura familiar” e é ao mesmo tempo uma “ação estruturante do Programa Fome Zero”, do Governo Federal. A operacionalização do Programa implica a definição de uma “cesta básica”, fornecida pelos agricultores, que é entregue quinzenalmente a famílias carentes e escolas no município²¹⁸.

A diversidade de produtos da agricultura familiar adquiridos pelo Programa, a nível local, pode ser observada na Tabela 10.

Tabela 10 - Representatividade dos produtos da agricultura familiar a serem adquiridos pelo Programa Fome Zero, em Constantina, no ano de 2006.

Nº Itens	Produtos	Nº Agricultores	Quantidade (Kg)	Preço Proposto p/ Kg (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Açúcar Mascavo	12	12.000,00	2,50	30.000,00
2	Arroz	10	17.947,10	1,40	25.000,00
3	Banha	12	8571,36	3,50	30.000,00
4	Batata Doce	6	15.000,00	1,00	15.000,00
5	Batata Inglesa	8	21.878,00	0,80	20.000,00
6	Beterraba	6	15.000,00	1,00	15.000,00
7	Canjica	6	13.636,32	1,10	15.000,00
8	Carne Bovina	25	10.044,84	6,00	62.500,00
9	Carne Suína	15	6.249,90	6,00	37.400,00
10	Cebola	4	7.692,00	1,30	10.000,00
11	Cenoura	8	18.181,76	1,10	20.000,00
12	Doce de Frutas	12	6.000,00	5,00	30.000,00
13	Farinha de Milho	10	25.000,00	1,00	25.000,00
14	Farinha de trigo	12	30.000,00	1,00	30.000,00
15	Feijão	20	29.940,00	1,67	50.000,00
16	Laranja	6	21.428,76	0,70	15.000,00
17	Laranja Baia	3	7.500,00	1,00	7.500,00
18	Leite em pó	15	4.687,50	8,00	37.500,00

Continua ...

²¹⁸ O Programa também inclui as chamadas “contrapartidas” dos beneficiários, que são os trabalhos que estes devem desenvolver durante o recebimento dos alimentos, visando criar compromissos sociais e gerar novos conhecimentos, formação profissional e ampliação das oportunidades de emprego e renda. Isso é evidenciado pelo termo de responsabilidade firmado entre o Fome Zero e a Coopac, no qual além de serem traçadas as diretrizes de gestão do programa e o papel das instituições gestoras, também é explicitado as atribuições dos beneficiários dos alimentos, que são: a) manter os filhos na escola; b) manter os filhos em dia com as vacinas; c) participar de oficinas, cursos, palestras promovidas pelo poder público e o programa; d) participar de cursos de alfabetização; e) zelar pela limpeza de terrenos e ruas; f) recolher o lixo; g) organizar, nos casos possíveis, uma horta no fundo do quintal; e, h) participar de atividades de limpeza e organização do bairro (“pé no bairro”) (PROGRAMA FOME ZERO/CONVÊNIO CONAB-COOPAC, 2003, p. 5, citado por GAZOLLA e SCHNEIDER, 2005, p. 16).

Nº Itens	Produtos	Nº Agricultores	Quantidade (Kg)	Preço Proposto p/ Kg (R\$)	Valor Total (R\$)
19	Mandioca	6	22.727,22	0,66	14.999,42
20	Massa	24	16216,08	3,70	60.000,00
21	Mel de Abelha	6	1.875,00	8,00	15.000,00
22	Melado Batido	6	5.454,54	2,75	15.000,00
23	Ovos de Codorna	2	2.778,00*	1,80	5.000,00
24	Ovos de Galinha	4	5.711,00*	1,75	10.000,00
25	Queijo	13	3.611,01	9,00	32.500,00
26	Repolho	3	18.750,00	0,40	7.500,00
TOTAL		254	339.391,39**		634.899,42

Fonte: elaboração do autor, com base em dados do Projeto Fome Zero do município de Constantina 2006 (COOPAC/CONAB).

* Os ovos somam 8.489 dúzias.

** Somou-se somente os produtos em quilos (Kg).

Segundo os dados da Tabela 10, constata-se que as aquisições de produtos a serem feitas, no ano de 2006, pelo Programa Fome Zero, abrangem 26 itens alimentícios. O incentivo ao cultivo e/ou processamento destes alimentos contribui para a diversificação da produção familiar. Constata-se que estes itens abrangem desde alimentos *in natura*, até alimentos processados nas pequenas agroindústrias do município. Também se deve chamar atenção para a abrangência do Programa, que contempla 254 famílias de agricultores.

A evolução do montante de recursos liberados para operacionalização do Programa Fome Zero, no município de Constantina, o número de famílias de agricultores produtores de alimentos e os beneficiários dos alimentos podem ser observado na Tabela 11.

Tabela 11 - Evolução dos recursos destinados, agricultores produtores de alimentos e beneficiários do Programa Fome Zero no município de Constantina (2004-2006).

Anos	Recursos liberados (R\$)	Agricultores Familiares produtores	Famílias pobres beneficiadas	Crianças beneficiadas com merenda escolar
2004	150.000,00	60	130	-
2005	450.000,00	180	200	2.185
2006	680.000,00*	254	300	2.185

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, segundo informações colhidas junto a COOPAC e a Prefeitura Municipal de Constantina.

* Para o ano de 2006 a Prefeitura de Constantina contribuirá com cerca de R\$ 50.000,00.

Observa-se nos dados da Tabela 11, o relativo sucesso deste Programa, a nível local, quando se leva em consideração o aumento do montante de recursos

disponibilizados e a ampliação tanto do número de agricultores familiares produtores de alimentos, quanto dos beneficiários destes alimentos. Também podem ser considerados como fatos comprobatórios do sucesso desta política pública no município a realização de alguns eventos relacionados a esta política, no ano de 2005. Cita-se como exemplos: duas visitas do Ministro Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário) ao município para acompanhar a distribuição das cestas do Programa Fome Zero no Bairro São Roque²¹⁹; e, a realização em Constantina de um Seminário Estadual sobre “O Papel da Comercialização como Política Pública para o Fortalecimento da Agricultura Familiar”, organizado pela COOPAC, CONAB, CONSEA, CRESOL Central, FETRAF-Sul/CUT e MDA. Este Seminário teve por objetivo “debater e elaborar estratégias para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os próximos anos”²²⁰. Estes eventos serviram para mostrar e valorizar a nível nacional os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos conjugado com o Programa Fome Zero no nível local, como modelo de política pública de sucesso e também para dar visibilidade a agricultura familiar que é produtora de alimentos e ajuda a solucionar problemas sociais²²¹.

Segundo a interpretação de Gazolla e Schneider (2005, p. 04), em Constantina o Programa Fome Zero está gerando

[...] uma nova dinâmica em relação à segurança alimentar para uma parcela da população que se encontrava em situação de fragilização social e de fome. Também, em relação à ampliação das condições de reprodução social dos próprios agricultores familiares que são participantes do programa. Neste município, o Programa Fome Zero possui em seu modo de gestão uma lógica muito interessante, pois beneficia tanto a agricultura familiar através das compras de sua produção local, mas também, ao mesmo tempo, fortalece as condições de reprodução social e alimentar das famílias assistidas pelo programa.

Dessa forma, tem-se que o desenvolvimento do Programa Fome Zero a nível local tem um duplo caráter: comprar alimentos dos agricultores familiares do município visando fortalecer tanto a diversificação da produção agropecuária, quanto

²¹⁹ Frisa-se que a grande maioria das famílias beneficiárias dos alimentos são moradoras do Bairro São Roque e as crianças freqüentadoras das escolas municipais e estaduais instaladas no município. O Bairro São Roque é o local de maior concentração de famílias em situação de miserabilidade social do município, possuindo em torno de 400 famílias.

²²⁰ Objetivo expresso no folder do Seminário.

²²¹ Além disso, o sucesso da articulação entre Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Fome Zero, em Constantina, é destacado em um material de divulgação: “Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar”, produzido pela CONAB sobre as experiências bem sucedidas a nível nacional.

a renda destes agricultores; e fornecer alimentos gratuitamente a um conjunto de famílias que estão em situação de miserabilidade.

De modo geral observa-se que as possibilidades de participação nas esferas de formulação das políticas públicas possibilitaram o encaminhamento de diversas demandas dos agricultores familiares, ampliando o espectro temático das políticas públicas como: ampliação das linhas do PRONAF, moradia rural, acesso à terra e educação/formação sindical.

Deve-se destacar que, recentemente, foram criadas novas modalidades do PRONAF: jovem, mulher, agroindústria, turismo rural, entre outras. O que tem ampliado as possibilidades de acesso pelo público inicialmente não contemplado.

O Programa Social de Habitação (PSH), por sua vez, nasceu da aproximação dos movimentos sociais com Governo Olívio Dutra no RS. A FETRAF-Sul já vinha elaborando propostas de políticas públicas para a habitação rural desde de 2002, quando formou uma Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar da Região Sul (COOPERHAF)²²² e estabeleceu um convênio pioneiro com o governo do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Especial de Habitação, para reforma e construção de 357 casas no Estado (FETRAF-SUL, 2003). A partir do ano de 2003 esta organização sindical e a Cooperativa Habitacional passaram a reivindicar políticas específicas de habitação para a agricultura familiar junto ao governo federal. Foi elaborado pela FETRAF-Sul e pela COOPERHAF um Projeto de Habitação Rural visando propor ao governo o financiamento tanto de construção e reforma de casas aos agricultores familiares, quanto instalação de módulos sanitários nas casas novas e nas já existentes.

Na justificativa do Projeto de Habitação Rural da FETRAF-Sul são colocados alguns argumentos sobre a necessidade de melhorar as condições habitacionais dos agricultores familiares. A melhoria da habitação é apresentada como forma de construção de cidadania, “vida digna” no meio rural e para evitar o êxodo rural. *A realidade vivida pelos agricultores familiares* e a necessidade de melhoria da habitação é assim expressada:

²²² Segundo FETRAF-Sul (2003, sn) a COOPERHAF “é uma cooperativa de Agricultores Familiares preocupados com a realidade da Habitação Rural e necessitados de auxílio para melhorar sua situação de moradia, e que perceberam que a forma de se tornarem fortes na luta por recursos e assistência é se constituir em cooperativas, pois juntos, tem mais poder e força para mostrar sua realidade e exigir soluções. A Cooperativa de Habitação é um meio de organizar e distribuir recursos de forma a atingir os agricultores mais necessitados, pois tem contato direto com os Sindicatos e Prefeituras Municipais.”

O Agricultor Familiar também precisa de uma casa digna onde ele possa abrigar-se e recuperar suas forças para o trabalho. Não algo luxuoso nem grandioso, mas um lugar decente onde ele possa se orgulhar de viver da terra.

Esta não é uma necessidade inventada ou projetada por alguns sindicalistas. A habitação rural é uma realidade que salta aos olhos de qualquer pessoa que visite o meio rural. **A habitação rural passa a ser também condição básica para evitar o êxodo rural** a partir do momento em que se percebe que para qualquer pessoa viver feliz com auto-estima para o trabalho é preciso que ele se sinta bem em casa. E uma das necessidades básicas para esta felicidade familiar, é ele sentir-se satisfeito com o que sua moradia lhe proporciona.

Estas necessidades se percebem seja quando as moradias são improvisadas, rústicas, sem condições de higiene, sem instalações elétricas e hidráulicas adequadas. Ou seja, o conceito de necessidade habitacional engloba, além do déficit habitacional, as habitações inadequadas que não proporcionam condições desejáveis de habitabilidade, embora não impliquem necessidade de construção de novas moradias, identificam, porém, necessidades de ações complementares como construção de banheiros, reforma de paredes, cobertos, ou até canalização de água nos domicílios. (PROJETO HABITAÇÃO RURAL RESGATANDO O BEM ESTAR NA AGRICULTURA FAMILIAR, FETRAF-SUL/CUT, 2003, sn) (grifos nossos).

A partir do estabelecimento de acordos com o governo federal passaram a ser financiadas tanto a construção, quanto a reforma de casas aos agricultores familiares dos estados do Sul do Brasil. Foram disponibilizados a fundo perdido R\$ 4.500,00 (até 2004) e R\$ 6.000,00 (a partir de 2005) pelo governo federal, mais R\$ 1.500,00 pelo governo estadual (no caso do RS) por casa construída e a CRESOL complementa este montante financiando mais 3.200,00 (com 70 meses para pagar e juros fixos de 7,5% ao ano). Assim, em 2005 a construção da residência pode ser alcançada com o pagamento de R\$ 52,00 por mês. Já para a reforma de casas as famílias com renda de até trezentos reais recebem R\$ 5.900,00 a fundo perdido do governo federal e necessitam colocar uma contrapartida de R\$ 2.000,00 para liberação do subsídio. As famílias de renda superior ao supracitado também podem acessar recursos subsidiados, mas conforme a renda da família vai aumentando é reduzido o valor disponibilizado a fundo perdido.

Em Constantina foi viabilizada a construção de 125 casas e a reforma de 30, até dezembro de 2005, mas segundo a expectativa da Liderança B. Z., tem-se a pretensão de reformar 200 casas até o final do ano de 2006.

A partir do ano de 2003 também foi estabelecida uma política pública específica de crédito fundiário para a juventude rural, por reivindicação dos atores sociais da agricultura familiar. Em Constantina no ano de 2004 houve a formação de uma associação de jovens rurais para propiciar acesso aos recursos do projeto

“Nossa Primeira Terra” que é vinculado ao “Programa de Crédito Fundiário” do governo federal. Segundo informações colhidas junto ao STR do município, no ano de 2004 foram realizadas 13 liberações de recursos a jovens agricultores(as). O montante de recursos liberados ao município alcançou a soma de R\$ 111 mil a fundo perdido para viabilizar a estrutura inicial dos(as) jovens agricultores(as). E mais R\$ 400 mil foram acessados em forma de financiamento para aquisição de áreas de terra (o financiamento deve ser pago em um período de 20 anos). Esta política visa incentivar a permanência dos jovens na agricultura e para isso subsidia a formação de novas unidades de produção.

Além deste programa específico para os jovens, também foram acessados por pequenos agricultores do município, com áreas inferiores a um Módulo Fiscal, recursos do Programa de Crédito Fundiário. Segundo informações disponibilizadas pelo STR, através deste Programa foram beneficiados 19 agricultores no ano de 2004, alcançando a soma total de R\$ 700 mil. Ainda sobre esta política de crédito fundiário ocorreu, em Constantina, em novembro de 2005, uma solenidade de entrega de escrituras a agricultores beneficiados por esta política na região e de equipamentos para a Prefeitura e a CRESOL, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário. Como é atestado:

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, estará em Constantina (RS) nesta sexta-feira (04) [de novembro de 2005], para a entrega de escrituras de terras do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) a agricultores familiares de vários municípios da região do Médio Alto Uruguai. [...] Aproximadamente 100 famílias de agricultores tiveram acesso à terra pelo Programa nos últimos três meses, o que representa um volume de recursos de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Na mesma ocasião, o ministro fará a entrega de um veículo para a prefeitura de Constantina e de um veículo e uma motocicleta para a Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol). Os recursos para aquisição dos equipamentos que serão utilizados em atividades voltadas à agricultura familiar, são do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Infra-estrutura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (INCRA, 2005, sn)

Além destes programas de melhoria de infra-estrutura e de crédito, também foi desenvolvido no município um programa de educação específico para agricultores familiares. Este programa foi criado pela FETRAF-Sul/CUT na área educacional e na formação de lideranças sindicais e chama-se: “Projeto Terra Solidária”. Este Projeto começou a ser desenvolvido a partir do ano de 1998, tendo como público os agricultores familiares da região Sul. Munarim (2005, p. 04) descreve os objetivos do Projeto:

o Programa de Ensino Fundamental do *Projeto Terra Solidária*, ou simplesmente *Terra Solidária*, é uma prática de educação de jovens e adultos, fundamentalmente jovens, do meio rural, ou do campo, como preferem alguns, que vivem, na sua maioria, da agricultura familiar. A base do financiamento é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho. O programa de educação consiste em formação política de militantes sindicais, capacitação profissional de agricultores familiares e escolarização no sentido formal clássico, com certificação em nível de Ensino Fundamental.

Este Projeto, assim como é descrito por Munarim, teve financiamento do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e foi desenvolvido pela Escola Sindical Sul da CUT nos três estados da região Sul. Em Constantina foi constituída uma turma de educação no Projeto Terra Solidária no ano de 1999. Mais recentemente formaram-se novas turmas de um novo projeto educacional (com objetivos semelhantes) também operacionalizado através da CUT e chamado de “Todas as Letras”.

Tendo em vista a abertura do leque de políticas públicas disponibilizadas aos agricultores familiares pode-se argumentar que este segmento social está se fortalecendo do ponto de vista da articulação para consecução de políticas. E também do ponto de vista da legitimidade social que tem alcançado, pois as políticas disponibilizadas a este setor são vistas tanto como compensatórias aos efeitos das desigualdades sociais no campo, quanto como políticas de estímulo à produção de alimentos básicos. Dessa forma, teoricamente, ao abranger problemáticas diferenciadas, permitiu-se ampliar os beneficiários, contemplando agricultores não beneficiados pelas políticas tradicionais (crédito para produção, por exemplo).

4.4.3. A disputa pela identidade e pelo projeto e sua influência na trajetória do movimento

Observa-se que além do estabelecimento de mecanismos de participação dos atores sociais nas decisões públicas (conselhos, OP, etc.), também houve a possibilidade de participação de lideranças dos movimentos nas administrações populares e a conseqüente institucionalização dos projetos dos movimentos. Estas possibilidades de ocupação de espaços nos setores estatais fizeram com que os movimentos sociais do campo adotassem posições diferenciadas e em alguns casos até antagônicas entre si. Assim, no que se refere a relação com o Estado

(principalmente com as administrações populares), o traço mais característico do período recente (final da década de 90 do século XX e início do século XXI) é a polarização dos movimentos dos agricultores em torno de posições divergentes quanto à participação nas estruturas de governo e à apropriação das políticas públicas.

Assim, as diferentes estratégias de participação nas administrações populares acabaram promovendo atritos e (re)acomodações de bases entre os principais atores sociais da pequena agricultura (MPA, MST e Frente Sul da Agricultura Familiar e depois FETRAF-Sul). Os setores identificados com a Via Campesina identificavam na administração popular um espaço de poder que deveria ser utilizado para fortalecer o projeto da pequena agricultura (camponesa) e com isso fortalecer o rompimento com as cadeias agroindustriais ou em outras palavras “romper com o *capital*”. Já os setores identificados com a Frente (ou, posteriormente, com a FETRAF-Sul), visualizavam na administração popular a possibilidade de fortalecer a agricultura familiar tanto através da criação de formas alternativas de renda, quanto pela inserção, mais autônoma, aos complexos agroindustriais. Estas diferenças de visualização do potencial da administração pública possibilitaram que estas duas organizações adotassem posicionamentos diferenciados na relação com o Estado. A Frente e depois a FETRAF-Sul, assumiu a administração estadual (no RS entre 1998-2002) como se fosse “sua”, pois identificava nessa um grande potencial de fortalecimento de seu projeto. Já os movimentos da Via Campesina, assumiram, inicialmente, alguns postos-chaves na administração popular (através de assessores), mas percebendo que esta possuía grandes disputas internas e muitas limitações no que se refere ao estabelecimento de políticas de fomento à agricultura autônoma (camponesa), passaram a questionar estes limites e chegaram a abandonar alguns cargos importantes (como o de chefe do Departamento Estadual de Reforma Agrária, que era ocupado pelo Frei Sergio Görden, assessor do MPA e do MST).

Esta polarização repercutiu no efetivo afastamento do MPA dos sindicatos cutistas. Deve-se chamar atenção que, de um lado, os movimentos sociais que buscaram adotar uma tática mais “agressiva”, de confronto com os governos deram origem, em 1999, a seção brasileira da Via Campesina; enquanto, de outro lado, os sindicatos cutistas da região Sul (cooperativas e algumas ONG’s) passaram a adotar uma postura de “parceria”, principalmente, com as administrações populares e, em

1999, formaram a Frente Sul da Agricultura Familiar, que dará origem em 2001 a FETRAF-Sul²²³.

Como se apontou, os agricultores de Constantina contribuíram na formação inicial do MPA, mas não romperam os vínculos com o Departamento Rural da CUT. Ficaram alguns anos participando das duas organizações. Segundo a leitura deste trabalho, o rompimento efetivo com o MPA só ocorreu com a oportunidade da participação no governo do estado do Rio Grande do Sul (1999-2002). O MPA desde seu princípio buscou construir ações por fora da estrutura sindical oficial, usar táticas de luta massivas e primar pelo enfrentamento aos governos (mantendo inclusive uma identidade de resistência: “pequeno agricultor”). Assim, era um movimento que estava na “contra-corrente”, diante de um governo que abria espaços na administração e na operacionalização de políticas favoráveis a “agricultura familiar”. Os sindicatos e entidades de “agricultores familiares”, por sua vez, ao participarem da administração de uma esfera do Estado, melhor conheceram a “máquina” estatal e os recursos que poderiam usar em benefício de seu projeto. Aliado a isso, neste período, também surge a proposta de formação de uma nova entidade que congregasse as organizações de agricultores familiares em nível da região Sul, fato que se encaixou nas pretensões locais e possibilitou que tanto os sindicatos cutistas, quanto esta nova entidade tivessem rápida identificação e crescente visibilidade política, em função da categoria “agricultura familiar” já ser amplamente reconhecida e contar com apoio estatal. Então, diante do claudicante quadro institucional, a formação da Frente Sul da Agricultura Familiar (em 1999) e da FETRAF-Sul (em 2001), por setores do movimento sindical rural historicamente vinculados a CUT, veio ao encontro dos interesses dos agricultores (familiares) e dos governos que escolheram este setor como prioritário nas políticas sociais ao campo.

Em Constantina, neste período, as organizações da pequena agricultura, passaram a manter relações mais orgânicas com a Frente e no ano de 2001 contribuíram na fundação da FETRAF-Sul. Por consequência desta identificação com estas organizações, afastaram-se definitivamente do MPA e da Via Campesina como um todo. Esta opção organizativa ocasionou alguns reflexos no que se refere às relações com os sindicatos e outras organizações de municípios vizinhos ligadas ao MPA. Citam-se alguns exemplos: os agricultores dos municípios de Liberato

²²³ As divergências entre estes dois atores coletivos foram explicitadas no Capítulo anterior e serão retomadas no seguinte.

Salzano e Novo Xingu, motivados pelas divergências destas duas organizações representativas, nos últimos anos romperam com a COOPAC²²⁴ e formaram, em cada município, uma cooperativa de produção agropecuária para trabalhar a diversificação da produção e aumentar a resistência camponesa. Os movimentos ligados a Via Campesina também criaram uma cooperativa de crédito – semelhante a CRESOL – chamada de CREHNOR (Cooperativa de Crédito Horizontes Novos) e esta tem atuação nos municípios vizinhos a Constantina. Outro exemplo desta diferenciação dos movimentos refere-se a opção por candidaturas diferenciadas para o legislativo nacional e estadual nas últimas eleições²²⁵.

4.4.4. Identidade, projeto e estratégia

Depois de um período de forte investimento na “resistência” evidenciaram-se algumas restrições destas estratégias que centram apenas na capacidade de persistência dos agricultores. Problemas como a seca, por exemplo, mostraram-se difíceis de serem enfrentados sem “ajuda externa”. Os limites destas estratégias teriam motivado a ampliação das estruturas de apoio à agricultura, bem como, restabelecimento da luta por políticas públicas assim que o contexto se mostrou mais favorável. Ou seja, a situação de “resistência” foi útil ao período em que o Estado buscava livrar-se dos “gastos” públicos e das suas tradicionais funções reguladoras, tendo deixado este setor social relativamente fragilizado. Mas, a partir do momento que foi possível acessar recursos públicos subsidiados, participar dos programas de pequenas agroindústrias, de economia solidária, seguro agrícola, moradia, entre outros, estes agricultores não hesitaram em restabelecer relações com o Estado. Assim, de um lado, os agricultores foram atraídos (convidados) ao abandono da tática de resistência e, de outro, o Estado passou a reconhecer a especificidade e a significância deste setor social (então chamado de “agricultura familiar”), regulamentando algumas políticas públicas de fomento a suas atividades produtivas e para a melhoria das condições sociais. Nesta fase de maior

²²⁴ A COOPAC recolhia nestes municípios a produção leiteira, a soja “orgânica”, o amendoim, entre outros produtos.

²²⁵ Enquanto os agricultores identificados com a FETRAF-Sul têm optado por uma “dobradinha” (um candidato deputado federal e outro estadual) representante da agricultura familiar, os identificados com a Via Campesina optaram por outros candidatos representantes do projeto camponês. Todos estes candidatos são ligados ao PT, mas de correntes internas diferentes.

proximidade com o Estado (“paz e amor”) como fica a questão da identidade, do opositor e do projeto?

A identidade que o movimento assumiu, como já se adiantou anteriormente, desde meados dos anos 90, passou a ser a de agricultor familiar. Esta nova identidade conquistou ainda nesta época ressonância nos interesses do Estado que estava embaraçado com a questão da reforma agrária (MEDEIROS, 2001) e que buscava “novas bases de apoio para as propostas governamentais” de crédito (políticas sociais) e política fundiária.

O Quadro 2 evidencia a diversidade das políticas públicas que fortalecem a identidade e projeto da agricultura familiar e que são acessadas pelos agricultores familiares de Constantina, no último período. Estas políticas contam com a participação decisiva das organizações da agricultura familiar tanto para sua criação, quanto para sua operacionalização ao nível local.

Projeto/Programa	Apoio Público	Execução	Área de atuação	Em Constantina
PRONAF	Concessão de Crédito	STR, CRESOL	Crédito subsidiado aos agricultores familiares	Em 2004 acessou-se R\$ 9,5 milhões, para 2.682 contratos
Terra Solidária Todas as Letras	Financiamento	STR, FSAF/CUT FETRAF-Sul/CUT	Educação de jovens e adultos da agricultura familiar e formação de lideranças	Turma 1999 Turma 2004/2005
Habitação Rural	Financiamento	COOPERHAF, CRESOL, STR, FETRAF-Sul	Moradia rural e saneamento rural	Construção ou reforma de 155 casas
Crédito Fundiário - Nossa Primeira Terra	Concessão de Crédito	STR, FETRAF-Sul	Aquisição de Imóveis Rurais aos jovens (filhos de agricultores familiares), habitação e máquinas e equipamentos agrícolas	13 jovens beneficiados em 2004
Crédito Fundiário - Consolidação da Agricultura Familiar	Concessão de Crédito	STR, FETRAF-Sul	Aquisição de Imóveis Rurais à sem-terras ou agricultores com pequenas áreas	19 liberações em 2004
Agroindústrias Familiares	Financiamento e capacitação	STR, COOPERAC, FETRAF-Sul Prefeitura	Estruturação de pequenas agroindústrias que reúnem grupos de famílias em associações	Até 2005 haviam sido montadas 11 agroindústrias
Fome Zero	Financiamento	COOPAC, COOPERAC Prefeitura	Compra de produtos da agricultura familiar e entrega a famílias carentes do município e merenda escolar	Em 2004, 60 famílias de agricultores e em 2005, 180 famílias

Quadro 2 - Políticas Públicas que fortalecem a identidade e o projeto da agricultura familiar em Constantina (1996-2005).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de informações da Pesquisa de Campo em Constantina.

Este novo estágio na relação com o Estado – motivada, de um lado, pela conquista pelo campo “popular” de grandes espaços na máquina estatal e, de outro lado, pela legitimidade acadêmica, política e social que a agricultura familiar alcançou nos últimos anos – propiciou que aos atores sociais identificados com a agricultura familiar passassem a ressignificar a pequena agricultura, saindo da defensiva (resistência) e passando a se constituírem enquanto sujeitos que propõem e disputam as grandes orientações da sociedade. Ou seja, esta nova identidade do movimento dos agricultores em Constantina, deste último período, tem resultado no fortalecimento das organizações (cooperativas, agroindústrias, sindicatos, Federação), do projeto e, em certa medida, este fortalecimento também pode ser estendido aos agricultores familiares que são beneficiados pelas políticas públicas auferidas.

O aumento da importância política do setor da agricultura familiar também motivou que se instituísse, em nível de governo federal, um ministério específico para tratar desta agricultura e das políticas de reforma agrária: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)²²⁶. Ao passo que para a agricultura patronal ou o agronegócio manteve-se o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para atendê-la.

O adversário principal do movimento nesta fase, segundo as informações obtidas pelas entrevistas com as lideranças, centra-se, fundamentalmente, nos representantes da agricultura patronal e, a nível local, materializa-se na COTRISAL. O segmento social que domina a agricultura do agronegócio é o grande adversário do movimento dos agricultores familiares. Este segmento é identificado, pelos agricultores familiares locais, como sendo representado pela FARSUL (Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul)²²⁷ e as cooperativas tradicionais (como a COTRISAL) e mais especificamente no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (que dá aporte às políticas do agronegócio). Dessa forma, o movimento se opõe ao projeto do agronegócio por identificar que a agricultura não pode ser tratada apenas como um setor econômico que deve responder com produção para o grande mercado. Ao contrário, o projeto que os agricultores familiares buscam construir fundamenta-se tanto na sustentabilidade social, cultural

²²⁶ No ano de 1998, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este Ministério foi mantido pelo governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), tendo sido ampliadas suas atribuições e sua importância.

²²⁷ Órgão representativo da agricultura patronal no Rio Grande do Sul.

e ambiental, quanto no estabelecimento de uma agricultura que desenvolva a diversidade de potencialidades do mundo rural. Em outras palavras, o projeto que o movimento disputa na sociedade baseia-se na unidade produtiva da agricultura familiar que constrói o desenvolvimento sustentável das potencialidades locais.

Além da disputa com os agricultores patronais, neste período, os atores sociais da agricultura familiar passaram a disputar em algumas questões específicas com os movimentos sociais camponeses (Via Campesina). As disputas a nível prático deram-se mais no terreno ideológico do projeto de agricultura, na legitimidade da representação do setor social e no campo do acesso aos recursos públicos. No entanto, a grande diferença de projeto destas duas expressões se dá na compreensão de como se relacionar com o Estado e a integração ou resistência ao capital. Enquanto a Via Campesina advoga pela construção de resistência camponesa, a FETRAF-Sul busca fortalecer a agricultura familiar e integrar-se de maneira autônoma aos mercados²²⁸.

Em suma, considera-se que os principais avanços do movimento em Constantina, neste período, refere-se à tomada de consciência com relação a disputa de projetos sociais e as possibilidades e limites da intervenção do Estado na viabilização da agricultura familiar.

Este processo de conscientização, por sua vez, implicou discussões e aprendizados sobre as condições que são necessárias para viabilizar os agricultores familiares. Neste sentido, observa-se que o movimento transita, neste período, da “via da transição agroecológica” com a soja orgânica²²⁹ para a agroindustrialização e a ocupação de mercados institucionais.

No que se refere a estratégia adotada pelo movimento, o “convite” do Estado implicou uma nova identidade assumida (agricultura familiar). O convite, de certa

²²⁸ Não se pode deixar de chamar atenção para o fato, de que neste período, as organizações da agricultura familiar de Constantina participaram (mesmo que de forma vacilante) da formação do MPA na região do Alto Uruguai e posteriormente decidem abandonar esta organização e voltar ao Departamento Rural da CUT (que ao final dos anos noventa formará a Frente Sul da Agricultura Familiar e logo em seguida a FETRAF-Sul). Esta experiência de participação no MPA e em função disso, da constatação da “demasiada” proximidade deste com o MST, segundo o entendimento deste trabalho, fez com que as organizações de agricultores familiares de Constantina refutassem o projeto de transformação radical da estrutura agrária e de autonomia aos mercados, propalado pelo MPA e os demais movimentos da Via Campesina. Estas organizações encontraram maiores similitudes com a proposta de desenvolvimento alternativo baseado na agricultura familiar (que valoriza a propriedade familiar e identifica nela grande potencial produtivo desde que disponibilizadas algumas políticas públicas de estímulo) defendido pela CUT e também pela CONTAG.

²²⁹ A produção de “orgânicos” visa gerar produtos limpos, gerar trabalho e aumentar a renda das famílias de agricultores familiares, aproximando-se dum modelo de desenvolvimento sustentável.

forma, foi aceito pelas estruturas sindicais (representantes dos agricultores), que passaram a exercer o papel esperado na nova institucionalidade de gestão das políticas públicas, qual seja: fazer a ponte entre as necessidades deste setor com as políticas públicas que o Estado viabilizou e pleitear novas políticas. Dessa forma, em nível político, reduziram-se os atritos concernentes ao grau de isolamento que se encontrava este setor. Foi possível identificar a necessidade do movimento estruturar organizações de apoio ao acesso às políticas e para suprir as deficiências que os recursos públicos não davam conta. No que se refere ao alcance das políticas públicas, as experiências deixam claro que, por suas descontinuidades e limitações, há necessidade de “complementariedade” de ações por organizações locais de apoio. Uma não substitui a outra, mas complementam-se. As ações mediadoras dos movimentos sociais e de suas organizações mostram-se fundamentais no estabelecimento de relações autônomas entre os sujeitos e o Estado (como advertiu TOURAINE, 2003).

4.5. ESPECIFICIDADES DA TRAJETÓRIA, IDENTIDADE E PROJETO DO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES DE CONSTANTINA

Uma consideração a ser feita é que o movimento dos agricultores de Constantina já surge inserido em um contexto maior de articulação dos atores sociais contra-hegemônicos. Esta inserção lhe dá caráter de uma seção local de atores sociais mais gerais, mas isso não quer dizer que ele não construiu ações e propostas originais, ao contrário, por articular-se com outros atores mais amplos buscou agir tanto nas problemáticas locais, quanto participar de ações de caráter geral.

Como já se apontou, inicialmente, não existiu uma clara identidade mobilizadora do movimento dos agricultores (identificavam como “colonos”, “trabalhadores rurais”, “trabalhadores”, “povo pobre”, “pequenos produtores”). Posteriormente, com o envolvimento nas lutas gerais do final dos anos 80, começa a ganhar maior relevância à identidade de “pequeno” produtor ou agricultor. Já em meados dos anos 90, estes se identificaram com uma proposta identitária formulada pela academia e também assumida pelo Estado: “agricultor familiar” é a identidade política que lhe foi atribuída e assumida. Os adversários do movimento foram: o

sindicalismo “pelego”, o Estado autoritário, a COTRISAL, o agronegócio ou agricultura patronal e o Ministério da Agricultura. No que se refere a elaboração de um projeto do movimento, chama-se atenção para as experiências de agricultura alternativa, a formação de estruturas (cooperativas) para viabilizar novas fontes de renda, a valorização da “produção familiar” (produtos coloniais, da agricultura familiar) e a participação na elaboração tanto do projeto alternativo de desenvolvimento rural no início dos anos 90, quanto a participação recente na estruturação de um projeto de agricultura familiar, “produtora de alimentos para a nação”. Chama atenção, também, o recente apoio institucional das administrações populares ao projeto da agricultura familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal, Governo Olívio no RS e a Prefeitura de Constantina).

O movimento em Constantina destaca-se no que tange a formação de organizações próprias para viabilizar alternativas de renda aos agricultores. Cita-se a COOPAC, formada inicialmente para incentivar a produção de leite e que, posteriormente, também trabalhou a “produção orgânica”, a venda de produtos da agricultura familiar em feiras. Outra organização que veio neste sentido foi a COOPERAC, que busca suprir as necessidades das pequenas agroindústrias, na comercialização e na aquisição de embalagens. Estas duas organizações, também, atuam juntas na operacionalização do Programa Fome Zero ao nível local.

Além destas organizações, outras como a CRESOL, têm possibilitado ações complementares às políticas públicas. Esta organização foi fundamental quando os agricultores agroindustrializadores perderam o apoio do governo do estado (mudança de governo), pois propiciou financiamento para a construção das agroindústrias que ainda estavam em fase de gestação e para as que precisavam adquirir equipamentos ou qualificar as estruturas. Outra questão complementar às ações do Estado que a CRESOL, em conjunto com a COPERHAF, tem propiciado é a construção e a reforma de casas para os agricultores.

Estas ações de complementaridade das ações do Estado são interpretadas como fundamentais para o relativo sucesso das experiências locais, tendo em vista que as descontinuidades das políticas públicas (mudanças de governos), poderiam ter sido fatais às iniciativas geradoras de novas fontes de renda aos agricultores.

Frisa-se que as ações do movimento de Constantina também devem ser interpretadas segundo o estabelecimento de disputas das bases com outros atores sociais populares, como o MST e o MPA. Com o MST a disputa se deu

principalmente nos anos 80 e início dos anos 90 quando este movimento fazia “trabalhos de base” na região, buscando agricultores “sem-terra” ou com “pouca terra” para formar acampamentos. Já com o MPA as disputas são mais recentes. Estas se dão principalmente na concorrência pela influência sobre as organizações dos agricultores (sindicatos, cooperativas, associações, agroindústrias, etc.) que existem ou que podem ser formadas nos municípios da região. Além disso, a FETRAF e o MPA têm disputado a legitimidade de representação política dos agricultores dos municípios circunvizinhos de Constantina.

5. A (RES)SIGNIFICAÇÃO POSITIVADA DA AGRICULTURA FAMILIAR E A ADAPTAÇÃO DE SEU PROJETO

Após feita a contextualização e apresentação do movimento nos Capítulos precedentes, este Capítulo remete ao objetivo central deste trabalho buscando discutir: *qual o potencial transformador dos movimentos sociais como o dos agricultores familiares de Constantina?*

O estudo evidenciou que, ao longo do tempo, houve mudanças na autodefinição, no adversário, no projeto do movimento e, sobretudo, nas estratégias. Tendo em vista este quadro, toma-se, para análise do potencial transformador, o período mais recente (atual).

A análise do potencial transformador inspira-se inicialmente em Castells examinando a questão da afirmação de uma nova identidade enquanto processo associado ao questionamento de valores dominantes e produção de novos valores culturais, o potencial renovador das estruturas sociais contido no projeto, o confronto de atores e as implicações da estratégia adotada.

5.1. A CONSTRUÇÃO (RES)SIGNIFICADA DA IDENTIDADE E DO PROJETO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Inicialmente cabe “localizar” a emergência do movimento em um contexto histórico de relativa hegemonia de um projeto “modernizador” do rural brasileiro. Este projeto “modernizador” tinha como referência de eficiência a agricultura capitalista de escala e por isso a “visão de futuro” remetia a um rural como “campo de produção de *commodities*”, por agricultores modernizados tecnologicamente, que requeriam grande escala de produção e, muitas vezes, uso de trabalho assalariado. A agricultura de pequena escala era considerada ineficiente e, por isso, não havia sentido incentivá-la.

Os agricultores de Constantina, como outros movimentos de pequenos agricultores, constatando a eminência de sua exclusão social principiaram ações coletivas visando tomar a direção do Sindicato para fazer uso deste “aparelho” em

prol da solução dos problemas que afetavam sua reprodução social. A ação coletiva possibilitou recuperar ou dar novo sentido a formas organizativas comunitárias (CBE's e associações) e buscar alternativas de produção agropecuária que tornassem a pequena agricultura mais autônoma (diversificação da produção, produção de sementes próprias, adubação verde, cooperação, etc.), entre outros. Ou seja, segundo a teoria de Castells (2002), uma interpretação possível, é que o movimento, em um primeiro momento, buscou apegar-se em material cultural próprio (reconstituir relações comunitárias do sistema agrário colonial, característico de sua trajetória social) almejando garantir a sobrevivência econômica e social dos agricultores. Encontrou em “identidades primárias” (primitivas, do seu passado), “trincheiras de resistências” para poder organizar-se enquanto sujeito persistente em uma situação desfavorável. O apego à religiosidade, à organização comunitária, à autonomia da produção são traços característicos do sistema agrícola colonial, predominante na região do Alto Uruguai até a modernização da agricultura (anos 60 e 70) e foram elementos que propiciaram a mobilização inicial. Percebe-se que os pequenos agricultores, por estarem em um período de insustentabilidade social (motivada pela crise da agricultura especializada e a dependência de financiamento e insumos) prendem-se a uma possibilidade de garantir sua sobrevivência pela volta à agricultura diversificada e à reorganização comunitária. Através das ações do Sindicato e do suporte das organizações da Igreja o movimento buscou estruturar uma forma de organização da agropecuária relativamente autônoma frente aos agentes da especialização. Na medida que a conjuntura não era específica dos agricultores de Constantina e, sim, vivenciada pela grande maioria dos “pequenos agricultores”, este processo não se deu isoladamente, mas ao contrário, envolveu muitos sindicatos cutistas (principalmente), movimentos populares, ONG's, cooperativas, entre outras organizações do sul do País.

Quando as entidades de representação nacional da “pequena agricultura” estabeleceram uma pauta única e passaram a construir as mobilizações que ficaram conhecidas como “Gritos da Terra”, reivindicando políticas públicas de apoio a este segmento social, as experiências de agricultura alternativa serviram de referências iniciais para constituição do projeto alternativo.

Partindo-se das delimitações teóricas de Castells (2002), têm-se que a identidade anterior assumida pelo movimento aproximava-se à funcionalidade de identidade de resistência e que a mera construção de identidade de resistência não

propicia por si só a constituição de sujeitos. Entretanto, na medida que os atores articulam-se e questionam a orientação da sociedade (política pública) começam a ensaiar-se potencialmente enquanto sujeitos. Pois,

[...] sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade (CASTELLS, 2002, p.26).

Vários elementos contribuem para a perda de legitimidade política do projeto hegemônico de “modernização do mundo rural” levando os atores sociais a conscientizarem-se da necessidade de um “projeto alternativo” para o meio rural. Quando estes atores passam a ocupar espaços públicos no âmbito governamental abrem-se possibilidades de diálogo entre os movimentos e o Estado.

Martins (2003) chama atenção que, em meados dos anos 90, apesar da grande rivalidade política que caracterizava o cenário das lutas dos pequenos agricultores e “sem-terras” frente ao Estado, estabeleceram-se novos horizontes à “pequena agricultura”. Um fator importante, destacado pelo autor é que, ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, foi reconhecida a “identidade social da agricultura familiar” como “protagonista de um projeto econômico viável” (2003, p. 177).

A emergência da identidade da “agricultura familiar” possibilitou um rápido reconhecimento desta categoria como “sujeito a ser fortalecido” e para isso, beneficiado com políticas públicas subsidiadas. Segundo Martins (2003), o Estado tomou uma decisão estratégica, neste período, quando optou por buscar um *sujeito social da reforma agrária* no pequeno agricultor que “gravitava” à margem da agricultura de exportação. Em suas palavras:

O problema maior estava justamente na identificação e definição do sujeito social da reforma, um sujeito de destino, que indicasse um protagonista histórico coletivo não só do uso das terras alcançadas pela reforma, mas também de um setor alternativo da economia que tivesse identidade consistente. Era o caso dos pequenos agricultores que, ao longo do tempo, gravitaram marginalmente em torno da agricultura de exportação e de suas crises e vicissitudes. Nunca no centro dos projetos nacionais.

Isso se fez com a identificação da agricultura familiar como sujeito social de uma reforma agrária, e de acesso à terra, e de um direito alternativo de uso da terra. A reforma, no período recente, se propôs como reforço numa realidade já existente

que poderia emergir com identidade política própria, a da chamada agricultura familiar. (MARTINS, 2003, p. 176).²³⁰

Assim, objetivando identificar um sujeito social para reforma agrária o governo FHC e suas agências, decidiram reconhecer a agricultura familiar como particular e específica, e que “podia emergir com identidade política própria”, se diferenciado fundamentalmente da agricultura patronal (estas duas modalidades foram definidas oficialmente em FAO/INCRA, 1994).

A partir deste reconhecimento institucional e dos avanços organizativos dos movimentos tem-se que as condições estruturais de apoio à reprodução da “agricultura familiar” melhoraram neste período. Cabe observar que diante deste quando de maior “sensibilidade” com relação às problemáticas desta categoria se processou uma mudança da tática de resistência (combate ao Estado e suas políticas) para o estabelecimento de uma nova relação com o Estado de modo que uma nova forma de relação passou a ser estabelecida, que poderia se denominar de *utilitarista*, visto que os movimentos passam a utilizar os recursos e os espaços estatais (mesmo que poucos) apropriado-se da identidade “agricultura familiar” sem comprometerem-se politicamente com a administração pública.

Entende-se que, neste período de melhoria das condições institucionais, o movimento percebeu que poderia sair da defensiva e passar a articular seu projeto de viabilização da pequena agricultura (que havia se reforçado com os anos de luta) desde que o apresentasse segundo a nova identidade. Assim, parece que se coadunaram as pretensões do movimento com as do Estado em torno da constituição de uma “nova identidade”.

Assim, estas estratégias adotadas e a identidade de resistência assumida foram úteis durante o período do avanço neoliberal. Mas, nos anos mais recentes, principalmente em virtude do diálogo com o Estado e a legitimação política deste setor social, os agricultores passam a assumir outra identidade, a de “agricultor familiar”, que está fundamentando mais claramente seu projeto, produzindo melhoras na relação com o Estado e possibilitando resultados positivos no acesso às políticas públicas. Considera-se que quando o movimento assumiu a identidade

²³⁰ No entanto, a atribuição estatal desta nova identidade ao setor da pequena agricultura não se deu ao acaso. Como já se apontou, esta nova identidade conquistou ainda em meados dos anos 90 ressonância nos interesses do Estado que estava “embaraçado” com a questão da reforma agrária e que buscava “novas bases de apoio para as propostas governamentais” de crédito (políticas sociais) e política fundiária (MEDEIROS, 2001).

de “agricultor familiar” ele saiu da defensiva e passou a constituir-se como sujeito que constrói e propõe um projeto alternativo de agricultura para a sociedade.

A incorporação da identidade de “agricultor familiar” e o estabelecimento de relações próximas com o Estado vêm acompanhadas de mudanças significativas no âmbito do projeto do movimento. O projeto da agricultura familiar é apontado como materialização do projeto da “pequena agricultura”. Destaca-se que a identidade da agricultura familiar apropriada pelo movimento vincula-se, de um lado, a uma pretensão conservadora de preservação da família, considerada, incondicionalmente, como unidade social básica e também como unidade fundamental de produção. Neste aspecto, entende-se que esse conservadorismo fundamenta-se, de um lado, no forte apego à religiosidade tradicional dos agricultores, o que viabiliza uma convivência próxima com a Igreja Católica, restringindo o potencial “emancipatório” do movimento e provavelmente sua abrangência social²³¹. Uma evidência disso é o fato de até os dias recentes algumas lideranças do movimento dos agricultores familiares de Constantina tem atuação dupla: ora nas organizações formais de representação dos agricultores e ora nas celebrações religiosas das comunidades e nos eventos desta estirpe.

De outro lado, o modelo de desenvolvimento rural assumido pelos movimentos fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o mercado interno. Segundo esta perspectiva, o setor do agronegócio dedica-se à produção de *commodities* para exportação e a agricultura familiar responsabiliza-se pela produção dos alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão foi explicitada no lema da Frente Sul da Agricultura Familiar (1999-2001): “*Agricultura Familiar: a mão que alimenta a nação*”. E, posteriormente, reaparece nas chamadas dos Congressos da Agricultura Familiar organizados pela FETRAF-Sul (como demonstra a Figura 7) e em publicações recentes da Federação (como a capa da revista Semear, reproduzida na Figura 8).

²³¹ Adicionalmente, a construção de sua intervenção política aconteceu conjugada com a “renovação” da Igreja, ambas realizadas no período da redemocratização do País e da formação da nova institucionalidade (principalmente durante a década de 80). A proximidade, ou até mesmo ação conjunta, entre a “renovação” da Igreja, a ação política que almejava a formação de um “novo sindicalismo” e a intervenção política dos movimentos populares influenciou a prática dos agentes da agricultura familiar estudados.



Figura 07 - Cartaz do Congresso de fundação da FETRAF-Sul, Chapecó, 28 a 30 de março de 2001.

Observa-se, na Figura 7, referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com alimentos) e a influência ideológica da perspectiva da Igreja no que se refere às metáforas: “Plantando o Novo Sindicalismo” e “Semente de uma Terra Solidária”. Estes elementos fazem parte do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais (época em que se objetivava formar um “novo sindicalismo”, um “sindicalismo autêntico”, que defendesse os interesses dos agricultores, resolvesse seus problemas, etc.); e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.



Figura 8 - Capa da Revista Semear nº 1, nov 2005. Editada pela FETRAF-Sul. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.com.br>>.

A Figura 8 ainda reforça a idéia do “novo sindicalismo” (apontada acima) e apresenta os elementos desejáveis da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observa-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.

Destaca-se que a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar constitui um elemento positivador da pequena produção, que tinha baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos oitenta, representando uma “reviravolta” na forma de representação cultural deste setor social. Mesmo que a agricultura familiar não busque outro papel na sociedade do que a volta a sua função da época do

sistema agrícola colonial²³² deve-se reconhecer que este projeto de agricultura familiar ao reivindicar esta função (“alimentar a nação”), que havia perdido (ao menos ao nível oficial), produziu uma nova significação desta agricultura, ou melhor, adequando os termos, uma *ressignificação cultural positivada* dos elementos desta agricultura. São incorporados ao discurso elementos ecológicos, qualidade dos alimentos, valorização da diversidade, bem estar, etc. A passagem a seguir é ilustrativa:

[...] eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que **o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo**. Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, a agricultura familiar, é uma coisa muito rica, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortaliças, as frutas, o mandioca, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra vender, pra ganhar renda, o leite, criar a carneira corretamente, produzir leite a base de pasto, o soja orgânico hoje tem mercado diferenciado, ele ganha de 20 a 30% a mais por ele produzir um produto diferenciado. (Liderança A. L.).

A retomada de elementos culturais do passado “colonial” foi estabelecida ainda durante a fase de resistência da pequena agricultura, quando se valorizou a produção de sementes próprias, a adubação verde, a reorganização comunitária, a cooperação entre as famílias e a produção de subsistência²³³. Mas, no entanto, a valorização dos produtos da agricultura familiar obteve maior respaldo político e junto aos mercados somente nos anos mais recentes. Para o entendimento deste trabalho, a recente valorização da “produção familiar” deve-se, de um lado, a crítica ao modelo de agricultura especializada, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no País e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos

²³² Com a adoção da “nova” identidade e do “novo” projeto não busca outra coisa a não ser reintegrar-se à sociedade nacional, auto-atribuindo-se a função de “alimentar a nação”, funções que já lhes cabiam no período do sistema agrícola colonial.

²³³ A Liderança A. L. destaca a importância da retomada da produção de subsistência como um elemento que garante a alimentação das famílias e que tem grande potencial comercial tendo em vista a valorização recente da produção da agricultura familiar. Em suas palavras: “Então este modelo de agricultura [familiar], eu acredito eu, que ele vem pra dar melhores condições de vida pras pessoas, pro homem, pra mulher pro jovem que ainda permanece no meio rural. Por que até pouco tempo atrás os agricultores valorizavam muito o supermercado. Ah! eu vou comprar um repolho por que o repolho custa um real, eu vou compra um pé de alface por que custa 50 centavos, eu vou compra o azeite por que a banha custa tanto, né, por que o porco não dá lucro [...] E a COOPAC tem resgatado isso, fez um debate forte, que tudo isso é muito importante, que os mercados foram feitos pro pessoal da cidade e que aquilo que se produz na propriedade o agricultor sabe de onde vem, a qualidade dos produtos é diferente, a contaminação que lá, por exemplo, se ele não usa veneno ele sabe que o produto é sadio. Então, por tudo isso eu acho que hoje nos temos experiências concretas e hoje tem pessoas no meio rural que vivem muito bem, graças a este trabalho da produção familiar que a gente incentiva.”

“artesanais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia²³⁴.

Para a Liderança A. L. o projeto da agricultura familiar abrange também a melhoria da qualidade de vida das famílias e isso passa pela organização e embelezamento da propriedade para ser um “lugar de se viver bem e gostar”. Em suas palavras:

A organização é fundamental em tudo, começa lá na propriedade do agricultor, se não tem organização não avança. Nós já fizemos um trabalho nisso. **Olha o agricultor tem que pelo menos fazer da propriedade dele um lugar de se viver bem e gostar.** Uma vez eu lembro que tinha nos lugar em volta dos galpão cheio de guanxuma e isso, aquilo e o agricultor as vezes não enxergava. Então a gente fez trabalho pra isso. Bom, chegou o final do ano pelo menos compra dois saquinho de cal e cola e pinta as instalações, o galpão, as arvores ao redor da casa, embelezar os arredores com flores, com isso, com aquilo, corta a grama.

Segundo a percepção da Liderança A. L. esta redescoberta da “produção familiar” está propiciando a representação do meio rural como “um lugar de se viver bem”. O entrevistado ainda coloca:

A pequena propriedade hoje que produz leite, que produz “soja orgânico”, que tem lá sua horta familiar, que planta amendoim, que tem fruta, que tem o porco de banha, que tem a galinha caipira, que tem o mandiocal, que tem o batatal, faz com que a família sobreviva bem, que tenha uma vida digna no meio rural.

De modo geral, pode-se destacar que há uma iniciativa de incorporação da idéia de que “é possível ser feliz” como agricultor familiar, como remete a letra da música da agricultura familiar:

[...]
É possível ser feliz com amor e muita paz.
Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais.
O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar.
Trabalhadores fazendo a grande luta popular.
Unindo conhecimento com a coragem de mudar.

Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar.
Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar.
A cotia é pioneira na força de organizar.

²³⁴ Segundo Fröhlich (2002), as preocupações ambientais de nossa época, constituem-se na principal matriz de novos sentidos para o rural contemporâneo. O rural ao ser condicionado pelo processo de globalização é associado a uma noção positiva da natureza, construindo-se como um lugar privilegiado, sobre os planos simbólicos e práticos do contato da sociedade com a natureza. Assim, o rural vem superando muitas das valorações negativas que lhe eram imputadas no ideário da modernização. Este processo que atualmente se constrói relacionando o meio rural com a questão ambiental “tem se constituído na fonte possível de recomposição e ressemantização do rural, revalorizado por todo um aparato simbólico de ‘rusticidade’, ‘autenticidade’, ‘sociabilidade’, e de ‘qualidade de vida’” (2002, p. 18).

Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular. [...]
(MÚSICA DA AGRICULTURA FAMILIAR, GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL,
2006) (grifos nossos).

Em nível geral, compreende-se que a crítica cultural estabelecida pelo movimento ecológico e a crítica econômica e sociológica configuraram maiores possibilidades de legitimação social de projetos alternativos. Cabe reconhecer, entretanto, que a possibilidade não se realiza se algum ator social não assumir para si o objetivo de realização deste projeto. No caso examinado observa-se que a relativa “abertura institucional” representou para o movimento, ora em estudo, a possibilidade de realizar seu projeto de viabilização deste segmento social a partir das referências produtivas e culturais do sistema agrícola colonial, agora ressignificadas e positivadas.

Estes elementos referentes a aspectos de ressignificação de atributos do passado colonial e, mais especificamente, aos elementos conservadores da fundamentação da identidade e do projeto da agricultura familiar, explicam algumas das divergências que motivaram rupturas entre os movimentos identificados com esta agricultura pretensamente familiar e os movimentos sociais ligados a Via Campesina.

Para entender a origem dos conflitos entre os adeptos da agricultura familiar e dos movimentos aqui chamados de camponeses, convém considerar que a postura de preconizar a (re)integração aos mercados nacionais de alimentos se dá com o rompimento (ou pelo menos não priorização) das lutas pela reforma da estrutura agrária e pela transformação radical do Estado (via revolucionária). Esta ruptura se processou principalmente durante a segunda metade da década de 90 e culminou com o estabelecimento da seção da Via Campesina do Brasil em 1999, a articulação da Frente Sul da Agricultura Familiar, também em 1999, e a fundação da FETRAF-Sul em 2001. Ou seja, foram formadas duas organizações gerais, cada uma com sua identidade e seu projeto.

As lideranças adeptas da agricultura familiar entrevistadas demonstraram algumas discordâncias com o projeto da Via Campesina. Ao remeter às diferenças, chamaram atenção para o fato de que eles (agricultores familiares) precisam preservar e fortalecer os agricultores já estabelecidos, que possuem uma cultura local, um modo de produzir, uma estrutura comunitária firmada, propriedades individuais de cada família, em uma expressão síntese: “os com terra”. Este

entendimento da preservação da “agricultura familiar” (“com terra”) implica na negação de um outro tipo de pequena agricultura, que é encontrada nos assentamentos de reforma agrária: os grupos coletivos, sem lotes individuais. No entendimento dos entrevistados, não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar fileiras de “sem-terras” e depois recriá-la nos assentamentos. Além disso, uma liderança argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias, ao mesmo tempo em que são “donas” de tudo, não possuem nada que seja “seu”, não possuem patrimônio. Essa afirmação provoca um questionamento: como ficaria a reprodução social da família sem o patrimônio familiar? A resposta a esta pergunta, levando-se em consideração as informações coletadas com os entrevistados, seria uma afirmação do tipo: não existe agricultura familiar sem unidade familiar de produção, pois, esta agricultura tanto ao nível da definição oficial, quanto na prática dos adeptos desta, requer como condições básicas: uma posse familiar, força de trabalho predominantemente familiar e ausência de separação do trabalho e da gestão na unidade de produção. Ou seja, para existir uma unidade familiar de produção é necessário uma área delimitada para a família explorar (utilizada tanto para a produção da subsistência, quanto para a comercialização e obtenção de renda para o núcleo familiar). E, acima de tudo, uma posse familiar é necessária para possibilitar a organização e ocupação do trabalho dos membros da família visando tanto à reprodução e ampliação do capital, a garantia da melhoria da qualidade de vida da família, quanto condições para a formação de novas unidades familiares de produção aos descendentes. Estas características não podem ser observadas na íntegra em assentamentos com lotes coletivos²³⁵.

Fica evidente, pelos elementos supracitados, que o movimento ao apropriar-se do termo “agricultura familiar” tende a conferir-lhe um novo significado potencialmente distinto do(s) significado(s) acadêmico(s) e político(s).

Em síntese, as estratégias de reprodução da agricultura familiar fomentadas pelo movimento de agricultores em Constantina fundamentam-se, primordialmente, na preservação da unidade doméstica de produção enquanto unidade básica de reprodução da família agricultora. Estimulam-se formas de cooperação e de ajuda mútua, mas não além das estimuladas e recomendadas pela Igreja desde os anos

²³⁵ Tendo em vista que não existe a demarcação do lote familiar; o trabalho familiar não pode ser aplicado na unidade de produção familiar, pois ela não existe; e, normalmente os assentamentos coletivos possuem clara divisão social do trabalho, onde a gestão e o trabalho podem estar separados.

oitenta. Ou seja, as atividades cooperativas não passam de atividades complementares à unidade produtiva familiar (como nas agroindústrias, nas associações de máquinas, nos condomínios) ou constituem atividades pontuais como o mutirão na construção de casas, galpões, estrebarias, o auxílio às famílias com pessoas doentes, etc. Assim, mantém-se individualizado o essencial da produção da unidade e as atividades cooperativas que propiciam renda (agroindústrias, condomínios, etc.) figuram como complementares à segurança familiar.

Por outro lado, como já se chamou atenção, a remodelagem e ressignificação cultural da “pequena agricultura” em “agricultura familiar” tem fortalecido politicamente este setor social e propiciado o estabelecimento de melhoras na relação com o Estado e com a Sociedade. Considera-se que isso se deve, em grande medida, a eficiente mobilização sóciopolítica dos atores deste segmento e as pretensas intenções do Estado em dialogar com este segmento social para despolitizar a pauta da reforma agrária (como apontou MEDEIROS, 2001). De toda forma, o que se quer chamar atenção aqui é que, com esta “renovação” tanto política, quanto socioeconômica, o projeto da agricultura familiar tem se firmado como um dos principais projetos políticos para o setor rural ²³⁶.

Mas, não se pode dizer que, esta melhoria do reconhecimento público e o aumento da oferta de políticas públicas, seja extensivo a todos os segmentos empobrecidos do campo. Tanto os programas públicos, quanto o projeto da agricultura familiar, defendido pelos atores sociais a eles afiliados, buscam fortalecer o segmento social que pode ser potencialmente sustentável (economicamente viável), desde que subsidiados com algumas políticas. Dessa forma, os segmentos camponeses que não são “potencialmente sustentáveis” (os mais fragilizados e marginalizados), aparentemente, não estão entre o público beneficiário (prioritário) nem das políticas de fortalecimento oferecidas pelo Estado nem das organizações representativas da agricultura familiar. Não o estão ou porque não possuem capacidade de responder aos recursos públicos com produção de matérias primas

²³⁶ Segundo dados divulgados no ano de 2005, de uma pesquisa feita pela FIPE/USP (encomendada pelo MDA), sobre a participação relativa das cadeias produtivas da agricultura familiar no PIB (Produto Interno Bruto) e no agronegócio brasileiro, tem-se que: o setor do agronegócio (entendido como todas as cadeias produtivas que utilizem os produtos e subprodutos provenientes das atividades agropecuárias) representa 31% do PIB nacional, enquanto o setor da agricultura familiar participa com 10% deste coeficiente; já ao se observar os dados sobre o estado do Rio Grande do Sul, tem-se que o agronegócio representa 50% do PIB e a agricultura familiar participa com 27% deste montante. (FIPE/USP, 2005).

ou porque não desenvolvem a “agricultura familiar”: são agregados, parceiros, ocupantes, “bóias-frias”, cablocos, indígenas, etc. Assim, estes continuam a mercê de organização tanto para reivindicar a inclusão nas políticas já existentes, quanto para afirmar suas especificidades perante o Estado e a Sociedade. Estes setores “excluídos” das políticas públicas e “não prioritários” às organizações da agricultura familiar, têm merecido atenção dos movimentos afiliados à Via Campesina.

Cabe também assinalar que embora as organizações da agricultura familiar e a Via Campesina tenham diferenças, observam-se também algumas similitudes entre o projeto da “agricultura familiar” e o da “agricultura camponesa”. Inicialmente cabe reconhecer que ambas partem do resgate de formas de organização comunitária da agricultura colonial ou camponesa e de elementos culturais e de produção específicos. Ou seja, buscam no passado referências para projetos de futuro. Apontou-se, no Capítulo 3, que alguns intelectuais orgânicos da Via Campesina tem elaborado, recentemente, propostas de estabelecimento de uma tática de formação de Comunidades de Resistência e Superação. Mas, o que isso representa? Busca-se resgatar elementos da agricultura camponesa (autônoma) que vão desde recuperação de sementes e formas de produzir até formas de viver, elementos culturais e de organização das comunidades camponesas²³⁷. Este resgate estaria inserido em uma estratégia maior de formação de um “novo” modelo (projeto) de organização da agricultura e um novo modo de produção (para superação do capitalismo). Esta busca de elementos culturais do passado para serem reinterpretados segundo a realidade atual parece ser uma similaridade entre os dois projetos em questão.

5.2. O CONTEXTO POLÍTICO E SEU CONDICIONAMENTO SOBRE O POTENCIAL TRANSFORMADOR DO PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o referencial teórico adotado quando o movimento social passa a propor um projeto alternativo para a sociedade envolve-se em uma disputa pelo controle dos “rumos do desenvolvimento”. Ou seja, supõe-se que os projetos de

²³⁷ Uma obra não citada no Capítulo 3, mas que representa claramente esta busca da retomada dos elementos culturais e organizativos camponeses é “*Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa*” de Frei Sérgio Görden (2004).

diferentes atores em disputa não são convergentes, razão pela qual o potencial transformador de um projeto vai depender da capacidade política de superar as restrições colocadas pelo seu adversário social.

No caso do movimento em estudo, a aceitação da complementariedade de funções entre o projeto do agronegócio e o da agricultura familiar e ainda o relativo apoio do Estado ao segmento da agricultura familiar, leva a supor que o projeto deste segmento tenha alto potencial de transformação. Entretanto, os dados recolhidos indicam um quadro de acentuados conflitos para a realização do projeto.

Analisando-se a trajetória do movimento, a partir das falas dos entrevistados, pode-se afirmar que não existiu um único adversário do movimento, no sentido atribuído por Touraine (com quem o ator disputa grandes orientações na sociedade). Inicialmente o adversário foi identificado basicamente nos defensores do sindicalismo tradicional, que mantinham relações clientelistas e paternalistas com os representados e atrelavam-se aos governos para viabilizar as políticas assistenciais. Também era visualizado o Estado como oponente, tendo em vista que, no início da década de 80, se fazia sentir de maneira acentuada as consequências perversas das políticas de modernização da agricultura. O Estado era tido também como autoritário e repressor. A COTRISAL é outra organização que figura na lista dos grandes adversários do movimento dos agricultores familiares de Constantina. Nos primeiros anos ela era vista como o agente local da modernização e da especialização da agricultura e, mais recentemente, considera-se que o modelo de agricultura calcado no agronegócio materializa-se na COTRISAL (a nível local e regional).

Ao final dos anos 90 e, mais precisamente, após a entrada no século XXI, passam a ocorrer releituras e rompimentos às políticas neoliberais e por consequência o Estado volta a assumir algumas políticas de estímulo aos setores produtivos e aumentam as políticas de proteção social aos setores populares. Com esta nova orientação do Estado foi propiciado o estabelecimento de políticas públicas específicas de fortalecimento da agricultura familiar como o crédito, estímulo à produção de alimentos, seguro agrícola, moradia rural, programas educativos, assistência técnica, entre outros.

A novidade no cenário do fomento público aos setores da agropecuária são as eminentes disputas entre atores sociais com projetos de agricultura divergentes e antagônicos entre si.

Na medida que se constituiu um projeto nacional de consolidação da agricultura familiar, os movimentos agrupados nesta proposta visualizaram no segmento social da grande agricultura (ou agronegócio) o principal adversário na disputa da organização social da agricultura. Este segmento é identificado, pelos agricultores familiares locais, como sendo a FARSUL e as cooperativas tradicionais (COTRISAL) e, mais especificamente, o Ministério da Agricultura (que sustenta as políticas do agronegócio).

O movimento dos agricultores familiares se opõe ao projeto do agronegócio por identificar que o meio rural não pode ser tratado apenas como um setor econômico que deve responder com produção para o grande mercado. Ao contrário, os agricultores familiares reivindicam que se perceba o meio rural como um espaço multifuncional, onde as políticas públicas devem buscar a consolidação da unidade produtiva da agricultura familiar, que permite o desenvolvimento sustentável das potencialidades locais, objetivando fundamentalmente suprir as necessidades alimentares, tanto dos agricultores, quanto da população em geral.

O agronegócio e a agricultura familiar nos últimos anos têm mantido forte conflito não só na disputas pelos recursos públicos, mas tem travado “quedas de braço” dentro da própria máquina estatal, até mesmo com o estabelecimento de um ministério para cada projeto de agricultura. Como se destacou, recentemente no governo federal passaram a coexistir dois ministérios relacionados ao estímulo às atividades agropecuárias e ao desenvolvimento do meio rural: de um lado, encontra-se o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento que mantém políticas claramente identificadas com o estímulo ao agronegócio; e, de outro lado, está o Ministério do Desenvolvimento Agrário que promove políticas de apoio à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros.

No entender deste trabalho, esta disputa e, mais especificamente, a institucionalização da disputa, demonstra a força e o reconhecimento que o projeto da agricultura familiar alcançou, tendo em vista que a “grande agricultura” sempre teve forte expressão e respaldo político no Estado e na sociedade brasileira.

No caso do município de Constantina os agricultores familiares alegam que foram diretamente atingidos pela decisão do governo federal de apostar tanto no agronegócio, como fomentador de índices positivos na balança comercial de exportação, quanto na agricultura familiar, que busca o desenvolvimento do mercado

interno através de iniciativas que visam a sustentabilidade social e ambiental. Um exemplo disso é o caso da agricultura orgânica que se desenvolvia no município. A Liderança I. V. elucida esta questão:

O governo não tá fazendo o que deveria fazer que é fortalecer o mercado de alimentos interno, produzir produtos de mais qualidade. E, um exemplo típico disso é a questão do governo ceder a questão dos transgênicos, atrapalhou o projeto de agricultura orgânica que nós tínhamos aqui. Então, é uma coisa que nós ia evoluir, agora com esta liberação o governo passa a nos inviabilizar numa alternativa sustentável que nós tava tendo aqui.

Para Liderança I. V. as políticas públicas de estímulo à agricultura familiar estariam ainda abaixo das expectativas do movimento, como relata:

Apesar de alguns avanços que nós tivemos, [...] as políticas públicas elas ainda passam longe de nós, porque hoje nós ainda não criamos a condição ou o governo é muito resistente em fazer algumas apostas na agricultura familiar, preferiu apostar no agronegócio e nas exportações.

Além da disputa com a agricultura especializada, a “grande agricultura” ou o agronegócio, mais recentemente os atores sociais da agricultura familiar passaram a disputar, em algumas questões específicas, com os movimentos sociais “camponeses” (Via Campesina). Algumas disputas entre o Departamento Rural da CUT e o MST já existiam desde o início dos anos 90, mas referiam-se principalmente à influência sobre as bases sociais. No entanto, mais recentemente, as disputas passaram a dar-se mais no terreno ideológico do projeto de agricultura, na legitimidade da representação social da pequena agricultura e no campo do acesso aos recursos públicos. Pelos elementos que diferenciam estas duas perspectivas expostas neste trabalho têm-se que a grande diferença de projeto se dá no entendimento de como se relacionar com o Estado e a integração ou resistência aos mercados e ao capital. Enquanto a Via Campesina advoga pela construção de resistência da agricultura camponesa, a FETRAF-Sul busca fortalecer o setor da agricultura familiar e possibilitar a integração desta aos mercados nacionais. Em outras palavras, enquanto a Via Campesina busca transformar a estrutura agrária e de poder para o estabelecimento de um novo modelo de agricultura mais autônoma, a FETRAF tem buscado fortalecer os agricultores familiares objetivando contrapor o agronegócio no que se refere a eficiência produtiva, geração de postos de trabalho e combate às desigualdades sociais. O Estado torna-se, para a FETRAF-Sul, um potencial parceiro (ao menos em parte) na implementação do projeto da agricultura familiar, na medida que a Via Campesina

tem mostrado algumas “desconfianças” quanto aos reais interesses das políticas públicas oferecidas pelo Estado. Esta última organização alega que o Estado serve aos interesses da classe dominante e considera que, mesmo em administrações pretensamente populares, as possibilidades reais de transformação pela via institucional são ínfimas. Assim, advoga pela estruturação de uma nova forma de organização social que ainda estaria em construção e que chama de “um projeto popular para o Brasil”²³⁸.

Em síntese, considera-se que o fortalecimento das organizações da agricultura familiar veio associado à diferenciação de seu projeto com relação a outros atores que antes eram seus aliados. Este processo de diferenciação do projeto ao mesmo tempo em que faz o movimento avançar por explicitar suas reivindicações acelera a diferenciação e fragmentação de projetos, potencializando seus opositores.

5.3. A ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO E SEU CONDICIONAMENTO SOBRE O POTENCIAL TRANSFORMADOR DO PROJETO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A realização da transformação social pela via institucional sempre coloca claras diferenças entre o desejável e o possível. No caso do movimento estudado é claro o estreitamento da relação com o Estado. Neste sentido, coloca-se a questão sobre em que medida esta relação favorece a realização do projeto ou lava ao abandono dos elementos questionadores da “ordem estabelecida” contidos potencialmente no projeto.

O levantamento das políticas públicas (expresso no Quadro 3), no caso estudado, revela que, em certa medida, os movimentos sempre buscaram que os governos operacionalizassem o atendimento às suas reivindicações.

²³⁸ O agente central na construção do “projeto popular para o Brasil” chama-se de Consulta Popular e é constituído de uma agremiação de movimentos sociais (rurais e urbanos), intelectuais, ativistas sociais, entre outros.

No Quadro 3 é feita uma tentativa de enumeração das políticas públicas que os agricultores acessaram. Nele pode-se observar que na primeira metade da década de 80, em uma conjuntura ainda da ditadura, algumas políticas existentes eram provenientes do governo federal e um posto de saúde era mantido pelo governo estadual. A partir da segunda metade dos anos 80, com a mudança de direção do STR, este começa trabalhar com assistência técnica, atendimento público na área da saúde e, acima de tudo, pressiona o poder público municipal a assumir estes serviços, o que ocorre a partir de 1988, coincidindo com o processo de democratização e municipalização previsto na Constituição. Na primeira metade dos anos 90, época de hegemonia neoliberal, mantém-se um quadro semelhante ao da segunda metade dos anos 80, com o diferencial que é instalado um escritório da EMATER no município (responsabilidade estadual) e aumentam as iniciativas próprias das organizações da agricultura. Já na segunda metade dos anos 90, ocorrem mudanças significativas, motivadas, principalmente, pelo aumento de algumas políticas federais (principalmente o PRONAF) e mais algumas de iniciativa própria das organizações locais (produção orgânica). No entanto, observa-se um aumento mais significativo nas políticas públicas a partir de 1999, quando da entrada do governo popular no RS. Aumentam as políticas estaduais de fortalecimento da agricultura familiar, incentivo a agroindústrias, comercialização, seguro agrícola, habitação rural, educação, etc. A partir de 2001 com a entrada de uma administração popular no nível municipal são apoiadas algumas das políticas iniciadas pelo governo estadual (como nas agroindústrias) e formadas novas políticas neste âmbito. Mais recentemente (a partir de 2003), o governo federal também tem ampliado consideravelmente as políticas oferecidas ao setor da agricultura familiar.

Observa-se, então, que no período recente ocorre uma maior aproximação com o Estado, devido ao aumento do número e da diversidade de políticas públicas. Ou seja, os agricultores familiares têm conseguido ampliar o comprometimento estatal com a agricultura familiar nos últimos tempos.

Cabe constatar, entretanto, que tem se intensificado a dependência da agricultura familiar com relação às políticas públicas. Assume-se, para este trabalho, que os agricultores familiares parecem depender de políticas públicas favoráveis para manterem-se e, principalmente, esta sentença é válida quando se busca a ampliação e a consolidação do projeto da agricultura familiar. Abramovay (1998), em

1992, já afirmava que a agricultura familiar é a forma de agricultura predominante dos países desenvolvidos, por ser mantida (“subsidiada”) e controlada por “critérios públicos, definidos institucionalmente”²³⁹. E ainda acrescentava o referido autor:

Esta é uma das razões pelas quais as políticas públicas para a agricultura capitalista contemporânea tendem a incorporar elementos que não são exclusivamente econômicos: o meio ambiente, a luta contra o abandono do campo, o estímulo a diversificação das atividades produtivas [...] (ABRAMOVAY, 1998, p. 253).

As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, no período recente, parece ter cumprido, em certa medida, a superação do *exclusivismo econômico*, pois têm objetivado não só estimular a produção de *commodities*, mas também têm buscado incrementar a diversificação das atividades agropecuárias, das fontes de renda e da qualidade de vida no meio rural.

Ressalta-se, também, a mudança de postura na relação dos movimentos da “agricultura familiar” com o Estado. De uma postura eminentemente reivindicatória evoluiu-se para uma postura crítica e mesmo para a parceria na execução de políticas públicas.

As políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar são incertas (podem deixar de serem prioridade com mudanças de governos) exigindo do movimento e das organizações da agricultura familiar, inicialmente, a ampliação das relações com várias instâncias e níveis de governo para ampliar e manter políticas. No caso de Constantina, as organizações de agricultores familiares mantêm relações cordiais com pelo menos um nível de governo desde 1999 (governo do estado do RS, depois, a partir de 2001, com a Prefeitura e a partir de 2003 com o governo federal). Esta relação próxima com os governos populares, desde 1999 até o momento atual, tem possibilitado significativos aumentos de políticas públicas ao setor (como se apontou no Capítulo 4).

As organizações dos agricultores de Constantina têm demonstrado preocuparem-se com acesso e as “descontinuidades” das políticas públicas. Com vistas a isso e outros fatores, tem estruturado organizações ao nível local e regional (COOPAC, CRESOL, COOPERAC, COPERHAF, entre outras) visando tanto

²³⁹ Para Abramovay (1998) a característica central da agricultura moderna dos países de capitalismo desenvolvido está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu processo de desenvolvimento. Como escreve Abramovay (1998, p. 253): “É nesta unidade entre a natureza fundamentalmente familiar da agricultura e seu funcionamento a partir de critérios públicos, definidos institucionalmente e onde o mercado pesa cada vez menos que reside justamente a pedra de toque da modernização da agricultura nos países capitalistas avançados.”

otimizar os recursos das políticas públicas obtidas quanto fortalecer as experiências alternativas de produção, comercialização, crédito, educação e habitação rural.

Esta postura do movimento tem propiciado o desenvolvimento do que Ricci (2000) chamou de “nova institucionalidade pública”. É bem verdade que este fenômeno que Ricci assim denominou refere-se originalmente ao processo de substituição de alguns serviços públicos (“enxugados” pelas reformas do Estado de inspiração neoliberal) por entidades locais – do território – que buscaram suprir o vácuo da ausência do Estado. Mas, de toda forma, este foi um processo que se deu no caso em estudo (como foi apontado no Capítulo 4) e que propiciou o fortalecimento das organizações da sociedade civil. Em Constantina, exemplos de formação de uma nova institucionalidade podem ser apontados com a seguinte ordem: o Sindicato a partir de 1986 passou a assumir serviços de assistência técnica e de atendimento na área da saúde; em 1991 foi criada a COOPAC objetivando dar suporte operacional e fomentar alternativas de renda aos pequenos agricultores; em 1998 criou-se uma unidade da CRESOL para facilitar acesso aos serviços bancários e políticas públicas; mais recentemente foram criadas a COOPERAC objetivando dar suporte e qualificar as agroindústrias familiares e a COPERHAF para intermediar políticas públicas para habitação rural e uma associação de jovens rurais para viabilizar o acesso ao crédito fundiário. Além dessas iniciativas, segundo informações dos entrevistados, o movimento tem participado ativamente nos instrumentos de desenvolvimento territorial: os conselhos setoriais, o COREDE a que pertence e o OP.

Nesta trajetória há um grande aprendizado, também, sobre os requisitos para conquista de políticas públicas e as condições de sua viabilização. As organizações da agricultura familiar que nasceram da crítica ao assistencialismo e da falta de políticas de valorização da pequena agricultura, foram apreendendo e desconfiando das possíveis cooptações que o Estado poderia promover através da liberação de políticas. Com esta trajetória de questionamento dos vícios tradicionais das organizações representativas do segmento e da secundarização de políticas públicas à agricultura familiar estas organizações parecem ter “forjado” uma capacidade ímpar de entrarem nos *governos populares*, proporem políticas, conseguirem políticas favoráveis e, acima de tudo, de apropriarem-se das políticas públicas através da formatação das organizações para terem maior controle sobre os recursos e a aplicação das políticas junto com os agricultores. Assim, as

organizações tomaram consciência de que é necessário manter uma postura crítica, propositiva e também promover uma certa “complementariedade” às políticas oferecidas pelo Estado para ampliar seu alcance e melhor adequá-las a realidade dos agricultores, como observado no caso do PRONAF.

Além disso, as lideranças entrevistadas para realização deste trabalho, chamaram atenção para a necessidade do fortalecimento da articulação com outros atores sociais populares (principalmente com PT e a Igreja) e da representação política do segmento da agricultura familiar (via FETRAF/CUT) como pré-requisito para manter e conquistar novas políticas públicas ao setor²⁴⁰.

A partir destas considerações convém refletir em que medida os movimentos sociais assumem a condição de “mediador” entre os sujeitos e o Estado, segundo a concepção de Touraine (2003). No caso em estudo pode-se extrair que as organizações da agricultura familiar e as representações formais desta agricultura exerceram este papel. Exerceram na medida que intervieram junto ao Estado buscando os interesses dos seus pares e, ao mesmo tempo, buscaram as demandas dos agricultores e não hesitam em tornarem-se executores parceiros do Estado nas políticas de incentivo a agricultura familiar. Ou seja, o movimento dos agricultores familiares busca, de um lado, pleitear as demandas dos agricultores junto aos Estado e, de outro, contribui com sua estrutura na execução das políticas públicas objetivando facilitar o acesso e otimizar os recursos públicos a serem aplicados pelos seus pares.

Contudo, cabe observar que esta nova condição pode possibilitar a criação de novos vícios ou a recriação de antigos, como o clientelismo ou o paternalismo, devido ao fato de muitas políticas públicas serem intermediadas pelas organizações da agricultura familiar. Os antigos vícios mencionados processavam-se através do estabelecimento de relações de poder dos agentes fornecedores de recursos (públicos) sobre os recebedores (beneficiários). Estas relações continham intrínsecas em seus atos a retribuição de favores dos beneficiários para os fornecedores. Os favores poderiam ir desde a retribuição com a deposição do voto em eleições até a lealdade na defesa e sustentação política dos governos. Esta modalidade de vícios acredita-se que não seja praticada no exato significado dos termos, mas, em parte talvez. Pois, na medida em que os agricultores são

²⁴⁰ Tal aspecto pode estar relacionado a questão da conjunção de forças comentado na seção anterior.

beneficiados com políticas públicas disponibilizadas pelos governos e intermediadas, na execução, pelas organizações dos agricultores, estas estabelecem relações com os agricultores (não declaradas) de legitimação política de suas ações e dos governos²⁴¹. Mas, acredita-se que estas ações intermediárias das organizações da agricultura familiar com as suas bases são mais adequadas do que a relação direta dos governos com os agricultores, tendo em vista que, desta maneira, é legitimado o projeto da agricultura familiar e a tática de disputar políticas nos governos. No entanto, deve-se destacar que estas relações podem ser usadas para a recriação dos “antigos” vícios se os dirigentes das entidades assim pretenderem.

A percepção dos limites da atuação do Estado tem motivado, entretanto, posturas diferenciadas por parte do movimento. A Liderança I. V., quando foi interrogado se houve mudanças na relação do movimento com o Estado nos últimos anos, exclamou:

Essa é uma coisa latente [a mudança de relação] e cada vez vai ser mais, por que, as organizações estão se fortalecendo e tão querendo que o governo mude e o governo muitas vezes não muda na velocidade com que a gente espera. Então, há um aumento de conflito e o governo também não consegue mais dominar as organizações por que elas estão se fortalecendo e estão fazendo mudanças importantes, sociais e políticas e que muitas vezes o Estado ou o governo não consegue acompanhar estas mudanças.

Se tomado por indicativo de fortalecimento da agricultura familiar o critério de que as políticas públicas a este setor devem ser autônomas aos interesses dos mercados, como aponta Abramovay (1998), pode-se afirmar que as políticas públicas recentes têm obedecido em grande parte este critério. Citam-se algumas políticas referidas neste trabalho que obedecem este critério: o “Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar” vinculado ao Programa Fome Zero, o Programa de Habitação Rural, as políticas de fortalecimento das agroindústrias familiares, educação e alfabetização rural, Crédito Fundiário, e algumas modalidades do PRONAF. Assim, apesar de identificar-se certa dependência da agricultura familiar ao “sopro de bons ventos” de políticas públicas, acredita-se que tanto alguns setores dos governos (e principalmente as administrações populares), quanto às organizações da agricultura familiar têm feito esforços no sentido de construírem certa autonomia na implementação de políticas públicas ao

²⁴¹ Na execução das políticas públicas as organizações da agricultura familiar possuem a possibilidade de legitimarem-se perante os favorecidos pelas políticas, pois são elas que executam a liberação dos recursos (através da CRESOL) ou a execução das políticas (como nas agroindústrias, no Fome Zero, no crédito fundiário, etc.).

desenvolvimento das potencialidades locais e da sustentabilidade da agricultura familiar.

Embora os dados empíricos apontem para uma situação de autonomia política relativa do movimento frente às propostas do Estado, cabe reconhecer que a composição “plural” do Governo leva a restrição do potencial “renovador das estruturas sociais”. As evidências indicam que o movimento avança e é crítico dentro de certos limites pré-estabelecidos pela composição política dos governos. Assim, a consideração da natureza desta interação é que pode explicar, por exemplo, a transição de um projeto centrado na produção agroecológica (ênfase adotada em meados da década de 90) para um projeto centrado na agregação de valor pela agroindustrialização (ênfase atual).

5.5. O POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO DO MOVIMENTO

Inicialmente considera-se que as ações criadoras do movimento deram-se em duas grandes fases diferenciadas entre si: uma deu-se quando o movimento estava em uma condição de oposição e o Estado não reconhecia o setor da agricultura familiar; e outra depois do reconhecimento estatal da especificidade social e econômica da agricultura familiar.

Na primeira, as ações criadoras do movimento davam-se principalmente baseadas numa tática de construção de resistência a um modelo econômico de modernização da agricultura mediante a especialização produtiva que lhes era desfavorável. Para isso, buscava resgatar elementos da agricultura colonial como o fortalecimento dos laços comunitários, a produção de sementes e adubos na propriedade, fortalecer a produção de autoconsumo e diversificar as atividades produtivas comerciais. Assim, as iniciativas criadoras visavam fortalecer a agricultura autônoma e para tal foram criadas associações de cooperação agrícola, o CETAP e a COOPAC.

Simultaneamente encaminhava a luta pela via institucional (sindical) e articulava-se a outros segmentos sociais que faziam oposição à ordem social e econômica estabelecida. Atuava, assim, na luta por um projeto, mas não era o protagonista principal na sua construção. Poder-se-ia afirmar que este procurava ir além da busca pela transformação dos valores e das instituições da sociedade local,

almejava somar-se no movimento popular geral, na disputas dos rumos da sociedade brasileira. No que se refere ao potencial de transformação das iniciativas do movimento, defende-se a tese de que, num primeiro momento, este buscava a transformação tanto das instituições e dos valores, quanto se inserir na disputa das orientações gerais da sociedade (rumos do desenvolvimento).

No segundo momento, diante da melhora da conjuntura política e da priorização de ações que visaram a transformação das instituições para afirmação/integração do segmento social da agricultura familiar, percebe-se que o movimento colocou em segundo plano a busca pela superação do capitalismo. O que almeja no horizonte histórico das ações que promove não é mais participar da tomada do poder junto à classe trabalhadora (“movimentos populares”), mas tem procurado, fundamentalmente, a democratização da sociedade através da inclusão social, da construção da cidadania e da melhor distribuição da renda.

No período mais recente, representantes do movimento ascendem a esfera de decisão pública (do poder) e sua participação nesta esfera tem condicionado seu potencial de transformação. Acredita-se que o eixo norteador do movimento, neste âmbito, foi promover o segmento social da agricultura familiar e a sua integração relativamente autônoma a economia nacional, mas dependente de políticas públicas²⁴². O alcance destes objetivos implica em um processo complexo que envolve, simultaneamente, promoção de mudanças institucionais, afirmação de seu projeto junto aos espaços de poder, ações locais e mudanças das referências culturais sobre o processo de desenvolvimento da agricultura.

Quanto às mudanças institucionais o movimento passa a buscar principalmente a democratização das esferas de decisão estatais. Neste aspecto tem primado pela abertura de canais de diálogo visando a incorporação das demandas dos setores populares, notadamente, no que tange em participar da elaboração de políticas públicas e a sua operacionalização junto a sociedade.

Na afirmação de seu projeto junto às estruturas de poder tem aceitado a convivência com o agronegócio, o que restringe o alcance de seu projeto e tem colocado em questão alianças históricas com outros atores populares. Esta “convivência” com o agronegócio, aparentemente contraditória, fundamenta-se em um marco legal de coexistência de duas agriculturas: uma para produção de

²⁴² Fica um questionamento em aberto, os agricultores familiares conseguiram consolidar-se e estabilizar-se social e economicamente ou permanecerão vulneráveis ao “sopro dos bons ventos” das políticas públicas?

alimentos (mercado interno) e outra para produção de *commodities* de exportação. Assim, em uma sociedade democrática e plural poderiam conviver lado a lado duas formas de agricultura, com funcionalidades específicas para a Nação.

No âmbito das ações locais, estas se direcionam para a efetivação das políticas públicas. Foram criadas a CRESOL, a COPERHAF, a COOPERAC, associação de jovens rurais, agroindústrias familiares... organizações que servem para facilitar o acesso às políticas públicas ou para otimizar a aplicação dos recursos públicos acessados em atividades geradoras de renda.

Tais ações têm visado, sobretudo, a melhora das condições de reprodução deste segmento social, como reconhecem as lideranças entrevistadas. As lideranças entrevistadas deram algumas indicações dos principais avanços do movimento, das transformações produzidas:

[...] depois que a gente conseguiu o Sindicato, 93 se constitui a Cooperativa [COOPAC], houve este avanço na área da produção, uma **diversificação**, Constantina hoje é um dos municípios mais diversificados da região. (Liderança A. L.).

Eu não imagino a agricultura familiar sem o sindicalismo, nós não teríamos a agricultura familiar sem ter a luta sindical, certo. Bom as políticas que nós temos hoje foi fruto desse trabalho do movimento sindical, do movimento cooperativista e tal. [...] por isso, que nós ainda temos agricultores na roça sobrevivendo e vivendo até bem, por mais que a gente sabe que o agricultor reclama bastante, né. Mas, **se nos comparar a agricultura de 10 anos atrás com hoje, mudou muito, a tecnologia, a comodidade, o conforto, hoje não tem quase nenhum agricultor que não tem telefone, que não tem o conforto necessário prá se viver.** Se nós pega a dez anos atrás ninguém tinha isso quase. Uma boa parte ainda não tinha luz ou não tinha recurso pra gastar, pra ir em festa e tal. E hoje o pessoal tem essa oportunidade, eu diria que essa comodidade. Por mais que eu sô um defensor que falta muita coisa pra agricultura ainda. Mas eu diria que avançamos bastante, né. (Liderança B. Z.)²⁴³

Bom, nós conseguimos construir, primeiro, acho que a **consciência dos agricultores** do que é um sindicato, do que é um direito a uma saúde, do que que é uma cooperativa de produção, uma cooperativa dos agricultores familiares, do que que é um movimento de mulheres, do que é uma administração pública. **Eu acho que se construiu na verdade a cidadania**, se construiu o acesso ao crédito, construiu o acesso a várias políticas públicas. (Liderança I. V.)²⁴⁴.

²⁴³ Continuando a caracterização dos avanços do movimento a Liderança B. Z. comentou: “[...] nós se fortalecemos muito nos últimos anos. Mas também se nós não tiver o cuidado suficiente e eu diria que amadurecer suficientemente, também, a gente corre sérios riscos, né. Eu diria que a elite brasileira não gosta disso, né. Então, nós temos que cuidar agora com a sucessão tanto do governo do estado, como do federal, se não continuar um pouco o projeto e nós se bastante combativo com o governo federal, nós podemos ser muito prejudicado com isso.”

²⁴⁴ A Liderança I.V ainda complementou: “Então se construiu essa visão, esse trabalho, esse projeto, mas ainda tem muito do que fazer. O nosso projeto ele trabalha a questão da inclusão, da renda, da cidadania, isso, ele passa por aí. E fortalecendo o processo de produção, principalmente do ponto de vista da Cooperativa. Agora juntando todos os atores sociais, sim, nós construímos um projeto de

Eu acredito, eu que agora vai ter um salto bastante grande nos próximos anos. Por que a cidade tá ficando cada vez mais inchada de pessoas e estas pessoas que tão na cidade elas precisam de alimento e, por outro lado, os agricultores que permanecem no meio rural eles vão produzir alimentos, vão ter mercado. Então vai se fortalecendo, vão se criando mais agroindústrias, vai se ampliando os pomares de fruta, vai aumentar a produção de leite, por que tudo isso cada vez vai ter mais consumo. Então, de um lado está o consumidor, cooperativas de consumo que estão se criando várias no país. E de outro lado, **o agricultor familiar**, lá criando sua agroindústria, montando sua cooperativa, apostando na sua cooperativa, **ele se tornou mais cidadão, mais sujeito da história também.** (Liderança A. L.).

Cabe observar, inicialmente, que as falas remetem para a mudança nas condições de um segmento social (agricultores ou agricultoras familiares) situado geograficamente e não a “sociedade” ou o ambiente. Em outras palavras, o movimento coloca-se, primordialmente, a serviço da melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares que têm em sua base, deixando em segundo plano a busca por transformações sociais mais amplas ou a preservação ambiental.

As lideranças do movimento parecem identificar seus avanços principalmente no que tange a diversificação da agricultura, a existência de políticas, a melhoria das condições de vida dos agricultores, a construção da “consciência” e a ampliação dos espaços de cidadania. Ou seja, segundo a perspectiva das lideranças, a atuação do movimento tem contribuído decisivamente para o fortalecimento da agricultura familiar, que está se consolidando como produtora de alimentos para a Nação e, com essa função, os agricultores familiares estão se tornando *mais cidadãos e mais sujeitos da história*.

Porém, certos dados indicam a necessidade de olhar criticamente para esta interpretação. A situação atual (1996, dados mais recentes) da agricultura familiar demonstra uma certa redução do número de estabelecimento quando comparada a décadas precedentes, como se apontou nas Tabelas 2 e 6, do Capítulo 4. Esta redução pode ser interpretado tanto como um enfraquecimento da agricultura de pequena escala, pois esta não tem conseguido se viabilizar economicamente,

inclusão social. Tanto é que, nós passamos por mais um momento, eu considero importante, quando nós construímos o projeto Fome Zero. Muitos agricultores não compreendem por que tem que dá. Não é dá mais construir a oportunidade de todas as pessoas terem direito de terem acesso a alimentação. Então, esse é um exemplo típico, que a Cooperativa sofreu muitas críticas, muitas pessoas criticaram nós o Sindicato por ter liderado isso. Mas agora as pessoas tão vendo que não é só distribuição, os agricultores tão tendo oportunidade de comercializar e ter uma renda e construir mais uma linha de produção alternativa que era o sonho, continua e acho que agora tá se efetivando, que é a comercialização direta é a oportunidade do agricultor familiar produzir e comercializar.”

quanto como um certo fortalecimento dos estabelecimentos que permanecem, tendo em vista que a área que foi liberada pelos que saíram ficou com agricultores persistentes, assim, formou-se um segmento de agricultores familiares mais “fortalecidos”. Mas, de toda forma, esta redução do número de estabelecimentos indica a redução do segmento social da agricultura familiar, ou seja, existem menos pessoas que fazem parte da agricultura familiar atual do que duas ou três décadas atrás. Isso indica, segundo a concepção deste trabalho, um certo enfraquecimento da expressão social da agricultura familiar.

De outro lado, os agricultores têm conseguido tornar-se menos dependente dos grandes mercados, na medida que são fortalecidos alguns canais alternativos de comercialização e aumentou-se relativamente a qualidade de vida no meio rural (programa de habitação rural). Porém, atenta-se para o risco de mudanças de governo reduzirem significativamente os recursos destinados ao fortalecimento deste setor e causarem retrocessos na organização de fontes alternativas de renda, de canais de comercialização e na própria sustentabilidade da agricultura familiar.

Mas, entende-se que o potencial renovador do movimento não se resume aos aspectos anteriormente colocados. Retomando Castells há necessidade de perguntar-se em que medida o movimento promove uma “renovação cultural”. Neste sentido, compreende-se que a sociedade ocidental experimentou um modelo de agricultura (agricultura especializada) e vem buscando superá-lo, mas não encontrou referências concretas sobre o(s) modelo(s) alternativo(s). O que se observa, então, é que o movimento dos agricultores familiares apropriou-se deste espaço para apresentar o seu projeto (estabelecido há décadas pelo sistema agrícola colonial) como o projeto alternativo buscado pela sociedade. O “agricultor familiar” apresenta-se, assim, como agente desta agricultura alternativa que a sociedade deseja. Tal processo implica uma releitura dos modos de vida e de produção que eram considerados “inadequados”, “atrasados”, “ineficientes” e que passam a ser idealizados.

Há também a intenção em reinterpretar positivamente elementos culturais da “pequena agricultura” ressignificando-a na “agricultura familiar”. Esta nova identidade, como se apontou, fundamentou uma renovação cultural da “pequena agricultura” (que era carregada de adjetivos negativos) atribuindo-lhes significados positivos, tais como: “produtora de alimentos para a Nação”, “moderna”, “eficiente”, “limpa”, “sustentável” e “solidária”. Em outras palavras, o principal potencial do

movimento seria a conquista da valorização do setor social como sujeito produtor de alimentos e digno de respeito (revertendo os significados pejorativos que lhe eram atribuídos).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1998.

_____. Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais. **Gazeta mercantil**. São Paulo, p. A3, 28 jun 2001. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>>. Acesso em: 09 jul 2004.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 13, n. 37, p. 05-30, jun 1998.

AUED, Bernardete Wrubleski. Nos caminhos da cisão. In: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento de estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora UNIJUI/AGB, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BITTENCOURT, Gilson A.; ABRAMOVAY, Ricardo. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol**. São Paulo, 2000. Mimeo.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo** - eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BONATO, Amadeu A. O Sindicalismo e as organizações da agricultura familiar da região Sul. In: FETRAF-SUL/CUT. **Mutirão da agricultura familiar**. Chapecó, 2003. Mimeo.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.

BRUYNE, Paul de. et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BRUM, Argemiro Jacob. **A Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. **Cadernos de sociologia**. v. 6, p. 89-111, 1994.

CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 5, out 1987.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: MEPEF-IIICA. 1998. Mimeo.

_____. **Comunidades de resistência e superação**. Curitiba, 2002. Mimeo.

_____. (org.) **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba/Brasília, 2004. [No Prelo].

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

_____. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

_____. **O fim do milênio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 3).

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTILHOS, Dino Sandro de. Construindo a identidade da agricultura familiar. In: FETRAF-SUL/CUT. **Mutirão da agricultura familiar**. Chapecó, 2003. Mimeo.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR (CAPA). **23 anos contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/index1024.html>>. Acesso em: 10 dez 2005.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **O nascimento da CPT**. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em: 19 out 2005.

CONFERÊNCIA DE VITÓRIA: TERRA, ECOLOGIA E DIREITOS HUMANOS, 1993, São Paulo. **Memória ...** São Paulo: Secretária da Conferencia de Vitória, 1993.

CONSTANTINA. **História do município de Constantina 1900-1984**. Constantina, 1984. Mimeo.

CONTERATO, Marcelo A. **A Mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS, 2004, (Dissertação de Mestrado).

CORDEIRO, Ângela. et al. **Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil**. [Relatório Preliminar de Estudo encomendado pela FAO]. 2003. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

DALLA NORA, Helenice A. D. **A organização sindical rural no rio grande do sul e o surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)**. Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História. UPF, 2003, (Dissertação de Mestrado).

DA ROS, César Augusto. **O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo**. Rio de Janeiro: CPDA, 2002.(Série Ruralidades n. 4).

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária brasileira no pós guerra e sua configuração contemporânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Mimeo.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. Atlas: São Paulo, 1995.

DESER. **Estudo de sistemas agrários em Constantina-RS**. Curitiba: DESER, 2002. Mimeo.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. *In*: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 59-80.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto -UTF/BRA/036, 1994, 24 p.

FIPE/USP. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: nov 2005.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL (FETRAF-SUL). **Projeto habitação rural**: Resgatando o Bem Estar na Agricultura Familiar. Chapecó: FETRAF-Sul, 2003. Mimeo. p. 08.

FERNANDES, Bernado Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A questão agrária no limiar do século XXI**. Presidente Prudente: NERA, 2000. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/publicacoes.html>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

_____. **Questões da via campestina**. Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/publicacoes.html>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

FORTES, A. B.; WAGNER, J. B. S. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRÖEHLICH, José Marcos. **Rural e natureza**: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2002 (Tese Doutorado).

FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Resumo estatístico RS**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/index.php>>. Acessado em: 20 jun 2005.

_____. **População residente por situação de domicílio, Rio Grande do Sul - 1900/2005**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_01>. Acessado em: 15 fev 2006.

GARRETÓN, Manuel Antonio. La transformación de la acción coletiva en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 76, p. 7-24, abr 2002.

GAZZOLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. O papel da agricultura familiar para d segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIII, Ribeirão Preto, 2005. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GÖRGEN, Frei Sérgio. **A resistência dos pequenos gigantes**: a luta e a organização dos pequenos agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. [Porto Alegre] [s.n.], 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1998.

GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL. **Música da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 1970.

_____. **Censo Agropecuário**, 1975.

_____. **Censo Agropecuário**, 1980.

_____. **Censo Agropecuário**, 1985.

_____. **Censo Agropecuário**, 1995/1996.

_____. **Censo Demográfico**. 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 jun 2004.

INCRA. **O Brasil desconcentrando as terras:** índice de gini. 2001. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/_down/gini.pdf>. Acesso em: março de 2005.

_____. **Últimas notícias:** Rossetto entrega escrituras do Crédito Fundiário em Constantina (RS). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2005. KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sônia. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. XXVII, 1989, **Anais...** Piracicaba: SOBER, 1989.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

KUHN, Daniela Dias. **O microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS:** a abordagem seniana de desenvolvimento. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS, 2004 (Dissertação de Mestrado).

LENIN, Vladimir I. U. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Brasil Debates, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** 2. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1985.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARIGHELLA, Carlos. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. In: **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasil Debates, 1980.

MARTINS, Adalberto F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo:** as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **O 18 brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Moraes, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, n. 17, jun 1989.

_____. Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci. **Novos estudos CEBRAP**, n. 40, nov 1994.

MENDONÇA, Sonia R. de. 1964: o duplo golpe do campo. **Revista outubro**, n. 10, set 2004.

MORAES, Maria Stela. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

MORAIS, Clodomir Santos. História das ligas camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC). **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/>>. Acesso em: 19 out 2005.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **História do MAB**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 19 out 2005.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). **Origem e organização do Movimento dos Pequenos Agricultores**. Porto Alegre, 2003. Mimeo.

_____. **História do Movimento dos Pequenos Agricultores**. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/>>. Acesso em: 19 out 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 19 out 2005.

MUELLER, Charles C. MARTINE, George. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – a década de 1980. **Revista de economia política**, v. 17, nº 3(67), jul/set 1997.

MUNARIM, Antonio. **Terra Solidária e a identidade dos agricultores familiares do sul do Brasil**. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/595-of10c-st4.pdf>>. Acesso em: 02 dez 2005.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. CONGRESO DE LA ASOCIACION LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, XXIII, San Carlos, Guatemala, 2001. **Anais ...** San Carlos: ALAS, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Manifesto de fundação**. São Paulo: PT, 1980. Mimeo.

PERIN, Celestino. **Movimento social no campo: a luta dos assentados de Tupanciretã**. Santa Maria: CPGExR/UFSM, 1988 (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sônia. J. **História do Rio Grande do Sul**. 22. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PICOLOTTO, Everton L.; DIESEL, Vivien. Agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul: a cooperação como estratégia de resistência à proletarianização no município de Constantina. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, VI., Aracaju, 2004. **Anais...** Aracaju: SBSP, 2004.

_____. Conflito e “convivência”: a relação do movimento dos agricultores familiares de Constantina-RS com o Estado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIII. Ribeirão Preto, 2005. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005a.

_____. **Movimento de agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul: da negação do Estado constituído à “paz e amor”?** Trabalho Apresentado no CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA – ALAS, XXV. Porto Alegre, 2005b.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acessado em: out 2002.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). **Banco de dados do PRONAF**. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acessado em: 20 jun 2005.

RICCI, Rudá. Movimentos sociais rurais nos anos 90. **Cadernos de ciências sociais**, v. 7, n. 10, p. 47-74, jul. 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2.v.

RUIZ, Osvaldo L. Manuel Castells e a "era da informação". **Com ciência**, n. 30 abr 2002.

SANTOS, Alvorí Cristo dos. O crédito rural, instrumento efetivo de desenvolvimento a partir da apropriação pelo projeto da agricultura familiar. *In*: PROJETO TERRA SOLIDÁRIA/CUT. **Agregação de valor**. Florianópolis: Escola Sindical Sul. Caderno 12, p. 82-105. 2001.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 225-238, set/dez. 2001.

SCARIOT, Adriano; FERREIRA, Paulinho E. R. Estratégias de ocupação e transformação do espaço agrário no assentamento 16 de Março. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, VI. Porto Alegre, 2002, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 1155-1165.

SCARIOT, Adriano. **Identidade, coesão e desagregação social na trajetória da cooperativa de produção agropecuária cascata – COOPTAR**. Santa Maria: Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural. UFSM, 2003 (Dissertação de Mestrado).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

_____. O que há de "novo" nos movimentos sociais no campo? **Temas rurais: movimentos sociais e desenvolvimento**, v. 2, nº 4, p. 41-52, mai/ago, 1989.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Pailo J. (org.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHMITT, Cláudia Job. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. *In*: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

SCHNEIDER, José O. Problemas do cooperativismo agrícola brasileiro. **Perspectiva econômica**, n. 43, p. 09-19, 1984. (Série Cooperativismo 13).

_____. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed., São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS, 1999a (Tese de Doutorado).

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999b. (Série Estudos Rurais).

SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos Sociais, Cidadania e Democracia. **Cadernos de sociologia**, v. 10, p. 107-135, 1998.

STÉDILE, João Pedro (org.). **Historia e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris, Armand Colin, 1973.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. *In*: FORACCHI, M. M. ; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

_____. **Palavra e sangue**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

_____. **Crítica da modernidade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Poderemos viver juntos?** iguais e diferentes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

TOURAINÉ, Alain e KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si: um dialogo sobre o Sujeito**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Trajetória social e projeto de autonomia**: os produtores familiares de algodão da região de Campinas. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1988. (Cadernos do IFCH, n. 19).

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17 - Processos sociais agrários. Caxambu, 1996.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Cooperação agrícola**: melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1992.



“SEM MEDO DE SER FELIZ NA AGRICULTURA FAMILIAR”: O CASO DO MOVIMENTO DE AGRICULTORES EM CONSTANTINA-RS by Everton Lazzaretti Picolotto is licensed under a Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Não a obras derivadas 3.0 Unported License.